



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



JOSIANNE DA SILVA LIMA

**A BAHIA *FARM SHOW* NO MUNICÍPIO DE LUÍS
EDUARDO MAGALHÃES/BA**

Salvador/BA

2016

JOSIANNE DA SILVA LIMA

**A BAHIA *FARM SHOW* NO MUNÍCIPIO DE LUÍS
EDUARDO MAGALHÃES/BA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA para a obtenção do título de mestre.

Orientador: professor Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca.

Salvador/BA

2016

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

L732 Lima, Josianne da Silva
A Bahia Farm Show no município de Luís Eduardo
Magalhães/BA / Josianne da Silva Lima.- Salvador, 2016.
250 f. : il.Color.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2016.

1. Agroindústria - Luís Eduardo Magalhães (BA). 2.
Desenvolvimento econômico - Municípios - Bahia. 3. Globalização
- Planejamento estratégico. I. Fonseca, Antonio Angelo Martins .
II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 338.1(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

A BAHIA *FARM SHOW* NO MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO
MAGALHÃES/BA

JOSIANNE DA SILVA LIMA

BANCA EXAMINADORA

Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca

Doutor em Geografia

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Dra. Rosali Braga Fernandes

Doutora em Geografia

Departamento de Urbanismo, UNEB, Brasil.

Dr. Alcides Santos Caldas

Doutor em Geografia

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Aprovação em Sessão Pública de 03/06/2016

*Aos professores que fizeram a diferença em minha formação!
Suas lições me convenceram de que
“o mundo vai além do quintal de nossas casas”.*

AGRADECIMENTOS

A trajetória de realização deste estudo é permeada por dissabores, mas, sobretudo por inúmeros aprendizados. A melhor parte, como disse o poeta, é que “é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”, por isso sou grata porque, como Deus é maior, não me faltou inspiração, o apoio da minha família (painho, mainha, Dal e Rita) em momentos cruciais e do meu companheiro e super parceiro (Germano) que foi capaz de suportar esse sonho que é meu e, por generosidade, tornou-se nosso.

Minha gratidão é extensiva ao meu orientador o professor Antonio Angelo pela sagacidade e paciência, à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, aos colegas do grupo de pesquisa Estado Território e Desenvolvimento - LESTE (Drica, Cléo, Cidoca, Léo, Lara, Paolo, Lorena, Vanessa, Eron) pelo intercâmbio de idéias durante os nossos encontros onde prevalecem o respeito e a reciprocidade típicos de quem torce a favor.

Agradeço aos professores do Pós-Geo por terem ampliado a minha compreensão no âmbito da ciência geográfica, aos secretários da Pós-Graduação pela solicitude no trato das demandas, aos técnicos da biblioteca, da mecanografia e dos serviços gerais, dos quais nunca ouvir “um não” e à minha inesquecível turma de 2014, de modo especial a Paulinha, Regina, Sylvia pelos momentos de descontração e a Marize, Weslei, Ramon, Breno e Flávio pela atenção dispensada a mim.

A estrada, literalmente falando, é uma marca dessa jornada. Não sei ao certo quantos quilômetros percorri, mas a minha gratidão me faz retornar a todos os lugares que passei (mais uma vez inspirada no poeta). Assim, em Salvador, fui carinhosamente acolhida pelas mães de Sebastião (Nina, Thai e Sandy) e por minhas primas soteropolitanas (Ciele, Lândia, Val e Selma); em Taquinho agradeço a torcida e os mimos da querida d. Lúcia; Capim Grosso foram importantes os gracejos da minha vó Carmelinda, a torcida do meu tio Dino, o auxílio das minhas primas Jeane e Danile e a atenção dos demais avós, tios/tias e primos/primas.

Em Jacobina, contei com a colaboração de Natali e Norma Bispo, Débora Maia, João Reis, Zulmira Coelho, Gilka Lima e Iron Carvalho; os incentivos da minha tia Maria de Vené e de Maria do mercadinho que conhece esta trajetória em detalhe;

a doce presença da minha amiga Nanda Medeiros juntamente com o querido Andrezinho, da comadre Darte e meu afilhado Vinícius; as prosas nos fins de tarde de sábado Ceiça e a gratificante atenção e companheirismo da minha pró Jacy Bandeira, grande parceira de viagens, diálogos, escritas e quando necessário, abriu mão de tudo em solidariedade à minha condição, quão sublime gesto, quanta gratidão.

Em Pindobaçu, agradeço à minha escola em especial ao diretor Sidney Williams que soube compreender as minhas necessidades, aos colegas Katiane Vasconcelos e Cláudio Batista pelo apoio e aos meus alunos que possuem o dom de revelar-me, diariamente, o porquê de toda essa luta. Em Barreiras agradeço a Lorena Meddi, tamanho carinho e atenção foram primordiais nas idas e vindas exigidas pela pesquisa.

Na cidade de Luís Eduardo Magalhães agradeço às pessoas que me aproximou dos entrevistados (Boni, Rassana, Catherine, Jane, d. Rosa), ao senhor Vespesiano Neves pelas fotografias, à Julia e à ACELEM pelas informações sobre a atividade comercial do município e ao pessoal do hotel por tornarem mais tranquila a minha estadia na cidade. Também agradeço ao fotógrafo Rui Rezende e, de modo especial, a todas as pessoas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa cedendo entrevistas e materiais. Ressalto que as contribuições destes, têm um valor imensurável para a realização da pesquisa.

Assim foi construída a teia necessária à concretização deste projeto, me fazendo compreender que é “tão bonito quando a gente pisa firme nessas linhas que estão na palma de nossas mãos e é tão bonito quando a gente vai à vida nos caminhos onde bate bem mais forte o coração” (GONZAGUINHA).

Porque quando estou fraco então sou forte
Coríntios 2:12

RESUMO

A pesquisa aborda a produção do espaço no município de Luís Eduardo Magalhães/BA a partir do evento Feira de Negócios e Tecnologia Agrícola / Bahia *Farm Show*, com o objetivo de analisar o seu significado diante do contexto competitivo global. Apresenta-se a Feira como uma ação estratégica para o localismo que tem emergido no município, pois, além de ser uma ação de promoção, divulgação e venda das vantagens do território, também é base para articulações envolvendo agentes econômicos locais, governos e representantes políticos da esfera federal, estadual e local. A análise pautou-se em um modelo constituído por quatro elementos fundamentais: condicionantes, ações/agentes, meios e fluxos, contemplando processos oriundos da escala global, nacional, regional/estadual e local. Assim, as condicionantes referenciam o contexto competitivo global e a dialética globalização-fragmentação, os quais resultam na produção de diferenciações espaciais e, também, o contexto nacional em relação aos incentivos do Estado para a ocupação do cerrado brasileiro por intermédio do agronegócio e às transformações políticas, ocorridas no âmbito do federalismo brasileiro em 1980, onde muitas delas foram favoráveis aos municípios. Compreende-se que os processos nacionais conformaram um grupo de agentes responsáveis pela criação do município de Luís Eduardo Magalhães/BA e, estes, valendo-se da autonomia que o município brasileiro detém sobre temas importantes, desenvolveram ações localistas que afinaram a realidade local ao contexto competitivo global. Os meios, compostos por anuário, livretos, folders, *site* e propagandas difundidas em diferentes veículos de comunicação são produzidos e/ou contratados pelos agentes com a finalidade de tornar a Feira conhecida nacional e internacionalmente, e, assim, atrair novos investimentos para o município. Por fim, analisamos os fluxos local-global e constatamos que a Bahia *Farm Show* é uma estratégia de inserção competitiva do município de Luís Eduardo Magalhães/BA no mundo globalizado e apontamos os desdobramentos da Feira em termos sociais, econômicos e espaciais. Portanto, a Bahia *Farm Show* é uma ação estratégica adotada pelos agentes para consolidar o ambiente localista e expressa o localismo caracterizado por vínculos verticais.

Palavras-chave: globalização, localismo, Luís Eduardo Magalhães/BA, ações/agentes, Bahia *Farm Show*.

ABSTRACT

The research deals with the production of space in the municipality of Luis Eduardo Magalhaes / BA from the event Tradeshow and Agricultural Technology / Bahia Farm Show, in order to analyze its meaning in the face of global competition. It presents the Fair as a strategic action to localism that has emerged in the city, in addition, it is an action of promotion, distribution and sale of the advantages of territory, it is also the basis for joints involving local economic agents, governments and political representatives federal, state and local level. The analysis was guided by a model which consists in four key elements: conditions, actions / agents, media and streams, covering processes arising from the global, national, regional / state and local. Thus, the constraints reference the global competitive environment and the dialectic globalization-fragmentation, which results in the production of spatial differences and also the national context in relation to state incentives for the occupation of the Brazilian cerrado (a vast tropical savannaecoregion of Brazil), through agribusiness and transformations policies, which occurred in the Brazilian federalism in 1980, when many of them were favorable to municipalities. It is understood that the national procedures conformed a group of agents responsible for creating the municipality of Luis Eduardo Magalhaes / BA and these, drawing on the autonomy that the Brazilian city has about important topics, developed localist actions tuned to local realities to competitive global context. Means, composed of directory, booklets, brochures, website and advertisements broadcast on different communication vehicles are produced and / or contracted by the agents in order to make the Fair known nationally and internationally and thus attract new investments to the city. Finally, we analyze the local-global flows and found that the Bahia Farm Show is a competitive insertion strategy in the municipality of Luis Eduardo Magalhaes / BA in a globalized world and pointed out the Fair developments in social, economic and spatial. Therefore, the Bahia Farm Show is a strategic action taken by agents to consolidate the localist environment and express localism characterized by vertical links.

Keywords: globalization, localism, Luis Eduardo Magalhães/BA, actions/agents, Bahia Farm Show.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Capa do Anuário da AIBA 2013-2014.....	1
Figura 02 -	A paisagem no entorno da cidade de LEM/BA - 2016.....	5
Figura 03 -	Ministra Kátia Abreu em LEM/BA maio/2015.....	9
Figura 04 -	Ministra Kátia Abreu na BFS junho/2015.....	0
Figura 05 -	Apresentação de Luís Eduardo Magalhães/BA – 2015.....	10
Figura 06 -	<i>Layout</i> da página da BFS na internet - 2015.....	45
Figura 07 -	Apresentação da FELEM / EXPOLEM - 2015.....	91
Figura 08 -	Estrutura da EXPOLEM 2015.....	92
Figura 09 -	Construção de novos empreendimentos hoteleiros em LEM/BA - 2015.....	92

LISTA DE FLUXOGRAMA

Fluxograma 01 -	Modelo de análise da pesquisa.....	27
Fluxograma 02 -	Vertentes do localismo.....	90
Fluxograma 03 -	Manifestação do localismo no Brasil.....	98

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 -	Vista parcial da Bahia <i>Farm Show</i> – 2015.....	6
Fotografia 02 -	Paisagem natural do cerrado – 2015.....	6
Fotografia 03 -	Biodiversidade do cerrado - 2015.....	7
Fotografia 04 -	A transformação do cerrado através da agricultura moderna – 2015.....	9
Fotografia 05 -	Automóveis de luxo na BFS – 2015.....	21
Fotografia 06 -	Máquina agrícola de última geração na BFS - 2015.....	21
Fotografia 07 -	Praça do palco no complexo BFS - 2015.....	22
Fotografia 08 -	Praça do palco em momentos de cerimônias – 2015.....	22
Fotografia 09 -	Estande do MAPA na BFS – 2015.....	24
Fotografia 10 -	Visão parcial da BFS - 2014.....	25
Fotografia 11 -	Festa da Colheita em LEM/BA - 2001.....	33
Fotografia 12 -	Vista aérea do complexo Bahia <i>Farm Show</i> - 2014.....	34
Fotografia 13 -	Praça central do complexo BFS – 2015.....	39
Fotografia 14 -	Vista aérea da Bahia <i>Farm Show</i> - 2015.....	40
Fotografia 15 -	A competição entre as instituições financeiras na BFS - 2014.....	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Empresas exportadoras e produtos tipo exportação de LEM – 2012.....	66
Gráfico 02 -	Origem das empresas nacionais presente na BFS – 2015..	70
Gráfico 03 -	Origem das empresas estrangeiras presente da BFS-2015.	77
Gráfico 04 -	PIB agropecuário de LEM/BA - 2001-2012.....	85
Gráfico 05 -	Composição do PIB de Luís Eduardo Magalhães/BA–2012	86
Gráfico 06 -	Crescimento do PIB de LEM/BA - 2001-2012.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Localização do município de Luís Eduardo Magalhães/BA..	22
Mapa 02 -	Área de predominância do bioma cerrado.....	65
Mapa 03 -	Delimitação do MATOPIBA - 2015.....	76
Mapa 04 -	Município de Luís Eduardo Magalhães/BA - 2015.....	101
Mapa 05 -	Área coberta da Bahia <i>Farm Show</i> – 2015.....	137
Mapa 06 -	Área descoberta da Bahia <i>Farm Show</i> – 2015.....	138
Mapa 07 -	Rodovias do oeste do Bahia - 2015.....	152
Mapa 08 -	Fluxos de exportações das empresas brasileiras presentes na BFS - 2015.....	174
Mapa 09 -	Empresas estrangeiras presentes na BFS - 2015.....	178
Mapa 10 -	Espaço urbano de LEM – 1982.....	198
Mapa 11 -	Expansão urbana de LEM - 1983 – 1987.....	999
Mapa 12 -	Expansão urbana de LEM - 1988 – 1992.....	200
Mapa 13 -	Expansão urbana de LEM - 1993 –1997.....	201
Mapa 14 -	Expansão urbana de LEM - 1998 – 2002.....	202
Mapa 15 -	Expansão urbana de LEM - 2003 – 2008.....	203
Mapa 16 -	Expansão urbana de LEM –2008 – 2014.....	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Cronograma da pesquisa de campo – 2015 - 2015.....	34
Quadro 02 -	Aspectos discerníveis e fatores explicativos da globalização segundo Harvey (2013) e Santos (2011)	47
Quadro 03 -	Dimensões da des-ordem mundial.....	54
Quadro 04 -	Significados de fragmentação na geografia segundo a escala.....	59
Quadro 05 -	Políticas governamentais e incentivos à ocupação do cerrado –1965 - 1975.....	71
Quadro 06 -	Atribuições do MDA e do MAPA - 2015.....	77
Quadro 07 -	Perfil dos agentes do localismo de LEM/BA – 2015.....	103
Quadro 08 -	<i>Marketing</i> territorial em LEM/BA – 2015.....	
Quadro 09 -	Agentes, ações e a visibilidade de LEM/BA - 2015.....	113
Quadro 10 -	Ações estratégicas em torno da construção e consolidação da BFS - 2001-2015.....	131
Quadro 11 -	Os meios e a visibilidade da Bahia <i>Farm Show</i> - 2014-2015	143
Quadro 12 -	Políticos presente e as reivindicações na BFS – 2004-2015	149
Quadro 13 -	Discussões no âmbito da Bahia <i>Farm Show</i> – 2008-2015...	153
Quadro 14 -	Etapas e atividades da caracterização do espaço de fluxo – 2015.....	161
Quadro 15 -	As reivindicações em torno das questões ambientais – 2010-2015.....	163
Quadro 16 -	Exportações de Luís Eduardo Magalhães/BA – 2012.....	165
Quadro 17 -	Número de empresas presentes na BFS segundo as origens, características e escalas de comercialização 2015.....	169
Quadro 18 -	Número de empresas e o destino de seus produtos segundo grandes regiões – 2015.....	172
Quadro 19 -	Concessionárias de produtos estrangeiros presentes na BFS – 2015.....	189
Quadro 20 -	Características socioeconômicas de LEM/BA - 2000-2012..	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Ranking dos municípios baianos em relação ao PIB - 2013	23
Tabela 02 -	Ocupação do cerrado via PRODECER – 1974-1995.....	72
Tabela 03 -	Crescimento do volume de negócios na BFS - 2008-2015..	155
Tabela 04 -	<i>Ranking</i> dos produtos tipo exportação do Brasil em janeiro/2015.....	167
Tabela 05 -	IDHM de Luís Eduardo Magalhães/BA - 1991-2010.....	184
Tabela 06 -	Número de empresas e empregabilidade do setor de serviços em LEM/BA 2006 - 2013.....	187
Tabela 07 -	Empresas comerciais, industriais e de serviços em LEM/BA conforme classificação por seções CNAE - 2007 e 2015.....	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAPA	Associação Baiana dos Produtores de Algodão
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ACELEM	Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães/BA
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
APAE	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
BFS	Bahia <i>Farm Show</i>
CADEX	Cadastro de Empresas Exportadoras da Bahia
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EMPRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
EXPOLEM	Exposição, Negócios e Entretenimento de Luís Eduardo Magalhães
GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISS	Imposto Sobre Serviços
LEM	Luís Eduardo Magalhães
LESTE	Laboratório Estado, Território e Desenvolvimento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agropecuário
MATOPIBA	Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA)
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PRODECER	Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado
RBG	Revista Brasileira de Geografia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
Modelo de Análise.....	26
CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: CONDICIONANTES GLOBAIS.....	42
1.1 A Globalização: entre o discurso de homogeneização e a dinâmica do espaço geográfico mundial.....	33
1.1.1 O contexto competitivo global.....	55
1.2 Fragmentação diante do contexto competitivo global.....	56
CAPÍTULO 2 – EXPANSÃO DA AGRICULTURA E O MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA: CONDICIONANTES NACIONAIS E LOCAIS.....	64
2.1 Situando o município de Luís Eduardo Magalhães/BA no contexto de ocupação do cerrado brasileiro.....	65
2.1.1 O panorama atual a partir da criação do MATOPIBA.....	75
2.3 O federalismo brasileiro e o município.....	80
CAPÍTULO 3 – O LOCALISMO E A FEIRA DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA E NEGÓCIOS: AGENTES, AÇÕES E MEIOS.....	87
3.1 O local e as vertentes do localismo	88
3.1.1 Localismos: entre a integração e a exclusão.....	92
3.2 Luís Eduardo Magalhães/BA: Agentes, ações e a busca pela visibilidade.....	100
3.3 Da feira tradicional à Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios.....	115
3.4 Bahia <i>Farm Show</i> : gênese, ações e meios.....	129
3.5 Bahia <i>Farm Show</i> : expressão do localismo em LEM/BA.....	146
CAPÍTULO 4 – ESPAÇO DE FLUXO, TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS EM LEM/BA.....	157
4.1 Luís Eduardo Magalhães/BA e a Bahia <i>Farm Show</i> : espaço de fluxo.....	158

4.1.1	A produção de Luís Eduardo Magalhães/BA e suas implicações.....	161
4.1.2	Bahia <i>Farm Show</i> : um espaço de fluxo.....	168
4.2	Transformações socioeconômicas.....	181
4.2.1	As transformações socioeconômicas e espaciais vinculadas à Bahia <i>Farm Show</i>	191
4.3	Transformações espaciais em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	197
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
	REFERÊNCIAS.....	215
	Bibliografia consultada.....	223
	APÊNDICE A – QUESTÕES DE ENTREVISTA.....	226
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	227
	ANEXO A – MANUAL DO EXPOSITOR.....	228
	ANEXO B – PROGRAMAÇÃO DE PALESTRAS.....	247
	ANEXO C – LISTA DE EXPOSITORES.....	248

INTRODUÇÃO

Tornou-se comum, a partir da década de 1980, ouvirmos a palavra globalização vinculada a novidades, a mudanças e à inauguração de um “novo mundo”. Não sabíamos ao certo o que exatamente ela designava, mas era comum associarmos o termo a novos instrumentos, novos campos científicos e novos processos erigidos no bojo da Revolução Técnico-científica, ocorrida na década de 1970. De certo, havia a compreensão de que a globalização impactava a organização do espaço mundial em conformidade com as particularidades de cada lugar. Da forma como era tratada pelos meios de comunicação e do modo como permeava os discursos políticos, levou a expressão a ser adotada para explicar ações políticas, ideológicas e socioeconômicas, bem como muitos dos problemas que configuram o espaço geográfico na contemporaneidade. Dessa maneira, inaugurou-se um contexto mundial no qual a política, a economia, a cultura e as demais dimensões da vida humana poderiam alcançar *status* global.

Estas premissas aludiram à ideia de homogeneização do mundo e, conseqüentemente, de superação das fronteiras, da história, das diferenças, das regiões e, por conseguinte, da geografia. Além disso, seria o fim do Estado-nação diante da economia global encarregada de regular os meios de produção, circulação e consumo de acordo com os interesses capitalistas hegemônicos. Diante da complexidade que envolve o tema da globalização, muitos estudiosos, a exemplo de Santos (2011), Harvey (2013), Jameson (2011), debruçaram-se sobre o tema, resultando em análises mais críticas, compreendendo a globalização como a etapa mais recente do processo de expansão do capitalismo.

Partindo deste entendimento, a avaliação sobre o funcionamento da globalização aproximou as discussões de um viés condizente com a realidade observável no espaço mundial. Afinal, nos contextos temporais destacados, seria prematuro elaborar explicações fundamentadas na homogeneidade, ou seja, na ausência de diferenças concernentes à política, à cultura e ao espaço. Ao contrário, os autores citados acima revelaram que, de par com a globalização, também ocorrem processos de diferenciações engendrados pela seletividade inerente ao capital que opera através da eleição de áreas que favoreçam a ampliação dos lucros em detrimento de outras destinadas a usos futuros. As diferenciações vão além: elas

envolvem diferentes aspectos e escalas, ou seja, podemos constatar-las através de novos processos de regionalização, territorialização, novos nacionalismos e regionalismos e a emergência de localismos.

Estas abordagens nos levaram a concluir que as análises sobre a globalização devem ser acompanhadas da compreensão sobre os processos de fragmentação. Sendo assim, com base em Haesbaert (2013), Santos, B. (2011), Harvey (2013), entre outros, três apontamentos sobre a dinâmica da globalização, tornam-se coerentes e elucidativas para esta pesquisa:

- O processo de globalização, ao contrário do que foi apregoado por um grupo significativo de estudiosos, não põe fim às diferenças nacionais, regionais, locais, assim como as identitárias;
- O mundo globalizado não é homogêneo, mas fragmentado, pois, à medida que algum aspecto, produto ou costume local torna-se global ou passa a atuar em conformidade com os processos globais, um conjunto de outras características permanecem locais muitas vezes resistindo e/ou combatendo a lógica global, um indicativo da dialética globalização-fragmentação;
- O mundo contemporâneo é marcado por um conjunto de diferenciações espaciais que, além de corroborar com a superação das teses sobre o fim das regiões e, por conseguinte, da geografia, ampliam o leque de investigações, em razão de novos elementos que constituem a produção do espaço no século XXI.

Portanto, em tempos de globalização, as diferenças tornam-se evidentes e a compreensão sobre a fragmentação aponta direções para as análises geográficas na medida em que ressalta a escala como temática relevante aos estudos. Uma dessas evidências aparece na busca pelo nexos local-global, no qual a redescoberta do local diante da globalização vem arregimentando diferentes discussões como: a) o papel dos governos locais; b) a autonomia da microescala frente às demais esferas do governo; c) a importância das cidades globais, almejado que estas, por seu protagonismo, sejam governadas de forma diferenciada; e d) os movimentos localizados que representam resistências ou coerências com os processos globais.

As considerações sobre o papel do local diante da globalização não implicam o seu isolamento ou sobrevalorização, ao contrário, trata-se de valorizar um processo dialético e transescalar, no qual esta escala assume significativa importância. Nesta circunstância, a dinâmica local é constituída por variáveis

derivadas das escalas global, nacional e regional e nos conduz ao entendimento de que uma realidade multiescalar despreza a determinação de uma escala sobre a outra e evidencia a confluência de múltiplos interesses, ações e processos cujo produto é uma particularidade que deve ser explicada através da análise das condicionantes e das especificidades que a constituem.

Os estudos elaborados em torno da redescoberta do local são base e ponto de partida para a compreensão do localismo que tem emergido no cenário federativo brasileiro. Neste contexto, o conceito de localismo, de acordo com Fonseca (2013) indica situações em que agentes locais, fundamentados na escala do município, entre outras possibilidades, reivindicam autodeterminação, promovem articulação local-local, local-estadual, local-nacional com a finalidade de solucionar problemas e/ou praticam ações em conformidade com os processos globais ou, ainda, contrariando-os.

Neste trabalho, localismo é um processo histórico e geográfico que designa um conjunto de movimentos e ações que emergem no âmbito do município, a micro-escala do poder político no federalismo brasileiro. O fenômeno existe desde o Período Colonial, mas, a partir das inovações institucionais ocorridas da década de 1980, tomou nova força quando alguns fatores contribuíram para o fortalecimento do local.

Primeiro o processo de redemocratização, no qual tanto os movimentos de esquerda, quanto os de direita defendiam a transferência de atribuições da união e dos estados para o município por considerá-lo uma instância do poder mais próxima da sociedade, logo, a mais indicada para planejar e executar políticas públicas capazes de superar as demandas da população. Segundo, a promulgação da mais recente Constituição Federal (1988), no qual o município, de uma só vez, tornou-se ente federado e angariou um número maior de atribuições e, por fim, a autonomia relativizada ao município frente aos demais entes federados permitiu que este criasse suas próprias leis, suas formas de arrecadação de impostos, entre outras normas, mediante a elaboração da sua própria lei orgânica.

Em síntese, a emergência do localismo em municípios brasileiros é resultado de diversos processos erigidos em diferentes contextos: do cenário mundial caracterizado pela dialética da globalização-fragmentação, cujo produto é a produção da diferença nas variadas escalas; da relação cada vez mais próxima entre o Estado e as empresas transnacionais responsável pela configuração do

contexto competitivo global, das condicionantes da escala nacional brasileira a partir da década de 1980. Isso não significa que este seja um processo generalizado, posto que nem todos os municípios expressem localismo, porém, em circunstâncias em que o fenômeno se faz presente, verifica-se que os agentes locais (poder público, econômico, sociedade civil, igreja, etc.) aproveitam-se das possibilidades globais, nacionais e regionais/estaduais.

O exposto indica que, no campo da geografia, é fundamental investigar e analisar exemplos de dinâmicas localistas com a finalidade de compreender como estes processos têm influenciado a produção do espaço em municípios brasileiros, com vistas para avanços e retrocessos na forma de gestão, onde avanços podem ser compreendidos como abertura para a participação, democratização dos espaços de decisões, governança ou consolidação de processos políticos horizontalizados.

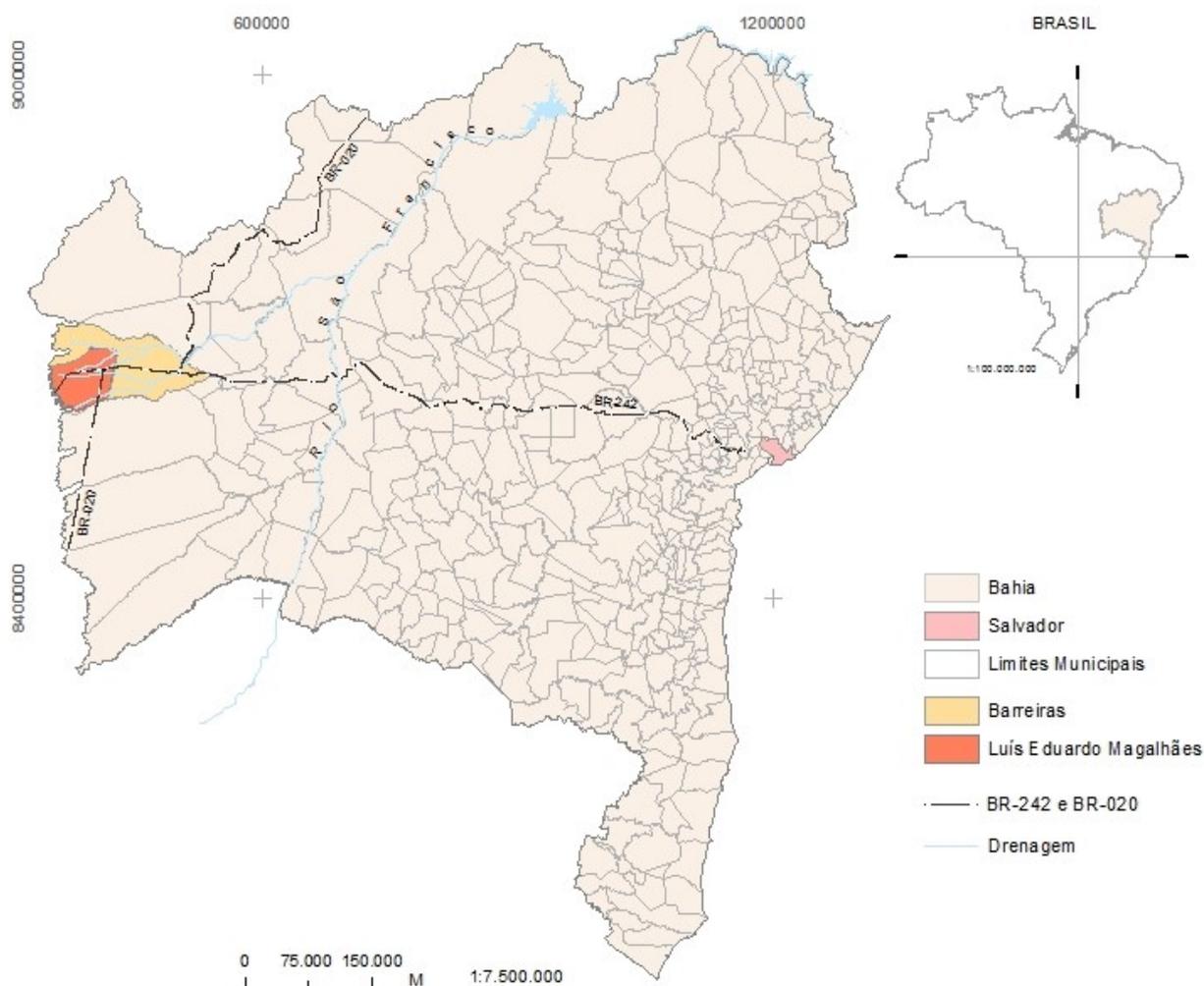
Além de Fonseca (2001; 2003; 2004; 2013), propomo-nos a discutir o conceito de localismo a partir dos estudos de Harvey (2013), Santos, B. (2011), Castells e Borja (1997) e Brugué e Gomá (1998). Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito aos tipos possíveis de localismo e, neste sentido, seguimos as indicações de Fonseca (2013). Para o autor, as situações localistas envolvem vínculos verticais e horizontais, que estão ligados aos interesses que orientam as ações localistas.

Dessa forma, os vínculos verticais são iniciativas ligadas à ideia de competição, mais especificamente à adoção de estratégias e à escolha de meios que assegurem a visibilidade das virtualidades que os agentes implantaram na escala do município, com o intuito de apresentá-las e, assim, atrair investimentos oriundos da escala estadual, nacional ou internacional. Já os vínculos horizontais sugerem a cooperação entre municípios próximos e, no âmbito do município, entre diferentes segmentos da sociedade, visando a superação de problemas comuns à população. Assim, a emergência de localismos verticalizados, horizontalizados ou ainda uma combinação entre os dois é possível e depende dos interesses e das características dos agentes e dos interesses envolvidos nos processos de produção do espaço.

Partindo desta compreensão, com base em Fonseca (2011), Vieira (2008) e Fonseca, Silva e Vieira (2010), analisamos um exemplo relevante da dinâmica

localista no Brasil, a saber: o município de Luís Eduardo Magalhães/BA - LEM¹, cuja localização indicamos no mapa 01.

Mapa 01 – Localização do município de Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; ARCGIS (2014).
Elaboração: Reis (2015).

O município é um dos mais recentes do estado da Bahia, está localizado na mesorregião geográfica Oeste, e é cortado pelas rodovias federais BR-020, que liga Brasília aos estados do Nordeste do país, e BR-242, que interliga a Bahia, a partir de Salvador, ao estado do Tocantins. Limita-se com o Tocantins (O), com os municípios de Barreiras (N, L) e São Desidério (S) e, em termos demográficos,

¹Ao nos referirmos ao município de Luís Eduardo Magalhães, algumas vezes utilizaremos as iniciais LEM.

possuía uma população de 60.105 habitantes em 2010 e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para 2015 é que LEM alcance um número de 79 mil habitantes.

O rápido e intenso crescimento populacional no município é condizente com a pujança econômica que se verifica desde a década de 1980. Comparando os dados levantados pelo IBGE sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Bahia, identificamos que, em 2013, LEM se tornou a 8ª (oitava) maior economia do estado, conforme demonstramos na tabela 01.

Tabela 01 – *Ranking* dos municípios baianos em relação ao PIB - 2013

	MUNICÍPIO	PIB (em milhões R\$)
1º	Salvador	52.667.933
2º	Camaçari	14.702.441
3º	Feira de Santana	10.840.566
4º	Lauro de Freitas	5.321.274
5º	Vitória da Conquista	4.935.906
6º	Simões Filho	4.005.298
7º	Itabuna	3.416.862
8º	Luís Eduardo Magalhães	3.365.01
9º	Ilhéus	3.206.657
10º	Dias d'Ávila	3.190.091
11º	Candeias	2.817.477

Fonte: IBGE (2016).

Elaboração: Lima (2016).

Dos onze municípios elencados, Luís Eduardo Magalhães é o único cuja emancipação é recente, os demais são historicamente representativos no âmbito da economia e da política do Estado. Desta forma, LEM aparece entre os municípios exploradores de petróleo, aqueles que cumpriram papel econômico de destaque no início do século XX por intermédio da produção de cacau, os que possuem tradição industrial e comercial como Salvador e Feira de Santana, respectivamente, entre outros que há muito tempo possuem notoriedade no contexto estadual e até

nacional. Um dos principais vetores da economia do município é a agricultura desenvolvida de acordo com os princípios do agronegócio ou agricultura científica globalizada. Esta condição verifica-se na maioria dos municípios localizados no Oeste da Bahia, mais especificamente na área de predomínio do bioma cerrado, em decorrência da modernização e expansão agrícola no território nacional, responsável pela constante abertura de novas fronteiras agrícolas. Dessa maneira, em LEM destaca-se a produção e processamento da soja, milho, algodão e café, atividades desenvolvidas por produtores oriundos de outras regiões, especialmente sulistas que, atraídos, entre outras coisas, pelo baixo preço das terras, começaram a migrar para o Nordeste a partir da segunda metade da década de 1970.

A produção agrícola no município anualmente surpreende pelo crescimento expressivo no volume da produção, tanto assim que, em 2012, o IBGE publicou que entre os cem municípios brasileiros com maior valor da agropecuária adicionado ao PIB, LEM ocupa a 36ª (trigésima sexta) posição. Entretanto, a economia do município também é fortemente influenciada pelo setor industrial e, especialmente, pelo comércio e serviços.

A compreensão do localismo no município de LEM exigiu a avaliação das condicionantes oriundas dos processos globais e nacionais ligados aos aspectos políticos que possibilitaram o fortalecimento do município no contexto federativo, e à modernização e expansão da agricultura científica globalizada e as especificidades locais referentes ao processo de emancipação política e o modelo de gestão adotado a partir da primeira década do século XXI. Esta contextualização resultou na compreensão da particularidade dos processos políticos e econômicos que constituem o localismo tem emergido no município.

Neste contexto, observamos que, anualmente, é realizado um dos mais importantes eventos ligados ao agronegócio brasileiro: trata-se da Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, denominada Bahia *Farm Show* (BFS)². Na pesquisa, este evento é considerado uma ação que expressa o localismo de LEM, uma estratégia adotada pelos agentes locais com a finalidade de dar visibilidade às vantagens competitivas que constituem o arranjo econômico e político-administrativo do município. Além disso, destacamos que a BFS é um campo propício à articulação política em função dos encontros e acordos celebrados entre entidades e

² Ao longo do texto utilizaremos a abreviação BFS em referência à Bahia *Farm Show*.

representantes políticos ligados a todas as esferas de governo e pela capacidade de elaboração de ações estratégicas por parte dos agentes locais, com a finalidade de superar todos os entraves que afetam a produção agrícola bem como a economia local e regional.

Em geral, durante o evento consolidam-se novas articulações políticas e econômicas que se expressam por meio de novos investimentos e se desdobram, impactando a dinâmica socioeconômica e espacial do município. Dispondo de uma grande estrutura física e organizacional, a Feira atualmente é realizada por associações de classe e instituição privada em parceria com a prefeitura municipal. Conta com a participação das principais fabricantes do ramo de tecnologias agrícolas do mundo, produtores/consumidores de toda região, representação política do âmbito nacional, estadual e local, imprensa local e nacional e público em geral.

A partir do exposto, esta pesquisa analisa o processo de construção e consolidação da Bahia *Farm Show* no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, avaliando o seu significado diante do contexto competitivo global. Dessa maneira torna-se necessária a identificação dos agentes, a apreciação das ações e estratégias utilizadas por eles na criação, organização e funcionamento da Feira e a demonstração das transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas no município de Luís Eduardo Magalhães/BA após a emancipação política, inclusive em relação ao evento Bahia *Farm Show*. As questões basilares da pesquisa foram: A Bahia *Farm Show* pode ser considerada uma estratégia localista de integração competitiva no contexto da globalização? Quem são os agentes e quais ações estratégicas foram adotadas por eles na construção e consolidação da Bahia *Farm Show*? Que desdobramentos socioeconômicos e espaciais vêm ocorrendo no município de Luís Eduardo Magalhães e como a Bahia *Farm Show* vem contribuindo para isso?

O encaminhamento da pesquisa foi definido e sistematizado após um longo processo de reflexão iniciado a partir de conversas sobre o tema, pesquisa no *site* oficial da BFS, leitura dos informes da prefeitura de LEM, dos anuários da Associação dos Produtores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e levantamento da bibliografia sobre o município. Assim, reiteramos que este é um trabalho coletivo, pois muitas das definições foram construídas durante as discussões sobre o tema com o orientador e dos debates empreendidos no Laboratório Estado Território e Desenvolvimento (LESTE).

Desta forma, foi possível elaboramos o projeto e iniciamos o processo de levantamento bibliográfico, tendo como fio condutor os temas globalização, localismo, ocupação do cerrado brasileiro, município de Luís Eduardo Magalhães e eventos feiras de negócios. Em seguida, a leitura dos livros e textos, a sistematização em forma de esquemas e mapas conceituais, somadas ao primeiro trabalho de campo que foi realizado entres os dias 27 de maio e 1º de junho de 2014, possibilitaram a produção do modelo de análise do objeto de pesquisa, o qual será apresentado no subitem a seguir.

Modelo de análise da Pesquisa

De acordo com Fonseca (2005), um modelo de análise pode ser compreendido como um princípio explicativo que passou a ser utilizado na geografia a partir da ascensão da nova geografia. O autor define o modelo como “uma idealização, uma apresentação aproximada da realidade através da qual se busca melhor entender o funcionamento, a organização e as interações entre os diversos agentes que compõem uma determinada realidade” (FONSECA, 2005, p. 126). Baseados nesta proposição, após termos definido a Bahia *Farm Show* como objeto da pesquisa, o qual consideramos como sendo constituinte da produção do espaço, passamos a refletir a elaboração de um modelo que possibilitasse não só a apresentação da realidade, mas, também, uma caminho metodológico de análise do localismo.

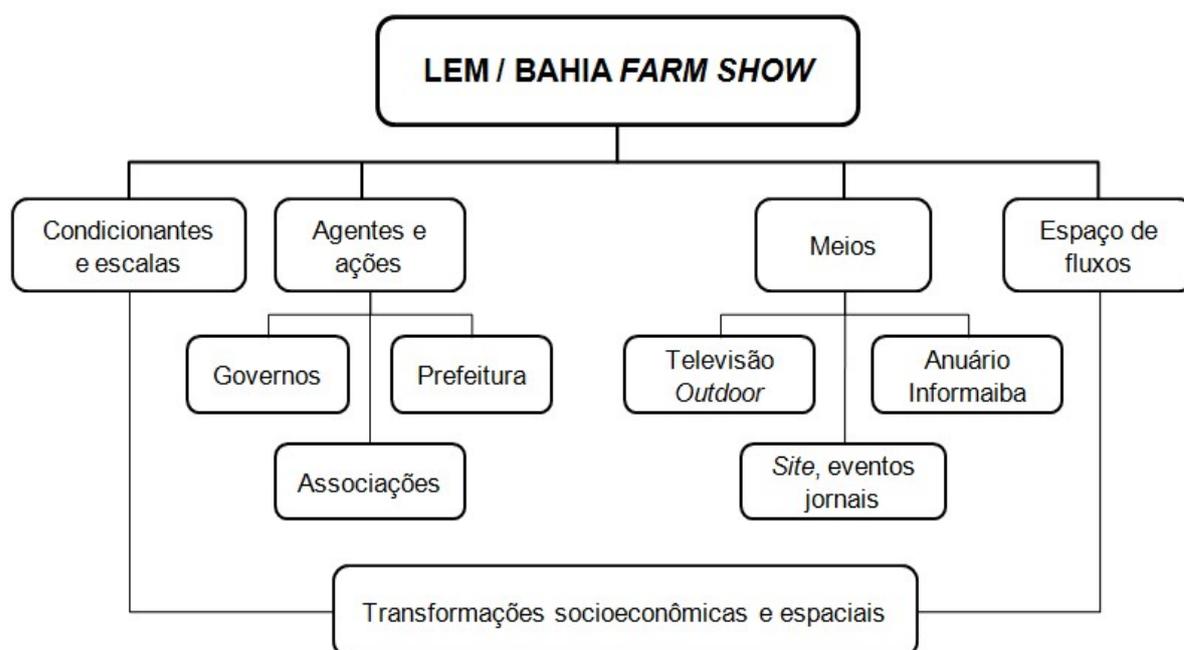
Assim, selecionamos os elementos que nortearam a investigação, cientes de que este caminho metodológico assegurou a articulação entre os questionamentos elaborados e as análises necessárias para respondê-los. Os elementos fundamentais deste modelo são condicionante, ações/agentes, meios e fluxos, conforme organização do fluxograma 01, que expõe uma síntese do modelo de análise da pesquisa. Este modelo, por sua vez, foi a base para a estruturação dos capítulos desta dissertação.

No centro do debate está a Bahia *Farm Show*, um evento característico do agronegócio, no qual se expõem produtos, realizam-se negociações, fixam-se acordos futuros, novidades são apresentadas ao público interessado, as empresas expositoras aproveitam todas as possibilidades de *merchandising*, os consumidores aproveitam as condições especiais oferecidas pelos fabricantes, instituições

financeiras disponibilizam diversas opções de crédito e o público em geral passeia por ruas ou corredores completando o ambiente de uma feira.

Entretanto, a BFS também cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento tanto do padrão econômico agroindustrial quanto do modelo de gestão empreendedor, com foco na ampliação da visibilidade local, fazendo com que o evento vá além do motivo comercial. Além disso, apesar do caráter momentâneo do evento podemos observar os desdobramentos socioeconômicos e espaciais do mesmo no município de Luís Eduardo Magalhães.

Fluxograma 01 – Modelo de análise da pesquisa



Elaboração: Lima (2014)

Desta forma, revelamos a complexidade que envolve a questão uma vez que a realização da Bahia *Farm Show* em LEM é a representação mais emblemática de um projeto político e econômico idealizado por um grupo de agentes locais, tornado possível em virtude de um contexto global e nacional bastante favorável, respectivamente, à expansão capitalista, ao desenvolvimento da agricultura moderna e ao fortalecimento da microescala do poder no âmbito do federalismo. Por estas razões, contemplamos as *condicionantes* relacionadas às escalas global, nacional e regional/estadual com o intuito de explicitar quais os processos espaciais que possibilitaram a existência de um ambiente localista em LEM.

As *condicionantes* são, portanto, as possibilidades da globalização, situando-se diante da dialética globalização-fragmentação característica da organização do espaço mundial, a partir da década de 1970, por intermédio da revolução tecnocientífica e da evolução dos sistemas de transportes, pois, na medida em que se estabelece o contexto competitivo global, a escala local é estimulada a dotar o seu território de virtualidades, visando criar condições que correspondam aos interesses expansionistas globais. Nesse sentido, é coerente deduzirmos que a BFS é uma estratégia local de inserção do município de Luís Eduardo Magalhães no contexto competitivo global.

Os processos globais são relevantes para compreendermos que em outros tempos não seria plausível a realização de um evento que expõe as principais tecnologias agrícolas produzidas no mundo na região Nordeste do país, especificamente em uma mesorregião geográfica (O Oeste) que, até meados do século XX, de acordo com Oliveira (2015), era pouco habitada de modo que suscitava a ideia de abandono.

As condicionantes da escala nacional incluem os incentivos estatais no processo de ocupação das áreas de predominância do cerrado brasileiro, mediante a expansão da agricultura moderna, que impulsionaram a abertura de novas fronteiras agrícolas e, entre elas, uma das mais recentes é oeste da Bahia. Neste sentido, identificamos a relação entre o desenvolvimento da agricultura moderna no oeste da Bahia e a emergência da dinâmica localista no município de Luís Eduardo Magalhães, a partir da caracterização do perfil dos agentes envolvidos com o localismo.

Em seguida, destacamos as condicionantes relativas à trajetória do federalismo brasileiro, ressaltando os movimentos centralização/descentralização que afetaram diretamente o município, até que o mesmo se tornasse um ente federado, com relativa autonomia e detentor de um conjunto de atribuições no contexto das inovações institucionais da década de 1980.

Outros elementos são as *ações* juntamente com os *agentes*, em que as ações envolvem os acontecimentos que construíram a especificidade local, estas foram e são definidas e executadas por agentes políticos e econômicos locais com a finalidade de promover e divulgar o município nas escalas regional, estadual, nacional e internacional. Cada ação traz em si uma intencionalidade que, em conjunto, converge para o contínuo crescimento econômico do município. Dentre

elas, destacamos a emancipação municipal, a realização da Festa da Colheita, visita à Feira de Tecnologia em Ação/Agrishow em Ribeirão Preto/SP e a atração da Agrishow para o município de Luís Eduardo Magalhães/BA.

Neste contexto, a construção e consolidação da Bahia *Farm Show* são consideradas uma ação estratégica em virtude do conjunto de esforços empreendidos e pelo poder de articulação política e econômica demonstrado pelos agentes locais com o intuito de tornar o evento um dos maiores do ramo do agronegócio no Brasil e de assegurar que ele permaneça sendo palco dos debates e diálogos que têm sido revertidos em ganhos para o produtor local e regional.

Como toda *ação* depende de um *agente*, identificamos abaixo os agentes que contribuíram para a construção do localismo, bem como da Bahia Farm Show.

Imigrantes paulistas, paranaenses e gaúchos que em geral são chamados sulistas. Estes são caracterizados como investidores dispostos a comprar terras e desenvolver a produção agrícola na região de Barreiras a partir da década de 1970, mas também como indivíduos e grupos dispostos a investir no crescimento econômico e pôr em prática o modelo de administração pública empresarial, com vistas para a divulgação das vantagens do território no cenário nacional e internacional.

Esta caracterização admite as seguintes subdivisões: empresários locais que desenvolvem atividades econômicas ligadas ao agronegócio; políticos que lideraram a emancipação do município de Luís Eduardo Magalhães/BA; prefeitos e secretários municipais, responsáveis pela implantação do modelo de gestão pautado no empreendedorismo; lideranças políticas e econômicas que executaram e executam as ações estratégicas que culminaram na construção e consolidação da Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios/BFS; e organizadores da Bahia *Farm Show*;

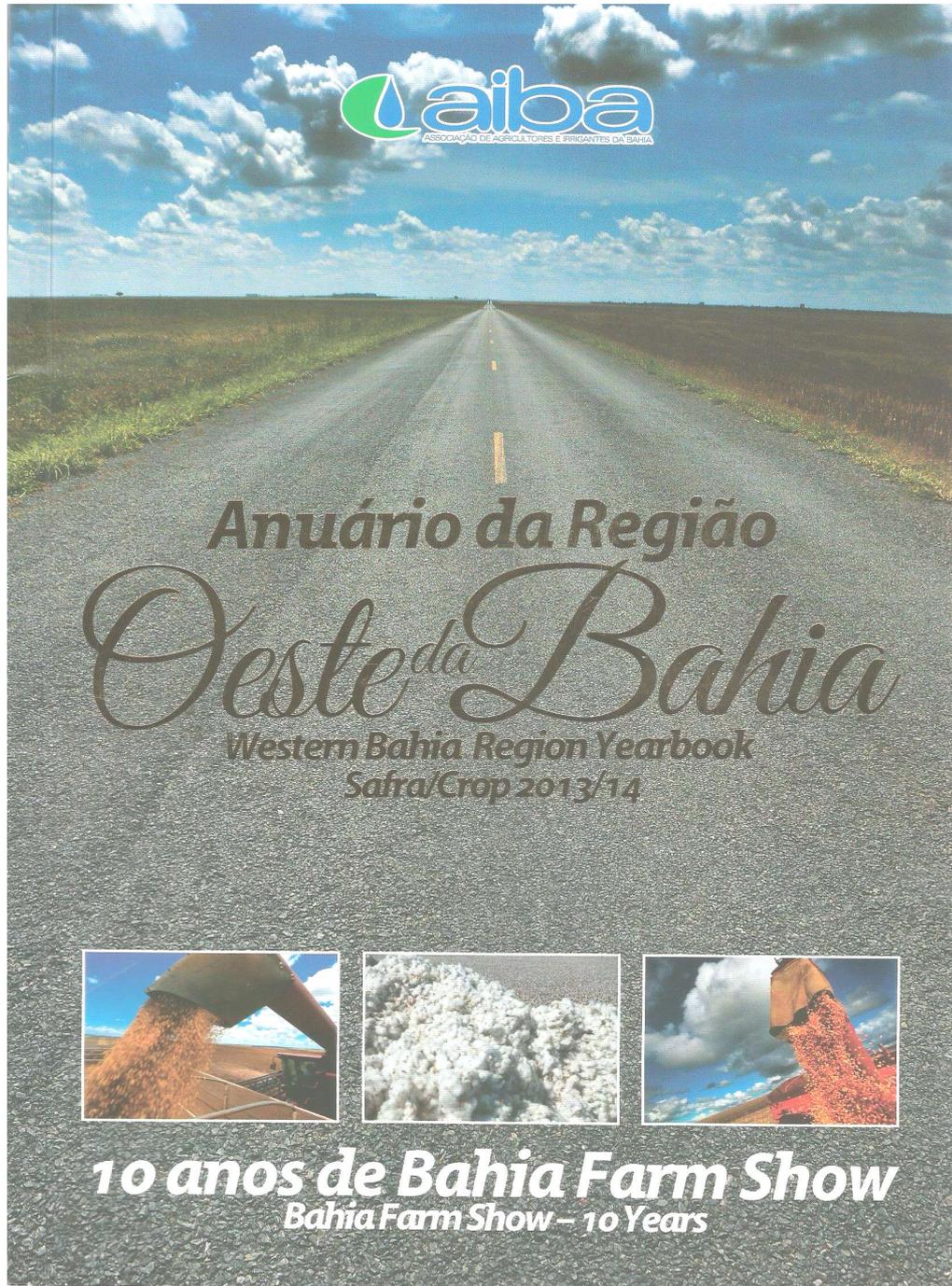
Em síntese, no contexto localista de LEM, destacam-se ações visando a visibilidade do local e, por esta razão, destacamos os *meios* como terceiro elemento. Estes são empregados na divulgação e apresentação da BFS e, por conseguinte, do município a nível local, regional, estadual, nacional e internacional. Ou seja, trata-se de meios através dos quais os agentes locais divulgam o evento com a finalidade de promover Luís Eduardo Magalhães/BA, por intermédio da BFS, e, assim, estabelecer novos contatos comerciais e, posteriormente, convertê-los em novos investimentos para o município.

Dentre estes, destacamos a veiculação de propagandas nos canais de televisão especializados ou não, *outdoor*, divulgação da feira em outros eventos, distribuição de folders, a confecção e distribuição do Infomaiba³ e do anuário da Região Oeste, *links* e programas transmitidos ao vivo diretamente do evento para canais de televisão e *sites*, cobertura completa do evento por jornais de circulação local, regional e estadual e *site* oficial do evento. A pesquisa deixou claro que a utilização destes meios é uma opção dos organizadores do evento que, inclusive, viabilizam a presença da imprensa.

Neste íterim, chama-nos bastante a atenção a publicação do anuário da região Oeste, no qual a BFS é apresentada de forma grandiosa, isso revela as intenções dos agentes quanto à visibilidade que é pretendida para o evento. A figura 01 evidencia a relevância deste meio, na medida em que é notória a preocupação dos agentes com duas opções de idiomas, com a diagramação, com a qualidade do material de impressão e com a seleção das ilustrações. Dessa maneira, é possível inferir que as ações de promoção do município têm gerado resultados, visto que a cada ano verifica-se o crescimento do volume de negócios efetivados e a ampliação da sua relação com os desdobramentos socioeconômicos e espaciais do município.

³ Livretos publicados mensalmente pela AIBA, contendo informações sobre as ações da Associação.

Figura 01 – Capa do Anuário da AIBA 2013 - 2014.



Fonte: AIBA (2014).

A avaliação do anuário também suscitou a necessidade de pensar o município de Luís Eduardo Magalhães/BA, como *espaço de fluxos*, afinal, considerando-se que o anuário é utilizado como meio de divulgação da região, do município e do evento, escrito em português e inglês, deduz-se que há o interesse dos agentes em alcançar a escala internacional, especificamente, investidores

dispostos a realizar investimentos na produção ou empresas fabricantes de produtos agrícolas interessadas em expor seus produtos no evento *Bahia Farm Show*. Nesse sentido, procedemos a partir da análise das características da produção local, dentre as quais, identificamos que há um significativo fluxo de exportações dos produtos agrícolas cultivados em LEM para vários países do mundo, bem como a atuação de empresas estrangeiras tanto na produção como no beneficiamento dos produtos.

Através da *Bahia Farm Show*, também foi possível mapeamos os fluxos, de acordo com a seguinte especificação: a) comercialização de produtos de empresas estrangeiras presentes no evento de forma direta ou através de concessionárias; b) produtos de empresas nacionais que exportam para vários países em todos os continentes. Este mapeamento aproximou-nos da conclusão sobre o significado da *Bahia Farm Show* diante do contexto competitivo global. Assim, por ter sido concebido em um ambiente localista com o predomínio do viés verticalizado, compreendemos que o evento é uma ação estratégica de inserção competitiva do município de Luís Eduardo Magalhães/BA. Esta inferência, também resulta da avaliação das condicionantes das ações do perfil dos agentes e dos meios utilizada no processo de construção e consolidação da BFS.

As *transformações socioeconômicas e espaciais* compõem a análise em virtude da necessidade de avaliarmos os desdobramentos da dinâmica política econômica do município e da realização do evento. Assim, constatamos que paralelo ao crescimento econômico se verifica o fortalecimento das instituições formais voltadas à saúde e a educação e que o município possui instrumentos de planejamento e ordenamento de uso e ocupação do espaço urbano, mas, ainda assim, não tem sido capaz de regular o avanço da ocupação no mesmo ritmo da necessidade habitacional da crescente população. Além disso, nota-se que o evento *Bahia Farm Show* tem demandado o avanço da rede hoteleira, a realização de eventos concomitantes e, até certo ponto, tem contribuído para a dinâmica do espaço urbano local.

Estabelecido o modelo de análise, partimos para seleção de fontes e instrumentos de coleta de dados. Assim, prosseguimos com o levantamento bibliográfico voltado à compreensão da globalização, do contexto competitivo global e da dialética globalização-fragmentação. Neste sentido, dada a quantidade de trabalhos disponíveis sobre o tema, priorizamos as obras voltadas à explicação do funcionamento da globalização, por entender a inviabilidade de contemplarmos a

vasta literatura que há sobre o tema da globalização. Para a compreensão da fragmentação, optamos por leituras geográficas acerca do assunto, sobretudo as análises produzidas no campo da geografia política.

Da mesma forma, avaliamos a ocupação do cerrado brasileiro pela agricultura científica globalizada destacando a inserção do oeste da Bahia enquanto nova fronteira agrícola e a continuidade do avanço espacial desta atividade econômica, através da definição da unidade de planejamento do governo federal denominada MATOPIBA. Para realizarmos esta análise, foi necessário buscar o auxílio dos *sites* oficiais do governo federal, especialmente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Ministério de Desenvolvimento Agropecuário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a fim de conhecermos como o governo federal organiza e executa a política agrícola nacional, bem como a trajetória da instituição do MATOPIBA.

Na etapa seguinte, o levantamento bibliográfico foi orientado pela necessidade de compreendermos o conceito de localismo. Desse modo, recorreremos às discussões desenvolvidas no âmbito da sociologia e da geografia, nas últimas três décadas, em relação à busca do nexo local-global até evidenciamos, à luz do trabalho de Fonseca (2001; 2003; 2013), quais são os processos que devem ser interpretados como emergência de localismo no Brasil.

A explicação sobre o ambiente localista do município de Luís Eduardo Magalhães exigiu a caracterização do município, a identificação dos agentes e das ações que evidenciam o localismo e possibilitam a classificação deste movimento como sendo do tipo verticalizado. Para isso, contamos com as contribuições da literatura científica produzida por Vieira (2008); Fonseca, Silva e Vieira (2010) e Fonseca (2011) sobre o município, das contínuas visitas aos *sites* oficiais da prefeitura municipal, da AIBA e da BFS.

O trabalho de campo e as entrevistas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, portanto, realizamos um total de três visitas a campo, sendo duas durante a semana do evento e uma em período oposto, conforme detalhamos no quadro 01.

Quadro 01 - Cronograma da Pesquisa de Campo – 2014-2015.

DATAS	ATIVIDADES	FINALIDADES
27/05/2014 a 01/06/2014	Observação participante	Conhecer a Feira de tecnologia e Negócios de Luís Eduardo Magalhães, bem como os principais agentes envolvidos na organização da feira e estabelecer contatos para conversas futuras.
31/03/2015 a 04/04/2015	Observação Entrevistas Coleta de dados	Comparar a dinâmica da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA em relação ao período de realização do evento.
02/06/2015 a 06/06/2015	Observação participante Entrevistas	Conhecer o conteúdo do localismo de Luís Eduardo Magalhães e o processo de construção e consolidação da <i>Bahia Farm Show</i> .

Elaboração: Lima (2015).

Em princípio, nos chamou bastante atenção a paisagem característica do local. As áreas com cobertura vegetal natural se separam abruptamente das áreas de reflorestamento (plantio de eucalipto) que, por sua vez, rapidamente cede espaço para os diferentes níveis de crescimento da soja. São diversas variações de verde cortado pela rede elétrica e estruturas de canalização hidráulica utilizadas na irrigação, na qual se destacam os desenhos circulares resultantes da opção pelo sistema de irrigação conhecido por pivô central. A produção agrícola é tão pujante e dinâmica que a nossa visão abarca um contínuo e acelerado processo de transformação, assim, a cada visita, cujo intervalo não ultrapassou 8 meses, notamos mudanças expressivas na paisagem.

A imagem 02, retirada do *Google Map*, ilustra a paisagem descrita, demonstrando o perímetro urbano de Luís Eduardo Magalhães (01) as áreas de colheita ou plantio recente (02) e as áreas de irrigação utilizando o sistema pivô central (03). Na mesma imagem, também está identificado o complexo *Bahia Farm Show* (04), no qual, durante os dias do evento, realizamos observação participante.

Figura 02 - A paisagem do entorno da cidade de LEM/BA - 2016



Fonte: *Google Maps*. Acesso em 03 de março de 2016.

Na paisagem urbana, destacam-se a pavimentação asfáltica em todas as ruas dos bairros próximos ao centro, a intensa movimentação de veículos grandes especialmente transportando cargas, a movimentação no centro comercial, o grande número de instituições financeiras, uma diversidade de lojas comerciais e empresas voltadas ao setor agrícola, grandes supermercados, muitos hotéis, etc. Além disso, temos a impressão de que a cidade está em construção, pois são inúmeras obras de pavimentação, construção de edifícios, abertura de loteamentos, reformas e duplicação de rodovias: a cada visita, identificamos algo novo na cidade.

Em termos comparativos, constatamos que, durante a realização da *Bahia Farm Show*, na cidade de Luís Eduardo Magalhães destacam-se uma grande movimentação de automóveis, dificuldades em relação ao tráfego de veículos em virtude das obras de duplicação da rodovia BR – 020 e o acréscimo do número de pessoas no centro comercial, nos bancos, nos restaurantes e nos hotéis. Destarte, os preços dos produtos e serviços aumentam consideravelmente durante a feira, órgãos públicos voltam-se totalmente para o evento, inclusive, neste período a prefeitura é transferida para o complexo *Bahia Farm Show*; escolas se mobilizam para levar os seus alunos para visitarem a Feira; instituições filantrópicas, a exemplo da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), e outros projetos sociais preparam-se para realizar apresentações no espaço cultural da feira, enfim, o

cotidiano de uma parte dos moradores da cidade é afetado pela realização do evento.

A primeira visita que realizamos em LEM, conforme o quadro 01 coincidiu com o período de realização da Bahia *Farm Show* e, em resumo, as observações realizadas no espaço onde acontece o evento conduziram-nos à reflexão sobre as condicionantes que levaram a existência de algo tão grandioso no estado da Bahia e no Nordeste. Aquele cenário, por suas especificidades, está distante das nossas referências de feira e de ambiente comercial, instigando a busca por caminhos que nos levassem a compreender a realidade. A fotografia 01 retrata a primeira impressão que tivemos da BFS.

Fotografia 01 – Vista parcial da Bahia *Farm Show* - 2015



Fonte: Jornal Nova Fronteira (2016).

Em suma, a Bahia *Farm Show* é um grande evento voltado para o comércio de produtos e serviços especializados, cujas pretensões são crescentes. De um ano para o outro, notamos a expansão da área e do número de expositores; melhorias na infraestrutura e na organização do acesso; a diversificação na oferta de serviços, a ampliação da área de convivência e do estacionamento de veículos, etc. Mas o evento também é permeado por um teor político que indica a influência e o poder de articulação dos agentes nas decisões do Estado, fato que demonstra que a

produção do espaço no município acontece de forma desigual, pois contempla apenas os segmentos políticos e econômicos da sociedade face ao modelo de gestão conservador que prevalece em LEM.

Para ampliar as possibilidades de análise da realidade, optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas como técnica de coleta de dados. Deste modo, foi possível apreendermos as informações ausentes da bibliografia e das observações e, de acordo com as orientações de Lakatos (1996), o planejamento da entrevista buscou assegurar a coerência entre a técnica e o objetivo da pesquisa. A seleção dos entrevistados levou em conta o seu protagonismo no contexto de construção e consolidação da BFS, respeitando a disponibilidade deles e garantindo as condições necessárias para assegurar-lhes o segredo de suas confidências. Assim, compreendemos, com base em Lodi (1974), que a entrevista possibilitou uma maior flexibilidade ao questionar o respondente, ao mesmo tempo em que permitiu avaliar melhor a validade das respostas.

As questões previamente definidas levaram em conta a relação do entrevistado com o tema da Bahia *Farm Show*. Os conjuntos de questões seguiram uma ordem cronológica com base em eventos, buscando dar liberdade para que os entrevistados esclarecessem o que estava sendo questionado e permitindo acréscimos extremamente importantes em virtude da aproximação com a conversa informal. Conseqüentemente, mesmo utilizando o mesmo número de questões para todos os entrevistados, verificamos variações no tempo das respostas e na quantidade de questões destacadas.

A escolha dos entrevistados foi feita com base no seguinte critério: participação na Bahia *Farm Show* seja no momento da sua construção, período considerado entre 2001 a 2007, ou da consolidação de 2008 até 2015. A propósito, este dois períodos foram definidos após intenso processo de reflexão sobre a necessidade analítica de demonstrar que a BFS é fruto de um processo, indicar que cada uma destas etapas se caracteriza de forma específica e concluir que o evento, em 2015, está consolidado tanto na escala nacional quanto internacional. Além disso, esclarecemos que denominamos etapa de construção o período compreendido entre a concepção e realização de um evento chamado Festa da Colheita na cidade de LEM até o momento da criação da Bahia *Farm Show* em 2007. Já a consolidação abrange oito edições da Feira, um período em que se destaca a independência dos agentes locais em relação à Agrishow de Ribeirão

Preto/SP, o protagonismo da iniciativa privada e a construção do complexo Bahia *Farm Show*.

Reiteramos que para a seleção dos entrevistados, as observações e as conversas informais foram fundamentais. A partir deste critério, realizamos as entrevistas e, na fase da tabulação dos dados, subdividimos os agentes entrevistados em grupos de acordo com a maneira como cada um se apresentou. Assim, obtivemos o seguinte resultado:

- G1 – Agentes políticos;
- G2 – Agentes da administração municipal;
- G3 – Agentes das associações de classe;
- G4 - Organizadores;
- G5 – Expositores;
- G6 – Imprensa;
- G7 – Instituições financeiras.

Ressaltamos que esta classificação tomou por base a forma como cada um se apresentou durante as entrevistas. No texto, ao citarmos as falas dos entrevistados, identificamo-los de acordo com o grupo ao qual pertencem (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7), sucedido por um número ou letra que foram definidos aleatoriamente. Desta forma, obtivemos um conjunto consistente de informações e dados que nos permitiram conhecer os agentes, as ações e os meios da Bahia *Farm Show*.

A organização dos capítulos, conforme descrições anteriores, seguiu a estrutura do modelo de análise desta pesquisa: partimos da escala global, representados pelos macros processos globais, em seguida, tratamos da escala nacional, regional até chegar ao local onde consideramos a singularidade da formação, gestão e organização do município de LEM e, por fim, do localismo expresso através da Bahia *Farm Show*.

Neste sentido, retornamos ao modelo de análise, no qual a escala geográfica encontra-se em evidência, com a finalidade de acatarmos o proposto por Souza (2013), e, assim, indicarmos o que os termos global, nacional e local representam na pesquisa. De acordo com o autor, não há nenhum problema com relação ao uso destas expressões, contudo, é fundamental entendermos que “as escalas de ação

não existem, a rigor, anteriormente à própria ação, como se fossem um ‘dado da natureza’” (SOUZA, 2013, p.192).

A especificação do global, do nacional e do local que estamos tratando, se justifica pelos os fenômenos e estimula o leitor a ter consciência do conteúdo que os termos trazem em si. Dessa forma, Souza (2013, p. 191), salienta que “não apenas a natureza da interação entre as escalas, mas também o peso de cada uma delas e até mesmo a abrangência física de algo como ‘escala local’, ‘escala regional’ ou ‘escala nacional’ não está fixado de uma vez por todas, sendo pelo contrário, parte do processo de criação histórica. Por isso a o autor utiliza a expressão construção social da escala.

A escala global referencia a dinâmica do sistema capitalista viés político e econômico envolvendo a construção e o funcionamento da globalização, a configuração do contexto competitivo global e sua relação com os processos de fragmentação. Neste caso, são processos relacionados diretamente com a configuração política, econômica e espacial das escalas nacional e local, sem previsão de hierarquia entre elas. Em relação à escala nacional, esclarecemos que não é uma mera indicação do recorte formal do Estado-nação, mas indica dois processos ocorridos no território nacional com implicações espaciais expressivas, a saber: a ocupação das áreas de cerrado pela agricultura científica globalizada e o formato adquirido pelo federalismo brasileiro por intermédio da Constituição Federal de 1988.

Neste caso o nível local da pesquisa envolve o município enquanto recorte político-administrativo do Brasil, um nível de governo e uma referência para a organização política no âmbito do federalismo. Além disso, entendemos que esta escala ultrapassa o reconhecimento formal e, dessa maneira, o local engloba a “possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço (...), e, adicionalmente, a possibilidade de formação de identidades sócio-espaciais bastante particulares sobre a base dessa vivência”. (SOUZA, 2013, p. 201). Mais precisamente, o que caracteriza esse nível são ações realizadas por um grupo de agentes, norteadas por interesses políticos e econômicos voltados à expansão do agronegócio, a consolidação de um ambiente político propício ao fortalecimento desta atividade econômica e a construção de espaços de fluxo e de uma dinâmica urbana em constante transformação.

Desta maneira, no primeiro capítulo da dissertação, consideramos a globalização atrelada à fragmentação, concluindo que, ao invés de homogeneização, os processos globais são responsáveis pela existência de diferenciações espaciais em virtude do contexto competitivo global. Ou seja, este capítulo apresenta as condicionantes ligadas à escala global, destacando os discursos sobre a globalização, a compreensão da globalização enquanto etapa do processo de expansão geográfica do capitalismo e a dinâmica que envolve a dialética globalização-fragmentação.

O segundo capítulo do trabalho, no qual destacamos a influência da expansão agrícola no cerrado brasileiro para a conformação do grupo social que liderou a emancipação política do município em 2000. Neste capítulo, também constatamos que a forma como se configura o federalismo brasileiro, sobretudo as inovações institucionais ocorridas na década de 1980, tem forte ligação com a emergência de localismos.

O capítulo três começa situando o local no contexto da globalização, diferenciando as vertentes do localismo e debatendo o conceito de localismo segundo a visão de autores como Harvey (2013), Santos, B. (2011), Borja e Castells (1997) Brugué e Gomá (1998) e Fonseca (2013). Assim, após a discussão sobre os agentes e as ações, concluímos que o localismo de LEM é caracterizado pela elaboração de estratégias que visam tornar o município atraente para investimentos nacionais e internacionais.

Além disso, no capítulo três refletimos sobre o tema feira na geografia através de estudos desenvolvidos desde a década de 1940 para, em seguida, caracterizar a Bahia *Farm Show* como um evento/feira, destacamos as ações estratégicas desenvolvidas pelos agentes em torno do seu processo de construção e consolidação e os meios utilizados na divulgação da BFS. Também destacamos a importância da Feira para o localismo do município, evidenciando que, pela ausência da democratização nos debates e articulações políticas, pois as decisões se restringem ao segmento político e econômico da sociedade, o localismo de LEM é marcado por conservadorismo em termos de gestão e, em relação à interação espacial e relações sociais, sobressaem-se os processos de verticalização, uma vez que se destaca a relação local-global em vez de local-local e deliberações de cima para baixo ao invés de amplas discussões nas quais todas as vozes sejam ouvidas.

Dessa maneira, a discussão sobre os fluxos ocupa o quarto capítulo juntamente com a discussão sobre os desdobramentos socioeconômicos e espaciais no município de LEM e a contribuição da Bahia *Farm Show* para isso. Ao destacarmos os fluxos, mais uma vez as *escalas* aparecem como fundamento imprescindível à análise em virtude da confluência entre os processos globais, nacionais, estaduais/regionais e locais.

CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: CONDICIONANTES GLOBAIS

Neste capítulo, discutimos, inicialmente, o tema globalização seguindo três premissas: primeiro, caracterizamos a visão de um mundo homogêneo constituído a partir do desenvolvimento tecnológico; em seguida, evidenciamos, à luz dos estudos de D. Harvey (2013), M. Santos (2011), F. Chesnais (1997), F. Jameson (2011), C. W. Porto-Gonçalves (2013), A. Giddens (1991), como o mundo contemporâneo, dito globalizado, deve ser explicado de modo que seja esclarecido, verdadeiramente, o seu funcionamento. Por fim, apresentamos as explicações sobre o convívio dialético entre uma lógica zonal (território zona), e uma lógica reticular (redes), como possibilidade de compreensão do espaço diante da globalização.

O exposto nos permitiu observar um conjunto de diferenciações que, se por um lado, corroboram com a ideia de que as redes e os fluxos globais não foram capazes de dirimir as diferenças geográficas, por outro, apresentam-se como possibilidades de leitura do espaço. São processos de regionalização, novos regionalismos, multiterritorialidades, emergência de localismos, dentre outros. Na sequência, refletimos sobre a configuração do contexto competitivo global, entendendo-o como um processo orientado pelas empresas transnacionais, mediante as possibilidades criadas pelo desenvolvimento da tecnologia dos transportes, informação e telecomunicações e em função das necessidades inerentes à expansão geográfica do capitalismo, em consonância com os interesses de agentes locais responsáveis pela adoção de medidas que tornam os lugares atraentes para os investidores externos.

No item dois, abordamos o conceito de fragmentação, numa sequência que trata o termo como contraface da globalização, as concepções no âmbito da geografia e, de forma particular, no campo da geografia política. Os fundamentos teóricos avaliados nos permitiram relacionar o processo de fragmentação e as emancipações municipais no Brasil, concluindo que a criação de um novo ente federado poderá ou não gerar fragmentação, a depender dos objetivos dos agentes locais.

Ao final, justificamos a valorização da escala local nesta pesquisa e indicamos o caminho que orienta a interpretação da realidade em meio à interação entre as escalas global, nacional, regional/estadual e local.

1.1 Globalização: entre o discurso de homogeneização e a dinâmica do espaço geográfico mundial

Do muito que foi dito sobre a globalização nas três últimas décadas, destacam-se as interpretações que a associam à dimensão tecnológica, sobrevalorizando os efeitos desta sobre a dinâmica do espaço mundial. Nesta perspectiva, a globalização é considerada resultado do avanço tecnológico, oriundo das três Revoluções Industriais: a primeira, ocorrida no século XVIII, que resultou na criação da máquina a vapor, o transporte coletivo movido à queima do carvão vegetal ou mineral; a segunda, do século XIX, responsável pela invenção dos automóveis, do telégrafo e, pouco tempo depois, do avião; e a terceira, ocorrida no século XX, marcada pelo surgimento de novos campos científicos, a exemplo da robótica, informática, indústria aeroespacial, etc. Nesse sentido, o seguinte pensamento torna-se bastante coerente em razão da utilização destas tecnologias: por exemplo, a viagem de Pedro Álvares Cabral da Europa à América, em 1500, durou 43 dias, já as horas de vôo entre os dois continentes, hoje, dura em média de 08. Além disso, as informações sobre um ponto específico do globo, atualmente, são transmitidas em tempo real, para o mundo inteiro, por intermédio das agências de notícias, das grandes redes de televisão e pela rede mundial de computadores. Por estas razões, tornaram-se comuns as seguintes expressões: aproximação entre os lugares, velocidade e instantaneidade da informação, fluxos globais de pessoas, mercadorias, informações e capital e compressão do tempo e do espaço.

Este resultado contou com a forte e decisiva contribuição do sistema de comunicação, afinal, as ondas dos satélites, os cabos de fibra óptica (inclusive intercontinentais), o moderno sistema de telefonia fixa e móvel e a rede mundial de computadores conectaram as pessoas não importando a sua localização, estabelecendo-se redes mundiais. Seguindo esta compreensão, Barbosa (2001) considera que

A globalização caracteriza-se, portanto pela expansão dos fluxos de informações – que atingem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais – pela aceleração das transações econômicas – envolvendo mercadorias, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais – e pela crescente difusão de valores políticos e morais em escala universal (p.12-13).

Deste modo, a ideia que passou a ser veiculada nos meios de comunicação e em setores acadêmicos era de que estávamos diante de um processo contínuo de padronização dos costumes, da cultura, dos gostos, entre outros aspectos, em nível global. Desde então, a interação entre os povos passou a contar com o auxílio de um conjunto de novas técnicas que provocaram alterações no tempo de realização das atividades e na configuração do espaço.

Vista dessa forma, a globalização compreende um fenômeno incontrolável. Este enjeita fronteiras (Estado-nação) e diferenças espaciais e culturais, provocando a uniformidade das relações, tornando o mundo homogêneo. Por exemplo, as características apresentadas pelo autor supracitado exprimem um conjunto de novidades, cuja influência sobre a organização da sociedade é unânime e avassaladora, de modo que não haveria possibilidade de resistência. Os defensores desta ideia sugerem redução das distâncias entre as pessoas e entre os lugares, pois o dinheiro brasileiro pode comprar o produto chinês através de *sites* de compras e do código de segurança do cartão de crédito, homogeneidade, em função da veiculação de informações em tempo real, e uniformidade dada a existência de padrões de produção, de consumo e culturas disseminados pelo mundo inteiro.

O mundo foi, portanto, considerado como uma “Aldeia Global”⁴ em analogia à livre circulação de mercadorias, pessoas, ideias e dinheiro e pela ampliação das áreas de influência das empresas transnacionais. Frente a esta circunstância, alguns estudos desenvolvidos no campo das ciências sociais anunciaram o fim das fronteiras, fim do Estado-nação, fim da região, fim dos territórios, fim da geografia e a ausência das diferenças culturais, em virtude da afirmação de valores e artefatos universais.

Contudo, a partir do início da década de 1990, alguns estudos que também atrelam a globalização ao processo de expansão capitalista, evidenciaram o caráter ideológico que fundamentou a crença na globalização enquanto processo capaz de dirimir todas as diferenças, possibilitando a aproximação, a uniformidade e a

⁴ Expressão criada por McLuhan, na década de 60 do século XX.

homogeneização do mundo. Dois autores se destacam por explicar como a globalização foi construída ou arquitetada. O primeiro deles é Santos, M. (2011), que compreende a globalização como o ápice do processo de internacionalização, sugerindo a reflexão sobre o estado das técnicas e da política, ressaltando o papel da ideologia na produção da história e expondo os limites desta ideologia em relação ao discurso sobre a globalização. Desta forma, o autor apresenta a arquitetura da globalização, evidenciando que o progresso da técnica serviu de base para que os atores globais, em seu benefício, construíssem a globalização que se estabeleceu como uma fábula. Contudo, apesar de admitir que, no final do século XX, a ciência produziu um novo sistema de técnicas com presença planetária, Santos (2011) chama a atenção para as contradições que estão sendo continuamente escancaradas, pois a fábula gerou perversidade, competitividade e novas tiranias. Neste sentido, o autor apresenta os fatores explicativos da produção da globalização.

O autor, ao nos apresentar um estudo sobre a construção da globalização e a partir das implicações dos processos globais que resultam em uma série de contradições constitutivas da sociedade atual, propaga a possibilidade de reversão do processo. Afinal, ele deixa claro que: “na realidade, o que buscamos foi, de um lado, tratar da realidade tal como ela é, ainda que se mostre pungente; e, de outro lado sugerir a realidade tal como ela pode vir a ser, ainda que para os cétricos nosso vaticínio atual apareça risonho” (SANTOS, 2011, p.13). Assim, as ideias sistematizadas pelo autor evidenciam a fábula da globalização demonstrando que a trajetória de construção contou com o protagonismo do Estado, enfatizam a perversidade deste processo dada a violência do dinheiro e da informação na busca pela mais-valia e, por fim, mostram a possibilidade de uma outra globalização.

Por sua vez, Harvey (2013), o segundo autor, elucida que a globalização tornou-se palavra-chave para as explicações sobre o funcionamento do mundo. Ele foca nas implicações teóricas e políticas da ascensão do termo globalização e a considera como um processo, uma condição ou um tipo específico de projeto político, entendendo que, desde 1492, algo parecido com a globalização vem ocorrendo e, antes disso, a internacionalização das trocas já existia. Para ele, isso significa que o capitalismo recorre à organização geográfica como solução parcial para suas repetidas crises.

Neste contexto, o autor estabelece duas proposições relevantes. A primeira diz respeito à possibilidade da compressão espaço-tempo resultante dos mecanismos de coordenação dos diferentes tempos de giro do capital, registrados por meio das contradições entre o capital monetário e o financeiro, de um lado, e os capitais comerciais, de manufatura, agrário, da informação, da construção, dos serviços e do Estado, do outro. Isso significa que a aceleração dos processos globais nos faz sentir que o mundo é menor, as distâncias diminuíram e os eventos de um determinado lugar impactam imediatamente outras pessoas em outros lugares.

A segunda proposição do autor é que o capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a aniquilar o espaço por meio do tempo, mas só pode fazê-lo por meio da produção de um espaço fixo. Logo o capitalismo produz paisagem geográfica apropriada a sua dinâmica de acumulação simplesmente para ter de destruir e reconstruir, a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior (HARVEY, 2013). A partir destas duas proposições, o autor apresenta os aspectos discerníveis do funcionamento da globalização em comparação com as etapas anteriores do desenvolvimento capitalistas.

Tanto os fatores explicativos da arquitetura de Santos (2011) quanto os aspectos discerníveis de Harvey (2013) foram sistematizados no quadro 02.

Quadro 02 – Aspectos discerníveis e fatores explicativos da globalização segundo Harvey (2013) e Santos (2011)

AUTORES	TÓPICOS	CONCEITOS	SIGNIFICADOS
HARVEY	Aspectos discerníveis	Redução do custo e do tempo de deslocamento.	Inovações tecnológicas voltadas à liberação dos deslocamentos de mercadorias e pessoas, das restrições impostas pelas fricções da distância. Ex: estradas, vias aéreas, telecomunicações.
		Construção de Infraestruturas físicas fixas	Facilita os deslocamentos e suporta as atividades de produção, troca, distribuição e consumo. Torna a paisagem geográfica do capitalismo cada vez mais clara.
		Construção da organização territorial	Ocorre primordialmente pela capacidade que o Estado possui para regular o dinheiro, a lei e a política e de monopolizar os meios de coerção segundo uma vontade territorial soberana.
SANTOS	Fatores explicativos	A unicidade técnica	O sistema de técnicas incide sobre o uso do tempo, permitindo a convergência dos momentos, a simultaneidade das ações e a aceleração do processo histórico.
		A convergência dos momentos	Significa o acesso instantâneo do acontecer do outro, resultante do fato de que nos diversos lugares a hora do relógio é a mesma, assim como os momentos vividos.
		O motor único	É representado pela mais-valia universal que se tornou possível porque a produção se dá em escala mundial, por intermédio das empresas mundiais no mundo da competitividade. Significa um novo patamar da internacionalização.
		Cognoscibilidade do planeta	A possibilidade de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente em virtude do progresso da ciência e da técnica (os satélites fotografam o planeta).

Fonte: Harvey (2013, p.87-88) e Santos, M. (2011, p. 24-33).
Elaboração: Lima (2015).

Os conceitos sistematizados demonstram a existência de um processo diferenciado na história do capitalismo. Contudo, é preciso ponderar sobre as afirmações generalizantes, afinal as fricções das distâncias foram superadas apenas entre áreas específicas do planeta (Europa – Estados Unidos – Japão), a fluidez dos

deslocamentos de pessoas ocorre de forma seletiva, pois as regras de controle nos aeroportos e nas fronteiras estão cada vez mais severas.

Além disso, as informações não circulam em todos os lugares no ritmo impresso pelos satélites das telecomunicações, a lógica dos fluxos de mercadorias entre os países industrializados não é a mesma vigente no mundo subdesenvolvido. Isso se deve ao fato de os primeiros disporem de vantagens como a infraestrutura portuária, benefícios decorrentes da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), políticas protecionistas e do peso de sua influência na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Portanto, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a compressão espaço-tempo não se efetivaram e devem ser examinadas em paralelo com as profundas desigualdades espaciais e tecnológicas que persistem entre os povos e os lugares (SANTOS, 2011). Igualmente, devemos levar em conta que a mais-valia universal, ou seja, o novo patamar de competitividade das empresas mundiais amplia cada vez mais a sua influência sobre a organização territorial dos Estados, entretanto não decreta o seu fim.

A ideia de construção ou arquitetura da globalização também aparece nos estudos de Chesnais (1996). Ao desvendar as ideologias envoltas na palavra *global*, o autor explica que o seu surgimento está ligado a estratégias de *marketing* e à figura de consultores formados por grandes escolas de administração norte-americanas. Neste caso, inicialmente, *global* destinava-se aos grandes grupos econômicos, significando: os obstáculos à expansão de vocês foram superados por intermédio da “liberalização” e da “desregulamentação”. Sendo assim, “reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais.” (CHESNAIS, 1996, p.23). Nesta perspectiva, ao falar em globalização, fala-se do momento em que o capitalismo atinge a sua fase financeira, por isso, há a possibilidade de utilizarmos a expressão “mundialização do capital”, correspondendo à globalização (a globalização financeira). Esta expressão, segundo o autor, “traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’” (p.17).

Por conseguinte, o autor observa a reorganização da economia e da geopolítica mundial contemporânea, mediante a centralização do capital aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeira. O autor

destaca, neste processo, a atuação das indústrias transnacionais, utilizando o conceito de “oligopólio mundial” para explicar a forma como as grandes firmas se organizam no mundo, sob a ótica dos novos contornos do Investimento Externo Direto (IED). Nesta perspectiva, o IED compreende as novas formas de articulação entre grupos industriais, comerciais e financeiros, a exemplo das fusões, das parcerias e consórcios, um padrão que vai de encontro ao regime flexível pela ausência de especialização.

Surge, portanto, a empresa-rede como uma nova forma de organizar e gerenciar as novas hierarquias, maximizando as possibilidades de “internalizar as externalidades”. No fluxo das mudanças, o setor de serviços tornou-se uma fronteira para a mundialização, atividades do Estado foram transferidas para o mercado através da desregulamentação e das privatizações e ocorreu a vinculação entre os setores produtivos e financeiros (atividades bancárias e serviços). Nesse sentido, o autor compreende que

Qualificar as finanças de indústria significa que ‘o comércio de dinheiro e valores’ é encarado como atividade transnacional, objeto de competição, no plano mundial, entre agentes que procuram explorar da melhor forma suas próprias vantagens comparativas (CHESNAIS, 1997, p.240).

O autor distingue três elementos no estabelecimento da mundialização financeira: a) a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira; b) a desintermediação; c) a abertura dos mercados financeiros nacionais. A interação e o entrelaçamento entre estes fatores permitem que o autor considere o conceito de “globalização financeira”, entendendo-a como um processo que

Abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpretação dos mercados monetários financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes. (CHESNAIS, 1997, p.261).

Vale lembrar que, a partir da perspectiva que prevê o funcionamento da globalização, o Estado permanece sendo um agente importante. Em síntese, a contemporaneidade assistiu às mutações no seu papel, muito em função das políticas neoliberais que impuseram a sua reestruturação, ao mesmo tempo em que viu crescer a sua eficácia frente às demandas globais. O fim do Estado-nação não se concretizou como previam os estudos, mas o rumo de suas ações tendenciam

para o favorecimento dos agentes econômicos externos, a exemplo das empresas transnacionais.

Em referência à globalização, Porto-Gonçalves (2013, p. 12) reflete acerca da força da imagem da globalização através da narrativa sobre conquista do espaço no contexto da guerra fria. Para o autor, a força da imagem revelou que a terra não tem fronteira e naturalizou a ideia de globalização, pois não haveria mais barreiras. Ele adverte: “poderosa imagem essa que sobrevaloriza o planeta e esconde os povos, as culturas” (p.12), alertando para a existência de intencionalidades em torno da globalização, pois, por trás desse processo, há agentes e intenções bem clarificadas.

Neste ponto, a compreensão do autor se assemelha a Harvey (2013) e Santos, M. (2011), no que diz respeito ao projeto construído ou arquitetado, pois ele compreende que a natureza da globalização é fruto do projeto geopolítico do contexto da Guerra Fria.

O desencadear deste processo expõe a recusa da escala local, face à sobrevalorização da escala global, bem como os protagonistas do processo, indicando a ausência do reconhecimento das relações de proximidade e das singularidades locais. Por isso, o convite do autor gira em torno da necessidade de desnaturalizarmos os termos transnacionais, internacional, mundial e não governo, partindo do suposto de que a globalização não é neutra. Por ancorar-se em diversos pontos de vista (iluminista, liberal, marxista, etc.), é grande “o fascínio da ideia de globalização como superação das fronteiras e das barreiras locais e nacionais.”

Aqui se estabelece o desafio ambiental do período neoliberal em que a não existência de fronteiras corresponde, numa perspectiva econômico-financeira, à dinâmica da natureza. No entanto, a atenção dispensada pelo autor a outros tipos de globalização, construídos em níveis alternativos de compreensão do mundo, dá conta de múltiplas possibilidades que incorporam a dimensão ambiental. Dessa maneira, ele conclui que

não podemos mais pensar em indígena ou camponês ou uma comunidade afrodescendente nos seus *pallenques* e quilombos como o atraso a ser superado. Surpreendendo a muitos que viam nessas populações a expressão do localismo e do ativismo conservador. (PORTO-GONÇALVES, 2013, p.458).

Esse mundo de novas territorialidades em gestação contraria a imersão no processo de naturalização da globalização, no qual as diferenças não aparecem. Destarte, a compreensão do autor abre um importante espaço para que as visões hegemônicas sejam suplantadas e compreensões mais realistas sejam elaboradas diante do contexto de transformações a que chamamos globalização.

A abordagem sobre a globalização em Giddens (1991) apresenta interpretações das transformações sociais associadas ao período atual, caracterizado pela radicalização das consequências da modernidade. Relativo a este período, o autor destaca quatro dimensões institucionais básicas: capitalismo, vigilância, poder militar e industrialismo, compreendendo que as inter-relações entre essas dimensões tornaram a expansão ocidental aparentemente irreversível. Neste caso, a modernidade é inerentemente globalizante, sendo a globalização “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p.76).

Para o autor, este é um processo dialético e prescinde do reconhecimento e análise de como a vida social é ordenada através do tempo e do espaço. Assim, há uma complexa relação entre os envolvimento locais e as interações através das distâncias, que resulta no alongamento das relações entre formas sociais e eventos locais e distantes. Neste sentido, o autor admite que possa haver tanto processos de verticalização, quanto o distanciamento dos acontecimentos locais e os padrões estabelecidos no nível global.

O conceito de globalização de Giddens (1991) inclui a interligação entre quatro dimensões: a economia capitalista mundial, o sistema de Estados-nação, a ordem militar e a divisão internacional do trabalho. Em síntese, isso significa que, na economia capitalista mundial, as corporações são agentes dominantes que possuem a capacidade de controlar imenso poder econômico, mas o seu poder não rivaliza o sistema de Estados-nação, pois estes representam os principais centros de poder da economia capitalista em virtude do controle do território e dos meios de violência. Logo, “não importa o quão grande possa ser seu poder econômico, as corporações industriais não são organizações militares (...) e não podem se estabelecer como entidades político/legais que governam uma determinada área territorial.” (GIDDENS, 1991, 83). As contribuições do autor esclarecem em qual patamar de

atuação e importância se encontram os Estados nestes novos tempos de radicalização da modernidade.

Na análise de Jameson (2001), há quatro posições adotadas comumente nos estudos sobre o assunto: a) a tal globalização não existe; b) a globalização não é nenhuma novidade, sempre existiu; c) há uma relação entre a globalização e o mercado mundial; d) a globalização é uma característica intrínseca do terceiro estágio do capitalismo. Diante das diferentes concepções, ele assegura:

A globalização significa essencialmente unificação e estandardização: através da intermediação das grandes corporações multinacionais ou transnacionais, em grande parte baseada nos Estados Unidos, uma forma standard de vida material americana, juntamente com valores e formas culturais norte-americanas, está sendo sistematicamente transmitida a outras culturas. (JAMESON, 2001, p. 55-56).

Desta forma, os lugares do mundo se tornam cada vez mais parecidos, as culturas nacionais vão sendo fortemente afetadas e, diante deste quadro, é preciso estabelecer, nas demais regiões do mundo, segundo o autor, alternativas contrárias à preponderância cultural/comercial dos Estados Unidos. Sendo o objetivo central das preocupações de Jameson (2001) o desenvolvimento de um pensamento além das ideologias, impõe-se como mais produtivo fazer um inventário das ambiguidades entre as fantasias e a realidade que circundam a globalização. Um dos itens desse inventário diz respeito ao determinismo tecnológico baseado na existência de uma economia verdadeiramente global. Contrapondo-se a isso, ele propõe a elaboração de uma proposta de resistência através da elaboração de uma política nacionalista (JAMESON, 2001).

A proposta do autor fundamenta-se na distinção entre cinco níveis, devidamente ordenados, comumente atrelados às explicações da globalização: 1-tecnológico; 2-político; 3-cultural; 4-econômico; 5-cultural. Ao interconectar estes níveis, o autor explica que a fusão entre o econômico e o cultural revela que, em tempos de globalização, a cultura está a favor do dinheiro, cujo exemplo primordial é a indústria do entretenimento norte-americana (produções cinematográficas *Hollywoodianas*). Portanto, no dizer do autor,

Apenas a resistência ao imperialismo americano constitui uma oposição ao sistema, ou à própria globalização. No entanto, as áreas melhor equipadas em termos socioeconômicos para sustentar esse tipo de resistência global – o Japão ou União Européia – estão visceralmente implicadas no projeto americano de mercado livre global e têm os ‘sentimentos contraditórios’ de sempre, defendendo seus interesses em larga medida através de disputa sobre tarifas, proteção, patentes e outras questões comerciais. (JAMESON, 2001, p.37-38)

O aporte definitivo do autor para nossa investigação revela-se na compreensão do potencial de resistência embutida na configuração do próprio processo de globalização. Nessa direção, concebemos a formulação de diferenciações em diversas escalas, sendo em alguns casos um contraponto, em outros, a busca pela inserção global, além das situações em que as diferenças afeiçoam-se à dinâmica da globalização. De outra forma não seria possível explicar a reconfiguração do leste europeu após o fim da Guerra Fria, o levante Zapatista em 1994, no México, a criação do Sudão do Sul em 2011 e o desejo de emancipação da Catalunha atualmente. Trata-se de ações e movimentos que expressam a emergência de nacionalismos, novos regionalismos, multiterritorialidades e localismos. Sendo assim, é conclusivo pensar que no âmbito da geografia, as redes organizacionais globais, conduzidas pelas grandes empresas, não suprimiram as regiões ou o ponto não superou o plano como observa Fonseca (2013). Para ele,

Apesar da expansão do processo de globalização, o que percebemos atualmente é a ampliação do número de Estados e fronteiras e os ressurgimentos das dinâmicas regionais e locais que, mesmo não prescindindo das redes, ratificam a atualidade e pertinência do conceito de região e a emergência de localismos em diversas partes do mundo (p.159)

Neste sentido, pensar o mundo contemporâneo com base na “nova ordem mundial” proposta por Rogério Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), de acordo com o quadro 03, parece-nos um caminho capaz de contemplar as recentes transformações no mapa do mundo, pois os autores buscam compreender o espaço mundial através da dialética entre a lógica zonal e a lógica reticular.

De acordo com os autores é possível conceber quadro dimensões da ordem mundial, a saber: econômica, política, cultural, ambiental. Em síntese, diante deste quadro analítico, podemos concluir, entre outras coisas, que as decisões mundiais estão subordinadas ao grande capital e que o Estado ao ter as empresas

transnacionais como aliadas terminaram por fortalecer a sua capacidade de controlar o seu território.

Quadro 03 - Dimensões da des-ordem mundial

DIMENSÕES	INDICAÇÕES
Des-ordem Econômica	Fruto das mudanças ocorridas na economia mundial nas últimas décadas. Estas indicam que o poder mundial está subordinado aos interesses do grande capital e dos organismos que gerenciam a economia global e exemplo do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.
Des-ordem Política	Nesta dimensão, o Estado é protagonista, pois teve seu papel influenciado pelas transnacionais que, através das parcerias, passaram a participar da criação de infraestrutura de transportes, água e saneamento. Contudo, isso não significa perda da capacidade de controle da sociedade através do território.
Des-ordem Cultural	O elemento fundamental deste processo é a mobilidade das pessoas (diáspora para os autores), “enquanto se expande uma cultura ‘global’ nos moldes ocidentais, entrecruzando-se de forma complexa com as culturas locais (...), reforçam-se também várias identidades locais, regionais, nacionais, étnicas ou religiosas”.
Des-ordem Ambiental	O domínio da natureza pela técnica desencadeou processo que culminou na criação do ambientalismo na década de 1970, “pouco a pouco ele foi sendo assimilado por uma lógica mercantil, ainda que com a resistência de setores que identificam na mercantilização generalizada o cerne da injustiça ambiental”.

Fonte: HAESBART, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006).
Elaboração: Lima (2015).

Desta forma, o espaço mundial, diante dos processos globais, é caracterizado pelo convívio dialético e contraditório entre territórios-zona (lógica de ordenamento estatal) e territórios-rede (lógica reticular) que significam desordenamentos capitaneados por outras instituições que atuam de par com a tradicional instância do poder mundial. De acordo com os autores, “fica evidente então que o espaço mundial sob a ‘nova des-ordem’ é um emaranhado de zonas, redes e ‘aglomerados’, espaços hegemônicos e contra-hegemônicos que se cruzam de forma complexa na face da Terra”. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Neste mundo de des-ordens, prevalecem os processos de diferenciações espaciais, políticas, econômicas, sociais e culturais, apesar do discurso de homogeneização que, durante muito tempo, foi tomado como verdade. Entender de fato como funciona o mundo contemporâneo é fundamental para as análises científicas, assim como para a ação política.

1.1.1 O contexto competitivo global

O funcionamento da globalização, ao longo das últimas três décadas, tem revelado uma tendência à competitividade entre os lugares. Em parte, esta possibilidade está ligada às investidas das empresas transnacionais que passaram a negociar a sua liberdade de atuação frente aos limites territoriais. Ao mesmo tempo, isso tem a ver com a reorientação do papel da escala local diante da globalização, possibilitando a adoção de medidas competitivas coerentes com o projeto expansionista do capital. Nesse sentido, dentre as características diversas do padrão econômico mundial, passou a destacar-se a desconcentração industrial resultante da evolução do sistema de transporte, que resultou na redução do tempo e dos custos dos deslocamentos espaciais.

Até certo ponto, as empresas livraram-se dos tradicionais fatores locacionais⁵, inaugurando novos padrões de produção e comercialização dos seus produtos. A indústria de automóvel, por exemplo, desobrigou-se da habitual localização próximo às metalúrgicas e em seu país de origem, aproveitando-se da possibilidade oriunda do desenvolvimento tecnológico, desconcentram o processo produtivo, através da abertura de montadoras, subsidiárias ou pelas fusões, em país onde a industrialização encontra-se num estágio de menor desenvolvimento.

A propósito, é a partir da atuação das empresas transnacionais que observamos mais facilmente a conformação do contexto competitivo o qual se configura com a participação efetiva destes vetores, enquanto agente econômico, valendo-se das ações do Estado que regula a economia de modo que favoreça a ampliação dos lucros das empresas por intermédio de incentivos fiscais como a redução ou liberação de impostos. De acordo com Chesnais (1996, p.18), esta prática está inserida no processo de mundialização e demonstra a seletividade do capital, pois não é todo o planeta que o interessa e relaciona-se ao padrão da concorrência mundial que afeta as empresas.

No caso do Brasil, os entes subnacionais, nas últimas décadas, têm empreendido esforços no sentido de dotar o seu território de vantagens para

⁵ Fatores locacionais são recursos disponíveis em um determinado espaço capaz de oferecer vantagens comparativas para a produção industrial. Por exemplo, fontes de energia, matérias primas, mão de obra, etc..

atraírem novos investimentos privados e, muitas vezes, internacionais. Conforme Fonseca (2001), se baseando em Santos (2011) neste contexto, os lugares

que apresentarem maiores virtualidades técnicas (infra-estrutura, acessibilidade, equipamentos), organizacionais (leis, impostos, relações trabalhistas, mão-de-obra qualificada etc.) e naturais – hoje com menor importância relativa dentro do processo produtivo – estão mais aptos a atrair investimentos externos. (p.102)

Em conjunto, estas medidas são pensadas visando atrair investimentos externos, estabelecendo a competição entre os lugares e caracterizando o contexto competitivo global. Entretanto, esta não é uma máxima intocável no mundo contemporâneo, pois, por mais que tenha havido transformações na configuração do espaço mundial e a interação entre global e local, não se atingiu o ponto em que o capital seja inteiramente livre, embora seja inegável a seletividade a qual, segundo Chesnais (1996), suponha a liberdade de escolha. Atribuir ampla liberdade ao processo de expansão capitalista por intermédio das transnacionais significaria a desconsideração do poder de decisão que os locais possuem, através de seus agentes. Sendo assim, enquanto alguns locais desenvolvem a sua dinâmica econômica e política em conformidade com o sistema capitalista, outros lugares são alcançados pelos processos de globalização para além do padrão da concorrência mundial, denotando resistências e/ou contraponto em virtude do contexto dos lugares.

No item a seguir, ao avaliarmos a fragmentação diante do contexto competitivo global, apresentamos os possíveis produtos erigidos destas circunstâncias, tanto em relação à simetria ou não entre escala local e processos competitivos globais.

1.2 A fragmentação diante do contexto competitivo global

Na leitura do mundo contemporâneo realizada por Haesbaert (2013), os processos de globalização e fragmentação são indissociáveis. Ele propõe que a fragmentação seja a contraface da globalização e vincula concomitantemente as dinâmicas que contrapõem as ações globalizadoras e aquelas que as constituem. Sendo assim, o mundo contemporâneo é marcado por controle e descontrole, pois “nosso tempo ‘global-fragmentado’ é, assim, o tempo da indistinção do dentro e do

fora, do móvel e do imóvel, no qual as fronteiras territoriais ‘de soberania’ nunca foram, ao mesmo tempo, tão vulneráveis e tão fechadas” (HAESBAERT, 2013, p.23).

Diante da dialética globalização-fragmentação enunciada pelo autor, entendemos que a temática não deve ser concebida de forma simplista, e a preocupação com a coerência em relação às explicações acerca desses temas impõe ponderar sobre a polissemia que o termo fragmentação adquiriu ao longo dos anos. Para esclarecer o nosso ponto de vista, seguimos a proposição do autor sobre como trabalharmos o conceito

Numa analogia entre fragmentação e ‘segmentação’ ou ‘fracionamento’, num sentido de fragmentação que vai muito além daquele que a associa estritamente com ‘ruptura’ ou ‘quebra’. Trata-se de uma concepção bastante ampla de fragmentação, a partir da noção de ‘fragmento’ vista, sobretudo, ‘como parte de um todo, pedaço, fração’ (HAESBAERT, 2013, p.40).

Sendo assim, a associação entre o conceito de fragmentação de Haesbaert e a compreensão de Fonseca (2001) sobre a dinâmica local conduz-nos à compreensão de que, diante do contexto competitivo global, a fragmentação não decreta a ruptura dos locais incluídos no projeto de expansão de uma determinada empresa, mas sim, promove a sua integração ou inclusão em outra lógica. Ou seja, uma vez que as ações desenvolvidas em determinados locais estão associadas aos interesses globais, faz com que esse local seja qualificado como uma parte do todo.

Na compreensão da dialética globalização-fragmentação, Haesbaert (2013) distingue dois tipos específicos de fragmentação: o primeiro é a fragmentação “inclusiva ou integradora” que o autor exemplifica através das subcontratações, terceirizações, trabalho temporário e a “deslocalização” das empresas transnacionais. Estas atividades têm relação com a lógica competitiva global e servem de mola propulsora para os processos globalizadores, principalmente no que diz respeito às dinâmicas econômicas e tecnológicas. Ou seja, este tipo de fragmentação representa um ajuste entre as dinâmicas particulares (muitas vezes locais) e aquelas lideradas por agentes hegemônicos globais.

O segundo tipo é a fragmentação “excludente ou desintegradora”, representando movimentos que contrariam, reagem ou resistem aos processos globalizadores. Esta versão foi subdividida pelo autor em duas perspectivas:

Uma, que constitui a contraface excludente, diretamente produzida pelos processos de globalização neoliberal, cujo modelo financeiro e tecnológico (especulativo e poupador de mão de obra) gera desemprego estrutural e relega praticamente ao abandono extensas áreas da periferia do planeta (...); e outra, que inclui as reações ou resistências ao processo globalizador hegemônico, especialmente nas esferas ideológica e cultural. (HAESBAERT, 2013, p. 43).

Para ilustrar, o autor cita o exemplo dos movimentos fundamentalistas islâmicos e os nacionalismos, enquanto reações conservadoras, e os movimentos contraglobalizadores, como o Fórum Social Mundial, que representam as reações progressistas. Embora as distinções facilitem a compreensão, o autor adverte que esta separação aplica-se adequadamente à análise do tema, mas, na realidade, estes processos concretizam-se de forma ambígua e complexa e, acrescentaríamos, é abrangente a determinadas escalas.

O conceito de fragmentação interessa à ciência geográfica em virtude da dinâmica espacial que lhe é inerente e o produto dos processos de fragmentação tem fundamento espacial. Através da observação e análise destes processos, é possível explicar a organização da sociedade e funcionamento das dinâmicas políticas, econômicas, socioculturais e ambientais no contexto competitivo global. Desse modo, no campo da geografia, fragmentação, nas muitas circunstâncias em que é empregada, também denota prática espacial.

Dada a sua relevância nos últimos anos, o termo esteve presente em diversas análises, conforme demonstramos no quadro 04, elaborado a partir das contribuições de Fonseca (2013). Esse autor ressalta que, do ponto de vista epistemológico, a fragmentação aparece associada a dois processos interconectados: primeiro associado à abordagem pós-moderna, significando o contraponto à racionalidade totalizante que marca a modernidade; e, segundo, associa-se à criação de novas disciplinas científicas no século XIX. Apesar disso, a ausência de consenso sobre a utilização do termo é marcante entre os geógrafos brasileiros, contudo, observamos que, no campo da geografia política, o conceito tem sido amplamente utilizado em referência às emancipações municipais, às vezes, como sinônimo de divisão.

Quadro 04 - Significados de fragmentação segundo a escala

FRAGMENTAÇÃO		SIGNIFICADOS
ESCALAS	Global	Contraponto à globalização enquanto etapa atual do processo de expansão do capitalismo, sendo, portanto, sinônimo de movimentos nacionalistas, regionalistas e localistas que emergem contra a ordem global que tende a homogeneização.
	Nacional	Associa-se à divisão territorial, quando esta resulta na criação de novos países por causa da ausência de cooperação entre as diversas instâncias de poder.
	Regional/ Estadual	Significa três processos distintos: -Desigualdades regionais face ao processo de globalização; -Desintegração competitiva decorrente da livre ação do mercado que integra as áreas prósperas e, ao mesmo tempo, desintegra, fragmenta aquelas de menor desenvolvimento; -Vinculado à divisão do território nacional para a criação de novos estados.
	Municipal	Presente nos estudos sobre o município, no campo da geografia política, entendida como sinônimo de emancipação e divisão do território. Além disso, aplica-se ao debate sobre as intencionalidades e os resultados desse processo para o fortalecimento socioeconômico e na oferta de serviços básicos.
	Urbana	Associa-se às diversas formas de uso e organização do solo urbano, incluindo segregação, diversidade, divisão, etc. geralmente nos estudos de base política e econômica.

Fonte: Fonseca (2013, p.169-170).

Elaboração: Lima (2015).

Em relação às emancipações municipais no Brasil, Fonseca (2013) opta pela escrita do termo divisão precedendo fragmentação, unindo-os pelo símbolo (/) barra (divisão/fragmentação). Esta opção denota a seguinte compreensão: no momento em que ocorre a emancipação municipal e que é instituído um novo ente federado no território nacional, a divisão é o termo indicado, contudo, as motivações, os agentes e os desdobramentos decorrentes da emancipação podem configurar processos de fragmentação, caso haja articulação direta entre o local e os processos globais, nos termos da fragmentação inclusiva ou integradora de Haesbaert (2013). Dessa maneira, o município seria uma parte do todo e, a depender dos demais recursos do território, ancoraria a emergência de um tipo de localismo verticalizado, cujas características poderão ser descritas pela análise da realidade específica. Sendo assim, a divisão/fragmentação sinaliza três possibilidades:

a) A *divisão* territorial para criação de um novo município, onde a esperança da população é ampliada em decorrência das possibilidades de adquirir bens e serviços com maior facilidade, e de ampliar as políticas de inserção social e de justiça espacial. Neste caso, prevalecem as políticas mais locais/regionais e menos ações competitivas globais.

b) A *fragmentação*, pois, após a emancipação, o município torna-se mais livre para atuar em diversas escalas, incluindo a internacional, através de políticas de atração de investimentos lideradas por agentes municipais, permitindo que empresários estrangeiros adquiram grandes áreas para instalação de um novo empreendimento empresarial, aproveitando-se das vantagens oferecidas no território; e

c) Um terceiro resultado caracterizado pela conjugação das duas possibilidades.

Além disso, ressaltamos que estas três possibilidades nem sempre ocorrem como previsto na explicação anterior e que é possível a existência de processos em que se verifica a imbricação entre as alternativas destacadas. Do mesmo modo, vale ressaltar que, com estes fundamentos, o conceito de fragmentação permite-nos compreender a dinâmica espacial para além dos processos que representam a contraface da globalização, por exemplo, através do conceito, também é possível caracterizar o tipo de localismo que emerge em determinados locais e mais detidamente na escala do município.

Esta compreensão, no campo da geografia política, também conta com as contribuições de Azevedo (2013), pois, ao avaliar as mudanças na configuração espacial, com ênfase na divisão territorial, em diferentes escalas, e a conseqüente criação de novos espaços políticos (países, estados, municípios, etc.), o autor assevera que fragmentação não deve ser posta como sinônimo de divisão. No dizer desse autor, a emancipação municipal “não significa fragmentar, pois não se trata de ‘parte de um todo’, como o termo leva a crer; trata-se, na verdade, do ato de cortar relações com um espaço político e criar outro, com a mesma autonomia político-administrativa” (AZEVEDO, 2013, p.61).

Esta posição traz em si dois esclarecimentos relevantes: primeiro, orienta a aplicação de divisão ao invés de fragmentação, por se tratar de um termo cujo significado se adéqua à situação em que são criados novos espaços políticos, indicando que esta não é uma situação negativa, *a priori*. Segundo, é importante

lembrar que o local, apesar das influências externas, mantém as suas especificidades que asseguram a tomada de decisão e a defesa frente às tentativas de orquestramento que possam se empreendidas por agentes estrangeiros.

Diferentes níveis de interesses têm gerado as emancipações no Brasil, e, nestes processos, as formas anteriores não são destruídas, mas ressignificam o seu conteúdo e, assim, o que há de fato é “a criação de uma nova forma, que comporta nova função, obtida pela divisão”. Neste ponto, o autor critica a compreensão de Santos, M. (2008), para quem a compartimentação do território deve ser vista através da fragmentação, argumentando que, nesse sentido, o termo supõe considerações apriorísticas indicando que o processo de divisão territorial deva ser evitado.

Além de desconsiderar o poder como algo inerente as relações sociais e que não está acima, mas entre nós, usar o termo fragmentação para os processos de divisão territorial em qualquer escala é desconsiderar o próprio papel do espaço, isto é, aquele que pode servir tanto para reprodução das desigualdades quanto também para combatê-las. (AZEVEDO, 2013, p.65).

Esta compreensão é convergente com a apreciação de Castro (2013), pois, a autora considera inadvertido utilizar o verbo fragmentar em analogia a dividir quando se trata de divisão do território ou da sociedade. O ponto de partida da autora são os pilares do Estado-nação e, neste contexto, a divisão possui uma funcionalidade operativa, revelando muito sobre a relação da sociedade com seu espaço e o processo de construção das escalas subnacionais.

O seu intuito é compor um modelo de análise que identifique alguns problemas presentes nas discussões sobre as recentes divisões político-administrativas no Brasil. Em tese, na escala do Estado-nação, a funcionalidade das subdivisões do território, é um fenômeno histórico, utilizado com a finalidade de “estimular as forças centrípetas que garantem a integridade do poder central e aquele da necessidade de afastar os condicionantes das forças centrífugas que promovem o risco da fragmentação do poder e do próprio território” (CASTRO, 2013, p.37).

Segundo a autora, no âmbito da geografia política, duas visões se destacam: uma enxerga a fragmentação por um olhar mais sociológico e a outra se aproxima dos preceitos das ciências políticas e opta por divisão. A primeira vê com desconfiança as instituições estatais e a globalização e, por isso, utiliza o termo

fragmentação para indicar os efeitos perversos do fenômeno de repartição do território. A segunda adota o termo divisão dos territórios, justificando que

Para a cidadania, divisão é importante, pois territórios mais recortados ajudam a configurar espaços políticos mais ativos. Além disso, tomando-se como premissa que a democracia requer espaços de debate, participação e deliberação, quanto maior a divisão formal do território, mais eficiente pode ser a construção da escala política (CASTRO, 2013, p.47).

Logo, a opção da autora pelo conceito de divisão ao invés de fragmentação ressalta os elementos fundamentais da geografia política no que concerne à dialética sociedade-Estado. Além disso, sua opção reflete um posicionamento coerente quanto às emancipações de novos municípios no Brasil, ao propor que o fenômeno é específico e que as consequências devem ser analisadas caso a caso, a fim de desconstruirmos a ideia de que a criação de novos espaços políticos é desvantagem para o território nacional e sua população.

Tanto Azevedo (2013) quanto Castro (2013) encerram as discussões ao ato de criar ou não novos espaços políticos e, assim, fazem a opção pelo termo divisão. Desta forma, ambos não contemplam as implicações dos processos de fragmentação. Por sua vez, Fonseca (2013) ultrapassa esse limite e ressalta que divisão pode gerar ou não fragmentação, seja inclusiva ou excludente no âmbito do federalismo e do contexto competitivo global.

Os fundamentos teóricos fornecidos pelas abordagens de Haesbaert (2013), Fonseca (2013), Azevedo (2013) e Castro (2013), são basilares para a interpretação da realidade apresentada pelo município de Luís Eduardo Magalhães/BA. Desta forma, a reflexão tende ao ajustamento, pois o conceito de fragmentação possibilita enxergarmos o fenômeno do localismo (será discutido no próximo capítulo) diante do contexto da globalização e no âmbito do território nacional.

Estas interpretações são valiosas por demonstrarem qual a escala específica de diferenciação do espaço que referenciamos no trabalho, pois acrescentam à interpretação da fragmentação na escala global a criação de novos entes federados locais, como um elemento de distinção no âmbito nacional. Assim, a nossa reflexão propõe aproximarmo-nos da proposta de Fonseca (2013) ao afirmar que as emancipações podem ou não gerar fragmentação. Dispensar atenção a este aspecto permite ao geógrafo político explicar e propor alternativas para os processos fragmentadores que Castro (2013) compreende como negativos. Somente a partir

do reconhecimento e compreensão de como estas situações ocorrem é que nossas pesquisas terão os rebatimentos esperados no tocante à relação território, Estado e sociedade.

CAPÍTULO 2 – EXPANSÃO DA AGRICULTURA E O MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA: CONDICIONANTES NACIONAIS E LOCAIS

O município de Luís Eduardo Magalhães será discutido neste capítulo como referência para a emergência de localismo no Brasil. Neste intento, a organização prevê a sequência cronológica das condicionantes e dos processos que contribuíram para a produção das especificidades de LEM. Assim, avaliamos o processo de ocupação dos cerrados brasileiros como uma condicionante da formação política e econômica do oeste da Bahia, onde o referido município está localizado e, para tanto, recorreremos aos estudos de Santos, M. (2011), Alves (2005), Rükert (2003), Oliveira (2008), Elias (2006), Souza e Thomaz Jr (2012), Oliveira (2015) e Santos, C. (2007). Desta forma, compreendemos que o processo de expansão da agricultura moderna pelo cerrado brasileiro contribuiu para a conformação do grupo de agentes que liderou a emergência do ambiente localista em Luís Eduardo Magalhães/BA.

Em seguida, debatemos a continuidade e atualidade do processo por intermédio da criação da unidade de planejamento do governo federal, denominada MATOPIBA⁶, com vistas para a possibilidade de centralidade do município neste contexto. Desta forma, compreendemos que o processo de expansão da agricultura científica no país alcançou áreas da Amazônia e continua assentada nos preceitos que respondem satisfatoriamente aos agentes hegemônicos e aos processos globais, caracterizando, portanto, a internacionalização do espaço agrário nacional, a concentração de terras, os privilégios dos grandes produtores e a pressão sobre a natureza mesmo em biomas considerados importantes para o equilíbrio ambiental do planeta.

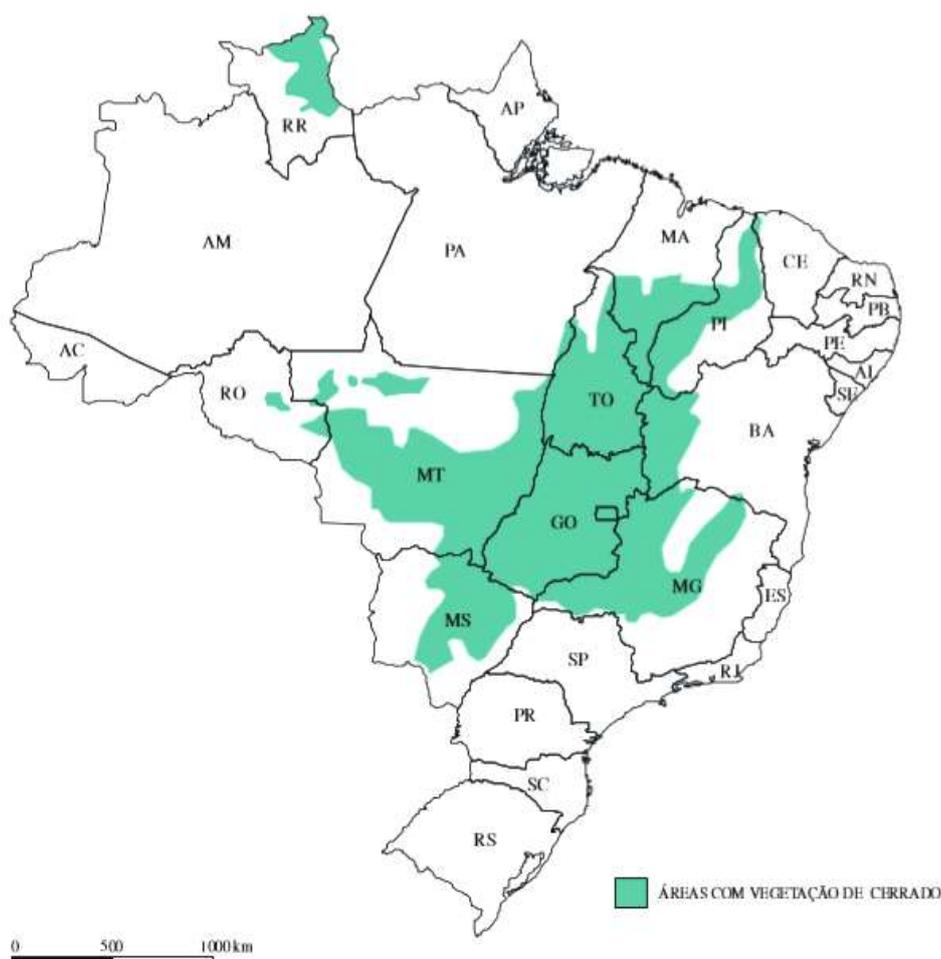
Na última seção, discutimos a trajetória do federalismo brasileiro, destacando as mudanças em relação às atribuições do município, o movimento centralização-descentralização e as inovações institucionais da década de 1980. Desta forma compreendemos que diante do processo de descentralização e do contexto competitivo global, os municípios podem tornar-se competitivos ou priorizar as iniciativas de cooperação e desenvolvimento socioeconômico condizente com as expectativas de sua população, ou buscar conciliar estas duas perspectivas: competição global/nacional/regional e inclusão sócio-espacial.

⁶ Nome atribuído à unidade de planejamento que abrange parte do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA). Juntando a sigla dos quatro estados, formou-se MATOPIBA.

2.1 Situando o município de Luís Eduardo Magalhães/BA no contexto de ocupação do cerrado brasileiro

Originalmente, o que chamamos cerrado corresponde à porção do território brasileiro constituída por um conjunto de vida vegetal e animal bastante peculiar. Com 2.036.448 km² de extensão (20% do território), o cerrado abrange os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Piauí e o Distrito Federal, como mostra o mapa 2 a seguir.

Mapa 02 - Área de predominância do bioma cerrado



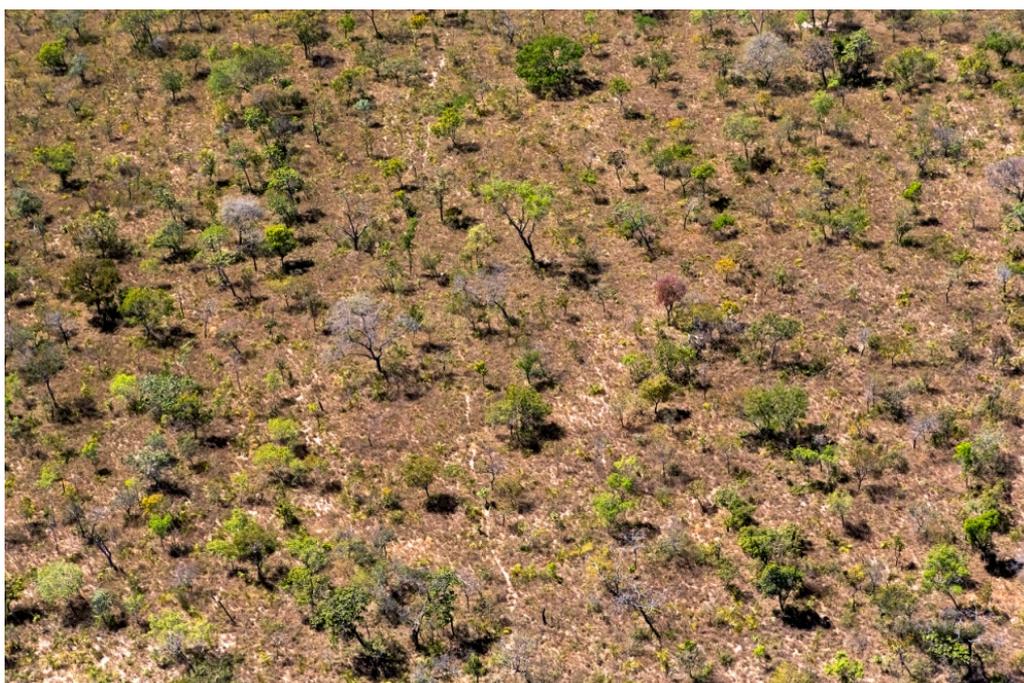
Fonte: Santos, C. (2007).

De acordo com Aziz Ab'Saber (2003), o clima do cerrado é predominantemente tropical, caracterizado por duas estações bem definidas: seca

durante o inverno e verão chuvoso, apresentando temperaturas mínimas que variam entre 20° e 22° e máximas entre 24° e 26°. Quanto à hidrografia, o autor afirma que as drenagens são perenes para os cursos d'água principais e secundários. Os mananciais subterrâneos refletem a sazonalidade do clima tropical, sofrendo variações de 1,5m a 4m durante a estação seca, período em que também se verificam fortes deficiências de umidade do ar.

A paisagem do cerrado sugere certa homogeneidade em relação à disposição da vegetação, porém a proposta de Conti e Furlan (2008) indica a existência de um mosaico composto por vegetação rasteira, intercalada por arbustos e arbustivo conhecidos por seus troncos tortuosos (fotografia 02). Isso significa que, apesar de supor homogeneidade florestal, por exemplo, o cerrado possui variações na disposição da vegetação: campo limpo, campo sujo, campo cerrado, cerrado senso estrito e cerradão, diferenciações que incidem sobre o tamanho das árvores e densidade da floresta. Em relação ao relevo, nesta área ocorre a maior massividade e extensividade de planaltos no Brasil, onde “planaltos sedimentares cedem lugar, quase sem solução de continuidade, a planaltos de estruturas mais complexas, nivelados por velhos aplainamentos de cimeira, formando o grande Planalto Central.” (AB’SABER, 2003, p.122)

Fotografia 02 - Paisagem natural do cerrado - 2015



Fonte: Rui Rezende (2015).

O IBGE (2004) adverte que o cerrado é uma área rica em biodiversidade, sendo composta por espécies de vegetais endêmicas, a exemplo da barriguda, do ipê, da palmeira, da bromélia; e de animais como lobo-guará, onça-parda, tamanduá-bandeira, arara-canidé, dentre outras. Na fotografia 03, ilustramos algumas das espécies animais e vegetais que caracterizam o cerrado que, ao longo do tempo, vem sofrendo um gradativo processo de desflorestamento, iniciado na segunda metade do século XX, em virtude do desenvolvimento e expansão das atividades agropecuárias. Nas palavras de Conti e Frulan (2008, p.179), “hoje, extensas áreas de cerrado do Brasil central estão ocupadas com a produção de grãos, principalmente a soja”.

As transformações do cerrado estão relacionadas à política governamental de incentivo à modernização e expansão da agricultura, desde a imigração de europeus para o país, destinada à colonização da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Dentre outras consequências, esta iniciativa foi um dos fatores responsável por diferenciar o sul do país das demais regiões, em razão da forma como os alemães, italianos e japoneses praticavam a agricultura em seus países de origem e que foi transferida para o Brasil.

Fotografia 03 – Biodiversidade do cerrado - 2015



Fonte: Rui Rezende (2015).

Desta forma, entendemos que se constitui no país um grupo social chamado de produtores sulistas, dispostos a investir na aquisição de terras, recorrer às políticas de incentivo, adotar a organização empresarial, tornar a propriedade rural uma empresa, contratar linhas de créditos para investir em tecnologias, e ampliar, constantemente, as áreas de produção. De acordo com Alves (2005),

Não foi aleatória, entretanto, a escolha de tal grupo para comandar a ocupação das terras do que viria a ser a fronteira agrícola, mas fazia parte da estratégia de reforçar um modelo econômico sustentado na produção de commodities agrícolas para exportação. Tal modelo se tornaria viável adotando dois conjuntos de diretrizes em articulação: a) incorporação de novas áreas, a serem ocupadas mantendo o sentido de produzir para o mercado externo; b) concentração da propriedade da terra nas antigas áreas de ocupação, na própria região Sul do Brasil, para começar por lá o processo de modernização agropecuária (p.49).

Assim, podemos considerar que a existência de um grupo social distinto, a tendência ao cooperativismo, os incentivos estatais e as demandas do mercado externo deram suporte à expansão da agricultura e à conseqüente transformação do cerrado, conforme fotografia nº 04. A produção, de modo geral, caracteriza-se por pouca diversificação (quase monoculturas). Ela se destina, em parte, ao abastecimento externo, conta com o incremento de tecnologias modernas a exemplo de maquinários, herbicidas, fertilizantes, exige especialização da mão de obra, ocupa grandes extensões e fundamenta-se em moderno sistema de organização análogo a uma empresa/indústria.

Estas características permitem a utilização dos seguintes termos: agricultura científica globalizada, agroindústria, agricultura empresarial, agronegócio, etc. Em síntese, conforme o entendimento de Souza e Thomaz Jr (2012) em relação ao agronegócio, esta expressão designa a prática de um conjunto de atividades no espaço agrário brasileiro, em torno das quais se constroem discursos favoráveis à hegemonia da elite patronal agroindustrial. Para Santos, M. (2011), a agricultura científica globalizada é uma alusão à referência planetária adquirida pela agricultura, sob a influência das leis que regem a produção econômica internacional. A combinação entre as duas caracterizações resultou no rápido e intenso processo de deslocamento populacional e exploração do cerrado no Centro-Oeste e, de lá, novas áreas fronteiriças foram incorporadas, como foi o caso do oeste da Bahia.

Fotografia 04 – A transformação do cerrado através da agricultura moderna - 2015



Fonte: Rui Rezende (2015).

Logo, a reflexão sobre o cerrado brasileiro deve considerar, além dos fatores fisiográficos, a sua incorporação ao moderno sistema de produção agrícola. Ou seja, o cerrado compreende a área de expansão do agronegócio, praticado principalmente por sulistas, em torno da qual se constroem discursos hegemônicos atrelando esta atividade ao desenvolvimento, quando, na verdade, o crescimento econômico é perceptível, mas tem sido desacompanhado da efetivação dos ganhos sociais.

De acordo com a bibliografia sobre o assunto, este processo ocorreu em etapas. Tomando a expansão da produção de trigo no Brasil como exemplo, Rückert (2003) explica este processo a partir de três fases: a primeira ocorreu entre 1933 e 1955, com a emergência do Estado burguês baseado no nacional-capitalismo, no qual a urbanização e o conseqüente aumento da demanda por alimentos, em conjunto com a política de fomento à diversificação da produção agrícola e a criação, ampliação e integração do mercado, impulsionaram a expansão do cultivo de trigo; entre 1956 e 1967, na segunda etapa, o autor destaca a criação do plano nacional de expansão econômica da triticultura em resposta ao impacto da importação do trigo, além dos incentivos governamentais à exportação de produtos agrícolas através da criação da Coordenação Nacional de Créditos Rurais. Assim,

verificamos a ênfase dada à internacionalização da economia motivada pelos ideais desenvolvimentistas.

Na terceira etapa (1974-1979), o autor reitera a inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho - DIT - mediante estratégias governamentais destinadas a tornar o país um fornecedor de matérias-primas. Neste contexto, “o Estado brasileiro passa a interferir na determinação das condições de produção e de troca em escala mundial” na medida em que elabora políticas internas e externas, contemplando a produção e as trocas internacionais (RÜCKERT, 2003, p.37). Ao mesmo tempo, o “Estado atua, também, diretamente, como agente econômico particular, que interfere na produção, na pesquisa, no comércio, no transporte ou no crédito através das empresas e instituições que ele controla”. (BERTRAND, 1987, *op cit*, RÜCKERT, 2003, p. 37).

As ações do Estado e governos que influenciaram a expansão da agricultura e, conseqüentemente, a ocupação do cerrado vão além. Com base em Campos (2012) e Oliveira, F. (2008), elaboramos o quadro 05 na tentativa de identificar e expressar o papel de agente indutor exercido pelo Estado na segunda metade do século XX. Igualmente importante foi a participação de cooperativas, neste processo, mais especificamente do Sistema Coopercotia.

De acordo com Oliveira, F. (2008), esta cooperativa, após a publicação do decreto 59/1966, passou a ter a responsabilidade de selecionar as famílias interessadas em migrar para as novas fronteiras agrícolas com o intuito de trabalhar com a agricultura moderna. As famílias e indivíduos contemplados recebiam os chamados condomínios rurais, que consistiam em áreas de terra destinadas à produção e à moradia do agricultor.

Também merece destaque o acordo firmado entre Brasil e Japão visando o aumento no volume da produção, com a finalidade de abastecimento do mercado externo, sobretudo o estado japonês, pois este, à época, enfrentava dificuldade de atender à necessidade do mercado interno. Assim, por intermédio do Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) 1, 2 e 3, muitas famílias de origem gaúcha, paranaense, paulista e catarinense migraram para as áreas do cerrado, promovendo o avanço da atividade agrícola no interior do Brasil. De acordo com a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), o PRODECER é um programa ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA) e tem, dentre outros, o objetivo de promover o desenvolvimento regional do cerrado.

Quadro 05 - Políticas de incentivo à ocupação do cerrado – 1965-1975

	ANO⁷	POLÍTICAS / MEDIDAS
CAMPOS	1965	O Sistema Nacional de Crédito Rural visava dar suporte à modernização da agricultura, no tocante à compra de máquinas, equipamentos e demais insumos.
	1968	Adoção do sistema de minidesvalorização, um sistema cambial que comporta o reajuste periódico de acordo com reajustes externos a fim de manter o país competitivo no cenário internacional.
	1969	Subsídios à exportação, através da isenção de impostos, destacando-se a liberação das taxas dos insumos da produção de produtos destinados ao mercado externo.
	1972	O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I do Período Militar. Visava à consolidação do Brasil entre as nações desenvolvidas por intermédio do elevado crescimento anual do Produto Interno Bruto – PIB.
	1973	A criação do sistema EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).
	1975	O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) II do Período Militar. Buscava superar a crise internacional, provocada pelo Primeiro Choque do Petróleo, mantendo o crescimento econômico acelerado.
OLIVEIRA	1966	A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Incentivou a expansão da pecuária que também alcançou o cerrado.
	1966	O sistema cotiano de cooperativas (COOPERCOTIA) instituído pelo decreto 59/1966 ⁸ . A cooperativa foi obrigada a subdividir-se em cooperativas menores e, assim, passou a atuar na produção de soja na região de Barreiras, no oeste do estado da Bahia.
	1970	Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável por implementar projetos de colonização oficiais e particulares na região Centro-oeste. Esses projetos impulsionaram o surgimento de cidades como Sinop, Colíder, Sorriso, Nova Matum, etc.
	1974	Criação do Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).
	1975	Criação do POLOCENTRO - voltado para a expansão da cultura de grãos (soja e arroz) no cerrado do Brasil central.
	1975	O PRO-ÁLCOOL promoveu a expansão das áreas do cultivo de cana-de-açúcar. Atualmente ela ocupa áreas da região Sudeste, do estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: Campos (s/d) e Oliveira, F. (2008).

Elaboração: Lima (2015).

⁷ Destacamos o ano de criação dos programas e/ou instituições.

⁸ Utilizamos informações adicionais obtidas junto à Associação Brasileira da Batata, disponíveis em seu endereço eletrônico.

Na tabela 02, podemos observar o quanto o PRODECER mostrou-se eficiente dado o número de municípios contemplados, de famílias beneficiadas e volume da produção.

Tabela 02 - Ocupação do cerrado via PRODECER – 1974-1995

	PRODECER I	PRODECER II	PRODECER III
Nº de municípios	03	17	02
Nº de famílias	133	545	80
Área (mil hectares)	64,3	205,7	80
Investimento (milhões U\$)	60	375	138
Empregos (mil)	13	45	2040
Produção atual (mil/toneladas)	120,2	396,6	133,4

Fonte: Companhia de Promoção Agrícola – CAMPO.
Elaboração: Lima (2015).

Neste sentido, destacamos que a região oeste da Bahia tornou-se uma fronteira agrícola por intermédio do PRODECER II, quando o programa ultrapassou os limites do estado de Minas Gerais alcançando a Bahia, Goiás e o Mato Grosso. Segundo Elias (2006), esta foi a primeira área do Nordeste a se associar aos processos de difusão da produção intensiva de soja, “nestas áreas são visíveis as reestruturações da produção e do território, com inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária” (ELIAS, 2006, p.33).

Analisando a formação territorial do oeste da Bahia, numa perspectiva histórica, Oliveira, M. (2015, p.46), demonstrou que, durante três séculos, esta região esteve reservada aos interesses de ocupação futura. A autora afirma que, anterior à chegada da agricultura moderna, a descoberta do Rio São Francisco, a instalação das primeiras fazendas de gado, as incursões, a interiorização das missões jesuíticas, a abertura de vias e a descoberta de minérios motivaram a ocupação do espaço. Porém, a chegada dos sulistas, estimulados pelos incentivos estatais, de fato representa um divisor de águas.

A inserção da região no circuito do agronegócio promoveu transformações significativas na dinâmica política e econômica regional. Conforme explica a autora,

a construção da hegemonia de uma nova classe constituída pelo grupo social denominado sulista é uma delas, pois,

Este “novo” grupo além de garantir a condição econômica de prestígio tem ocupado, num período mais recente, os espaços de liderança política, locais e regionais, tanto preenchendo cargos eletivos e/ou garantindo apoio de políticos locais para os seus projetos – particularmente ligados à produção e exportação de grãos. Há a suposição de que no oeste observa-se a tentativa de conformação de uma nova hegemonia, não sob a liderança de baianos ou “oestinos”, mas de classes ligadas à agricultura modernizada. (OLIVEIRA, M. 2015 p.74)

Em concordância, consideramos esse grupo como agentes indutores da inserção da agricultura moderna nas áreas de cerrado, assim como o capital, o Estado e as cooperativas. Na Bahia, dado o histórico processo de formação do oeste, ligado à ideia de “esquecimento”, este grupo encontrou, além de condições naturais favoráveis, a possibilidade de agir como protagonista da política regional e local. Nutridos destes impulsos, estes agentes estiveram à frente das ações que culminaram na criação de um dos mais recentes municípios brasileiros, localizado não por acaso no oeste da Bahia, onde a ideia de território esquecido perdurou até 1980.

Neste sentido, Santos, C. (2007), refletindo sobre a modernização do oeste acrescenta que a chegada dos produtores individuais e empresas com tradição agrícola levou o governo da Bahia a repensar a sua atuação na região, por isso, surgiu o Programa de Ocupação do Oeste. Para o autor, este processo caracteriza-se por um forte viés excludente, desigual e parcial e pela acentuação das desigualdades no uso da terra. (SANTOS, C., 2007, p.125). Neste novo espaço agrícola, concretizou-se a modernização conservadora, estimulando conflitos econômicos e culturais, como os que ocorrem no município de Luís Eduardo Magalhães, entre “Gaúchos” e políticos locais ligados aos movimentos sociais.

Desta forma, acreditamos ser possível compreender que o município de Luís Eduardo Magalhães/BA inseriu-se no processo de modernização agrícola brasileiro sob forte incentivo do capital estrangeiro e indução do Estado através de políticas e ações. A incorporação do oeste baiano, como todo, e da área que atualmente compreende o referido município, despertou o interesse das classes produtoras e, por isso, faz parte de um processo mais abrangente que se diferenciou na região em

função do histórico político estadual, marcado pela ausência de políticas territoriais, conforme afirma Oliveira, M. (2015).

A nova fronteira agrícola do cerrado baiano tem características específicas, como o forte apelo à migração, conforme evidenciado por Santos, C. (2007). Dentre elas, destacamos o anúncio de venda das extensas áreas de terra em jornais de circulação nacional, a liberdade da ação dos novos agentes em razão da ausência de regulação do processo de negociação de terras e as respostas favoráveis dadas pelo estado da Bahia na medida das necessidades dos produtores. Isso se configura como uma confluência entre os interesses responsável por construir uma atmosfera devidamente adequada a processos políticos e econômicos tão distintos conforme avaliação do capítulo vindouro.

É preciso levarmos em conta que, apesar de o processo de reestruturação capitalista exercer um papel importante nas transformações do espaço agrário brasileiro, não devemos pensar em ações meramente orquestradas. Os locais têm demonstrado cada vez mais a sua capacidade de decisão e integração diante das forças globais, conforme discutimos no primeiro capítulo. Nas palavras de Fonseca (2001), “o lugar não é amorfo” e isso significa que os locais tanto podem se comportar de forma favorável, como poderiam se posicionar contrários às investidas do capital. Por isso, recomendamos uma leitura cautelosa sobre os estudos que atribuem plenos poderes apenas à escala global, pois, ao procederem desta forma, não contemplam o papel decisivo dos agentes locais/regionais, os quais, no caso da ocupação do cerrado baiano, e, principalmente no município de Luís Eduardo Magalhães, foram um diferencial para a construção da dinâmica localista. Ou seja, as ações não são apenas do global ao local, mas, também, do local a partir de sua integração ao global. Há uma dialética global/local e, por isso, a necessidade de valorização das múltiplas escalas.

2.1.1 O panorama atual a partir da criação do MATOPIBA

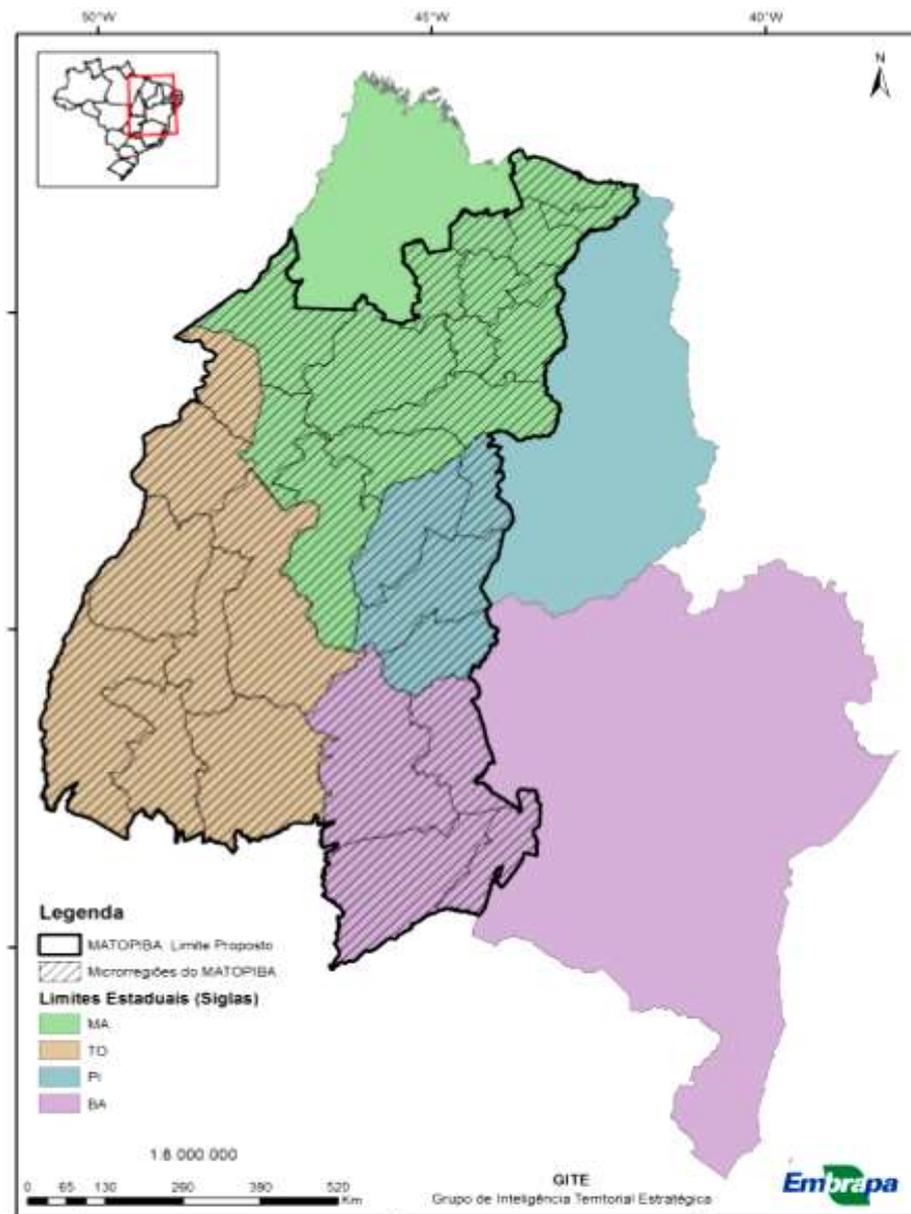
A criação do MATOPIBA é compreendida na pesquisa como o mais recente desdobramento espacial do processo de ocupação do cerrado. Neste contexto, observamos a manutenção das peculiaridades da agricultura científica globalizada, dentre elas o papel indutivo do governo, o conservadorismo político e econômico que beneficia o latifúndio, favorece a ausência de obrigação com relação à preservação ambiental e a reprodução de relações de trabalho que propicia, também, a concentração de renda.

A temática foi incluída no trabalho após a realização do último trabalho de campo, pois, nos chamou bastante atenção o fato de o MATOPIBA estar presente nos discursos de abertura da 11ª *Bahia Farm Show* (junho/2015), nas falas dos entrevistados bem como na imprensa. O conteúdo subliminar revelava a tentativa de aproximação entre o município de Luís Eduardo Magalhães/BA e a nova unidade de planejamento do governo federal. Porém, antes de demonstrarmos as evidências disso, é necessário compreendermos o que significa o MATOPIBA.

A expressão surgiu em 2010, referenciando os estados que compõem a última fronteira agrícola do cerrado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Assim, o termo é resultante da primeira sílaba do nome dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e denomina a unidade de planejamento ou área de abrangência da política de desenvolvimento econômico instituída pelo governo federal. A partir de 2012, o MATOPIBA passou a ser tema de reportagens e debates nos órgãos do governo, especialmente na EMPRAPA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Políticos e produtores também se interessaram pelo assunto.

Em setembro de 2014, a EMBRAPA, em conjunto com o INCRA, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apresentou oficialmente aos órgãos competentes os resultados do estudo realizado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) responsável pela delimitação territorial da política que abrange o sul e nordeste do Maranhão, o estado do Tocantins, o sudoeste do Piauí e oeste da Bahia, conforme demonstra o mapa 03.

Mapa 03 - Delimitação do MATOPIBA - 2015



Fonte: EMBRAPA (2015).

Para delimitar a unidade de planejamento, os técnicos do GITE adotaram três critérios interdependentes: primeiro, a área de incidência do cerrado nos referidos estados, em seguida, as microrregiões econômicas do IBGE, e, por fim, os limites municipais.

De acordo com os relatórios do GITE que é formado por técnicos da EMBRAPA e do INCRA, enquanto o projeto estava sob a responsabilidade do MDA, o objetivo era a elaboração de um plano de ação voltado à agricultura familiar e à reforma agrária, por tratar-se de uma questão prioritária nesta região do país. Entretanto, em 06 de maio de 2015, através do decreto Nº 8.447, a presidência da

República dispôs sobre a criação do comitê gestor do MATOPIBA, no qual está prevista a elaboração de um plano de Desenvolvimento Agropecuário.

Observa-se, portanto, divergências entre os estudos do GITE e o referido decreto: afinal, a unidade de planejamento prevê o desenvolvimento econômico ou a reforma agrária na área de abrangência do MATOPIBA? A segunda contradição: o decreto Nº 8.447 definiu que cabe ao MAPA a definição do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, desta forma, é previsível a redefinição das prioridades em virtude da pasta e das atribuições que cada ministério dispõe. Assim, em maio de 2015, a ministra Kátia Abreu (MAPA) deu início à caravana de apresentação do plano de desenvolvimento do MATOPIBA em vários estados, especialmente em feiras ligadas ao agronegócio e reuniões com os políticos e produtores.

Neste contexto, consideramos relevante explicitar algumas das distinções entre os dois ministérios, a fim de avaliarmos o sentido desta mudança nos planos do governo. Para tanto, o quadro 06 apresenta as características e objetivos dos dois ministérios.

Quadro 06 - Atribuições do MDA e do MAPA - 2015

MDA	MAPA
Da natureza e competência	Da estrutura organizacional ⁹
I - Reforma agrária; II - Promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; III - Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.	I - Órgão de Assistência ao Ministro de Estado (ex: Secretaria de gestão estratégica); II - Órgãos específicos singulares (ex: Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio); III - Unidades descentralizadas (ex: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); IV- Sociedades de economia Mista (ex: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais).

Fonte: MDA e MAPA (2015).

Elaboração: Lima (2015).

⁹ A fim de zelar pela clareza das informações, ressaltamos que não citamos todos os eixos da estrutura organizacional do MAPA.

Em síntese, diante das informações do quadro 06, podemos concluir que o MDA cuida das demandas dos agricultores familiares e o MAPA responde pelas questões do agronegócio, ou seja, os dois ministérios são postos em direções antagônicas pelo governo.

Diante do exposto, conclui-se que o MAPA promoverá no MATOPIBA “políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundamentado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015). Assim “O Estado [mais uma vez] atuou no sentido de estimular esses setores competitivos, deixando praticamente abandonadas as culturas que se têm constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 2008, p.516). Afinal, as diretrizes estabelecidas para o MATOPIBA são:

a) Desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

b) Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias;

c) Ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (BRASIL, 2015).

Avaliando as instruções do MATOPIBA, torna-se salutar, ainda que de forma preliminar, uma vez que o processo encontra-se na fase inicial, refletir sobre a fragmentação conforme explanação realizada no primeiro capítulo. Assim, inferimos que, caso sejam praticadas as ações listadas acima, a unidade de planejamento do governo federal poderá promover o processo de fragmentação inclusiva ou integradora, em conformidade com a compreensão de Haesbaert (2013). Sendo assim, ao potencializar a eficiência do sistema de transporte, apoiar o desenvolvimento tecnológico e fortalecer a classe média, o governo impulsionará a aproximação entre este espaço e o contexto competitivo global, ou seja, estará ajustando a dinâmica particular dos processos liderados por agentes hegemônicos que atuam internacionalmente.

Quanto à relação entre o município de Luís Eduardo Magalhães e a unidade de planejamento do governo federal, em entrevista, um dos agentes do município fez a seguinte afirmação:

Nós estamos na área de abrangência da região do MATOPIBA, que é uma região onde, naturalmente, o centro de tudo isso vai ser Luís Eduardo Magalhães, e vai ser, assim queira. Então o que nós temos que fazer é [investir] em mais logística de comunicação (...). Aqui se faz uma coisa que é muito importante, a gente faz acontecer.

Do mesmo modo, um segundo entrevistado ressaltou: “independente do cenário econômico, nós estamos fazendo um trabalho a longo prazo, pensando na construção do MATOPIBA, que é essa nova fronteira agrícola do país”. Estes posicionamentos expressam os interesses e a forte articulação política característica dos agentes políticos e econômicos de LEM/BA, desta feita visando a centralidade do município da unidade de planejamento do governo federal. Assim, os agentes locais conformam um grupo com representatividade política visibilizada pela existência de um significativo número de associações de classes bastante atuantes em nível local, regional e nacional, através das parcerias e pela congruência entre interesses políticos e econômicos. A título de exemplo, esses agentes receberam duas visitas da ministra de Estado, Kátia Abreu, em um mês, como demonstram as figuras 03 e 04.

Figura 03 - Ministra Kátia Abreu em LEM/BA - maio/2015



Notícias

15/05/2015 08:26
Desenvolvimento

Ministra lança Plano Matopiba na Bahia

Evento ocorrerá no município de Luís Eduardo Magalhães

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) lançará o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, às 9h desta sexta-feira (15), em Luís Eduardo Magalhães (BA). O evento ocorrerá no Centro de Coordenação Regional do Senar Senadora Kátia Abreu. Formada por partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a região é uma das principais áreas do mundo em expansão na produção de grãos.

Fonte: MAPA.

Figura 04 - Ministra Kátia Abreu em LEM/BA - junho/2015



Fonte: MAPA

Assim, concluímos que a criação da Unidade de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Econômico do MATOPIBA representa a continuidade do processo de ocupação do cerrado brasileiro. As ações do Estado permanecem conservadoras na medida em que a abertura dessa nova fronteira agrícola exerce forte pressão sobre a Amazônia Legal, oferecendo riscos à preservação de todo ecossistema amazônico. Além disso, neste processo, têm-se destacado os interesses e a atuação de agentes políticos e econômicos de LEM, de modo que já é possível prever rebatimentos desta política no município.

2.3 O federalismo brasileiro e o município.

O tema federalismo brasileiro tem sido amplamente discutido na literatura científica, sobretudo pela ciência política. Esta é uma discussão também presente no âmbito da geografia por tratar-se da maneira pela qual o poder distribui-se no território nacional. Estes estudos, costumeiramente, destacam os desafios decorrentes da instauração do modelo federativo no Brasil, o frequente movimento centralização-descentralização e o papel dos entes federados dentro desse arranjo. Discutirmos essas questões é relevante em virtude da necessidade de compreendermos o impacto da trajetória federalista sobre o município. Por isso, a ênfase será dada ao contexto de inovações institucionais da década de 1980,

quando um conjunto de novidades incidiu sobre o município a partir da definição deste como ente federado.

O federalismo brasileiro foi instaurado juntamente com a República (1889), em substituição ao Império, baseado no modelo norte-americano. Porém, desde o início, a tarefa de unir a diversidade que compunha o território nacional tornou-se um enorme desafio com implicações no atual contexto. Para Oliveira (1995), a tentativa de aproximação com o modelo americano não viabilizou a obtenção dos mesmos resultados verificados com a criação dos Estados Unidos da América, uma vez que as condições políticas eram muito distintas. Nas palavras do autor, “as diferenças entre a federação-modelo e seus clones [incluindo também a América Espanhola] eram abissais” (OLIVEIRA, 1995, p. 77).

No Brasil ocorreu a substituição do Império sem desacomodar as fortalecidas elites regionais, os debates foram incipientes e os estados não foram motivados a adotar o modelo, ao contrário do ocorrido na América do Norte. Por isso, segundo o autor, estabeleceu-se um paradoxo cujo ponto principal foi a manutenção do poder das oligarquias regionais, que permaneceu inalterado até 1930. Neste caso, é notória a ausência de um processo de maturação que seria decisivo para a constituição de um modelo claro, condizente com a realidade e, além disso, capaz de nortear o real sentido do compartilhamento do poder.

Dessa maneira, a perspectiva que Affonso (1995) defende é que tal “inversão conceitual”, no modelo brasileiro, é o principal responsável pela “crise concreta do pacto federativo” no país e que por isso é essencial o resgate “da dimensão associativa que o federalismo pressupõe”. A ideia central é que:

Federação é, antes de mais nada, uma forma de organização territorial do poder, de articulação do Poder Central com os poderes regional e local. O que chamamos de ‘pacto federativo’ consiste, na verdade, em um conjunto de complexas alianças, na maioria pouco explícitas, soldadas em grande parte por meio dos fundos públicos (AFFONSO, 1995, p. 57).

Da maneira como foi conduzida a instauração do federalismo brasileiro, a articulação entre poder central e poderes locais ficou comprometida e, assim, restaram poucas possibilidades para os municípios, inclusive, a decisão sobre o papel que lhes caberia durante o período de vigência da República Velha, ficou a cargo dos estados. Neste contexto, Abrúcio (2006, p. 33), destaca que uma importante função do presidente da República era “garantir a supremacia das

oligarquias estaduais no Congresso Nacional por intermédio da chamada verificação dos poderes, que consistia no processo de diplomação dos deputados.”

A trajetória da federação brasileira também implica a observação de uma das características fundamentais do federalismo que, segundo Fiori (1995, p. 23), é “a preservação política simultânea da unidade de objetivos de um povo e da diversidade espacial de seus interesses, compatibilizados na forma de um pacto constitucional em que são, simultaneamente, definidos os espaços e limites das duas soberanias.” Isso, porque, o pacto federativo brasileiro não é puramente uma parceria, em razão da competitividade verificada entre os entes, que, ora apassiva, ora intensifica, dando um significado particular a sua dinâmica. Isso nos leva a pensar em duas condições incidentes sobre o arranjo federativo: primeiro a heterogeneidade (político, cultural, econômica, regional etc.) e segundo a necessidade de manter a unidade em um país marcado por esta diversidade, pluralidade e enorme extensão territorial.

Por ser objetivo da análise, pensar o município¹⁰ no contexto federativo brasileiro implica a consideração de diversas transformações ocorrida até que o mesmo se tornasse, em 1980, um ente federado com significativa autonomia em relação ao estado e à união. Assim, apresentamos algumas mudanças que perpassaram o papel atribuído ao município durante o século XX:

- Durante a República Velha, alguns estados definiram que os prefeitos deveriam ser eleitos por votação, já em outros, o prefeito seria indicado pelo governador;
- Pós-Revolução de 1930 ocorreu mudanças em prol do fortalecimento do governo central e, por isso, os municípios passaram a ter limitações, por exemplo, em relação à celebração de contratos e contração de empréstimos.
- A Constituição de 1934 assegurou aos municípios o direito de eleger seus prefeitos e vereadores, além de poderem decretar impostos e taxas no âmbito do seu território, era o município com autonomia para gerenciar suas demandas, um grande avanço em relação à República Velha.

¹⁰ Apesar de situarmos a discussão sobre o município brasileiro no contexto federativo, é válido retomarmos um pouco o seu histórico, destacando que “Os primeiros municípios fundados no Brasil, com o nome de vilas - São Vicente e Piratininga, de onde saíram São Paulo e Santos - precederam ao povoamento” (FAORO, 2001, p. 172). Nesta circunstância, a estratégia utilizada pelo governo central alude à necessidade de preservação da unidade nacional e à defesa do território, e não à formalização de uma instituição política autônoma.

- O Golpe de 1937 e a nova constituição fizeram com que o governo central se apresentasse de forma antimunicipalista, permitindo, inclusive, intervenções da união nas decisões dos estados e dos municípios através do Conselho Administrativo Estadual. Este foi o período de menor autonomia municipal desde o Império.
- As mudanças em 1946 restabeleceram a autonomia do município no que diz respeito à escolha de prefeitos e vereadores, à aplicação de taxas e à organização dos serviços públicos. Ou seja, o município se fortalece através da descentralização política administrativa e financeira.
- Durante o período militar os prefeitos passaram a ser nomeados e limitou-se a liberdade municipal nos aspectos político, administrativo e financeiro. De acordo com Fonseca (2006, p.101-102), neste contexto, também se destacaram a redução das receitas e dependência dos repasses da União.

A respeito deste último período, Arretche (1996) salienta que, pós 1964, destacou-se a centralização a nível federal. No dizer da autora, “montou-se um poderoso sistema institucional, assentado sobre fundos financeiros de dimensão significativa, o qual retirou de estados e municípios a capacidade de intervenção na área social, por meio da centralização federal daqueles recursos.” (ARRETCHÉ, 1996, p. 75). Neste sentido, Rodrigues (2012, p.125) adverte que “em diversos momentos da história política brasileira, o regime federal foi desrespeitado, e o Governo Federal interveio nos espaços de ação municipais e estaduais, rompendo o equilíbrio do pacto.”

Ainda de acordo com Arretche (1996), na década de 1980, no âmbito da redemocratização e do processo constituinte emergiram questionamentos sobre esta organização política que coloca a união no centro do poder decisório fazendo com que as decisões fossem tomadas longe dos seus interessados. Sendo assim, a década de 1980 foi um divisor de águas para o município no federalismo, pois

Neste contexto, a ideia da descentralização ganha força e conteúdo, seja porque está inserida no debate internacional sobre a reforma do estado, seja porque está fortemente associada às expectativas de democratização do sistema político ou, finalmente, porque ao longo da década ensaiaram-se efetivamente movimentos no sentido de maior autonomia financeira para estados e municípios e da re-territorialização das decisões. (ARRETCHÉ, 1996, p.75).

A discussão a respeito da descentralização no âmbito do federalismo, não se restringiu à realidade brasileira, sendo abrangente à América Latina. De acordo com Fonseca (2006, p. 104), “o resultado deste debate foi a instalação de uma política descentralizadora no Brasil, na qual os municípios saíram fortalecidos, tendo em vista que passaram a ser considerados entes federados e com capacidade de auto-organização”. O autor considera estas mudanças como inovações institucionais e, salienta que as mesmas levaram os municípios a concentrarem poder de decisão e ação.

Isso de nenhuma maneira admite apriorismos acerca da superação total de antigas práticas políticas como de autoritarismo e clientelismos na microescala do poder, contudo, gerou um conjunto de possibilidades ligadas ao desenvolvimento econômico, à competição ou cooperação. Neste contexto, havia a crença de que as novas atribuições municipais aproximariam a população das decisões por ser o município a menor escala do poder, entretanto os exemplos mostram que os resultados são diversos em virtude das especificidades de cada município.

Castro (1997, p. 34) conclui que o federalismo no Brasil não garantiu a autonomia de todos os entes federados e, em diferentes momentos históricos, ora permitia o “centralismo federal”, ora o “mandonismo local” e mesmo a “modernização do país” não foi capaz de eliminar os longos períodos de poder autoritário. Desse modo, a autora revela que as disfunções do federalismo brasileiro são produtos de uma trajetória histórica que estabeleceu os limites das unidades administrativas e da soberania nacional, colocando a estrutura de representação territorial como sua principal base.

Neste ínterim, a década de 1980 representa um divisor de águas na história dos municípios, pois, desde então

Em primeiro lugar, este é um recorte federativo, com importante grau de autonomia – o que significa atribuições e recursos próprios –; em segundo, trata-se de uma escala política, ou seja, um território político por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informal para todas as outras eleições, com consequências importantes para a sociedade local e para o território; em terceiro, é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos; onde votamos e candidatos são votados. Também é nele que são concretizadas as políticas públicas. (CASTRO, 2009, p. 135, itálico da autora).

A partir da inclusão do município na estrutura federativa e da autonomia que lhe foi cedida, este ente federado tomou para si sua própria direção, podendo criar tributos e projetos por intermédio de sua lei orgânica. Para expressar o peso das transformações ocorridas e a importância atribuída ao município, apresentamos algumas características importantes de acordo com Fonseca (2006, p.115-116).

- O município é uma unidade de poder integrante da República Federativa do Brasil;
- É dotado de autonomia política, administrativa e financeira adquirida por intermédio da Constituição de 1988;
- O município é constituído por um território exclusivo, um poder político administrativo e uma população que habita esse território;

De acordo com Fiori (1995), podemos supor que, além das possibilidades advindas do contexto nacional, não devem ser desprezadas as influências do contexto competitivo global, conforme discussão do primeiro capítulo. A este respeito, o autor assevera que

O que parece ter maior importância para a discussão federalista são as novas regras e tendências que vem manifestando-se no plano da competição intercapitalista, no plano da gestão das políticas macroeconômicas nacionais e, finalmente no plano da polarização social que vem agigantando-se à sombra da globalização (1995, p.30).

A interpretação das condições geradas pelo processo de descentralização e pelo impacto da globalização demonstra que se, por um lado, a virada descentralizadora possibilita a aproximação entre a população municipal e as decisões tomadas, supondo a efetivação do desenvolvimento socioeconômico, e horizontalidades em termos de decisões políticas, por outro, abre espaço para a competição entre os lugares, ou a competição intermunicipal, comum à globalização. A segunda possibilidade, demanda a adoção de medidas que potencializem as virtualidades do território, tornando-o atraente aos investimentos estrangeiros, estimulando a fragmentação inclusiva ou integradora diante do contexto competitivo global.

A reflexão sobre as características históricas, conjunturais e territoriais do federalismo brasileiro nos leva a concluirmos que é possível prevermos a influência tanto da virada descentralizadora, quanto da globalização no conteúdo da gestão e organização do território e no cotidiano das populações em cada município. Assim,

no capítulo seguinte, ao avaliarmos o localismo, demonstraremos as implicações da influência tanto da descentralização quanto da globalização nos municípios brasileiros.

CAPÍTULO 3 – O LOCALISMO E A FEIRA DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA E NEGÓCIOS: AGENTES, AÇÕES E MEIOS

Neste capítulo apresentamos um estado da arte sobre o local diante do contexto da globalização bem como diferentes conceitos de localismo, valorizando a escala local pela necessidade de estabelecer coerências com a microescala da ação política no Brasil, o município. Em seguida, refletimos acerca da dinâmica localista emergente no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, destacando o perfil dos agentes locais e as ações desenvolvidas por eles em prol da visibilidade das vantagens competitivas do município de LEM/BA. Dessa maneira, compreendemos que no município tem emergido um tipo de localismo que preserva vínculos verticais, dada a competitividade, com vistas para ações de promoção, venda e uso do território diante do contexto competitivo global.

Em seguida apresentamos a Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios que acontece anualmente no município como um evento relevante para a dinâmica localista municipal. Neste sentido, retomamos a trajetória dos estudos sobre a feira no Nordeste do Brasil desde a década de 1940 para em seguida apresentarmos as características estruturais e organizacionais da Bahia *Farm show*. Assim, conceituamo-la como sendo uma ação estratégica empreendida pelos agentes locais, apresentamos o processo de construção, consolidação e os meios que possibilitaram que a BFS se estabelecesse na escala regional, estadual, nacional e internacional, de par com a apresentação do município como ideal para empresários interessados em investir no agronegócio.

No último item tratamos a Bahia *Farm Show* como expressão do localismo em de Luís Eduardo Magalhães/BA destacando que o evento se tornou palco da articulação política envolvendo os produtores e representantes políticos de todas as esferas governamentais. Ao longo do tempo, essa articulação tem se revertido em ganhos significativos para o desenvolvimento da agricultura científica globalizada no município e na região.

3.1 O local e as vertentes do localismo

Conforme pincelamos nas seções anteriores, o ponto culminante da proposta é a abordagem sobre o localismo; antes, porém, torna-se imperativo avaliarmos a trajetória do local em seu processo de redescoberta nos últimos quarenta anos. A ideia de redescoberta está intimamente ligada ao advento da globalização, em cujo contexto as especificidades locais se aviltaram apesar de todas as dúvidas pautadas nas transformações ocorridas no mundo, intermediadas pelo avanço tecnológico.

O retorno da escala local, segundo Vaine (2001), não é consensual em razão das oposições entre nacional, internacional, local e global, porém o autor orienta que, nestes termos, a questão central é qual seria a melhor escala para a ação política. Assim, ele destaca duas formas, localizadas nas extremidades, pelas quais o local vem sendo interpretado. Os primeiros são os globalistas, que tomam a escala global como prioritária, pautando-se na hipotética existência de uma sociedade civil globalizada, na possibilidade de construir e fortalecer a cidadania global e na existência de movimentos como *Ocupe Wall Street*¹¹ e o ativismo do *Greenpeace*¹².

O segundo grupo defende as ações políticas locais em razão dos aspectos indenitários, que suscitam argumentos favoráveis a uma cidadania localizada, “identificada com o lugar”. De acordo com o autor, dessa maneira, “os localistas acionam permanentemente uma espécie de senso comum, onde o local se constitui escala mais pertinente para o exercício da cidadania pela razão mesma de que ‘o cidadão vive no local, na cidade, no município’” (VAINER, 2001, p. 145).

Segundo Fonseca (2003), neste contexto, é imprescindível pensar o lugar além do conservadorismo e do localismo competitivo amparado na expansão e mundialização do capital, mas é fundamental buscarmos um senso que considere os lugares como únicos e dinâmicos. Esta escala, em tempos de globalização, mantém relações com as demais, resguardando a sua singularidade e capacidade de contrariar as investidas dos processos globais a depender dos interesses dos seus agentes.

¹¹ Movimento popular norte-americano, iniciado em setembro de 2011, caracteriza-se pelo uso da rede mundial de computadores para articular as manifestações que, em síntese, questionaram o modelo econômico vigente.

¹² Movimento ambientalista criado na década de 1970, no Canadá. Atualmente o *Greenpeace* atua no mundo inteiro.

Este posicionamento do local abre espaço para novas leituras. Nesse sentido, Fonseca (2003) afirmou que o corolário dos estudos locais, a partir de 1970, foi a ampliação da compreensão sobre as “microdinâmicas” diante do contexto nacional e global. Em suas palavras,

Em termos abrangentes, é possível dizer que estamos diante da *institucionalização do micro, do local*: em termos culturais, a redescoberta do local representa a valorização do cotidiano, das minorias, das redes de solidariedade, das *tribos*; em termos político-administrativo refere-se ao protagonismo dos governos locais em termos territorial e institucional, representa a valorização dos municípios e do localismo em decorrência do processo de descentralização. (2003 p. 15-16, destaques do autor).

Quando o local passa a destacar-se pela valorização do cotidiano, das minorias, das redes de solidariedade, do protagonismo dos governos locais, pela valorização dos municípios e do localismo, não restam dúvidas em relação à proposta de distanciamento das visões globalistas sobre ele. Nestes exemplos, além do papel do local, a política também é valorizada quando o autor cita os municípios e os governos locais, assim, fica claro que este aspecto é fundamental para a compreensão da sua proposta de localismo, que será apresentada na sequência.

Para o autor, a emergência de localismos, amparados nos municípios, não é exclusividade brasileira: estes movimentos estendem-se pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e, desta forma, as análises podem ser classificadas em diferentes vertentes que se complementam e se inter-relacionam, conforme apresentamos no fluxograma 02. Em nível mundial, a atenção para o local foi estimulada por rodadas de discussões e estudos que apontaram a necessidade de reinvenção dos governos e, neste afã, foram identificadas algumas diretrizes para a concretização deste projeto, no qual o governo local deveria: a) ser catalisador e facilitador em relação à iniciativa privada; b) delegar responsabilidades aos cidadãos; c) ser competitivo e menos burocrático; d) ser empreendedor e orientado para o mercado. (OSBORNE; GAEBLER, 1998 *apud* FONSECA, 2004, p. 15).

Esta proposta constituiria um modelo de gestão empreendedor, sendo, portanto, o fundamento da competição que se instaurou entre os lugares no contexto competitivo global. A adoção deste modelo pode estabelecer, no nível municipal, circunstâncias em que se verifiquem processos de fragmentação Inclusive em concordância com a leitura de Haesbaert (2013) e, conseqüentemente, pode gerar uma versão verticalizada de localismo conforme Fonseca (2013).

A representação a seguir aponta os resultados dos estudos desenvolvidos acerca do papel do local diante da globalização. Avaliando um conjunto de compreensões do tema, Fonseca (2004) concluiu que havia as vertentes da globalização, nacionalização e localização.

Fluxograma 02 - Vertentes do localismo



Fonte: Fonseca, (2004).
Elaboração: Lima (2015).

No tocante à vertente da globalização, os estudos destacam os macro-processos ligados a ela e seus efeitos sobre o local, em relação à ideia de homogeneização das preferências, conforme discussão do primeiro capítulo. Ou seja, esta vertente considera os locais como pontos funcionais e dispostos à competição mediante a formulação de estratégias. No interior desta vertente, são observadas três premissas relevantes: o lugar como expressão da singularidade, o local como base para o desenvolvimento e o local como ator político.

No primeiro caso, o local associa-se ao conceito de lugar, admitindo que, além da funcionalização, estes podem ser expressão geográfica da singularidade, pois, diante das investidas dos interesses próximos e longínquos, estabelecem resistências em virtude das contingências e das redes de solidariedade. Esta

compreensão é criticada por Fonseca (2004), em virtude do enfoque econômico e financeiro e das explicações locais pautadas na internacionalização do capital.

Tendo em comum o mesmo contexto espaço-temporal, os estudos que tomam o local como base para o desenvolvimento versam sobre situações ocorridas em países desenvolvidos em circunstâncias de crise. Visando superar o problema, formaram-se coalizões compostas por empresários, jornais e governos locais empenhados em reerguer a economia local, pois é um propósito que beneficia as partes envolvidas. Entretanto, “o direcionamento da abordagem induz a pensar que restam poucas chances aos locais perante a primazia do capital globalizante” (FONSECA, 2004, p.18). Este entendimento torna-se controverso diante dos argumentos apresentados na discussão sobre a fragmentação desintegradora ou excludente, afinal, o local não é mero receptáculo dos desígnios globais.

Os estudos sobre o local como ator político e como base para o empreendedorismo partem do pressuposto de que a economia global articula-se territorialmente através de nós representados pelas cidades mundiais. As críticas destinadas pelo autor contrariam a ameaça desta organização territorial: diluir os espaços dos lugares e debilitar o poder do Estado, conforme previsão elaborada por esse grupo de estudiosos que, entre outros fatores, consideraram que o Estado-nação não responde de forma satisfatória às demandas internas e externas das cidades mundiais. Porém, ao longo das últimas décadas, surgiram elementos, sobretudo em momentos de crise econômica, que evidenciaram que o papel do Estado permanece preponderante, mesmo diante do potencial das cidades globais.

A vertente da nacionalização aborda a realidade de países europeus como a Inglaterra, tomando por base a relação entre governo central e local. Nestes, surge a ideia de Estado local designando a atuação do local como executor, no interior do Estado centralizado, no qual o movimento costuma suprimir qualquer possibilidade de autonomia local. Quanto à cidadania ativa, destacam-se as consequências das políticas neoliberais praticadas no referido país, através do estímulo à política de cidadania ativa. Neste caso os protagonistas são os empresários locais que, por terem adotado o empreendedorismo, foram chamados “homens de negócios”.

Sobre a vertente da localização, Fonseca (2004, p. 22) destaca a consideração do território na escala local, com a finalidade de melhorar o “desempenho governamental em termos econômicos e sociais” no contexto de globalização. Portanto, o território é visto como um elemento adicional e diferenciado

no conjunto já apresentado, assim, essa vertente é otimista em relação ao futuro das localidades por compreender que as convenções sociais construídas historicamente condicionam a vida local, influenciam a produtividade e a competitividade e promovem o fortalecimento do local.

3.1.1 Localismos: entre integração e exclusão

Neste item, as discussões giram em torno dos diferentes significados de localismo. Trata-se de conceitos construídos para explicar questões locais, nas últimas três décadas do século XX e no decorrer do XXI. As abordagens diferenciam-se de acordo com a dimensão que cada autor atribui à escala local, pela presença ou não do governo local ou do município, pelos processos investigados e seu caráter integrador ou desintegrador em relação à globalização. Neste sentido, consideramos relevantes os estudos de Brugué e Gomá (1998); Fonseca (2013); Castells e Borja (2008); Santos, B. (2011) e Harvey (2013).

Partindo do período denominado transicional¹³, as concepções de Santos, B (2011) admitem que a aparente intensificação das interações do mundo globalizado impôs às ciências sociais o desafio de refletir e explicar os dispositivos ideológicos e as intencionalidades que sustentam a transnacionalização. Afinal, a homogeneização e os demais discursos derivados do Consenso de Washington¹⁴ implicam o afastamento das explicações “monocausais e simplificadoras”. Por este motivo, Santos, B. (2011, p. 55) fundamenta sua tese em três contradições atreladas às práticas capitalistas globais.

- a) Globalização x localização;
- b) Estado-nação x o não-Estado;
- c) A ideia de globalização como “energia incontestável e imbatível do capitalismo” x a visão de que ela traz a oportunidade de ampliar a escala da “solidariedade transnacional e da luta anticapitalista”.

De certa forma, estas contradições foram postas em discussão na primeira seção, revelando-nos que a globalização não anula as diferenças locais, que os Estados continuam presentes na organização política mundial, embora tenham sido

¹³ Refere-se à conjuntura atual, na qual novos processos influenciam as relações sociais.

¹⁴ Trata-se de um conjunto de medidas formuladas em novembro de 1989 com a participação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial com a finalidade de difundir os preceitos neoliberais.

afetados por mudanças no seu papel, enfatizando as diferenciações e os movimentos de resistência que prevalecem diante da dialética globalização, enquanto processo atrelado à atual etapa de expansão capitalista, e a fragmentação. Contudo, chama-nos a atenção que, ao explicar a primeira contradição, o autor apresenta a sua concepção de localismo.

Para ele, à medida que acontecem processos de globalização, também observamos processos de localização. Ou seja, ao mesmo tempo em que interdependências e interações globais ultrapassam limites territoriais, outrora impostos pela tradição ou pelas regras nacionais, emergem novas identidades regionais, nacionais e locais, construídas por causa dos “direitos às raízes”. Esta perspectiva é convergente com a vertente globalista de localismo, apresentada por Fonseca (2004), sobretudo em relações à proposta que toma o lugar como expressão da singularidade, pois o direito às raízes evoca o sentido de que os locais, apesar de funcionais, trazem, em si, a contingência, a solidariedade e as especificidades territoriais.

Reiterando, o autor sistematiza os conceitos de “localismo territorializado” e “localismo translocalizado”, compreendendo que estes “tanto se referem a territórios reais ou imaginados, como a formas de vida e de sociabilidade assentes nas relações face-a-face, na proximidade e na interactividade” (SANTOS, B., 2011, p.54). Para explicar o localismo territorializado, o autor resgata as reivindicações protagonizadas pelos povos que, historicamente, buscam a “autodeterminação” nos limites de seus territórios ancestrais: apesar de essa luta ter sido constante, os êxitos só começaram a aparecer no contexto da globalização. Como exemplo, o autor cita os “povos indígenas da América Latina e também da Austrália, do Canadá e da Nova Zelândia”.

No caso dos localismos translocalizados, os protagonistas são grupos sociais como os árabes moradores de Paris ou Londres, assim como os turcos na Alemanha e os latinos nos Estados Unidos: no novo país, estes grupos se reterritorializam. No dizer do autor, “para estes grupos, o território é a ideia de território, enquanto forma de vida em escala de proximidade, imediação, pertença, partilha e reciprocidade”. (SANTOS, 2011, p. 54). Nesse contexto, inferimos que o autor contempla os processos de diferenciação apartados da reflexão sobre a escala geográfica e, além do mais, não concebe que re-territorialização significa a construção de novos territórios concretos. Contudo, as contribuições são valorosas,

pois se trata de uma leitura de fenômenos que contrariam as ações globalizadoras que tendem à homogeneização, uma demonstração de que o processo de globalização ocorre de par com a fragmentação e não anula as ações nem os agentes locais.

Ainda de acordo com Santos, B. (2011), caso não haja “compromisso com a história dos vencedores”, globalização pode ser substituída por localização, pois o global e o local são socialmente construídos no interior do processo de globalização. Ou seja, o que se torna global é selecionado no local em detrimento de muitas outras opções que não são visibilizadas em escala tão ampla, por isso, trata-se de um processo desigual. Partindo desta premissa, o autor distingue quatro formas de globalização (SANTOS, 2011, p.71):

a) O localismo globalizado, que consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso;

b) Globalismo localizado, que significa o impacto nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem do localismo globalizado;

c) Cosmopolitismo, o qual se trata da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais que alimentam os localismos globalizados;

d) O patrimônio comum da humanidade, a exemplo do *Greenpeace*, que representam as lutas socioambientais pela sobrevivência digna da humanidade.

As duas primeiras formas de globalização são favoráveis à perspectiva hegemônica de globalização, enquanto as demais dizem respeito a “globalizações de baixo para cima”. Neste ponto, a discussão se assemelha ao entendimento do geógrafo Haesbaert (2013) sobre fragmentação “inclusiva ou integradora” e “excludente ou desintegradora. Se, por um lado, enquanto alguns fenômenos locais são “promovidos” com sucesso ao *status* global, provocando impactos nas práticas locais, por outro, verifica-se a organização de resistências na escala nacional, regional e, acrescentamos local e a defesa do patrimônio comum da humanidade representada por lutas socioambientais, cada vez mais, bem articuladas e atuantes no mundo inteiro.

Uma segunda inferência é bastante importante, afinal, apesar de usar o termo localismo, a abordagem, por seu viés sociológico e econômico, nem sempre se

refere à menor escala, ou seja, ao lugar conforme tratamento dado pela ciência geográfica.

Harvey (2013) também produziu importantes reflexões em torno dos processos que constituem localismos¹⁵. Fundamentado na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, o autor estabelece a dialética corpo-globalização, respectivamente o mais micro do ponto de vista da compreensão do funcionamento da sociedade e mais macro dos discursos da contemporaneidade. Este caminho metodológico fundamenta-se na relação particularidade-universalidade, superando a ideia de tempo sobre o espaço, conformando uma proposta de análise e, também, de ação política. Dessa forma, o autor comprova que, diante dos processos globais, as leituras da realidade devem estar atentas às respostas locais que têm sido dadas aos interesses da classe capitalista tendentes à homogeneização. Em suas palavras,

As forças de oposição impelem com frequência na direção contrária. Surgem movimentos de secessão e exigências de autonomia local (como as veiculadas pelos zapatistas) para proteger, por exemplo, as minorias étnicas, padrões de vida conquistados e o bem-estar social ou valores ambientais (no âmbito dos quais tem considerável influência o lema 'o negócio é ser pequeno') (HARVEY, 2013, p.110).

Sendo assim, o autor adverte que a organização do nosso pensamento deve contemplar “diferenciações, interações e relações tanto interescares como intraescares”. Neste devir, a menor escala é protagonista, pois, mesmo os processos globais, como a “diáspora chinesa” e as incontáveis iniciativas do livre comércio, apóiam-se na existência da especificidade na escala local. Referenciando-se nas análises contemporâneas sobre o nexos local-global, ele reafirma o fascínio pelos conhecimentos locais, pelas culturas locais, com a política do lugar e da construção do lugar (HARVEY, 2013, 119).

Nesse sentido, o autor propõe três interpretações para a literatura produzida sobre o localismo ou comunitarismo: primeiro como uma negação ao cosmopolitismo pregado pela globalização, um apelo ao resgate das particularidades. Segundo, a favor da preservação das relações cotidianas que seguem o ritmo da proximidade, da personalidade que se sustenta no local resistindo à homogeneização da

¹⁵ O autor não elabora exatamente um conceito de localismo, mas, em analogia, parte do comunitarismo e aponta o particularismo militante como caminho para a analítica, assim como para a ação política.

globalização. Terceiro, reconhecendo que a experiência está localmente posta e as pessoas as consideram por tratar-se do terreno da referência à afetividade de uma vida localizada (HARVEY, 2013, p. 119-120). Diante destas perspectivas, o autor avalia que a linha de reação mais coerente:

É tomar a globalização literalmente e fazer afirmações universais precisamente do tipo que os zapatistas fizeram a partir de seus refúgios nas montanhas no sul do México. Essas alegações se apóiam firmemente na experiência local, mas operam de maneira mais dialética com respeito à globalização. Apelam, por exemplo, ao caráter situado das formas culturais locais, mas também fazem uso das contradições implícitas na atual aceitação, por todo mundo, de certas normas e maneiras de 'fazer negócios' e de definir tanto 'liberdades' como direito de escolher (HARVEY, 2013, p. 119-120).

A compreensão do autor, assim como ocorrido com Santos, B. (2011), coaduna com o exposto por Fonseca (2013) em relação ao lugar como expressão da singularidade. Trata-se de uma visão mais globalista pela manutenção da primazia global sobre o local e das explicações com enfoque na economia, neste caso, o local teria que desenhar sua história de resistência em razão da globalização.

Seguindo a vertente globalista, destacamos os estudos de Castells e Borja (2008), que discutem a gestão e o papel das cidades mundiais, enquanto escala local, na era da informação. Para os autores, estes centros devem estar engajados na competição global, como protagonistas e atores sociais complexos e multidimensionais, possibilidades que advêm do papel político, econômico, social, cultural e midiático que as cidades globais exercem atualmente. De acordo com os autores, estes centros urbanos se expressam como atores sociais à medida que

Realiza una articulación entre administraciones públicas (locales y otras), agentes económicos públicos y privados, organizaciones políticas y cívicas, sectores intelectuales y profesionales y medios de comunicación social. Es decir entre instituciones políticas y sociedad civil. Esta articulación se realiza a través de la acción colectiva y conjunta, que puede responder a formas y objetivos diversos (CASTELLS; BORJA, 1997, p.139).

Os autores destacam alguns dos objetivos a serem cumpridos neste devir: resistências a agentes externos; promoção através do turismo; parcerias público-privadas; projetos de desenvolvimento urbano vinculados a eventos e mobilização baseada na afirmação da identidade. Segundo Castells e Borja (1997), esta possibilidade é fruto das características atuais da economia global, da velocidade da informação, da capacidade de adaptação e da flexibilidade das estruturas produtivas

e comerciais. Por estas razões, eles propõem mudanças nas atribuições dos governos locais frente ao Estado e ao processo de globalização, com vistas para a ampliação do papel da escala local.

Esta proposta redireciona os governos locais frente ao Estado-Nação, que, segundo eles, tornou-se pequeno demais para dar conta da complexidade que se apresenta nas aglomerações urbanas. Contudo, os autores se expõem ao risco de generalizações, pois, segundo Fonseca (2004), o local, como ator político, está ligado a uma visão economicista, que serve de estímulo para se pensar em uma “economia global, aberta e homogênea”, no predomínio total dos mercados competitivos e na crise do Estado. Mas, apesar de a competitividade estar cada vez mais acirrada, persistem as restrições à globalização e os Estados continuam presentes na regulação da economia global.

Brugué e Gomá (1998), preocupados com a escala em que devem ser planejadas as ações políticas governamentais em tempos de globalização, valorizam o papel dos governos locais, considerando os estímulos à repolitização do local oriundos de diversos níveis. Dessa forma, para os autores, localismo

Se trata, además, de una intuición corroborada por el próprio dinamismo que, desde la década de los ochenta, están mostrando las unidades locales. los municipios canalizaan um número creciente de demantes políticas y econômicas, desarrollan iniciativas novedosas destinadas a ofrecer nuevas respuestas a los problemas de la colectividad y participan em los múltiples es cenarios donde se toman lãs decisiones que afectarán a la cualidad de vida de los ciudadanos. (GOMÁ, 1998, p.118)

Ao destacar o localismo como produto da expressão local, o autor salienta a influência das mudanças no âmbito do Estado-nação, com vistas para maior liberdade para a microescala, não em virtude da boa vontade dos governos, mas como fruto das reivindicações da sociedade por mais espaços deliberativos, como apontam alguns estudos. De tal modo, o autor observa o localismo mediante os novos papéis exercidos pelos municípios, incluindo iniciativas voltadas à participação em amplos debates sobre temas que afetam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos locais. Em consonância, tomando a Espanha como exemplo, Brugué e Gomá (1998) apontaram que, diante da globalização e do comportamento do Estado, a reação favorável ao local traduz-se em forma de elaboração de propostas voltadas à oferta de serviços sociais, reordenação de sua infraestrutura e políticas de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, a interpretação de Fonseca (2013), de acordo com o exemplo brasileiro, sugere que o leque de iniciativas que indicam a emergência de movimentos localistas é mais amplo, conforme o fluxograma 03. Neste, demonstramos também as situações que o autor considera novos regionalismos no território nacional, como evidência dos processos de diferenciação frente à globalização. Tudo isso mostra a persistência da lógica zonal e confirma que os pontos e as redes convivem dialeticamente com os planos.

Fluxograma 03 - Manifestação do Localismo no Brasil



Fonte: Fonseca (2013, p.162).
Elaboração: Lima (2015).

De acordo com Fonseca (2013), além dos aspectos globais já debatidos, a emergência atual de localismo no Brasil também está relacionada às mudanças políticas e institucionais que ocorreram na década de 1980, juntamente com o processo de reestruturação capitalista e o redirecionamento do papel do Estado, conformando uma atmosfera favorável ao fortalecimento do município. Dentre as “inovações institucionais”, destacam-se a promulgação de uma nova constituição, na qual o município passa a ser um ente federado com um elevado grau de autonomia relativa, e as iniciativas descentralizantes, conforme discussão do item três do segundo capítulo. A formação histórica do Estado brasileiro e o processo de redemocratização pós-regime militar também são apontadas como fatores responsáveis pelo localismo, posto que este, além de um fenômeno espacial, também é histórico, social e político.

Respeitando as particularidades dos municípios, o autor compreende que há duas interpretações possíveis dos localismos e, ainda, uma terceira, resultante da combinação entre as duas. A primeira significa

Um movimento e/ou conjunto de decisões e ações políticas, econômicas e institucionais muitas vezes de caráter reivindicatório, engendrado por agentes dominantes locais que atuando a partir de uma base territorial, ao mesmo tempo em que buscam maior visibilidade local, articulação e cooperação intermunicipal, também buscam competir na busca de empresas, recursos e investimentos para o seu território. (FONSECA, 2013 p.162).

A segunda interpretação diz respeito à tendência descentralizadora caracterizada pela ampliação das decisões e ações para a escala municipal, esta versão destaca-se por seu caráter político, institucional e territorial. As duas situações localistas envolvem vínculos verticais e horizontais: “na versão baseada na cooperação e na articulação, gera localismos horizontalizados; na versão competitiva, gera localismos verticalizados, predatórios e fragmentadores.” (FONSECA, 2013, p.162). Diante destas duas possibilidades, o caminho indicado pelo autor, para os geógrafos é, no âmbito da geografia política, identificar como esses localismos emergiram e vêm configurando-se no Brasil.

É preciso entender que ressaltar o papel do município e, portanto, da microescala, não significa desprezo da presença das influências globais e nacionais nesse âmbito, tampouco generaliza as conclusões sobre os resultados verificados

em cada um dos municípios brasileiros. É fundamental aos novos estudos atentar para o conjunto de condicionantes que conformam a emergência de localismo. Por esta razão, propomo-nos a analisar a dinâmica localista a partir do município de Luís Eduardo Magalhães/BA.

3.2 Luís Eduardo Magalhães/BA: agentes, ações e a busca pela visibilidade

O município baiano denominado Luís Eduardo Magalhães está localizado no extremo oeste da Bahia. Faz fronteira com os municípios de Barreiras e São Desidério, distante 947 km de Salvador e 540 km de Brasília e está interligado com as regiões Nordeste, Centro-Oeste e com a capital do estado através das rodovias federais BR-020 e BR-242, esta última, liga a Bahia, a partir de Salvador, ao estado de Tocantins.

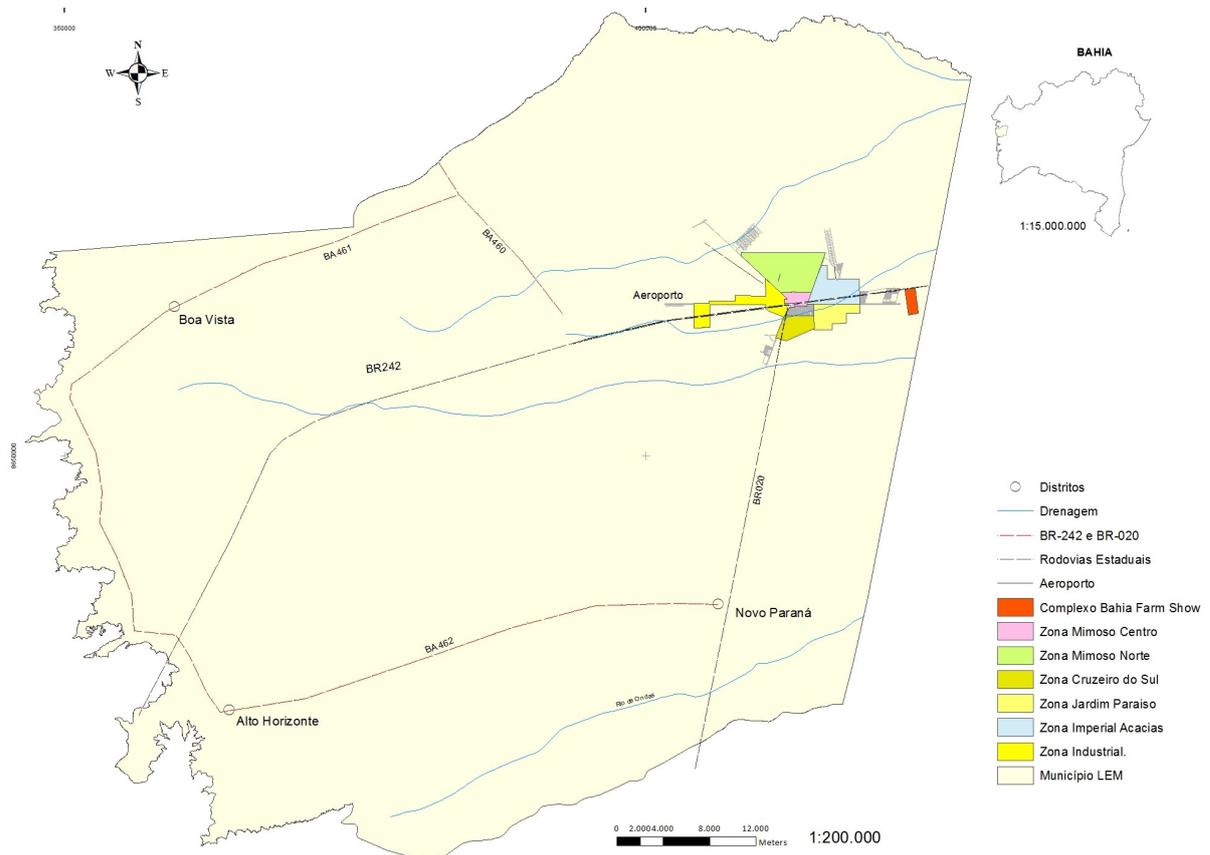
As informações da EMBRAPA esclarecem que o clima do município é tropical, apresentando a estação chuvosa entre os meses de outubro e março, com uma precipitação superior a 1000 mm, e a temperatura durante o ano varia entre 18° C e 34° C. O território municipal está totalmente inserido na porção setentrional da bacia do São Francisco, assim a geomorfologia é caracterizada por chapadas, depressões e planícies aluviais. Destaca-se, na hidrografia, a existência dos rios Ponta d'Água, Cabeceira de Pedra, Balsas, Rio de Ondas, Rio do Borá e Rio de Janeiro, além de seus respectivos afluentes. Os solos da região são predominantemente latossolos vermelho-amarelos, comuns em áreas de relevo com poucas ondulações.

Segundo o IBGE, a população do município, predominantemente urbana, era de, aproximadamente, 60 mil habitantes em 2010 e a estimativa para 2014 é que o contingente populacional chegaria a 76 mil. O crescimento populacional é, em grande parte, influenciado pelas migrações iniciadas na década de 1970. Desde então, trabalhadores de outras regiões do estado e produtores oriundos de outros estados do Brasil, principalmente da região Sul e Sudeste, não pararam de chegar ao local em busca das oportunidades geradas pela pujança econômica local.

No mapa 03, demonstramos a extensão territorial do município, os distritos, as rodovias estaduais e federais que cortam o território, a rede hidrográfica e o perímetro urbano subdividido em zonas previstas no Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães/BA. Também identificamos (cor laranja) o Complexo Bahia *Farm Show*,

localizado a 10 km a leste do centro da cidade, onde é realizada a Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios / Bahia Farm Show.

Mapa 04 - Município de Luís Eduardo Magalhães/BA – 2015



Fonte: IBGE.

Elaboração: Reis (2014), adaptado de Santana (2008).

De acordo com Vieira (2007, p. 57), a maioria dos sulistas que atualmente compõe a população do município, “chegaram a este espaço nos anos de 1980, época de maior expansão da produtividade, e hoje possuem importantes funções na política, na economia”. Acrescentamos os imigrantes oriundos de outros estados são os principais agentes da emancipação política do município ocorrida no ano 2000 quando o processo de emancipação significa o resultado das reivindicações em favor da criação de um novo município iniciadas na década de 1990 e que podem ser descritas da seguinte forma: em princípio, Mimoso do Oeste, povoado de Barreiras, era uma pequena aglomeração urbana localizada no entorno de um posto de combustíveis próximo ao entroncamento das BRs 020 e 242; em seguida, passou

a se chamar Luís Eduardo Magalhães ao tornar-se distrito e, em 2000, foi instituído o município (FONSECA, SILVA, VIEIRA, 2010, p.120-130).

Segundo os autores, as motivações para a criação de Luís Eduardo Magalhães/BA foram, em primeiro lugar, econômicas dinâmicas dadas à comprovação da capacidade de auto-suficiência econômica de LEM e, em segundo, geográficas, pois era muito grande a distância entre a população residente no local e Barreiras que era o centro de oferta de serviços mais próximo. Isso dificultava, por exemplo, o atendimento médico e a aquisição de bens.

Este contexto, no qual se destaca o papel preponderante dos imigrantes, possibilita considerarmos-os agentes do localismo emergente no município, embora seja relevante ponderarmos sobre o pensamento de Alves (2005), exposto no capítulo anterior. Para este autor esse grupo foi escolhido pelo capital para ocupar as novas fronteiras agrícolas, entretanto talvez não seja coerente pensarmos em escolha, pois isso anula a autonomia do indivíduo. De certo, a chegada dos migrantes no oeste da Bahia de fato, não se trata de um processo aleatório e, assim, nos permite destacar três características que influenciaram as transformações política, econômica e espacial ocorridas no local.

a) A predominância de indivíduos descendentes dos europeus e japoneses que migraram para o Brasil no final do século XIX e início do século XX, aspecto que os tornam conhecedores de modelos de produção da agricultura moderna;

b) A predisposição para o associativismo responsável por conduzir estes grupos do sul e sudeste para outras regiões do país por intermédio do PRODECER, um programa que, conforme demonstramos no capítulo anterior, contava com a participação direta do sistema COOPERCOTIA;

c) O perfil empreendedor, afeiçoado à ampliação de áreas de produção, investimentos em tecnologias, aumento da produtividade, contratação de linhas de crédito e gestão pública pautada em modelos empresariais.

Estas distinções são frutos das observações realizadas durante o trabalho de campo, da pesquisa documental e das entrevistas que conseguimos com os agentes políticos e econômicos do município. Neste sentido, empreendemos esforços na tentativa de estabelecer o perfil dos agentes locais, considerando aqueles que possuem ligação tanto com o poder político quanto com o poder econômico. Para isso, decidimos levar em conta os seguintes aspectos: naturalidade, com o intuito de relacionarmos às duas primeiras premissas citadas no parágrafo anterior;

envolvimento político, que nos permite associarmos-os às ações que culminaram na emancipação municipal, na realização da Festa da Colheita, à atração da Agrishow e à construção e consolidação da Bahia *Farm Show*. Além disso, para caracterizarmos a imbricação existente no município entre poder político e poder econômico, destacamos o envolvimento econômico desses agentes de acordo com a forma como eles se apresentaram durante as entrevistas. Na sequência, com a finalidade de explicitar a terceira premissa, listamos alguns pensamentos característicos destes agentes com o intuito de refletir o essencial do modelo de gestão municipal. Esta sistematização está apresentada no quadro 07.

Quadro 07 - Perfil dos agentes do localismo de LEM/BA - 2015

ORIGEM	ENVOLVIMENTO POLÍTICO	ENVOLVIMENTO ECONÔMICO	EXPRESSÃO DO PENSAMENTO
Pérola do Oeste/PR	Deputado	Agricultor	“O prefeito criou uma comissão [formada por] presidentes das associações em geral e para cada um ele deu o certificado de embaixador para que fosse com ele a Ribeirão Preto mostrar ao pessoal que organizava a Agrishow, o potencial de Luís Eduardo”.
Itaquajé/PR	Prefeito, deputado e secretário estadual	Produtor	“A gente teve um sonho e a gente pode buscar junto com vários parceiros”.
Maceió/AL	Prefeito	Produtor, membro fundador da AIBA	“A gente começou a entender com a fundação da associação que era importante que [...] a gente colocasse esses negócios perante as autoridades [...] defendendo os interesses da classe.”
PR	Secretário municipal	Empresário	“Se nós queremos trazer investidores para cá, precisamos que as pessoas conheçam [o município] e que saibam o que temos de atrativo”.
PR	Secretário municipal	Comerciante de máquinas agrícolas	“Com a motivação de um novo município, todo mundo interessado em trazer o progresso e o desenvolvimento, teve a ideia de começar a vender mais Luís Eduardo Magalhães e mostrar para o Brasil inteiro que o oeste da Bahia tem um grande potencial agrícola.”
PR	Secretário municipal	Produtor	“Acho que só esse sentimento já é bastante positivo: que o setor público não atrapalhe e que o setor privado precisa fazer a coisa acontecer”.
RS	Secretário municipal	Profissional liberal	-
-	Diretor municipal	Empresário	“Podemos servir de exemplo inclusive para outros municípios”.

Fonte: Pesquisa de campo e Anuário da Região Oeste da Bahia (2010).
Elaboração: Lima (2015).

O quadro revela que os agentes entrevistados são migrantes de outras regiões do país, têm ligação com a produção da agricultura moderna e, em algum momento, estiveram à frente de secretarias municipais e estaduais ou exercendo funções políticas enquanto prefeito e/ou deputado. Estes agentes, não se restringiram às atividades econômicas e, ao longo de duas décadas, têm conduzido a política local, participando diretamente do cenário político regional, estadual e nacional. Isso mostra a ampla capacidade de articulação que eles possuem, trazendo uma compreensão preliminar sobre as bases do localismo que tem emergido no município, pois deixam transparecer um expressivo poder de articulação em torno do agronegócio.

A grande maioria destes agentes é do sexo masculino, com idade superior a 40 anos e possuem uma história de ao menos quinze anos morando no oeste da Bahia. Cotidianamente costumam ser chamados de pioneiros por pertencerem às primeiras famílias que migraram para a região e costuma se autodenominarem desbravadores por terem acreditado na possibilidade de desenvolver o agronegócio em uma área inóspita. Entre eles é unânime a expressão de orgulho por terem liderado a construção da história do município.

Ao apreendermos as características dos agentes locais, no que tange à participação na economia e na política, podemos caracterizá-los como promotores do desenvolvimento econômico (ao lado da lógica capitalista e do Estado) e articuladores da política em torno da criação do distrito, da emancipação municipal e da realização de eventos. Dessa maneira, observamos que a orientação do modelo de gestão municipal tem relação direta com a produção agrícola, dada a sua correspondência com os interesses econômicos em jogo.

Sendo assim, compreendemos que os agentes do município de Luís Eduardo Magalhães/BA são um grupo político e econômico formado por migrantes oriundos de outros estados do Brasil, atraídos para o local pela possibilidade de realizar investimentos no ramo do agronegócio. Eles possuem um perfil empreendedor, primeiro pela predisposição em realizar vultosos investimentos na compra de terras e na aquisição de todo tipo de tecnologia agrícola, com vistas para o crescimento econômico, mediante a expansão da produção e o aumento da produtividade e, segundo, por serem bastante atuantes politicamente, conceberem a administração pública no sentido empresarial e, portanto, promoverem a aproximação entre o município e o contexto competitivo global.

Estabelecido o perfil dos agentes, resta-nos identificar as ações desenvolvidas por eles, a partir da compreensão de que, neste contexto, ação envolve os acontecimentos que construíram a especificidade local. Dentre estas se destacam aquelas que promovem o município nas escalas regional, estadual, nacional e internacional. Além disso, a reflexão demonstrou que cada ação traz em si uma intencionalidade específica que, em conjunto, convergem para a manutenção de uma circunstância que assegure a lucratividade dos negócios.

Desse modo, constituem as ações locais a emancipação municipal e ações de promoção e divulgação do território. Para ampliar a reflexão sobre ação, consultamos o dicionário de análise do discurso, especificamente a discussão do autor sobre ações/eventos, pois neste ponto, ele reflete sobre o agir humano, explicando que a ação caracteriza-se pela presença de um agente provocando as transformações ou impedindo-as, assim,

Existe sempre ligação entre a ação de um agente e aquilo que o leva a agir, a saber, seu *motivo*. Esse motivo (ou razão para agir) não pode ser pensado senão a partir da ação. A distinção entre causa e motivo não significa que, desde que um ator humano esteja presente, tudo é motivação pura. (CHARAUDEAU, 2012, p.28).

As ações adotadas pelos agentes de LEM foram motivadas, até certo ponto pelo desejo de tornar o município conhecido, conforme explicitamos no quadro 07. Assim, através das falas dos entrevistados, percebemos que há o interesse de mostrar o potencial do município, estabelecer parcerias, defender os interesses dos produtores rurais, atrair investimento, “vender o município”, etc. Nesse sentido, o contexto local foi analisado por Fonseca, Silva e Vieira (2010) sob o viés do desempenho institucional, antes e depois da emancipação política, com vistas para as ações adotadas pela gestão municipal. Eles indicaram avanços quanto à existência de recursos formais e técnicos e observaram um conjunto de ações localistas ligadas ao *marketing* territorial, por isso, os autores enfatizaram as ações voltadas à promoção do território, a acessibilidade ao uso do território e de incentivo ao uso do território; buscamos sistematizá-las no quadro 08.

Quadro 08 - *Marketing* territorial em LEM/BA - 2010

MARKETING TERRITORIAL	Ações de promoção do território	Incorporação de novas tecnologias; <i>site</i> oficial; divulgação das ações; slogans; CDs-ROM; revista do município de LEM; feira internacional de tecnologia em ação – <i>Bahia Farm Show</i> .
	Ações de acessibilidade ao uso do território	Facilidades que o governo local tem oferecido para instalação dos agentes hegemônicos; aquisição do terreno para a construção do centro industrial; instalação da infraestrutura no Centro Industrial do Cerrado - CIC.
	Ações de incentivo ao uso do território	Doação de lotes no CIC; venda de lotes abaixo do valor de mercado; isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU durante 10 anos; financiamento de 75% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; redução de 75% de imposto de renda por 10 anos.

Fonte: FONSECA; SILVA; VIERA (2010).

Elaboração: Lima (2015).

De acordo com Vieira (2008, p.67), o *marketing* territorial do município é composto pelo território e os recursos naturais, técnicos e organizacionais, reunindo “estratégias empregadas pelo governo local, visando atrair indústrias para promover economicamente o município”. Desta forma, entendemos que as ações em tono do localismo, convergem para a construção de uma realidade competitiva, na medida em que expressa a tentativa de aproximação entre o município e o contexto global. Assim, ações de promoção, acessibilidade e incentivo ao uso do território contribuem para a emergência de um localismo que, até certo ponto, inibe a cooperação local-local.

Neste caso, a vinculação com escalas mais amplas prevê apenas a ampliação das relações comerciais e o crescimento econômico. Nas palavras de Viera (2008),

O governo municipal tem estabelecido e criado estratégias e condições locais para garantir eficácia aos respectivos processos de globalização e modernização, neste caso, a instituição política local tem legitimado as ações do mercado global, mediante uma estratégia de promoção econômica baseada no *marketing* territorial (p.69).

As ações desenvolvidas pelos agentes locais foram decisivas para que o município se tornasse atraente às empresas estrangeiras e nacionais que vêem o local como importante nicho de mercado, e para os produtores que podem adquirir

terras a preços baixos, encontram solos cujo preparo para o plantio demanda poucos investimentos, condições de relevo favoráveis à mecanização e disponibilidade de água. Entretanto, conforme discutimos na seção anterior, a compreensão deste contexto não deve estar atrelada a nenhuma ideia de orquestramento do global sobre o local. Finalmente, com base em Fonseca (2003), entendemos que os locais não são amorfos ou depositários das demandas globais.

Apesar desta compreensão, as ações de promoção, acessibilidade e uso do território não são otimistas em relação às possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, a integração entre as diversas camadas sociais e a abertura para a participação popular nas decisões que impactam o cotidiano da população municipal. Ações ligadas ao *marketing* territorial convergem para o delineamento de ações localistas distantes da ideia de ampliação dos espaços de decisões políticas como previam os defensores da descentralização no âmbito do federalismo brasileiro na década de 1980. Diante destas, também observamos o afastamento da possibilidade de cooperação intermunicipal, tendo em vista que essas iniciativas estão voltadas muito mais aos interesses externos do que para o território nacional.

A assertiva pode ser comprovada mediante a reflexão sobre a fala de um dos agentes entrevistados:

Quando ele [o primeiro prefeito] assumiu em janeiro de 2001 a prefeitura de Luís Eduardo, o primeiro ato foi adquirir na época uma área gigantesca, em torno de 200 hectares, para ali criar o distrito industrial do cerrado, [este] não era para as empresas situadas aqui, mas para buscar empresas tanto nacionais como internacionais, como lá está instalada a multinacional [BUNGE]. (G2A).

Desta forma, Luís Eduardo Magalhães/BA se distingue política e economicamente frente aos demais municípios da região, até mesmo do estado, por, deliberadamente, buscar a conexão com o contexto competitivo global. Segundo Fonseca, Silva e Vieira, (2010, p.151) “estes tipos de estratégias institucionais, ao ampliar a conectividade, as inovações e a flexibilidade institucionais, deixam o território mais fluido e atrativo para investimentos do capital externo e mais deslocado do seu entorno” (FONSECA; SILVA; VIEIRA, 2010, p.151). Sendo assim, observamos que as mudanças sociais e econômicas identificadas pelos autores após a emancipação de LEM, não asseguraram um ambiente de contiguidades, de interações e de horizontalidades.

Por esta ótica, podemos retornar à dialética globalização-fragmentação proposta por Haesbaert (2013) e falarmos em processos de fragmentação inclusiva ou integradora, pois, neste caso, LEM está integrado à lógica competitiva global não somente pelo processo de desconcentração realizado por uma determinada empresa, mas por tratar-se de um projeto dos agentes locais. Neste percurso, foi necessário que estes agentes convencessem as empresas, sobretudo do segmento industrial, a instalar-se em um local que, até os anos 2000, não constava nos mapas oficiais.

O significado de localismo verticalizado está assente em Fonseca (2004) e Santos (2002), expressando que as ações engendradas pelos agentes locais promoveram transformações no território municipal que aproximaram o local das exigências do contexto competitivo global. Assim, se constituiu uma similaridade entre o LEM/BA e os vetores da economia capitalista, como se o município refletisse a configuração do espaço global, ou seja, o local é uma fração do global. Isso denota que se estabeleceram os vínculos verticais e a funcionalidade do município mediante as virtualidades técnicas em temas políticos econômicos e espaciais.

Portanto, o localismo emergente (localismo verticalizado) beneficia financeiramente empresas e agentes hegemônicos locais, nacionais e globais. Isso porque, no contexto competitivo global, ganha quem se prepara instalando em seu território a maior densidade técnica possível e os agentes políticos e econômicos de LEM/BA, utilizando o aparato político institucional do Estado, não pouparam esforços no sentido de potencializar as operações ligadas ao agronegócio que é a especialidade do município. Neste devir, em detrimento da busca pela identificação e/ou aproximação com o contexto competitivo global, ou seja, o fortalecimento da competitividade foi camuflado o potencial local dado pelas contingências e solidariedades que poderiam estar a serviço do desenvolvimento socioeconômico.

Através do conhecimento do modelo de gestão adotado no município de LEM, é possível apreendemos o fundamento das iniciativas que foram implantadas e que culminaram na emergência do localismo que ressalta vínculos verticais. Nesse sentido, traçando um comparativo da gestão do território em municípios baianos, Fonseca (2011) considera que no município desenvolveu-se uma gestão pautada no empreendedorismo. Este modelo de gestão tornou-se conhecido em muitos países do mundo após a virada descentralizadora e, sendo nutridos pelo “empreendedorismo competitivo”, passou a ser praticado no Brasil a partir da

década de 1990, no contexto de crise do modelo nacional-desenvolvimentismo de Estado. Suas características mais marcantes são: ações de caráter competitivo, parceria público-privado, flexibilidade institucional, privatização, *marketing* territorial e desenvolvimento local.

De acordo com o autor, baseado neste modelo de gestão,

O município é pensado como se fosse uma empresa; o governo local assume o papel de promotor, articulador e facilitador das estratégias de *uso* do território, sobretudo para atender aos interesses de grandes grupos privados; o território assume o papel de mercadoria para ser vendida, em decorrência de ser considerado um objeto com valor de uso e troca; os moradores são os funcionários diretos e indiretos dos parceiros, no caso empresas privadas nacionais e estrangeiras. Inclusive, muitos instrumentos de gestão presentes no Estatuto da Cidade não são aplicados neste tipo de gestão, até porque o território deve ser apresentado para os investidores externos como tendo uma atmosfera institucional flexível. Em LEM, foi este o modelo mais adotado até o fim de 2008. (FONSECA, 2011, p.64, destaque do autor).

A compreensão do autor sobre o empreendedorismo é convergente com a expressão do pensamento dos agentes locais apresentados no quadro 07, no qual apareceram frases como: “venda do território”, “atração de investimentos”, “mostrar as vantagens do município”, “tornar LEM conhecido nacional e internacionalmente”, etc. Assim, a realidade avaliada por Fonseca (2011) não sofreu alterações significativas, sendo possível inferir que a gestão do município permanece pautada no empreendedorismo competitivo, apesar da mudança do prefeito e secretários.

Do mesmo modo, também não observamos abertura à participação de outros segmentos nas definições dos rumos do município, pois os agentes são ligados ao poder político e econômico local, expressando um forte entrelaçamento entre público e privado de forma que é difícil identificar a extensão e os limites da atuação de cada um. As prioridades também permanecem as mesmas, como mostra a figura 05 retirada de publicações da prefeitura que circularam durante a edição de 2014 da Bahia *Farm Show*.

Figura 05 - Apresentação de Luís Eduardo Magalhães/BA - 2015



Fonte: Prefeitura Municipal de LEM / trabalho de campo (2014).

A mensagem forte e positiva criada em torno do município, como podemos ver, tem endereço certo: novos investidores que possam sentir-se atraídos pelas vantagens do local e motivados a realizar investimentos no ramo do agronegócio. Assim, não foi por acaso que este material circulou durante a BFS de 2014, onde se encontravam os principais vetores da economia globalizada. Podemos entender que esta ação sinaliza o propósito de “vender” o território e suas vantagens por intermédio da mensagem de prosperidade vinculada ao agronegócio.

Do mesmo modo, em “Aqui a gente faz acontecer”, estão implícitas as vantagens oferecidas pelo governo local, como redução de impostos, doação de terreno e as facilidades e a flexibilidade que compõem as estratégias institucionais do município. É como se os agentes locais dissessem ao investidor potencial: “venha para cá, aqui não há como o seu negócio dar errado, pois seremos parceiros, no sentido econômico, uma vez que a associação que nos representa é forte o suficiente para assessorá-lo e o poder público está para ajudar e, mesmo quando não ajuda, também não atrapalha.” Portanto, faz sentido retornarmos ao que Charaudeau (2012) afirmou sobre a existência de uma ligação entre a ação e a razão de agir, pois, a ação de distribuição deste material durante a BFS, está ligada

às ações de *marketing* territorial que Vieira (2008) identificou como bastante expressivas no município.

Observamos também, a partir da figura 05, dois tipos específicos de verticalidades. Primeiro em relação às interações espaciais, pois, embutido na imagem, está o convite para novos investidores nacionais e estrangeiros, uma vez que “a terra do agronegócio” dispõe de uma série de vantagens comparativas oriundas da sua gestão empreendedora. Além disso, se voltarmos ao modelo de modernização e expansão da produção agrícola no Brasil, reforçaremos a tese de que o município, a cada dia, torna-se mais um espaço nacional da economia internacional (SANTOS, 2002). Isso implica que as relações municipais têm sido estabelecidas muito mais com outras escalas, inclusive global, do que com o seu entorno, ou seja, com outros municípios. Este é um processo de fragmentação inclusiva ou integradora conforme proposição de Haesbaert (2013) e nos permite afirmar que neste caso a divisão que culminou na criação de um novo município, gerou fragmentação de acordo com as advertências de Fonseca (2013).

Ressaltamos que a gestão municipal, além de empreendedora, constitui-se basicamente de dois segmentos: o poder político e o poder econômico conforme menção anterior, ficando ausentes as demais camadas da sociedade. Não havendo espaço para a ampla participação, as decisões se restringem a estes dois grupos reforçando a tendência de não contemplação dos interesses ligados às necessidades mais elementares da população do município. Em termos de organização política e social esta é uma forma de verticalização, uma vez que, se os segmentos não são representados pela camada política e econômica do município, dado o perfil e os interesses destes, vêm-se obrigados a aceitar as decisões tomadas de cima para baixo.

O modelo empreendedor posto em funcionamento em LEM reporta-nos para o local como base para o desenvolvimento, uma das vertentes globalistas de localismo, diferenciando-se em virtude das motivações e do contexto. Apesar de não se tratar de uma circunstância em que os agentes locais buscam superar a crise econômica, como nos casos em que foram desenvolvidas as análises sobre o tema, parece-nos ser preciso inferir que em LEM conforma-se uma coalizão constituída por agentes políticos, econômicos e a imprensa, o que resulta na construção de uma atmosfera favorável à atração de novos investimentos.

Durante a pesquisa, atentamos para a identificação das ações que podem ser consideradas de maior relevância para a compreensão da dinâmica política e econômica municipal. Dessa maneira, a partir das entrevistas, do anuário da região oeste da Bahia, dos Informaiba e os demais materiais consultados, listamos, no quadro 09, as ações, os agentes de acordo com a especificação dos grupos apresentados na introdução e algumas inferências que consideramos contundentes para a compreensão de cada ação. Para facilitar a leitura do quadro 09, reiteramos que G1 são os agentes políticos, G2 representa os agentes ligados à administração municipal e G3 são agentes econômicos. Lembramos ainda que esta subdivisão entre os agentes é bastante genérica em virtude da imbricação demonstrada no quadro sobre o perfil dos agentes.

Quadro 09 – Agentes, ações e a visibilidade de LEM/BA - 2015

AGENTES	AÇÕES	INFERÊNCIAS
G1B	Emancipação municipal	“Nós construímos uma organização de produção em Luís Eduardo, onde nasceu o desejo e a demanda de se criar o município. Foi dessa pujança, dessa economia que (...) passou-se a ter o desejo e vontade de se ter um município (...), então isso tudo era importante para se compor o que a gente pensava entre administração pública com perfil de gestão empresarial”.
G1A	Gestão municipal	“A gente é um tipo de político que sente a felicidade quando um empresário pede (...) ajuda para viabilizar coisas sobre burocracia”.
G1A	Estande da Bahia na Agrishow	“Foi daí que eu entrei como deputada, presidente da comissão de agricultura e convenci o governador do estado e o secretário da agricultura, como era importante que a Bahia estivesse na Agrishow de Ribeirão Preto, que a Bahia era um potencial agrícola, porque o governo não acreditava no que tinha aqui em Luís Eduardo Magalhães”.
G2D	Atração da Agrishow	“A primeira motivação era realmente tornar Luís Eduardo Magalhães o município de destaque do agronegócio a nível nacional, esse era o objetivo de divulgar bastante o município para com isso podermos atrair novos investimentos, principalmente dentro da área do agronegócio”.
G2B	Realização da Agrishow	“Tínhamos o sentimento que nós poderíamos ter aqui uma das agriculturas, do agronegócio, mais tecnificadas do mundo (...) porque quando nós falamos de tecnologia agrícola ou tecnologia do agronegócio para grandes fazendas, sempre temos o modelo dos Estados Unidos, nós precisaríamos também, atingir os empresários e a tecnologia americana”.
G1C	Realização da Bahia Farm Show	“Em 2004, a gente tinha a necessidade de começar a transferir tecnologia para os produtores, qual é a maneira que você tem de fazer isso? É fazendo uma feira. (...) tem lançamento hoje feito aqui, de multinacionais, antes de ser lançado nos Estados Unidos, produtos importantíssimos, então uma globalização”.
G1C	Consolidação da Bahia Farm Show	“Nós, no início, tínhamos que pedir pelo amor de Deus para eles virem aqui que a gente dava isso e aquilo. Infraestrutura de graça, e faço tudo, e, hoje em dia não, eles já sabem a importância de uma feira como essa. E agora ainda mais, porque nós estamos abrangendo a região do MATOPIBA, que é uma região onde, naturalmente, o centro de tudo isso vai ser Luís Eduardo Magalhães”.
G2E	A visibilidade	“Qualquer ministério que você vá hoje, quando você fala em Luís Eduardo, todo mundo sabe quem é Luís Eduardo, conhece Luís Eduardo, então tem alguma coisa a mais (...). Se você ligar a TV essa semana, na Globo, em todos os jornais, está aparecendo Luís Eduardo (...) acho que é um ganho e reforço a essa cidade.
G4A	Articulação política	“Na verdade existe uma necessidade de nós, produtores, estarmos junto ao governo e, também, do governo estar junto a nós. Na questão do MATOPIBA, nós participamos junto à ministra nesse programa.” “Precisamos resolver nosso problema de logística, infraestrutura e energia e precisamos resolver rápido, por quê? Porque os nossos concorrentes, principalmente os americanos, os europeus, os argentinos, os australianos estão se desenvolvendo, estão avançando, então nós vamos perder competitividade, então existe uma necessidade de aproximação muito grande nessa questão logística, principalmente com o governo federal e nós temos feito isso”

Fonte: Trabalho de campo (2015).

Elaboração: Lima (2015).

A exposição torna evidente o diferencial que os agentes representam para o contexto localista de LEM, evidenciando que as ações praticadas estão de acordo com o perfil estabelecido. Para coordenar as ações e viabilizar os recursos necessários, eles buscaram reforçar a parceria entre poder público local (prefeito e secretários) e os agentes econômicos locais (produtores e empresários do ramo do agronegócio), bem como ampliar as parcerias através da aproximação com o governo do estado que, à época, comungava dos mesmos ideais políticos do governo local. Por exemplo, no contexto da emancipação do município e da atração da Feira de Tecnologia Agrícola em Ação – Agrishow o governador da Bahia pertencia ao extinto Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas, que, no estado, sempre se mostrou afeiçoado às iniciativas ligadas ao *marketing* territorial. Segundo Fonseca (2004, p.18-19), este grupo costumava praticar o *marketing* territorial no nível local, através de “políticas que envolvem conjuntamente princípios de *city marketing*, parcerias público-privadas local e intermunicipal, empreendedorismo e promoção local, visando o desenvolvimento econômico”. Desta forma, estes governos cumpriam o papel de ator político e de indutor de desenvolvimento econômico impulsionando local-global.

Portanto, tratamos o localismo que tem emergido no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, inspirados em Fonseca (2013), como um movimento que engloba um conjunto de decisões e ações políticas, econômicas e institucionais, engendrado pelos agentes dominantes locais que atuam no território municipal em busca de maior visibilidade local, com o intuito de atrair empresas, recursos e investimentos para o âmbito de sua jurisdição, aproveitando-se das possibilidades engendradas pelo atual contexto de globalização que inclui padrões de produção ideológica, política e econômica do espaço.

Os aspectos analisados também nos permitem inferir sobre o predomínio do localismo envolvendo laços verticais, no qual não se verifica simplesmente o orquestramento do local pelo global, posto que se trate de um processo dialético local/global iniciado na escala local e, por isso, não se pode afirmar que este seja apenas um ponto funcional para os processos globais.

Isso também significa que as ações locais, uma vez que estão a favor dos interesses capitalistas globais, se assemelham à perspectiva da competitividade que é um dos vieses erigido da descentralização federativa no Brasil e defendido pelos partidos posicionados mais à direita. No caso de LEM, esta trajetória se distancia

das possibilidades, também geradas pela descentralização, relativas à participação da sociedade na definição de políticas públicas, dos avanços oriundos do Estatuto da Cidade e do processo de amadurecimento democrático.

Neste caso, o otimismo em torno do local, enquanto escala propícia ao desenvolvimento socioeconômico, não se constitui uma realidade, pois em LEM ressalta-se a restrição dos canais de participação e empoderamento, os quais, segundo Arretche (1998), têm sido buscados pelos cidadãos desde 1980. Ou seja, no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, vem se constituindo um conjunto de iniciativas localistas voltadas ao fortalecimento do local para a competição, ao invés de preverem a abertura à participação, as horizontalidades, os interesses comuns e a aproximação entre o cidadão e a política local.

Isso reflete os fundamentos da expansão agrícola no Brasil, ou seja, a reprodução de modelos conservadores relacionados com a lógica capitalista e caracterizados por privilégios para uma minoria que concentra a renda, a terra, pela pressão da agricultura empresarial sobre a agricultura familiar e pela exploração intensiva dos recursos naturais de modo a provocar danos irreversíveis ao meio ambiente. Os aspectos analisados na pesquisa nos levam a crer que, no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, os agentes desenvolvem ações não ditadas, mas em consonância com a globalização. Neste caso, o protagonismo municipal de LEM tem muito mais a ver com a competitividade estabelecida entre os lugares diante do processo de reestruturação capitalista do que com o processo de descentralização das políticas públicas instaurado no Brasil no contexto de reabertura democrática. Na próxima seção, retornaremos a estas informações no sentido de relacioná-las à interpretação que faremos da Bahia *Farm Show* no contexto competitivo global, enquanto uma estratégia localista que vem sendo praticada em LEM.

3.3 Da feira tradicional à Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios

Dentro da dinâmica localista de LEM, destaca-se a realização da Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, denominada Bahia *Farm Show*. Por esta razão, nas duas seções seguintes, dedicamo-nos, primeiro, à reflexão sobre o tratamento dado pela geografia ao tema feira no Brasil, traçando um paralelo entre a caracterização das feiras tradicionais e a Feira de tecnologia agrícola de LEM; segundo, evidenciamos as especificidades da BFS; terceiro, apontamos os meios através dos

quais o evento é divulgado em todas as escalas; e, por fim, discutiremos sobre a utilização do evento, por parte dos agentes locais, estaduais e nacionais, como espaço de articulação política favorável ao modelo econômico estabelecido no oeste da Bahia desde a década de 1970. Dessa maneira, esperamos apresentar a feira de forma ampla, para a compreensão de como o espaço tem sido produzido a nível local.

Neste intento, recorreremos aos estudos desenvolvidos ao longo do século XX sobre as feiras de gado no sertão nordestino, publicados na Revista Brasileira de Geografia (RBG). Identificamos que a feira não é tema recente na ciência geográfica e, também, que ela serviu de base para a compreensão do contexto espaço-tempo do nordeste brasileiro, no tocante à persistência de características do período colonial. Em síntese, estes estudos evidenciam a relação passado-presente e apresentam uma leitura dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais circunscritos ao ambiente das feiras.

Com este teor, o tema esteve presente em, ao menos, três edições da RBG. De tal modo, em 1946, Souza tratou das Feiras do Gado como uma prática colonial que influenciou a criação de núcleos urbanos que se tornaram vilas e cidades nos estados do Nordeste. Assim, cidades como Quixadá, no Ceará, Itabaiana e Campina Grande, na Paraíba e Feira de Santana, na Bahia, tiveram suas origens ligadas às feiras de gado. Na caracterização das feiras que, no Nordeste, resguardaram os mesmos costumes do período colonial, a autora descreve da seguinte forma as atividades desenvolvidas nestes espaços nos dias reservados ao evento: ali aconteciam vaquejadas, a “ferra” dos bezerros e novilhas com a marca dos seus proprietários, a venda de produtos peculiares do sertão, encontros entre os sertanejos da vizinhança, etc.

A autora salienta que as feiras eram o “lugar escolhido para ajuntamento”, expressando os costumes e a cultura preservados pelo sertanejo em sua relação com a feira, uma vez que as feiras de gado refletem o processo de ocupação do interior do Brasil por intermédio da atividade pastoril do gado bovino responsável por alargar os horizontes da produção econômica colonial. No dizer da autora,

O comércio do gado no Nordeste é quase todo feito nas feiras, que em dias certos da semana se realizam em determinadas cidades e vilas, que, por sua posição como entroncamento de estradas, pela proximidade dos mercados consumidores, ou, então, das zonas de criação, apresentam-se como centros propícios a tal comércio (SOUZA, 1446, p.109).

A compra e venda dos bovinos preponderava, contudo, em seu entorno, também era comercializado o excedente da agricultura de subsistência entre a população que habitava a hinterlândia, assim as feiras exerciam influência sobre a produção do espaço. De acordo com Souza (1946, p. 390), o cotidiano das cidades era modificado em dias de feira, assim, “cidades pequenas, calmas e quietas, vivem elas horas de intensa agitação, movimento e balbúrdia nos dias de feira”. Este movimento é provocado pela chegada das boiadas, trazidas pelos vaqueiros e dos compradores oriundos de cidades do litoral, e, o cotidiano da feira é assim descrito:

Nas ruas da cidade tóda uma multidão heterogênea e variada se mistura. Sertanejos das vizinhanças, ansiosos de fazerem também sua feiriazinha acodem à cidade nestes dias, trazendo os produtos da terra ou produtos animais para vender aos forasteiros. Aqui, é uma preta que com seu chapéu de palha, pintou à bôca, espera o freguês para seus doces; acolá, um homem expõe objetos de indústria caseira: esteiras, cêstos; outro, mais adiante, vende roupas e chapéus de couro; luvas, chibata e tudo se amontoa numa pitoresca desordem.¹⁶ (SOUZA, 1946, p. 390).

Da forma como é descrito, observa-se que, neste período, o cotidiano das feiras correspondia às atividades econômicas desenvolvidas no Nordeste, refletia o modo de vida das pessoas e estava muito além das relações comerciais. O dia de feira (semanal) também era considerado dia de lazer, de resolver questões jurídico-legais, de cumprir com as obrigações religiosas, ou seja, um dia que se diferenciava no cotidiano sertanejo. Em torno do mesmo havia um movimento de preparação individual e familiar na medida em que a feira era considerada um acontecimento.

Visando contribuir com os estudos das feiras de gado, a partir dos exemplos das cidades de Feira de Santana/BA e Arcoverde/PE, Strauch (1952) busca esclarecer se esses centros urbanos se desenvolveram através do comércio do gado ou à mercê de sua situação geográfica. Estas são cidades que, no período colonial, representavam o limite entre o litoral e o conjunto de características política e socioeconômica que compunha a organização territorial nesta área, e o sertão, espaço construído em função da interiorização da criação de bovinos que

¹⁶ Esta citação preserva a forma de escrita da língua portuguesa no período da publicação.

abasteciam os engenhos da faixa litorânea, por isso, o autor concluiu que elas possuíam uma centralidade que as tornaram estratégicas.

Em função do papel desempenhado por estas feiras, o autor assinala que a sua importância é dada pelo problema de abastecimento regional e, por isso, estes eventos influenciavam áreas muito vastas (STRAUCH, 1952, p. 109-110). Assim, é correto apreendermos que tanto as feiras do gado em si, quanto a sua capacidade de influenciar a hinterlândia, impactaram incisivamente o desenvolvimento das cidades de Feira de Santana/BA e Arcoverde/PE.

Esta compreensão se assemelha à análise de Corrêa (1997) sobre os mercados periódicos. O autor utiliza o termo para explicar “um dos modos como está estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos” (CORRÊA, 1997, p.49). Nestes contextos, os mercados periódicos são pequenos núcleos de povoamento que, em um determinado período, transformam-se em mercados constituídos por vendedores e consumidores das áreas próximas.

Corrêa (1997) argumenta que a periodicidade dá-se de modo que não haja coincidências entre os núcleos e, à guisa de explicações sobre as origens dos mercados periódicos, com base em outros autores, aponta: a) a progressiva especialização produtiva das áreas rurais, fruto do impacto da economia de mercado, implicou o sistema de trocas entre as localidades; b) a localização dos consumidores e a distância destes em relação aos mercados levou os comerciantes a se tornarem móveis para que alcançassem os consumidores; e c) com a ampliação do comércio e a divisão do trabalho, surgiu a possibilidade de os comerciantes dedicarem-se diariamente a essa atividade, e isso só seria possível se todas as localidades tivessem seu mercado em um dia diferente. “Surge assim, um sistema espaço-temporal de mercados periódicos tal como a literatura escreve”. (CORRÊA, 1997, p.63).

Nesse sentido, o autor destaca que os mercados periódicos compõem a realidade de diferentes países na América Latina, Ásia e África e que, no Brasil, o exemplo se dá por intermédio das feiras do Nordeste. Sobre a realidade verificada em Alagoas em 1979, ele identifica alguns pontos que justificam a relação entre os mercados periódicos e a rede de localidades centrais, a saber:

- As feiras ocorrem em centros de diferentes tamanhos e funções;
- Quanto maior a importância da cidade, maior será a importância absoluta de sua feira;

- Quanto menor a centralidade de uma cidade, maior a importância relativa da feira semanal para a vida urbana;
- Os pequenos centros têm determinado o seu dia de feira (CORRÊA, 1997, p. 66-71).

As contribuições de Corrêa (1997) ratificam a influência das feiras para a avaliação da rede urbana no Nordeste.

Voltando às análises publicadas na RBG, por sua vez, Leite (1956), distingue as feiras do sertão daquelas das capitais. Associando as primeiras com barulho, desordem e contrastes, o autor deixa transparecer um conceito pejorativo em relação às feiras sertanejas, indicando a subordinação do campo à cidade ao afirmar que “o homem do sertão encontra nas feiras a oportunidade de civilizar-se” (LEITE, 1956, p.439), neste sentido, consideramos que estas ideias já foram superadas. O autor ressalta que há especificidades que diferenciam cada feira, mas, em geral, destaca-se a espontaneidade do povo que estende uma lona sobre as estruturas simples de madeira (barracas) e expõe sobre elas os seus produtos.

A avaliação desta trajetória a partir da RBG permite-nos afirmar que, por três décadas (entre 1960 e 1990), os estudos sobre feira caíram no esquecimento e, somente na década de 1990, eles reaparecem. Desta feita, Gilmar Mascarenhas de Jesus (1992, p.112) identifica o lugar da feira livre na grande cidade capitalista, entendendo que “esta continua sendo um mercado periódico, onde pequenos comerciantes operam através de instrumentos rústicos e técnicos tradicionais de exposição e venda”. Desta forma, o autor esclarece que a feira tradicional resistiu às pressões da expansão das grandes redes de supermercado e do setor alimentício. A avaliação do autor baseia-se na teoria dos dois circuitos da economia urbana de acordo com (SANTOS, 2008) e, nesse sentido a feira integra o circuito inferior da economia capitalista.

As feiras livres também continuam sendo importantes para a economia de cidades que surgiram a partir dos mercados periódicos, a exemplo de Feira de Santana, na Bahia, pois, ao analisar o processo de metropolização da cidade, Silva (2014, p.148) identificou que “a feira possibilitou e continua possibilitando tanto a acumulação do capital quanto a reprodução social do município, podendo ser compreendida como um dos pontos de atração do município de Feira de Santana”. Nesse sentido, a autora destaca que os produtos agropecuários comercializados no

centro de abastecimento atraem um significativo número de pessoas dos municípios vizinhos à Feira com a finalidade de vender ou comprar estes produtos.

O nosso desafio é pensar a feira de tecnologia Agrícola / Bahia *Farm Show* no contexto do Nordeste. Para isso, é necessário refletir a composição, a organização e compará-la às feiras tradicionais, identificando os elementos que evidenciam o distanciamento ou a aproximação entre ambos. Assim, respeitando os respectivos contextos temporais, apontamos que, enquanto a atividade econômica de criação de bovinos motivou o surgimento das feiras tradicionais, no caso da Bahia *Farm Show* a motivação foi e continua sendo o agronegócio.

Do mesmo modo, compreendemos que as feiras periódicas contribuíram para o surgimento de importantes cidades e o evento Bahia *Farm Show*, ao longo de 15 anos, tem contribuído para que Luís Eduardo Magalhães/BA torne-se um município relevante para o agronegócio, em virtude convergência de interesses entre produtores e representantes da política municipal, regional, estadual e nacional. Nesse sentido, tanto as feiras periódicas quanto a BFS são lugares de encontro, de negócios e de ajuntamento.

Enquanto a dinâmica das cidades que sediavam feiras de gado é modificada pela chegada das boiadas e dos compradores, em LEM observamos que é a presença das empresas, desde o momento da montagem dos estandes, que altera o fluxo e a movimentação de pessoas. Nos dias do evento, este movimento se multiplica, pois, além dos funcionários das empresas, a imprensa regional e nacional, os produtores da região, políticos, pesquisadores, entre outros, deslocam-se para a cidade lotando hotéis, lanchonetes, bares e restaurantes.

Ao invés da venda de gado e excedente da produção agrícola, a BFS vende tecnologia de precisão, aviões pulverizadores, máquinas com computador de bordo, sementes geneticamente modificadas e carros de luxo. A figura do vaqueiro foi trocada pelo produtor que domina um conjunto de técnicas bastante diferentes das empregadas no controle das boiadas. Nesse sentido, a figura do produtor, inclusive, se confunde com o administrador ou empresário rural.

A “balbúrdia” das feiras livres cede espaço para certa monotonia. O barulho que se ouve é emitido pelo sistema interno de som que, durante todo o dia, anuncia as marcas, e do helicóptero que decola a cada 10 minutos com clientes que pagam cerca de R\$ 80,00 pelo sobrevôo no Complexo Bahia *Farm Show* e seu entorno.

A lona estendida sobre barracas foi substituída por estandes cobertos, espaçosos, climatizados e dotados de produtos sofisticados conforme fotografias 05 e 06.

Fotografias 05 – Automóveis de luxo na BFS - 2015



Fonte: Trabalho de campo (2015).

Fotografia 06 – Máquina agrícola de última geração na BFS - 2015



Fonte: Trabalho de campo (2015).

A aparente calma tem fim com a chegada de políticos; nestas horas, os organizadores do evento (usando sempre roupas brancas ou bege) movimentam-se de um lado para outro em ritmo frenético, preparam palco, som, área de entrevista, os presentes deslocam-se para as proximidades do palco e a imprensa prepara seus equipamentos. As imagens 07 e 08 ilustram esses dois momentos: 07 representa um momento comum nas imediações do palco e a 08 é o momento da chegada da ministra Kátia Abreu do MAPA em junho de 2015.

Fotografia 07 – Praça do palco no complexo BFS - 2015



Fonte: Trabalho de campo (2015).

Fotografia 08 – Praça do palco em momentos de cerimônias - 2015



Fonte: Trabalho de campo (2015).

Outro elemento comparativo diz respeito ao que Souza (1956) chamou de “pitoresca desordem”. Esta realidade não foi observada na BFS, onde tudo parece funcionar muito bem em virtude das regras estabelecidas pelos organizadores, quanto ao horário de recebimento de mercadorias, utilização de atrativos nos estandes, horário de abertura e fechamento, etc., conforme especificações do anexo A no qual apresentamos o manual do expositor. Até mesmo as necessidades imediatas da imprensa, como a entrada de um carro transmissor no local do evento, são controladas pelos organizadores.

No anexo A supracitado, apresentamos através do manual do expositor, a estrutura organizacional do evento, que, de acordo com os entrevistados, acompanha as diretrizes implantadas em outros eventos do agronegócio, sobretudo na Agrishow. Através do mesmo, o expositor obtém previamente todas as informações sobre o evento, por exemplo, prazos para envio de projeto e aquisição de estande; regras de segurança, credenciamento e acesso ao parque; entrega de mercadorias e montagem e desmontagem do estande.

Em relação ao público, mesmo em momentos de maior concentração, não observamos agitação ou desordem. Dessa maneira, o ambiente da Bahia *Farm Show* é, até certo ponto, solene e sugere certa homogeneidade em relação aos presentes, tanto expositores quanto público visitante. Por exemplo, as vestimentas seguem o padrão *jeans* e botas, é comum a presença de famílias reconhecidamente migrantes em virtude do sotaque, das características físicas e por trazerem consigo a cuia de chimarrão.

A comparação estabelecida entre as feiras tradicionais e Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios permite-nos concluir que a primeira se baseia em atividades econômicas do setor primário, enquanto a segunda se baseia em atividades que agregam diversos setores de atividades econômicas. Mas, as características elementares de cada uma indicam que a primeira faz parte da tradição por ter sido construída desde o período colonial chegando aos dias atuais atendendo às necessidades básicas de uma parcela significativa da população. Enquanto a primeira é local, a segunda é local/nacional/global.

Em torno de uma feira livre tradicional não há uma ampla estrutura organizacional nem estratégias de *marketing* bem estruturado conforme indicação de Jesus (1992) ao afirmar que em mercados periódicos os comerciantes expõem e vendem seus produtos utilizando instrumentos rústicos e técnicas tradicionais, ou

seja, tudo acontece de uma forma contingente, inclusive os produtos disponíveis muitas vezes dependem das condições naturais do contexto. Já a BFS é especializada, é uma feira de negócios que atende às demandas dos produtores ligados ao agronegócio, possui aproximadamente 200 estandes, dentre os quais, 01 destinado ao ministério federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (fotografia 09), os principais bancos públicos e privados, redes de televisão regional e nacional, empresas públicas e privadas. Tanto as feiras tradicionais quanto a Bahia *Farm Show* denotam os interesses subjacentes e, no caso do evento BFS, isso se torna mais notório em virtude do atual contexto nacional e global.

Fotografia 09 – Estande do MAPA na BFS - 2015



Fonte: Trabalho de campo (2015)

O estande do MAPA mostrado na fotografia 09, na edição de 2015 tinha por finalidade apresentar a recém criada unidade de planejamento MATOPIBA, através de resultado de estudos desenvolvidos pela EMBRAPA e pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). Dessa forma, o ministério anuncia a articulação política que ocorre no âmbito da BFS e esclarece a quem interessa a criação do MATOPIBA enquanto unidade de planejamento do governo federal. Ou seja, o MATOPIBA pode ser entendido como uma política de incentivo à expansão da fronteira agrícola do cerrado para áreas da Amazônia Legal.

De uma maneira geral, a apresentação do evento Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios de LEM/BA, expõem as mudanças ocorridas no oeste da Bahia nas últimas três décadas. Esta observação corrobora com as explicações deste processo apresentadas por Santos, C. (2007) e por Oliveira, M. (2015). Assim, no “novo oeste” a dinâmica econômica não é mais típica de uma região periférica, não suscita ideias de abandono e está de acordo com um padrão de produção econômica vigente a nível mundial.

As mudanças ocorridas em partes do Nordeste propiciaram a realização de um evento grandioso e fundamentado em um complexo sistema norteado pelo engajamento político de agentes econômicos. O espaço onde é realizada a BFS é denominado Complexo Bahia *Farm Show* possui uma infraestrutura robusta com destaque para a existência de duas praças bastante espaçosas, ruas asfaltadas (algumas cobertas), banheiros, área de convivência, palco fixo, etc., que em nada lembram as feiras tradicionais. A fotografia 10 transmite uma visão geral do que estamos tratando.

Fotografia 10 – Visão parcial da BFS - 2014



Fonte: Trabalho de campo (2014)

As diferenças apresentadas distanciam a feira tradicional da Bahia *Farm Show*, posto que esta seja um evento/feira que revela uma realidade bastante diferente daquelas identificadas pelos autores que estudaram as feiras ao longo do

século XX. Neste sentido, podemos falar em substituição de atividades econômicas, de sobreposição do econômico frente ao cultural e em transformações na dinâmica econômica em parte da região Nordeste. Dessa maneira, em nosso ponto de vista, a BFS deve ser analisada pelos vieses político e econômico por serem os que se mais se destacam.

Assim, identificamos a necessidade de avaliarmos coerência do emprego o termo evento/feira de negócios para designar a BFS, este tem sido largamente discutido pelos estudos em administração, *marketing*, relações públicas e turismo por se tratar de um instrumento que impacta o setor de serviços nos centros urbanos, onde os eventos/feiras são comumente sediados e por estimular o turismo e a realização de negócios. Ou seja, os eventos são compatíveis com a economia capitalista e, partindo deste pressuposto, é importante buscarmos a compreensão do seu significado diante do contexto competitivo global, conforme discussão do primeiro capítulo desta pesquisa.

De acordo com Braga (2005, p.38), não há consenso em relação ao conceito de eventos/feira, porém tende-se a considerá-los como acontecimentos planejados que reúnem pessoas em um determinado espaço e tempo. No dizer da autora,

É viável afirmar, que a grande maioria das feiras está ligada a realização de negócios, mesmo que apenas se destinem à demonstração e não permitam vendas. Isso porque trata-se de um tipo de acontecimento planejado para promover a reunião de pessoas para divulgar, entender, discutir e experimentar produtos e serviços ligados a uma determinada atividade, como agropecuária, indústria e serviços. Ações desenvolvidas nesses espaços terão, portanto, por consequência, transações comerciais ou profissionais. (p.41).

Em conformidade com esta definição, a Bahia *Farm Show* é realizada com a finalidade de fazer negócios. Por isso, a sua configuração dá-se pelo encontro entre fabricantes, revendedores produtores/consumidores e instituições financeiras públicas e privadas, munidas de um conjunto de incentivos governamentais, representados por linhas de crédito destinadas ao agronegócio. Dessa maneira, a cada ano, a BFS amplia o volume de vendas, o que implica o aumento da área, melhorias na infraestrutura e a adesão de novos expositores nacionais e internacionais.

Com estas características, a Bahia *Farm Show* condiz com a definição de feira elaborada por Zanella (2010), esclarecendo que este é um tipo de evento comercial de grande porte, cujo principal objetivo é “proporcionar contatos com os canais de comercialização”. O autor também avalia a importância e as contribuições dos eventos para a atividade econômica, indicando que eles possuem peculiaridades relacionadas ao ambiente socioeconômico e, dentre as contribuições, destacamos: a) a colaboração para assegurar a estabilidade econômica em razão da contratação da mão de obra; b) o estímulo e a consolidação de contatos comerciais; c) o incremento à arrecadação de impostos e tributos em virtude das vendas; e d) o aumento de receitas das empresas de transportes e hotéis (ZANELLA, 2010, p. 03).

Sendo assim, o “Nordeste das feiras livres” atualmente está incluído no circuito brasileiro de eventos/feira de negócios do país, por intermédio da Bahia *Farm Show* de LEM, na qual são comercializadas máquinas, equipamentos, insumos e demais produtos utilizados na agricultura moderna. Inspirados pela definição de Braga (2005), diríamos que a Bahia *Farm Show* é um acontecimento que promove a reunião de interesses, pois não são raros os casos em que os engenheiros das empresas estrangeiras estão presentes nos estandes próprios ou das revendedoras tirando dúvidas, ouvindo as demandas e sugestões dos produtores.

A importância da BFS é econômica, tecnológica, mas também política; afinal, durante o evento, acontecem debates, fóruns de discussões e pronunciamentos de autoridades políticas sobre as questões que se impõem como desafios para os produtores locais. Muitas vezes, o *feedback* é dado instantaneamente por parte dos governos estaduais e federal, permitindo-nos afirmar que esta possibilidade de articulação é uma peculiaridade do evento, pois não são raras às vezes em que, através das associações de classe, a agenda de demandas é entregue às autoridades políticas que se fazem presentes em todas as edições.

No campo da geografia, o estudo de Braz (2008) demonstra que

Os eventos/feiras estão intimamente ligados à lógica do mercado, aos desígnios do econômico, o que não significa extrair desse jogo a dimensão do político, das ações do Estado, o sujeito total, que impõe limites e possibilidades, que coordena e dá suporte ao mercado (BRAZ, 2008, p.8).

Por isso, ele busca compreender o impacto destes eventos na reprodução do espaço da metrópole paulista e conclui que a “‘indústria de eventos’, como muitos denominam, tem um papel importante no estímulo às micro e pequenas empresas, assim como na organização espacial da cidade”, em virtude da terceirização de produtos e serviços necessários à sua realização.

Por esta razão, o autor observa, de acordo com Santos (2004), a existência de relações de horizontais inseridas no projeto político da cidade, em função da contiguidade e cooperação entre as atividades que circundam a realização do evento. Apreciamos que o espaço investigado pelo autor – a cidade de São Paulo/SP – possibilitou esta análise, dada a suficiência na oferta de serviços diversos ao público e aos expositores. Porém, o mesmo não pode ser dito da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, onde, apesar da intensidade que caracteriza o processo de urbanização, a realização do evento ainda depende em boa parte da estrutura de serviços oferecidos por Barreiras, localizada a 90 km de distância.

Além disso, ainda são incipientes as iniciativas voltadas ao aproveitamento do potencial turístico do município de LEM durante o período de realização do evento, ao contrário do que acontece em São Paulo onde as opções turísticas são diversas a ponto de estimular a realização dos eventos. Em termos de interações espaciais, no que diz respeito ao evento/feira BFS, não se verificam relações horizontais, mas sim verticais, afinal, concordamos com Vieira (2008, p.98): a BFS “ao mesmo tempo em que é uma estratégia de Promoção também é de Distribuição, visto sua capacidade de facilitar o acesso das indústrias ao território”. Esta perspectiva relaciona-se com a proposição de Zanella (2010) a respeito da relação entre o evento e seu ambiente, pois, no caso de LEM, a BFS reflete a sua breve história, o modelo de gestão e a dinâmica política e econômica do município.

De acordo com Vieira (2008), a realização da Feira é uma ação conjunta, com destaque para a atuação do governo local. Mas,

Além de uma estratégia política foi uma estratégia econômica motivada por uma ação consciente e deliberada tanto pelas elites econômicas locais, que há muitos anos se instalaram no município como pelos grandes produtores, comerciantes de maquinário e donos de hotéis. Tal ação tinha por expectativa promover a rentabilidade dos negócios e dinamizar as vendas.

Sendo assim, no município de Luís Eduardo Magalhães/BA o evento *Bahia Farm Show*, em virtude do seu processo de construção marcado pela aliança entre as elites, corresponde aos interesses econômicos. Através da BFS, os agentes visam potencializar o crescimento do volume dos negócios realizados em torno do agronegócio. Desta forma, advertimos que, nesta realidade localista, há por parte das elites locais uma supervalorização dos processos globais, seja em relação à expansão da agricultura globalizada, seja em função do empenho dos agentes locais para assegurar a competitividade municipal. Enquanto isso, aspectos importantes como a cooperação intermunicipal e o fortalecimento local diante do processo de descentralização oriundo do contexto de inovações institucionais no âmbito do federalismo brasileiro vão sendo relegados ao esquecimento.

Estabelecido o significado da *Bahia Farm Show*, na sequência, apresentamo-la como uma ação estratégica para a dinâmica localista de LEM, o seu processo de construção, a sua organização e os meios que contribuíram para a consolidação do evento no âmbito nacional e internacional.

3.4 Bahia *Farm Show*: gênese, ações e meios

A *Bahia Farm Show* insere-se no conjunto de especificidades do município de Luís Eduardo Magalhães/BA e a sua análise é um desafio em virtude das circunstâncias em que o evento foi construído. Ao passo em que o aparato institucional do município ia sendo formado, a feira era vista como meio através do qual se concretizariam os anseios políticos, ligados aos ideais de visibilidade do território. Assim, o projeto, os acordos, as negociações processaram-se no campo da articulação política e, talvez por isso, a feira esteja ausente dos dispositivos legais publicados pela prefeitura municipal de 2001 a 2012, bem como de qualquer documento escrito.

Assim, construímos a nossa análise com base nos informes publicados pela AIBA, dos anuários da região oeste também de sua responsabilidade, das informações dos veículos de comunicação, dos dados recolhidos durante os trabalhos de campo e, sobretudo, das entrevistas.

Inicialmente, observamos que os agentes da *Bahia Farm Show* são os mesmos que foram devidamente caracterizados na seção 2 deste capítulo que tratou sobre o localismo de LEM, uma vez que a Feira integra o conjunto de ações

que prezam pela visibilidade do território. Apresentamo-los como responsáveis pela emergência da dinâmica localista e, conseqüentemente, reiteramos que eles estiveram à frente do processo de construção do evento. Estes, também desenvolveram um conjunto de ações que possibilitaram a consolidação do evento no contexto regional, estadual, nacional e internacional de modo que sugerimos considerar que, dentre as ações ligadas ao *marketing* territorial, a realização da BFS é a mais significativa.

Neste sentido, a Feira contribuiu decisivamente para a concretização do projeto que prevê a visibilidade do município, gerando rebatimentos na economia e aproximando o local do contexto competitivo global. Além disso, o evento tem contribuído para a abertura de canais de negociação entre produtores e governo e isso tem se convertido em impulso para crescimento da produção em toda região oeste.

Sendo assim, as ações de promoção, visibilidade e uso do território estão arregimentadas na concepção da Bahia *Farm Show*. Ao motivar-se para realizar um evento/feira de negócios em LEM, os agentes empreenderam novas ações que serão destacadas nesta discussão. Antes, porém, convém ressaltarmos a complexidade envolta na ideia de realizar um grande evento em um município que, à época, era recém emancipado, portanto, não havia sido incluído nos mapas oficiais, não dispunha de infraestrutura mínima e as regras e as instituições eram embrionárias. Por isso, consideramos que os esforços empreendidos pelos agentes em torno da BFS a torna mais que pura ação, mas uma ação estratégica.

A utilização do termo “ações estratégicas” resulta da compreensão do significado de ação baseado em Charaudeau (2012), associado ao entendimento do mesmo autor sobre estratégia em um sentido mais geral. Para ele, estratégia designa “toda ação realizada de maneira coordenada para atingir certo objetivo.” (CHARAUDEAU, 2012, p.218). Assim, “as estratégias dizem respeito ao modo como o sujeito (individual ou coletivo) é conduzido a escolher (de maneira consciente ou não) um certo número de operações”. Portanto, dadas as circunstâncias do município frente às pretensões dos agentes, reafirmamos, a construção e consolidação da Bahia *Farm Show* são ações estratégicas para o localismo de LEM/BA em virtude dos desafios enfrentados, bem como dos resultados alcançados.

Dito isso, é preciso indicar como ocorreu este processo e, esta é uma sistematização resultante de observações, leituras, conversas informais e entrevistas

sobre o tema *Bahia Farm Show*. Neste íterim, apesar de termos realizado diversos pedidos, não tivemos acesso a materiais escritos que exemplificassem como se construiu o evento. Por outro lado, dispusemos da solicitude dos entrevistados, que não hesitaram em narrar os fatos com riqueza de detalhes.

As ações empreendidas pelos agentes locais no processo de criação e consolidação da *Bahia Farm Show* estão reveladas no quadro 10. Estas tornaram possível a realização de um evento/feira de negócio em um dos mais recentes municípios brasileiros, no oeste na Bahia e na região Nordeste do Brasil. Estas ações estão divididas em três blocos: local; local estadual; e local, estadual e nacional, em referência a quem participou de cada uma delas. Isto também representa os níveis de articulação dos envolvidos em cada uma das etapas necessárias para a concretização do projeto.

Quadro10 – Ações estratégicas em torno da construção e consolidação da BFS – 2001-2015

LOCAL	LOCAL ESTADUAL	LOCAL ESTADUAL NACIONAL
<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Festa da Colheita (2001); • Formação do grupo de trabalho (2002); <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do material de trabalho (2002); • Presença na Agrishow de Ribeirão Preto/SP (2001); • Recepção à ABIMAQ (2003); • Criação da <i>Bahia Farm Show</i> (2007); • Transferência da organização da <i>Bahia Farm show</i> da prefeitura para a AIBA (2008); • Aquisição do complexo <i>Bahia Farm Show</i> (2010). 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação do estande da Bahia na Agrishow (2002); • Reunião com a ABIMAQ (2002). 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Agrishow LEM (2004-2006); • Convite e recepção às lideranças políticas estaduais e nacionais (2008-2015); • Parcerias (2002-2015).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em de LEM (2014 e 2015).

De responsabilidade local, constatamos a realização da Festa da Colheita, formação do grupo de trabalho denominado embaixadores de LEM, elaboração de material de apresentação de LEM para a equipe organizadora da Agrishow, visita à Agrishow, recepção aos organizadores da Agrishow em visitação à LEM, criação da Bahia *Farm Show*, transferência da organização da Feira do poder público para a iniciativa privada e aquisição da área que corresponde ao Complexo Bahia *Farm Show*, sede do evento.

Os agentes locais em parceria com o governo estadual empreenderam duas ações, a saber: contratação de um estande na Agrishow Ribeirão Preto/SP em 2002 e reunião com a Associação Brasileira dos Revendedores de Máquinas (ABIMAQ) que é organizadora da Agrishow. A relação entre escala local, estadual e nacional começa, através da realização da Agrishow/LEM em 2004 contando com a participação de lideranças políticas de todas as esferas e das parcerias em torno de temas ligados ao agronegócio.

O resultado deste conjunto é o contínuo processo de atração de investidores, a verticalização das relações, o dinamismo econômico e o fortalecimento do modelo de gestão empreendedor no qual se destacam os segmentos político e econômico. Através do quadro 10, refletimos que, num primeiro momento, foi necessário que se legitimasse, no âmbito local, a figura dos agentes que, neste caso, já possuíam notoriedade econômica e estavam à frente da política municipal desde o seu processo de emancipação. A busca por legitimação foi narrada pelo entrevistado G1B (2015):

Nós podemos já como prefeito, ajudar a criar várias organizações de produtores: sindicato patronal, sindicato dos trabalhadores rurais, organizações das comunidades (...) nós também pensamos, na oportunidade, em organizar uma feira aonde pudéssemos mostrar para o estado, para região e para o Brasil que ali existia uma economia pujante.

Em seguida, foi realizada a Festa da Colheita (em 2001) com o intuito de promover o encontro de produtores, que se sentiam inclinados a também agradecer a Deus pelo sucesso da colheita. Nesses dias, as comitativas/famílias enfeitavam carroças, tratores e carros para desfilarem, representando todos os tipos de produção agrícola do município. A fotografia 11 demonstra parte deste evento, sobretudo aspectos da sua organização.

Fotografia 11 - Festa da Colheita em LEM/BA - 2001



Fonte: City Brasil <endereço eletrônico>. Acesso em jun. 2014

A fotografia 11 ressalta o caráter primário daquele que viria a ser o maior evento do agronegócio do Norte e Nordeste e um dos maiores do Brasil. Neste período o evento era organizado e financiado pelo poder público municipal que contava com a parceria de entidades de classe (AIBA e a ACELEM) sinalizando o entusiasmo e os planos de futuro dos agentes locais. A Festa da Colheita era realizada em um espaço com pouca infraestrutura, em um terreno público às margens da BR-020. Compunha-se de desfile dos carros alegóricos, área para *shows* e exposições de produtos do comércio local. Assim, notamos que, desde o princípio, predominaram os aspectos econômicos e já se delineava o padrão de um evento/feira de negócios.

Em contraste, a fotografia 12 demonstra a atual estrutura e extensão do evento que desde 2008 é organizado pela AIBA em parceria com a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), Associação dos revendedores de máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia (ASSOMIBA), Fundação/BA¹⁷ e com a prefeitura municipal.

¹⁷ É a Entidade responsável por desenvolver pesquisas agrícolas em parceria com a EMBRAPA, com a finalidade de atender as necessidades dos produtores da região Oeste da Bahia. Esta entidade tem contribuído para o melhoramento genético de sementes de soja e algodão a fim de adequar as espécies às características do solo e do clima de cada fazenda produtora do agronegócio.

Fotografia12 - Vista aérea do complexo Bahia *Farm Show* - 2014



Foto Vespa
Fonte: Foto Vespa, (2014)

A terceira ação destacada diz respeito à captação de parceiros que compartilhassem da ideia e, assim, sobre a articulação em nível local, Vieira (2008) chamou atenção para a participação dos grandes produtores, comerciantes e donos de hotéis, juntamente com o poder público na realização do evento. Esta premissa pode ser confirmada pelo conhecimento de que foi criado um grupo de trabalho integrado por estes agentes, que foram responsáveis pelas demais ações, como podemos observar no depoimento a seguir:

Enquanto se realizava a Festa da Colheita, o prefeito criou uma comissão que denominou de embaixadores. Eram os presidentes das associações em geral e, para cada um, ele deu o certificado de embaixador para que fosse com ele a Ribeirão Preto mostrar ao pessoal que organizava a AGRISHOW, o potencial de Luís Eduardo Magalhães. O presidente da AGRISHOW dizia que tinha ficado encantado com um político que colocou uma pastinha embaixo do braço, entrando nos estandes e mostrando o folder que ele tinha feito sobre a cidade (G1A, 2015).

Na citação, além da Festa da Colheita, aparecem três ações mencionadas no quadro 10: a formação do grupo de trabalho, preparação do material de divulgação, visita à Agrishow Ribeirão Preto/SP e reunião com a ABIMAQ, todas de caráter local. As próximas operações dependeram da articulação dos agentes locais com o governo estadual, pois havia o interesse de sediar uma franquia do maior evento de

tecnologia agrícola da América Latina, a Agrishow. Para tanto, foi necessária a participação do governo do estado, através da secretaria de agricultura, viabilizando financeiramente a contratação de um estande da Bahia na Agrishow em 2002.

Esta ação estratégica reforçou o contanto entre os agentes locais e os organizadores da Agrishow de Ribeirão Preto/SP e só foi possível em virtude da estreita relação entre o prefeito, secretários, AIBA e o governo do estado. Tudo isso corrobora com a interpretação do modelo de gestão de LEM realizada por Fonseca, (2011, p. 72), ao afirmar que eles “formaram uma coesão bastante consistente e elaboraram o *marketing* territorial que buscava projetar uma imagem forte, atraente, positiva e original de LEM, promovendo o município economicamente para empresários de todo o mundo.” Os agentes entendiam que, através desta estratégia, poderiam captar investidores para ocupar o recém inaugurado Centro Industrial do Cerrado (CIC), bem como os demais setores da economia que crescia em ritmo acelerado.

De acordo com o entrevistado G1B, depois de conversas amistosas com o presidente da ABIMAQ, responsável pela realização da Agrishow, foi possível receber a visita dele em LEM, viabilizando seu transporte aéreo. Na ocasião, foi assinado o acordo de realização da Agrishow Nordeste em Luís Eduardo Magalhães/BA. Dessa maneira, em 2004, o município foi inserido no projeto de desconcentração do evento e, segundo a ABIMAQ, a primeira edição da Agrishow LEM/BA, realizada de 15 a 19 de junho de 2004, superou as expectativas. Afinal, em uma área de 100m² as empresas comercializaram seus produtos para um público de aproximadamente 20 mil pessoas mediante contratação de crédito nos bancos oficiais do evento - Banco do Brasil, Banco do Nordeste e o Bradesco (ABIMAQ, 2004).

Neste sentido, concordamos com Fonseca, Silva e Vieira (2010),

A atração do evento permitiu que o município se tornasse conhecido por grandes empresários do setor em todo país e no exterior, não só através dos jornais, mas também pela presença de investidores nacionais e estrangeiros no município durante a realização do evento, significando, para empresários e políticos locais, a consolidação do slogan a ‘capital do agronegócio’ e a concretização das ações de *marketing* territorial de LEM. (FONSECA; SILVA; VIEIRA, 2010, p. 147)

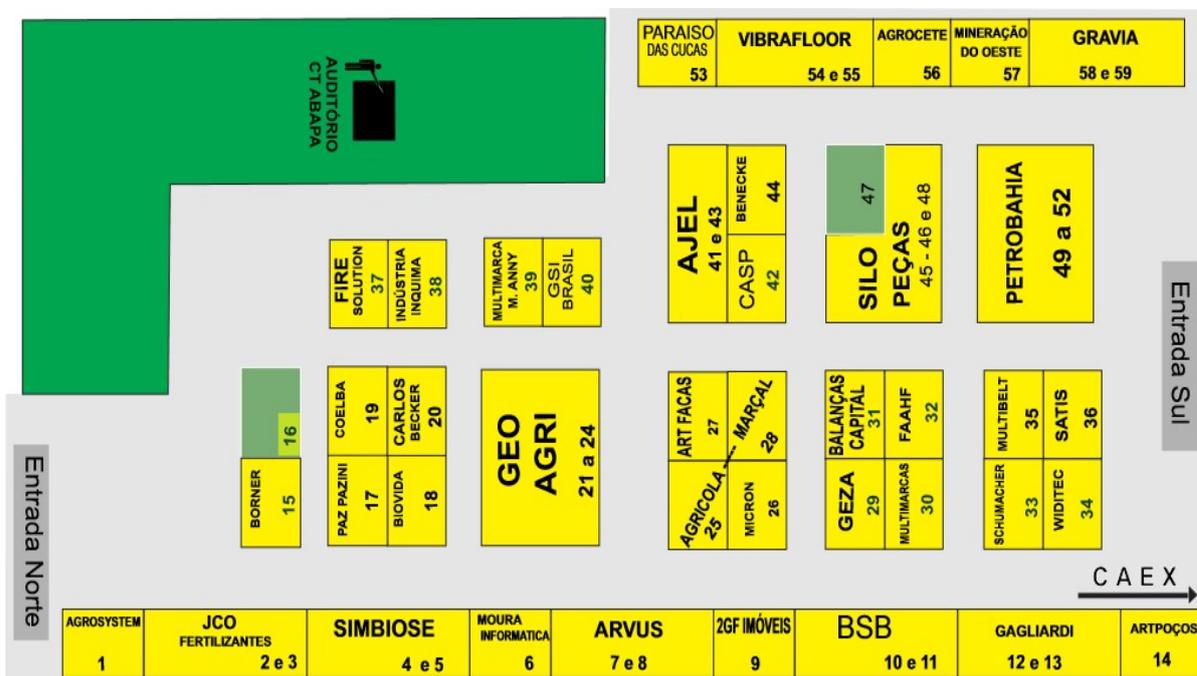
Nas edições de 2004, 2005 e 2006, foi mantida a parceria com a Agrishow, porém, em 2007 a ABIMAQ, responsável pelo evento, decide cessar as atividades no município Luís Eduardo Magalhães/BA, assim como em outros municípios conforme indicava a avaliação do custo benefício da política de desconcentração da Agrishow. Neste momento, os agentes locais, sobretudo o poder público municipal, optaram (não houve consenso) por assumir a organização do evento, aproveitando-se da plataforma que havia sido criada nos três anos de Agrishow. Dessa maneira, passou a ser realizada a Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, denominada Bahia *Farm Show*, sob a responsabilidade da AIBA juntamente com os parceiros.

O evento foi denominado de forma estratégica, pois, de acordo com os agentes entrevistados, Bahia é uma marca consolidada no cenário nacional e conhecida internacionalmente e, *Farm Show*, foi acrescentada em analogia à maior feira ligada ao agronegócio no mundo, a norte-americana, *Farm Show*.

Nesta época, o evento passou a contar com uma sede própria, o Complexo Bahia *Farm Show*, localizado às margens das BRs 020 e 242, na altura do km 535, distante 10 km, a leste, do centro de LEM (mapa 04). Esta área possui 200 hectares de extensão e pertencem à AIBA, a ABAPA e a Fundação/BA (1/3 para cada uma). Lá, além da estrutura da Feira, também há áreas de plantio destinadas à pesquisa e um centro de tecnologia empregado no beneficiamento do algodão.

A infraestrutura da Feira tem sido constantemente melhorada em relação à rede hidráulica e elétrica, ao paisagismo, à pavimentação (atualmente todas as ruas são asfaltadas), às áreas de convivência, como as praças, foram ampliadas, aumentaram também o número de banheiros e de ruas cobertas, diversificaram a oferta de serviços de alimentação, etc., enfim, as melhorias foram significativas, comparando as edições de 2014 e 2015. Nos mapas 05 e 06 buscamos apresentar toda estrutura física da feira.

Mapa 05 - Área coberta da Bahia *Farm Show* - 2015



Fonte: Bahia *Farm Show* (2015)

O mapa 05 representa a área coberta da feira, onde os estandes são menores, o ambiente é climatizado, os corredores são estreitos e, em virtude do tamanho, é a área onde podemos perceber certa aglomeração de pessoas, principalmente nos estandes de venda de utensílios domésticos. O galpão também abriga um auditório onde são realizadas palestras, conforme Anexo B, é uma via de acesso ao auditório da Fundação/BA, onde acontecem reuniões entre as associações de classe e políticos, além dos debates transmitidos ao vivo pelo Canal Rural¹⁸. Nas proximidades, localiza-se o restaurante exclusivo dos organizadores do evento e seus convidados.

O anexo B, mencionado acima, evidencia quais são os temas considerados importantes pelos organizadores da Bahia *Farm Show*, a ponto de promoverem debates sobre os mesmos. Assim, em 2015 foram eleitos temas como: financiamento e crédito para o agronegócio, a competitividade no agronegócio, câmara de grãos, pivô inteligente, comissão da agricultura da Assembléia Legislativa, regularização da aviação agrícola no oeste da Bahia e a informática na administração agrícola. Dessa maneira, as palestras abrangem o conjunto de profissionais ligados à agricultura científica globalizada, demonstrando o projeto de expansão e crescimento

¹⁸ Canal fechado de televisão especializado em agronegócio.

econômico das atividades do agronegócio em LEM e nos demais municípios da região. A área representada no mapa 06 corresponde àquela com maior extensão na BFS.

Mapa 06 - Área descoberta da Bahia Farm Show - 2015



Fonte: Bahia Farm Show (2015)

No mapa 06, podemos observar a existência de três portões de entrada para o evento, sendo dois para expositores, nos quais é possível passar pelas catracas de controle apresentando somente as credenciais distribuídas pela organização do evento, e uma para visitantes, onde também funciona a bilheteria. Cada ingresso custa R\$ 10,00 e, todos os anos, a AIBA publica reportagens mostrando parte do dinheiro arrecadado com esta atividade destina-se a instituições que atendem a população em Luís Eduardo Magalhães e em Barreiras.

A Central de Atendimento ao Expositor (CAEX) (à margem direita do mapa) é composta por salas destinadas aos organizadores, nas quais são realizadas reuniões, cedidas entrevistas e também conta com equipamentos disponíveis para a imprensa realizar edição e transmissão de reportagens. Ao lado, está localizado um

posto médico equipado com ambulância, onde são realizados procedimentos de baixa complexidade e, a sala de distribuição de brindes como os tradicionais chapéus da AIBA.

A área descoberta conta com quatro banheiros localizados nas periferias onde, além de percebermos uma excelente estrutura física, também observamos a presença, em tempo integral, de funcionários voltados à manutenção da limpeza (isso também ocorre em relação a toda a área do parque e ao serviço de segurança). Há, ainda, três restaurantes e lanchonetes, número este que não é suficiente para evitar as imensas filas, uma praça principal na qual, além das bandeiras hasteadas, o paisagismo e as exposições fotográficas chamam bastante atenção (fotografia 13).

Fotografia 13 – Praça central do complexo BFS – 2015



Fonte: Trabalho de campo (2015)

Na última edição, um dos aspectos que denotam a ampliação da área da feira é a construção da nova praça, contendo um palco fixo, à frente do estande da AIBA, que é um dos mais visitados durante o evento e também o que se destaca pelo incremento na forma de organização. Também observamos a existência de quatro áreas destinadas ao *test drive* dos veículos (localizadas na extremidade à esquerda, mapa 06), cada uma delas adaptada aos modelos expostos na feira.

O mapa 06 revela que o tamanho dos estantes é bastante variável, permitindo-nos inferir que isso tem ligação com o padrão e as características de cada empresa expositora. As marcas mais conhecidas entre os produtores, como *Jonh Deere*, Tatu Marchesan, New Holland, Jacto, Maxun Case e Valtra, ocupam todo o espaço disponível entre as ruas e avenidas e, além disso, localizam-se em áreas privilegiadas, seja pela centralidade ou pela proximidade da portaria principal.

As áreas de estacionamento da Feira são extensas e estão indicadas na cor cinza do mapa 06 e podem ser visualizadas claramente na fotografia 14, que mostra a vista aérea da feira em 2015. Ressaltamos que estas descrições estão baseadas na estrutura montada para a edição de 2015, mas, com base no dinamismo verificado, indicamos que certamente haverá mudanças para a próxima edição.

Fotografia 14 – Vista aérea da Bahia *Farm Show* - 2015



Fonte: Jornal Fala Barreiras

Após 11 edições, a Bahia *Farm Show* já é um evento consolidado no circuito de feiras do agronegócio do país e no mercado nacional e internacional, com destacada importância. Ao questionarmos os expositores sobre as motivações e o diferencial do evento, as repostas confirmaram que se destacam a prioridade comercial do evento, as novidades tecnológicas e a capacidade de investimento dos produtores. Apesar do entusiasmo deste grupo em relação ao evento, eles apontam

fragilidades em relação à oferta de serviços de hospedagem e alimentação em LEM e relativas à infraestrutura do Complexo e da organização da BFS.

Dentre as entrevistas que realizamos, selecionamos algumas repostas dadas pelo G5, parafraseamo-las e listamos a seguir:

- *G51 – estamos expondo na Bahia Farm Show há cinco anos e vamos continuar investindo, porque a Feira é crescente, todo ano se supera.*
- *G52 – o agricultor se abastece uma vez por ano, então nós sempre estaremos presentes, pois queremos ser lembrados.*
- *G53 – participar da feira é uma forma de apresentar as novidades criadas pela empresa no ultimo ano, como sempre temos novidades, estaremos sempre presentes.*
- *G54 – Realizamos uma pesquisa e identificamos que a Bahia Farm Show é a principal feira da região, é a que mais atrai o produtor e, por isso, decidimos expor.*
- *G55 – o ponto forte da Bahia Farm Show é o nível de tecnologia apresentado pelos participantes, novos produtos são apresentados aqui e, por isso, a feira está sempre à frente.*
- *G56 – Aqui nós não temos concorrentes, então os clientes vêm nos procurar, são os produtores que mostram uma necessidade muito grande por nossos produtos.*
- *G57 – o que não é visto não é lembrado, então, estamos na BFS para fixar o nome da empresa na região, e, assim, prospectar novos negócios.*
- *G58 – a principio, um produtor nos procurou lá na unidade de São Paulo, como era uma grande quantidade de produto e havia a possibilidade de conquistar novos clientes, montamos uma filial da fábrica em LEM.*
- *G59 – o produtor não compra somente na semana do evento, muitas vezes ele vê que tem novidade, quando ele precisar, ele vai nos procurar, e isso acontece o ano todo.*

Assim como os expositores, as instituições financeiras também vêm o evento com bastante otimismo. Entre os bancos públicos, estão presentes a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, além do Bradesco e do Santander que são bancos privados. A atuação destes, embora não tenha sido possível acompanhar como ocorrem as transações¹⁹, configura uma arena de disputas por clientes, pois na maioria dos estandes são expostas propagandas dos bancos, como mostramos na fotografia 15.

¹⁹ Esclarecemos que apenas os bancos públicos aceitaram conceder entrevistas, mas desde que não fosse necessário dar informações específicas sobre as negociações realizadas no evento.

Fotografia 15 – A competição entre as instituições financeiras na BFS – 2014



Fonte: Trabalho de campo (2015)

O pensamento seguinte, obtido através de entrevista com o superintendente de uma destas instituições, é elucidativo da relação que os bancos vêm mantendo com o agronegócio no país. Em suas palavras:

Nós entendemos que a Bahia *Farm Show* é 'a cereja do bolo' do agronegócio aqui na região. É onde todos param, uma vez por ano, *pra* mostrar o que estão fazendo, mostrar as últimas novidades em tecnologia, o que está acontecendo e eu acho que ela está em sintonia com tudo que está acontecendo no mundo, então a nossa participação aqui vai estar alinhada com as novidades do setor, vai estreitar o relacionamento com o produtor. Então isso é importante, pois não se faz e não se avança no agronegócio, se não conhecer a dinâmica do agronegócio (G71).

De acordo com os organizadores, que também são parte da diretoria da AIBA, a Bahia *Farm Show*, entre outras coisas, solucionou o problema da distância que havia entre o produtor e os principais fabricantes e revendedoras de máquinas, equipamentos e tecnologia agrícola, possibilitou o acesso dos produtores locais a aproximadamente 600 produtos e, assim, ampliou a lucratividade do produtor através da produção. Os organizadores do evento deixam transparecer o desejo de que a BFS continue sendo um evento especializado na realização de grandes negócios.

Além da discussão sobre as características do evento enquanto ação estratégica e o processo de construção, a identificação dos meios através dos quais a Bahia *Farm Show* é divulgada são bastante relevantes para compreender de que

forma a BFS se consolidou. Isso porque foi desta forma que a Feira tornou-se conhecida, assegurou o sucesso dos negócios e reforçou a dinâmica localista do município de LEM. Nesse sentido, sistematizamos quadro 11 com o intuito de apresentar os canais de divulgação amplamente utilizados pelos organizadores.

Este conjunto diverso inclui outdoor, *folderes*, informativos com destaque especial para o evento, jornais de circulação regional e estadual, *blogs*, revista de circulação nacional, redes de televisão local, estadual e nacional, fórum transmitido ao vivo através de canal de televisão especializado em agronegócio, lançamento do evento em outras feiras do setor e cobertura integral pelo *site Agro link*.

Quadro 11 - Os meios e a visibilidade da Bahia *Farm Show* - 2014-2015

 <p>Outdoor colocado às margens da BR-324, próximo à Salvador.</p>	 <p>Folder do evento. Foi distribuído pelos organizadores na edição de 2015.</p>
 <p>O Infomaiba são livretos publicados mensalmente, deste 2007 a edição de junho é integralmente dedicada à BFS.</p>	 <p>A Bahia Farm Show é noticiada e anunciada em jornais de circulação regional estadual e nacional.</p>
 <p>A revista Dinheiro Rural de circulação nacional publicou edição especial sobre a Bahia <i>Farm Show</i> em junho de 2015.</p>	 <p>A revista AgroneWS é uma publicação trimestral sobre o agronegócio do oeste da Bahia e todos os anos dar destaque à BFS.</p>
 <p>Os expositores da BFS também contribuem para sua divulgação através dos panfletos distribuídos durante o evento.</p>	 <p>A Rede Bahia de Televisão cobre o evento com reportagem e <i>links</i> ao vivo.</p>
 <p>Os organizadores, durante o evento em 2014, distribuíram mapas para localização dos estandes além de blocos de anotações.</p>	 <p>Os organizadores da Feira lançam o evento na Fenagro Salvador.</p>
 <p>Material de divulgação da cooperativa Cooperfarms dando destaque à Bahia <i>Farm Show</i>.</p>	 <p>O programa Globo Rural da rede Globo de televisão veicula reportagens sobre o evento.</p>
 <p>O Agro <i>Link</i> que é um canal de notícias sobre o agronegócio na <i>internet</i>, cobre integralmente o evento com <i>flashs</i> ao vivo e reportagens oficiais.</p>	 <p>O Canal Rural em 2014 realizou na BFS o debate sobre os custos da agricultura brasileira com transmissão ao vivo para todo o Brasil.</p>

Fonte: Trabalho e Campo (2014 e 2015); Rede Globo de televisão; Rede Bahia de Televisão.

Compreendemos, portanto, que através dos meios a BFS é amplamente apresentada no contexto baiano quando os agentes utilizam o espaço da Festa Internacional de Agropecuária da Bahia (FENAGRO)²⁰ Salvador, expõe a propaganda da Feira em *outdoor* nas proximidades da Região Metropolitana de Salvador e convida a Rede Bahia de televisão para cobrir o evento. O mesmo acontece no cenário nacional quando observamos que a revista Dinheiro Rural, o programa Globo Rural e o Canal Rural veiculam reportagens sobre o tema e, quando o canal de notícias na internet *Agro link* realiza a cobertura total do evento.

Ainda destacamos, um conjunto de material produzido pelos organizadores, pelos parceiros, pelos produtores e expositores.

Ressaltamos que o anuário da Região Oeste, cuja imagem exibimos na introdução, insere-se no conjunto dos meios com significativa importância. Trata-se de uma revista anual publicada pela AIBA, na qual aparecem explicitamente os interesses dos agentes locais, sobretudo, o desejo de ampliar o alcance das informações sobre o desempenho econômico da região, bem como a importância da Bahia *Farm Show*. A publicação é toda escrita em português e inglês e isso possibilita que o evento seja apresentado a nível global, face ao alcance deste idioma, sobretudo, em razão da distribuição de exemplares durante a feira, na qual se fazem presentes representantes das empresas estrangeiras.

Todos esses meios ressaltam a imagem da Bahia *Farm Show*, divulgando-o no contexto nacional e internacional. De acordo com as entrevistas e conversas informais com jornalistas que realizam a cobertura do evento, constatamos que mesmo as informações que circulam em *sites*, *blogs*, jornais, agências de notícia e na televisão têm influência direta dos organizadores da BFS que convidam os veículos de comunicação, através da assessoria de imprensa da AIBA. Neste grupo, identificamos exemplos em que a associação viabiliza financeiramente parte dos custos da cobertura do evento, conforme afirmação a seguir: o convite foi aceito porque “a AIBA arcou com as despesas aqui dentro da feira e em Luís Eduardo” (G61).

Em se tratando dos meios, merece destaque o endereço eletrônico oficial do evento, que se mantém atualizado o ano inteiro, dispõe das informações

²⁰ A FENAGRO é um evento idealizado pelo governo do estado da Bahia, através da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e pela Associação Baiana dos Criadores (ABAC). A Feira acontece anualmente no Parque de Exposições de Salvador/BA.

necessárias ao expositor, possui canais de comunicação e transmite uma ideia geral do que é o evento. A figura 06 expressa às expectativas dos organizadores em relação à Bahia Farm Show 2016.

Figura 06 - Layout da página da BFS na internet – 2015



Fonte: BFS <endereço eletrônico>.

Quando os organizadores da feira, que também são os agentes do localismo de LEM, promovem o evento através destes meios para o Brasil e para o mundo, paralelamente, estão promovendo o município. As potencialidades de LEM estão atreladas à ideia de grandiosidade que o evento transmite, nesse sentido, é comum entre os produtores falar-se que a BFS “é a vitrine do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães”, e é desta forma que novos produtores e novas indústrias e comércio continuam sendo instalados no município.

A seguir, listamos algumas circunstâncias que viabilizaram a construção e consolidação da Bahia *Farm Show*, um evento ligado ao agronegócio, no município de Luís Eduardo Magalhães: a) o contexto de globalização enquanto etapa atual da expansão do capitalismo e o contexto competitivo global que ao afetar os locais apresentou a competitividade como possibilidade; b) a conjuntura nacional tanto em relação a expansão da agricultura científica globalizada no cerrado quanto no que diz respeito às transformações que culminaram no fortalecimento do município a partir da década de 1980; b) a afinidade entre o pensamento político adotado pelos governos do estado da Bahia no denominado período Carlista²¹ e o modelo de gestão do município de Luís Eduardo Magalhães/BA; c) o conhecimento da existência e funcionamento da Agrishow, pois os produtores rurais baianos

²¹ Uma referência ao grupo político comandado por Antonio Carlos Magalhães (ACM), o líder que, durante quatro décadas, comandou a política estadual.

frequentavam o evento na condição de consumidores de tecnologia agrícola; d) a política de desconcentração da Agrishow implantada pela ABIMAQ; e) as ações localistas com vistas para a divulgação das potencialidades e vantagens locais; f) a abertura para o estabelecimento de parceria, uma característica dos migrantes do Sul e de São Paulo que vieram para o oeste baiano. Logo, o evento segue a tendência do mercado capitalista e é organizado de acordo com o modelo aplicado em outras feiras do setor.

3.5 Bahia *Farm Show*: expressão do localismo em LEM/BA

A observação dos contextos que sustentam o evento/feira BFS é fundamental para a análise dos parâmetros que orientam a produção do espaço no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, por isso, na sequência, retomamos e ampliamos a discussão final da sessão anterior objetivando evidenciar a convergência entre o tipo de localismo que tem emergido no município de Luís Eduardo Magalhães/BA e o evento Bahia *Farm Show*. Sendo assim, a BFS fundamenta-se na globalização, vista como um processo atrelado à expansão capitalista no espaço mundial, fruto da evolução técnica e de interesses políticos no final do século XX (SANTOS, 2011), assinalando que o capitalismo recorre à organização geográfica como solução parcial para suas crises (HARVEY, 2013). Estes fatores serviram de base para a construção da ideia de aproximação, uniformidade e homogeneidade envolvendo todo o planeta e, dessa maneira, em LEM as ações e o movimento localista foram empreendidos com o propósito de inserção competitiva nesse contexto global. Esta condição aparece na seguinte fala:

Em 2004 a gente tinha a necessidade de transferir tecnologia para os produtores, qual é a maneira que você tem de fazer isso? É fazendo uma feira (...) que tenha o lançamento de multinacionais antes de serem laçados nos Estados Unidos, produtos importantíssimos, então uma globalização, isso se torna uma constante, [tanto faz estar] aqui, como no oeste, como nos Estados Unidos (G1C, 2015).

Por esta afirmação, compreendemos que a BFS está baseada no processo de expansão das empresas transnacionais, na qual os grupos oligopolistas têm adotado condutas que demonstram a sua capacidade de influenciar diversos espaços. Afinal, a Feira é um evento voltado à agricultura moderna, desenvolvida segundo a

orientação das demandas do mercado. Além disso, no evento, estão presentes as principais transnacionais que atuam no setor, conforme demonstraremos no capítulo vindouro seja de forma direta ou indireta através das concessionárias.

Destacamos também a relação entre a BFS e a tendência à competitividade entre os lugares, indicando, por um lado, a seletividade do capital, por outro, as ações dos agentes locais com vista para a criação de um aparato institucional, técnico e organizacional pautado na política de atração de investimentos externos. Nesse sentido, Fonseca; Silva e Vieira (2010) demonstraram que em LEM é desenvolvido um conjunto de ações ligadas ao *marketing* territorial que, de fato, tem por objetivo dotar o território de virtualidades e torná-las visíveis e acessíveis aos investidores. Entre as ações, os autores destacaram a Bahia *Farm Show*.

O evento/feira de LEM também tem a ver com a dialética contemporânea que envolve processos de globalização-fragmentação, numa perspectiva inclusiva ou integradora (HAESBAERT, 2013), por tratar-se de uma atividade ligada à lógica competitiva global, servindo de mola propulsora para o processo de globalização. Neste sentido, destaca-se a influência do processo de modernização e expansão agrícola pelo cerrado, uma vez que o município integra uma das mais recentes fronteiras do agronegócio brasileiro. Este fator foi fundamental para conformação de um grupo de agentes com perfil empreendedor responsável pela construção da singularidade político-administrativa do município.

A dinâmica econômica ligada à atividade agrícola influenciou o processo de emancipação, afinal, não obstante, Fonseca e Silva (2009) comprovaram que a principal motivação para emancipação do município foi econômica, dinâmica que tem a ver com a capacidade econômica do distrito em relação ao município de origem. Além disso, a produção agrícola plantou as sementes do que viria a ser a maior feira do setor no Nordeste do Brasil, isso porque, conforme demonstramos na seção anterior, o embrião da Bahia *Farm Show* foi a Festa da Colheita.

Também podemos situar a Bahia *Farm Show*, no contexto nacional, em relação ao processo que Fonseca (2003) chamou de institucionalização do micro em termos político-administrativos. Neste caso, destaca-se o protagonismo de alguns governos locais e, no caso do Brasil, a emergência de localismo consequente da transferência de atribuições dos demais entes federados para a escala do município. Neste caso, Fonseca e Silva (2009), comprovaram que, em relação às instituições formais ligadas a saúde, educação e atividades culturais e econômicas houve

avanços significativos no município de Luís Eduardo Magalhães após a emancipação. Este processo não estagnou, permanece numa crescente, contudo não é suficiente para relacionarmos o localismo de LEM à tendência descentralizadora que prever interações espaciais mais horizontalizadas, conforme sistematização de Fonseca (2013). Na verdade, reafirmamos que o localismo de LEM/BA envolve prioritariamente vínculos verticais, sobretudo quando a Bahia *Farm Show* é concebida como ação estratégica.

Neste contexto localista, chama bastante atenção a capacidade de articulação política dos agentes locais, tanto frente ao governo estadual quanto federal. Um dos retratos disso é a presença de deputados federais e estaduais, governadores, representantes de secretarias estatais, senadores e até ministros no evento, seja participando da cerimônia de abertura ou em fóruns de debates sobre temas considerados relevantes para o agronegócio do país, conforme demonstração do quadro 12. Isso é fruto de um processo muito bem articulado pelo prefeito municipal e a AIBA que, continuamente, tem buscado esta aproximação.

A logística de deslocamentos dos políticos, muitas vezes é viabilizada pelos agentes locais que dispõem de transporte aéreo e aeródromos particulares. Estes encontros são marcados pela reafirmação da parceria entre os governos e os produtores do oeste, com destaque para a apresentação de reivindicações dos produtores e as repostas imediatas das autoridades presentes. Para evidenciar este processo, listamos no quadro 12, os presentes nas edições da BFS, com exceção dos anos de 2005-2007, sobre os quais não encontramos informações.

Quadro12 – Políticos presente e as reivindicações na Bahia *Farm Show* – 2004-2015

ANO	PRESENTES	REIVINDICAÇÃO
2004	O prefeito de Luís Eduardo Magalhães - Oziel Oliveira; Senador - Antônio Carlos Magalhães; Governador da Bahia - Paulo Souto; Vice-governador - Eraldo Tinoco; Secretário de Agricultura - Pedro Barbosa; Deputado federal - Paulo Magalhães; Deputada estadual - Jusmari Oliveira.	Não identificada
2008	Governador - Jaques Wagner; Prefeito de Luís Eduardo Magalhães - Oziel Oliveira; Deputada estadual - Jusmari Oliveira.	Não identificada
2009	Secretário da Agricultura - Roberto Muniz; Secretário do Meio Ambiente - Juliano Matos; S. da Justiça e Direitos Humanos - Nelson Pellegrino; Secretário das Relações Institucionais - Rui Costa; Superintendente - do IBAMA ²² - Célio Costa Pinto.	Implantação de novas estruturas logísticas regionais, como a RODOAGRO.
2010	Ministro do MAPA - Wagner Rossi; Governador Jaques Wagner; Secretário da Agricultura - Eduardo Salles; Secretária da Casa Civil - Eva Chiavon; Secretário de Indústria, C. e Mineração - James Correia; Superintendente do IBAMA na Bahia - Célio Costa Pinto.	Resolução dos problemas do milho.
2011	D. federal - Aldo Rebelo (relator do Novo C. Florestal); Governador - Jaques Wagner.	O Novo Código Florestal Brasileiro.
2012	Ministro da Integração Nacional - Fernando Bezerra; Vice-presidente do Banco do Brasil, César Borges; Governador da Bahia, Jaques Wagner.	Financiamento da atividade agrícola no cerrado do Nordeste.
2013	Governador – Jaques Wagner; Vice-governador - Otto Alencar; Secretário de Infraestrutura.	Criação do PRODEAGRO ²³ ; autorização para implantação e pavimentação de 56,50km de rodovia sistema RODOAGRO.
2014	Governador – Jaques Wagner; O prefeito de LEM - Humberto Santa Cruz; Deputados federais - João Leão, Rui Costa, Oziel Oliveira; Deputados estaduais - Cacá Leão e Kelly Magalhães; Secretários do Meio Ambiente - Eugênio Spengler; Secretário da Agricultura - Jairo Carneiro; Presidente do IBAMA - Célio Costa Pinto.	A manutenção da parceria entre o governo e os produtores do Oeste baiano, o Anel da Soja; a Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL).
2015	Governador Rui Costa; Vice-governador, João Leão; Deputado federal - Cacá leão; Deputados estaduais Eduardo Salles e Vitor Bonfim; Diretor geral da ADAB ²⁴ - Oziel Oliveira; Ministra do MAPA - Kátia Abreu.	Verticalização da cadeia produtiva; recuperação de rodovias; plano safra 2015/16; a tarifa de energia (bandeira vermelha).

Fonte: ABIMAQ (2004); Informaiba (2008-2015); trabalho de Campo (2014 e 2015).

Elaboração: Lima (2015),

²² IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

²³ Fundo especial destinado a viabilizar investimentos em infraestrutura no Oeste da Bahia

Avaliamos que o quando não demonstra uma mera participação de cada um dos políticos, na verdade isto reflete o processo de produção do espaço tanto a nível regional como local, indicando o poder de articulação dos agentes, como têm sido pensadas as estratégias em prol dos empresários agrícolas, a convergência de interesses do poder público municipal e a iniciativa privada e, sobretudo, a serviço de quem está o Estado. Tudo isso, novamente, faz-nos pensar nas proposições de autores que refletem sobre a produção capitalista do espaço. No dizer de Santos, M. (2011, p.45),

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata.

Como podemos observar no quadro 12, na Bahia *Farm Show*, durante os debates não estão em pauta amplos interesses assim como as decisões não são abrangentes à população e às diversas formas de produção econômica, a conversa resume-se ao Estado e ao agronegócio, como observado através das demandas listadas. Esta conduta reforça modelos políticos e econômicos conservadores, nos quais o diálogo e as decisões se restringem ao poder político e econômico e os demais segmentos da sociedade estão à margem deste processo, que é dinâmico, ágil e eficiente.

No âmbito da Bahia Farm Show, por exemplo, deveria ser ampliado o espaço para a participação de outras formas de produção agropecuária de modo que estes não fossem feiticizados nem tão pouco compreendidos como assistidos, mas de forma coerente com a realidade local. Uma vez que o município apesar do protagonismo do agronegócio e do latifúndio detém agricultura, pecuária e piscicultura desenvolvida por agricultores minifundiários, nada mais adequado do que haver a abertura para a participação destes de forma condizente com a realidade produtiva e cotidiana destes.

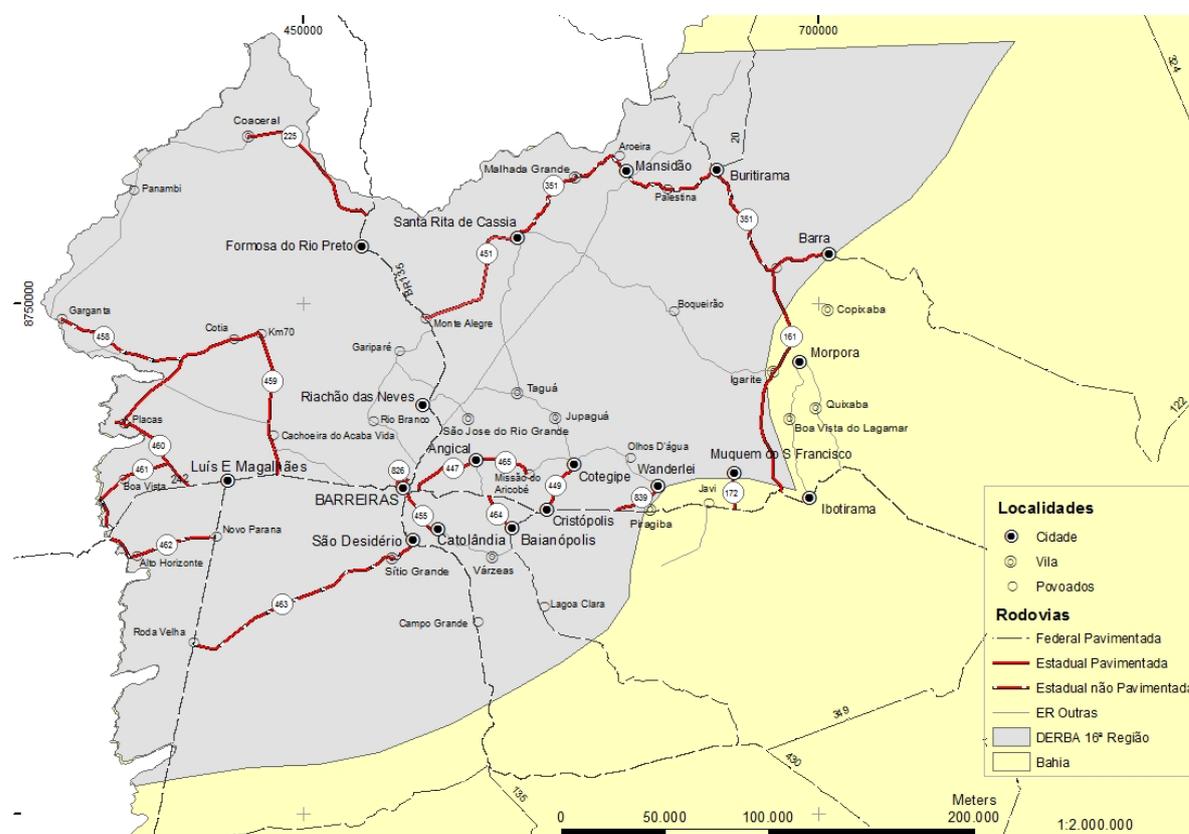
Avaliando o quadro, observamos que as questões relativas à infraestrutura de transportes são recorrentes nesta relação produtor-Estado, e, em se tratando da confluência de interesses, as respostas às demandas dos produtores e governo local são prontamente atendidas pelos governos municipais estaduais e federais. Neste sentido, as sucessivas reivindicações dos produtores por intermédio da AIBA,

renderam a construção do sistema rodoviário conhecido por Rodoagro que é composto pela BA-458, fruto de parceria pública-privada (PPP) entre governo estadual e AIBA (fornecimento de hospedagem e alimentação) e ampliação e recuperação do sistema de rodovias conhecido por anel da soja (BA-459). Todo esse empenho visa assegurar a competitividade da produção baiana no mercado externo, através do barateamento dos custos da logística de transporte e da redução do tempo de escoamento da produção.

O mapa 07 demonstra que as duas rodovias reivindicadas pelos produtores (BA-458; BA-459) cortam o município de LEM e têm como finalidade o escoamento da produção, pois, como podemos perceber, não há, por exemplo, uma dinâmica urbana ou populacional que justifique a existência das mesmas. Além disso, podemos observar a densidade da rede de transporte na região, em conformidade com as exigências do agronegócio.

Outros investimentos visam superar os desafios apresentados pelos produtores, a exemplo da construção do Porto Sul no município de Ilhéus/BA, com previsão de 5,9 bilhões de investimento de acordo com o balanço do governo do estado, e construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL), uma obra do governo federal prevista pelo Plano Nacional de Viação orçada em 6 bilhões. No estado da Bahia, a ferrovia terá uma extensão de 1.527 km e destina-se prioritariamente ao escoamento da produção de soja, milho, algodão e café do oeste.

Mapa 07 - Rodovias do oeste do Bahia - 2015



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia – DERBA
Adaptação: Reis, (2016).

Comprovando a agilidade dos investimentos destinados ao Oeste da Bahia, conforme modelo de articulação (quadro 10), em 2013, durante a abertura da Bahia *Farm Show*, foi assinado pelo governador Jaques Wagner o decreto que institui o fundo especial destinado a viabilizar investimentos em infraestrutura no Oeste da Bahia (PRODEAGRO)²⁵. Na ocasião, o governador fez a seguinte declaração: "É bom trabalhar aqui, porque é um segmento empresarial organizado, que sabe colocar seus pleitos e reconhecer as dificuldades e limitações do governo" (BFS, 2013).

Esta opinião evidencia a afinidade entre os interesses do agronegócio e o Estado. Portanto, observamos a manutenção de antigos preceitos comuns à política econômica de países fortemente influenciados pela política neoliberal, pois calcado no argumento de geração de emprego via crescimento econômico, os governos têm

²⁵ Esta informação foi obtida através do endereço eletrônico da Bahia *Farm Show*.

priorizado os segmentos empresariais, que por sua vez, tem se tornado peça-chave no amplo processo de concentração de terras, de renda e da escassez de recursos naturais.

Nesse contexto, dentre as contradições que pulsam, está o fato de o governo ser bastante eficiente e estar tão próximo quando o assunto envolve as demanda de grupo social privilegiado economicamente. Seria de fato condizente com os princípios federativos, democráticos e constitucionais que fosse dada igualdade de oportunidade de diálogo com o governo. Durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na Bahia, foi implantado o programa de construção do Plano Plurianual de forma participativa, através dos territórios de identidade, em encontros organizados por equipes do governo. Nestes encontros não foram registrados um amplo acesso dos movimentos sociais ao governador do estado, mas durante a *Bahia Farm Show*, em muitas edições os produtores do agronegócio não tiveram dificuldade para contar com a presença e a disponibilidade do governo no atendimento de suas reivindicações.

Políticas e assuntos de importância nacional voltadas ao agronegócio também são discutidas durante a BFS, nesse sentido, as manchetes organizadas no quadro 13 evidenciam de que forma a Feira pode ser considerada um meio para negociações que visam aquisição de vantagens que potencializam o crescimento econômico local. Essas manchetes foram retiradas de reportagens publicadas no Informaiba, em diferentes edições entre 2008 e 2015.

Quadro13 - Discussões no âmbito da *Bahia Farm Show* – 2008-2015

<p>Bahia Farm Show sediará reunião da Câmara Setorial do Milho e Sorgo do MAPA</p> <p>Plano de Adequação e Regularização Ambiental avança na BFS</p> <p>Aldo Rebelo foi destaque no Forum Canal Rural/Bahia Farm Show</p>	<p>Sema apresenta ações para o Oeste na Bahia Farm Show</p> <p>Pleitos entregues pela Aiba à Seagri na Bahia Farm Show estão em andamento</p> <p>Desenbahia desburocratiza crédito para beneficiar Bahia Farm Show</p> <p>Regularização ambiental é tema de palestra na Bahia Farm Show</p>
--	---

Fonte: Informaiba (2008-2015).
Elaboração: Lima (2015).

A partir da análise das informações do quadro 13 que demonstram claramente os temas debatidos entre produtores do agronegócio e políticos, concordamos com Vieira (2008) que a BFS é uma estratégia política e econômica, uma ação deliberada pelas elites econômicas locais visando promover a rentabilidade dos negócios. Reiteramos que, em torno do evento, há uma densa e complexa rede de articulações que, se por um lado, promoveu a Bahia *Farm Show* em um ritmo acelerado a nível nacional e até internacional, por outro, expõe a sua restrição aos interesses econômicos, pois desta articulação participam apenas o poder político, através dos governos (federal, estadual e municipal) e o poder econômico (produtores).

Desta forma, a Feira se estabelece enquanto instrumento de visibilidade da produção agrícola do oeste da Bahia, constituindo-se em uma ação estratégica formulada por agentes políticos e econômicos locais visando tornar o município conhecido no cenário nacional e internacional. Para mantê-la em ascensão e em conformidade com as possibilidades do contexto competitivo global, os organizadores do evento utilizam-se dos meios demonstrados na quarta seção deste capítulo. Assim, a cada ano, o evento se torna ainda mais conhecido e o volume de negócios, com exceção do percentual negativo verificado entre 2008 e 2009, é cada vez maior, como mostramos na tabela 03.

Tabela 03 - Crescimento do volume de negócios na BFS - 2008-2015

	Volume de venda	Diferença percentual	Público/mil
2008	250 milhões	-	27
2009	214 milhões	-14,4% ²⁶	32
2010	316 milhões	147,6%	38
2011	570 milhões	80%	-
2012	595 milhões	4,3%	60
2013	671 milhões	12,7	63.100
2014	1 bilhão	13%	71.100
2015	1,033 bilhão	3,3%	63.772

Fonte: ABIMAQ (2004); Informaiba (2008-2015).

O crescimento do valor negociado no evento revela o sucesso dos interesses dos agentes de LEM. Isso demonstra que quando agentes econômicos e Estados se reúnem em torno de um objetivo o sucesso é previsível. Porém é necessário questionarmos este modelo de produção do espaço, posto que LEM foi emancipado em um período histórico (ano 2000) em que já havia sido estabelecido um aparato institucional favorável ao município, de significativo processo de descentralização de atribuições da união e estados para o município e, portanto, de aproximação entre decisão política e a população, era de se esperar que em LEM houvesse processos mais horizontalizados do ponto de vista da gestão pública.

Por isso, entendemos que há a necessidade de abertura para que outras demandas e vozes participem destes momentos em que o governo se mostra eficiente e de prontidão para solucionar problemas. Desta forma, seria ao menos relativizada a perspectiva de que o município (enquanto Estado) está a favor do poder econômico em detrimento dos demais segmentos da sociedade.

Diante deste panorama podemos adiantar que Estado e poder econômico local estão articulados na promoção da produção capitalista do espaço conforme o

²⁶ De acordo com informações obtidas durante o trabalho de campo, justificamos que a diminuição dos negócios realizados na BFS de 2009 se deve a dois fatores: o primeiro externo tendo em vista a crise econômica mundial iniciada em 2008 nos Estados Unidos da América que ficou conhecida como “A crise da bolha” e, o segundo, interno, pois foi um ano de em que as condições climáticas não foram favoráveis. Neste ano os organizadores do evento escreveram o seguinte no Informaiba (2009): “Nem o do céu, nem o do mercado. Mesmo com o ‘tempo ruim’ no clima e na economia mundial, a Bahia Farm Show brilhou.”

entendimento Santo (2011) Harvey (2013) e Chesnais (1996), apresentados no primeiro capítulo.

Indicamos que o poder público local esteja atento a valer-se da mesma capacidade de articulação, para tratar de questões como saúde, educação, segurança, assistência social e saneamento básico do município. Desta forma, seriam levados em conta, para além do crescimento econômico, alguns dos parâmetros que sustentaram o fortalecimento do município após o processo de redemocratização do país. Além de um bom lugar para investir, o município de LEM/BA tornar-se-ia um bom lugar para viver se estivesse voltado à abertura da participação popular nas decisões, afinal, é previsível que no município não haja somente as demandas do agronegócio e, portanto, outras vozes deveriam ser ouvidas e atendidas

Nesse sentido, algumas proposições são bastante relevantes, a saber:

a) A equipe do governo estadual deveria agendar reuniões com movimentos sociais, agricultores familiares e ONGs para o dia da visita à Bahia *Farm show* a fim de que não seja naturalizada uma visão única sobre a realidade do município de Luís Eduardo Magalhães;

b) Conversas informais com preposto da secretaria de agricultura do município nos permitiram perceber que a realidade da atividade agrícola no município constitui-se por demandas não contempladas pela agenda da AIBA, sendo assim, estas questões não são tratadas com o mesmo afinco daquelas apresentadas pelos agentes econômicos do município. Por isso, indicamos uma que o prefeito municipal esteja atento a esta situação a fim de que este novo município não reproduza antigos modelos de administração pública, marcados por privilegiados e preteridos. A justiça espacial é possível e esperamos que um município que inova em vários aspectos, seja pioneiro na construção de novos.

CAPÍTULO 4 – ESPAÇO DE FLUXO, TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS EM LEM/BA

O último capítulo inicia-se com a reflexão sobre a multiescalaridade que perpassa o objeto de estudo, com vistas, especialmente, para a interação entre escala local e escala global chamando atenção para o cuidado necessário em relação aos riscos da hierarquização das escalas. Nesse sentido propomos que o pesquisador compreenda que os fenômenos socialmente construídos não admitem prioridades e que, portanto, a menor e a maior escala têm a mesma importância para as análises.

Ao avaliarmos a multiescalaridade em torno do município de Luís Eduardo Magalhães/BA e do evento *Bahia Farm Show* concebemos a possibilidade de tratarmos de espaço de fluxo como forma de indicar e caracterizar a interação local-global que constitui o local. Não obstante, este é um dos aspectos que constitui o conceito e a emergência de localismos na contemporaneidade.

A discussão está baseada em duas premissas. Primeiro, a produção de Luís Eduardo Magalhães, assim como ocorre em outras áreas do Brasil destinadas ao agronegócio, mantém relação com a escala global através da exportação de produtos ou da presença de empresas estrangeiras seja na etapa de produção, beneficiamento e/ou comercialização. Segundo, há na *Bahia Farm Show* uma intensa relação local-global, seja através das empresas nacionais que exportam seus produtos para países em todos os continentes, ou através dos produtos e empresas estrangeiras presentes no evento.

Após empreendemos esta discussão, demonstramos as transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas no município de Luís Eduardo Magalhães/BA, em meio à dinâmica localista. No contexto das transformações, destacamos a criação e fortalecimento das instituições formais, o crescimento econômico, a densidade dos recursos técnicos e formais, a realização da Exposição Negócios e entretenimento (EXPOLEM) e a construção de novos empreendimentos. Além disso, destacamos o aumento do número de estabelecimentos industriais e comerciais e mapeamos a expansão urbana na cidade de LEM/BA. Estas transformações refletem a dinâmica municipal e, em alguns aspectos, podem ser relacionadas à BFS.

4.1 Luís Eduardo Magalhães/BA e a Bahia Farm Show: espaço de fluxo

Os aspectos revelados pela pesquisa expõem a multiescalaridade que circunda a dinâmica localista de LEM, tornando relevante a reflexão sobre a interação entre a escala local e a escala global. Assim, em função da economia baseada na agricultura científica globalizada, da participação de empresas transnacionais na produção agrícola de LEM, do alcance global dos produtos agrícolas do município e da conexão local-global na Bahia *Farm Show* acrescentamos à análise a discussão sobre o espaço de fluxo.

Espaço de fluxo tem uma conotação espacial análoga à internacionalização do espaço, destacando a ligação que o município estabelece com a escala global através do agronegócio, abrangendo as etapas de produção, industrialização e comercialização de produtos agrícolas. Espaço de fluxo, portanto, é consequente das ações localistas ligadas à competitividade, arquitetadas pelos agentes locais, em consonância com o contexto competitivo global. Dessa maneira, tanto o município quanto à Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios são parâmetros para a análise.

Entendemos que, em virtude dos propósitos estabelecidos para o município, ao longo do tempo foi sendo construída a afinidade local-global, sobretudo, pela via comercial. Isso significa que, ao priorizar a competitividade, valendo-se da autonomia cedida ao município após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as ações empreendidas pelos agentes políticos e econômicos, culminaram na seguinte configuração: um município distante do seu entorno e próximo a outras escalas, até mesmo internacional, levando-nos à confirmação de que o processo de divisão territorial para a criação do município de Luís Eduardo Magalhães, tornando-o um ente federado, tem gerado um processo de fragmentação.

Em relação à Bahia *Farm Show*, a discussão do capítulo três esclareceu sobre a simetria que há entre o evento/feira e os interesses das indústrias e demais agentes econômicos mundiais. Afinal, a BFS é uma feira de negócio que extrapola os limites locais e a sua internacionalização pode ser percebida através das marcas expostas, do padrão de organização, dos materiais de divulgação, nos discursos proferidos e, até mesmo, dos idiomas falados durante o evento.

Desse modo, o espaço de fluxo de LEM e da BFS compreende uma circunstância projetada pelos agentes políticos e econômicos locais. Ou seja, trata-

se de um dos produtos da singularidade desta relação que, ao combinar seus interesses perante as condicionantes globais, nacionais e locais, construiu um espaço permeado por fluxos local-global.

Nesse sentido, a multiescalaridade é tema fundamental para esclarecer sobre a ausência de hierarquia entre as escalas. Assim, multiescalaridade tem a ver com os processos denominados de “glocalização” por Swyngedouw (1997), indicando a validade e a importância da menor e da maior escala, pois, para o autor, uma vez que a vida é socioespacialmente construída, não admite prioridades. São os processos sócioespaciais os responsáveis por mudanças na importância e no papel de determinada escala.

Segundo o autor, problemas enfrentados pelo mercado financeiro, relativos ao colapso de bancos e demissões em empresas transnacionais, ilustram como o local e o global estão entrelaçados, indicando que ações locais moldam os fluxos globais de dinheiro ao mesmo tempo em que processos globais afetam as ações locais (SWYNGEDOUW, 1997, p. 137). Percebemos que este processo é uma tendência erigida no contexto de globalização enquanto etapa recente da expansão capitalista, mais especificamente relativo ao que Chesnais (1996) chamou de mundialização financeira, abrangendo o desmantelamento das barreiras internas e estabelecimento de interdependências entre os segmentos do mercado²⁷. Todavia, o mais importante é a observação da imbricação e não da hierarquia local-global que, portanto, amplia a importância das reflexões sobre as escalas.

Nesse contexto, de acordo com Harvey (2013), o próprio capital recorre à produção da escala para resolver as suas sucessivas crises. Tamanha importância nos impele a concordar com a seguinte afirmação:

Scale, both in its metaphorical use and material construction, is highly fluid and dynamic, and both processes and effect different people in different ways, depending on the scale at which the process operates. Similarly, different scalar narratives indicate different causal moments and highlight different Power geometries in explaining such events. Scale is, consequently, not socially or politically neutral, but embodies and expresses power relationships.²⁸ (SWYNGEDOUW, 1997, p.140).

²⁷ Ver discussão do primeiro capítulo.

²⁸ Escala, tanto na sua utilização metafórica quanto material, é altamente fluida e dinâmica, e ambos os processos afetam as pessoas diferentes de formas diferentes, dependendo da escala em que o processo opera. Da mesma forma, diferentes narrativas escalares indicam diferentes momentos causais e destacam diferentes geometrias de energia para explicar tais eventos. A escala é, por conseguinte, não social ou politicamente neutra, mas incorporada nas expressas relações de poder.

Sendo assim, fenômenos erigidos tanto na escala global como local têm condição de influenciar diferentes espaços e diversos grupos de pessoas, em função da fluidez e da dinâmica que qualifica a escala. Além disso, os efeitos de determinados processos, podem ser sentidos em diferentes escalas resguardando as especificidades, isso implica que, discursos ou ações que realce qualquer que seja a escala, em nenhum sentido podem ser considerados neutros, pois expressam as relações de poder circunscritas na realidade.

Nestes termos, devemos tratar a multiescalaridade em nossos estudos para não incorrerem no erro de nos prendermos em escalas que se encerram em si, dificultando a apreensão do conjunto de variáveis que constitui a complexidade dos processos e fenômenos contemporâneos, ou seja, devemos evitar a priorização de uma determinada escala, preterindo as demais. Consideramos este, um caminho viável para elucidarmos a compreensão da BFS, e, por isso, nas seções a seguir demonstraremos como ocorre o fluxo local-global e, conseqüentemente, a caracterização do espaço de fluxo, a partir de duas proposições basilares:

a) Há no município de Luís Eduardo Magalhães um significativo grupo de exportadores de produtos agrícolas que evidenciam a multiescalaridade de que estamos tratando e que caracteriza o espaço de fluxo;

b) A Bahia *Farm Show* reflete a dinâmica do comércio internacional, pois a maioria dos expositores presentes no evento classifica-se em dois grupos interdependentes: o primeiro grupo é formado por empresas brasileiras que comercializam seus produtos no Brasil e no exterior e, o segundo, por empresas estrangeiras que comercializam seus produtos internacionalmente.

As informações que serviram de base para a análise do espaço de fluxo do município de LEM/BA foram retiradas do Cadastro de Empresas Exportadoras da Bahia (CADEX), estudo desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI/BA) (2012). Identificamos que a produção agrícola caracteriza o espaço de fluxo na medida em que os produtos produzidos atendem as necessidades do mercado externo e pela presença de empresas transnacionais produzindo no local.

A caracterização do espaço de fluxo através da BFS, resultou do cruzamento de informações obtidos no endereço eletrônico da Bahia *Farm Show*, na pesquisa de campo e através das *home pages* de cada uma das empresas avaliadas. No quadro 14 demonstramos este percurso metodológico.

Quadro 14 – Etapas e atividades da caracterização do espaço de fluxo – 2015

ETAPAS	ATIVIDADES
1º PASSO	Conhecemos as empresas presentes na 10ª edição da BFS em 2015, através do endereço eletrônico da do evento.
2º PASSO	Visitamos os estandes das empresas e conhecemos os seus produtos durante o trabalho de campo.
3º PASSO	Pesquisamos nos endereços das empresas presentes na BFS as relações comerciais que as mesmas estabelecem.
4º PASSO	Sistematizamos as informações obtidas, identificando empresas brasileiras que exportam seus produtos, empresas estrangeiras com presença direta na BFS e empresas estrangeiras presentes no evento através de concessionárias.

Elaboração: Lima (2015).

Ressaltamos que ao destacarmos o espaço de fluxo através do evento/feira, também estamos tratando do município de LEM, uma vez que, o evento faz parte das iniciativas adotadas pelos agentes locais, qualquer subdivisão neste sentido é meramente analítica. Nesta etapa, foi contemplado um total de 96 empresas, correspondendo aproximadamente a 50% do total de expositores, de acordo com as informações que foram divulgadas pelo endereço eletrônico da BFS em 2015.

4.1.1 A produção de Luís Eduardo Magalhães/BA e suas implicações

A produção agrícola de LEM consolidou-se ao longo das três últimas décadas, fundamentada nos preceitos do agronegócio, sendo assim, não surpreendem os dados divulgados pelo CADEX (2012) sobre as exportações do município. A participação de LEM no comércio internacional tem sido conduzida por empresas nacionais que se instalaram no município em razão do conjunto de incentivos dos governos municipal e estadual e, até mesmo, por intermédio de empresas locais criadas pelas famílias de migrantes que chegaram à região através do PRODECER II.

Dentre os produtos tipo exportação produzidos no município, destacam-se o algodão debulhado, milho em grão, sementes de algodão, grãos de soja triturados, sementes de soja, algodão, tecido de algodão branqueado, cru e tinto. Podemos observar que se trata de mercadorias com baixo valor agregado, uma condição

recorrente no contexto brasileiro, em virtude dos processos colonizadores e do papel reservado ao país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Neste sentido, verificamos claramente os pontos observados pelos autores que auxiliaram a reflexão sobre a expansão da atividade agrícola no cerrado brasileiro, uma situação que expressa subordinação ao comércio e aos interesses internacionais. Assim, as políticas adotadas pelos governos no nível federal desde a década de 1950, prevendo a inserção do Brasil na economia internacional, por intermédio das atividades primárias e secundárias, estão diretamente ligadas à lógica capitalista de produção, caracterizando a internacionalização do espaço agrícola nacional.

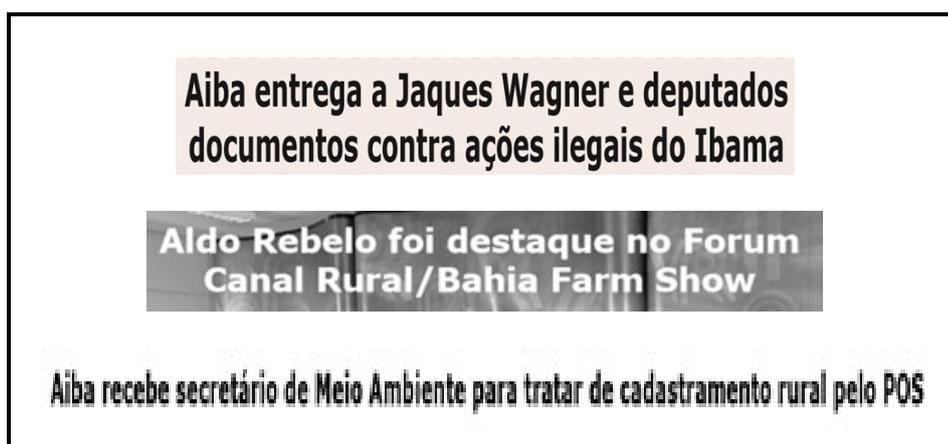
Como reflexo desta prioridade do governo, anualmente aumentam as linhas de crédito disponíveis ao agronegócio e o número de bancos públicos que disponibilizam recursos para os investimentos e, mesmo em períodos de crise política e econômica como em 2015, não houve diminuição de incentivos aos produtores através do Plano Safra 2015/2016. Se, por um lado, isto enfatiza qual é a prioridade da política econômica do governo, por outro, coloca-nos em alerta, pois crescimento e a expansão desta atividade, ao longo do tempo tem sido nociva ao meio ambiente, às tradicionais formas de produção e à manutenção das variedades de tipos de produtos cultivados em virtude da disseminação dos transgênicos.

Neste contexto, a construção do espaço de fluxo em LEM/BA conta com a anuência e o incentivo do Estado, seja pelas razões apresentadas, ou pela abertura às negociações de questões que afetam diretamente o produtor e a produção. Entendemos que é necessário que haja uma reflexão crítica por parte do Estado com a finalidade de acompanhar e orientar esta atividade econômica, garantido o cumprimento das regras e às leis que regulam o setor. Afinal a configuração da dinâmica localista no município de Luís Eduardo Magalhães/BA e o modelo de gestão conservador adotado pelo poder público em quinze anos de emancipação política, têm distanciado a maior parte da população dos espaços de debate e ideais democráticos que permearam as inovações institucionais da década de 1980.

Na verdade, os assuntos que interessam aos agentes locais e que, por conseguinte, são debatidos no evento BFS, por exemplo, são de cunho econômico, com vistas para os impulsos que o governo estadual e federal possa dar à produção regional e local. Neste aspecto, as questões ambientais, extremamente importantes para os produtores, estão constantemente em pauta, demonstrando que os agentes

estão empenhados em dirimir os efeitos das legislações ambientais sobre o lucro da produção. Para demonstrar como isso acontece, exibimos no quadro 15 algumas manchetes de reportagens, veiculadas no Informaiba, com a finalidade de evidenciarmos que não cessam os debates que estimulam o crescimento econômico embasado na agricultura científica globalizada.

Quadro 15 – As reivindicações em torno das questões ambientais – 2010-2015



Fonte: Informaiba (2008-2015).

Elaboração: Lima (2015).

As reportagens revelam que os agentes locais estão atentos e articulados em negociações que lhes tragam proveitos e a reflexão que propomos é quanto ao posicionamento do governo frente às solicitações. A primeira reportagem (dez. de 2010) explica que as ações julgadas ilegais pela AIBA estão relacionadas ao plano de adequação e regularização ambiental dos imóveis rurais. Na época, os produtores estavam insatisfeitos com as multas e embargos de fazendas aplicadas pelo IBAMA no oeste da Bahia.

A segunda manchete narra a presença do parlamentar Aldo Rebelo na BFS de 2011. Ele foi o relator do projeto de Lei nº 12.651/2012, responsável pelas alterações na legislação ambiental brasileira, tornando-a favorável ao agronegócio. No contexto de discussão e aprovação da Lei, foram maciças as pressões exercidas pelas associações de produtores, inclusive a AIBA, com a finalidade de torná-la flexível, pois, assim, os agricultores teriam vantagens relativas ao Cadastro Ambiental Rural, aos desflorestamentos, as Reservas Legais e as Áreas de Preservação Permanente (APP). A terceira manchete expressa a preocupação da secretaria do Meio Ambiente da Bahia em relação ao Plano Oeste Sustentável –

POS, que é um acordo de cooperação assinado entre o governo do estado e a AIBA, com a finalidade de assegurar a compatibilidade entre os imóveis rurais e a legislação vigente. Com estas características, a atividade agrícola tem se expandido nas áreas remanescentes de cerrado, gerando impactos negativos ao meio ambiente, no que tange à hidrografia, solos, fauna e flora da região. Estes processos são atributos do espaço de fluxo que terá uma de suas vertentes caracterizada no quadro 16.

No quadro 16 aparecem os produtos e as empresas responsáveis pelas exportações no município de Luís Eduardo Magalhães/BA. Dentre elas, destacam-se a presença de transnacionais, que seguem a tendência à expansão geográfica, comum ao contexto competitivo global. Desta forma, é possível caracterizarmos os Investimentos Externos Diretos que Chesnais (1996) identificou como parte integrante da reorganização da economia e da geopolítica mundial.

Este processo acontece da seguinte forma: empresas originárias dos Estados Unidos, da Suíça e dos Países Baixos, adquirem terras no município de LEM/BA, investem na produção agrícola e constroem a estrutura necessária para o beneficiamento do produto antes de enviá-lo ao mercado consumidor nacional e internacional. Tomando por base as informações do CADEX, concluímos que empresas nacionais também participam da configuração do espaço de fluxo com significativa expressividade. Contudo observamos que do total de nove empresas, apenas uma tem origem em LEM. Sendo assim, coexistem processos locais e nacionais ligados à tendência econômica do país, posto que o Brasil seja um dos principais exportadores de *commodities*²⁹ do mundo, e, processos globais, ligados à expansão capitalista no espaço mundial.

²⁹ Conceito que qualifica as mercadorias de baixo valor agregado produzidas e destinadas às exportações.

Quadro 16 - Exportações de Luís Eduardo Magalhães/BA – 2012

PRODUTO	EMPRESA	ORIGEM
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado.	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A	São Miguel do Iguaçu (PR)
Outros grãos de soja mesmo triturados	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A	São Miguel do Iguaçu (PR)
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A	São Miguel do Iguaçu (PR)
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	ALGODOEIRA BAHIA COTTON LTDA	-
Tecido de Algodão, 85% branqueado, ponto tafetá	ALGODOEIRA BAHIA COTTON LTDA	-
Tecido de algodão, cru, ponto de tafetá	ALGODOEIRA BAHIA COTTON LTDA	-
Tecido de algodão, tinto, ponto de tafetá	ALGODOEIRA BAHIA COTTON LTDA	-
Milho em grão, exceto para semeadura	ADM DO BRASIL LTDA (Archer Daniels Midland)	EUA
Outros grãos de soja, mesmo triturados	ADM DO BRASIL LTDA (Archer Daniels Midland)	EUA
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	ADM DO BRASIL LTDA (Archer Daniels Midland)	EUA
Outras sementes de algodão, mesmo trituradas	JOÃO ANTONIO FRANCIOSI	LEM
Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	EISA - EMPRESA INTERAGRÍCOLA S/A	-
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	CGG TRADING S.A	São Paulo/SP
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	GLENCORE IMPORTADORA E EXPORTADORA	Suíça
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	NIDERA SEMENTES LTDA.	Países Baixos
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	UNIBAHIA SOCIEDADE COOPERATIVA	-
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	UNIBAHIA SOCIEDADE COOPERATIVA	-

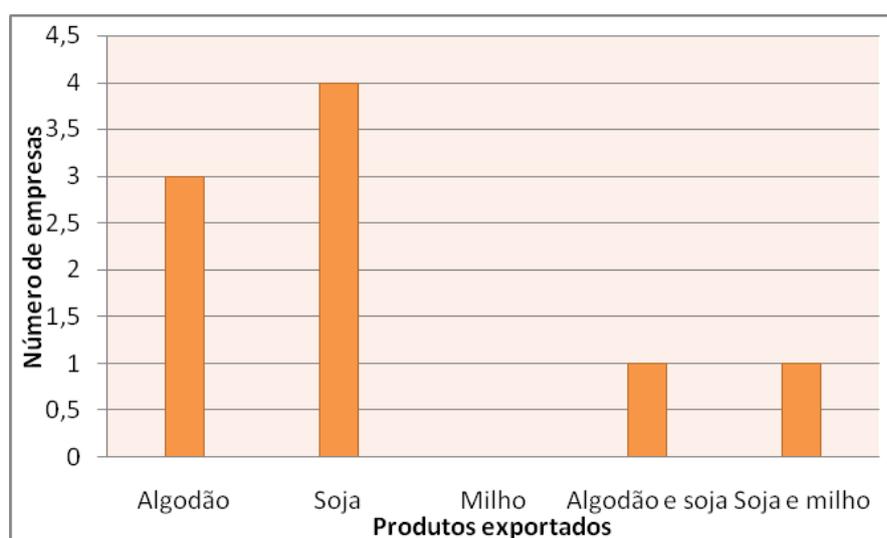
Fonte: CADEX - SEI/BA (2012).
Elaboração: Lima (2015).

No quadro 16, também fica claro que a maioria das empresas responde pela exportação de mais de um produto. Por exemplo, a Amaggi bem como a LD Commodities S.A, com origem no estado do Paraná, exportam três tipos de produtos: algodão debulhado, grãos de soja triturados e outros grãos de soja. Já a Glencore Importadora e Exportadora, com sede na Suíça, exporta apenas soja triturada. Em conjunto, os fluxos de exportação expressam a dinâmica econômica de LEM que, por sua vez é fruto da ação do Estado, na medida em que promoveu a abertura de uma fronteira agrícola no oeste da Bahia por intermédio do PRODECER II, das ações de incentivo ao desenvolvimento regional praticadas pelo governo da Bahia e dos agentes locais responsáveis pela emergência da dinâmica localista no município. Isso demonstra que as ações voltadas à atração de investidores foram eficientes e ressalta o predomínio das relações verticais no local.

Os vínculos verticais predominantes no município podem ser verificados através da avaliação dos produtos que são produzidos pelas empresas exportadoras. Ou seja, a partir das informações do quadro 16, podemos concluir que os produtos tipo exportação, são produzidos no espaço agrário local/nacional, segundo a lógica do comércio internacional, visando atender às demandas externas.

Neste contexto, como podemos observar no gráfico 01 se destaca a produção de soja e algodão.

Gráfico 01 – Empresas exportadoras e produtos tipo exportação de LEM - 2012



Fonte: CADEX – SEI/BA (2012).

Através do gráfico 01 notamos que a soja é exportada 06 empresas e o algodão por 04 empresas, já o milho só é exportado por 01 empresa que também exporta a soja. Assim, o espaço de fluxo que vem se constituindo em LEM, portanto, se deve ao fato de o município produzir alguns dos principais produtos tipo exportação do Brasil. Em termos demonstrativos, elaboramos a tabela 04, com o *ranking* dos cinco produtos que lideraram as exportações em janeiro de 2015 com o intuito de demonstrar esta relação.

Tabela 04 - *Ranking* dos produtos tipo exportação do Brasil - janeiro/2015

Posição e produtos	Valor total (US\$)	Destaque do setor	Valor (US\$)
1º Carnes	1.03 bilhões	Carne de frango	485 milhões
2º Setor sucroalcooleiro	926 milhões	Açúcar	837 milhões
3º Produtos florestais	764 milhões	-	-
4º Cereais	750 milhões	Milho	593 milhões
5º Café	608 milhões	-	-

Fonte: EMBRAPA (2015).
Elaboração: Lima (2015).

Através da tabela 04 fica claro que, LEM contribui diretamente na produção de café e cereais, respectivamente o quinto e o quarto colocados. A ausência da soja, principal produto produzido em LEM, na lista dos cinco produtos identificados na tabela 04 justifica-se pelo período destacado, pois janeiro não corresponde ao tempo da colheita que ocorre entre fevereiro e abril.

É oportuno observarmos o quanto o município se diferencia em relação ao tempo de existência e à pujança econômica, pois este é um exemplo de um novíssimo município (apenas quinze anos) que consegue fundamentar uma estrutura organizacional em torno de um projeto voltado para a economia e rapidamente obter os resultados. Desse modo, LEM também se destaca em relação aos demais municípios do oeste baiano que, assim como ele, estão inseridos no processo de expansão da agricultura científica globalizada.

Reiteramos que, neste caso, o espaço de fluxo tanto é fruto da dinâmica econômica global, quanto das iniciativas dos agentes locais que, desde a

emancipação, planejaram tornar o município competitivo, inserindo-o no contexto competitivo global, conforme discussão realizada no capítulo 03, quando conhecemos um conjunto de estratégias que visavam à visibilidade local no cenário nacional e internacional.

4.1.2 Bahia *Farm Show*: um espaço de fluxo

Prosseguimos no intuito de demonstrar os fluxos globais, desta feita, através da Bahia *Farm Show*, cruzamos os dados obtidos em duas fontes: primeiro, recorreremos ao endereço eletrônico oficial da BFS e no item 'Expositores' acessamos uma lista contendo 96 empresas que estiveram expondo na edição de 2015. Estes são dados oficiais, mas, não correspondem ao total de empresas, pois no período do evento o número divulgado alcançou a marca de 188 empresas, conforme catálogo oficial exposto no Anexo C, onde apresentamos a lista completa das empresas presentes da BFS. Desse modo, mapeamos mais de 50% do total de expositores, visando conhecer a origem, o ramo de atividade e os mercados consumidores dos seus respectivos produtos.

Este aspecto complementa a compreensão sobre o evento ao mesmo tempo em que estabelece os parâmetros para a caracterização do espaço de fluxo através da BFS. A devida sistematização possibilitou a subdivisão das 96 empresas em sete grupos distintos, conforme aparece no quadro 17, no qual destacando a origem, característica e a abrangência do comércio realizado por elas.

Quadro 17 – Número de empresas presente na BFS segundo as origens, características e escalas de comercialização - 2015

Nº	ORIGEM/CARACTERÍSTICA	ESCALAS DE COMERCIALIZAÇÃO
17	Brasil	Mundial
47	Brasil	Nacional
07	Estrangeira	Mundial
06	Locais	Regional
03	Nacionais pertencentes a empresas estrangeiras	Mundial
01	<i>Joint venture</i> ³⁰	Mundial
15	Concessionárias de produtos importados	Mundial

Fonte: Bahia *Farm Show*.
Elaboração: Lima (2015).

A partir do quadro 17 entendemos que sendo a Bahia *Farm Show* um evento/feira de negócios, não surpreende a significativa presença de empresas e produtos estrangeiros, contudo, é salutar a identificação de empresas nacionais que comercializam seus produtos para todos os continentes. A presença das empresas transnacionais brasileiras nos chama atenção por algumas razões: os produtos comercializados por elas não se resumem ao setor primário da economia; muitas dessas empresas são indústrias que produzem máquinas e equipamentos agrícolas de última geração e, assim, conseguiram se inserir no competitivo mercado mundial.

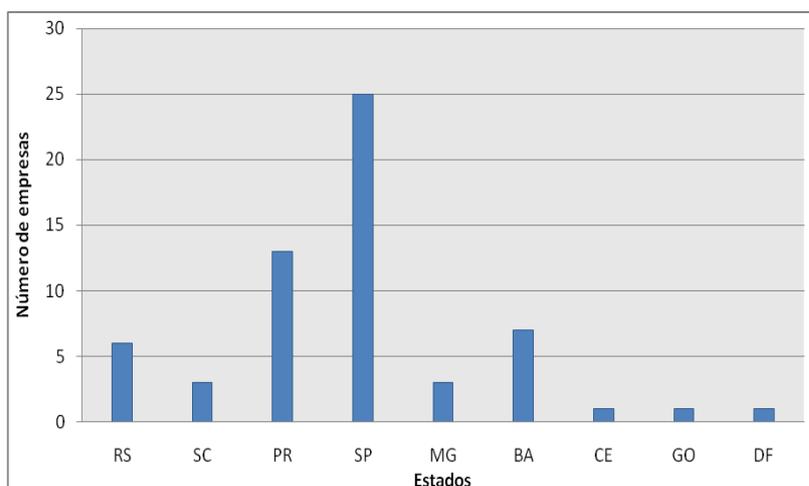
Igualmente expressiva é a presença das concessionárias de produtos estrangeiros, com destaque para as revendedoras de máquinas agrícolas, automóveis e equipamentos automotivos. Dentre as concessionárias, verificamos que apenas uma, a Iropel, revendedora de produtos da Jumill, que é uma transnacional brasileira, tem origem em LEM. Outras seis correspondem a empresas que possuem filiais na cidade de Luís Eduardo Magalhães e oito destas concessionárias estão sediadas em outros estados do país, portanto estão presentes em LEM apenas no período da BFS. Nesta conjuntura, a Bahia *Farm*

³⁰ Esta expressão denomina a relação comercial na qual duas ou mais empresas com atuação no mercado se unem para desenvolver uma atividade econômica comum, visando a ampliação dos lucros.

Show e os fluxos que perpassam esta realidade são fundamentais para o detalhamento da relação local-global.

A origem das indústrias brasileiras de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, também chamou atenção para o tema da desigualdade regional existente no Brasil, pois grande parte das empresas nacionais presentes na BFS concentra-se no sul e sudeste do país. Somando as empresas exportadoras (17) e as 47 que abastecem somente o mercado interno, identificamos um total de 64 indústrias. Desse total, não encontramos a origem de 04; 25 localizam-se no estado de São Paulo; 06 no Rio Grande do Sul; 13 no Paraná; 03 em Santa Catarina e 03 em Minas Gerais. Na região Nordeste, apenas dois estados, Bahia e Ceará produzem para o setor agrícola, o que também acontece com o Centro-Oeste, onde apenas Goiás e o Distrito Federal estão inseridos nesta dinâmica industrial. Estes dados estão sistematizados no gráfico 02.

Gráfico 02 - Origem das empresas nacionais presentes na BFS - 2015



Fonte: BFS; endereço eletrônico das empresas.

Este aspecto suscita duas reflexões importantes: primeiro, a influência da migração europeia na criação e desenvolvimento de indústrias no sul e sudeste, em função da demanda criada pela produção agrícola praticada nestas regiões. Nesse sentido, o histórico de algumas dessas empresas menciona que os primeiros produtos foram criados pelos imigrantes que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, com intuito de atender as suas próprias necessidades. Segundo, a produção industrial voltada à agricultura reflete a histórica desigualdade regional existente no país, em termos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos.

Abordar esta questão também significa uma maneira de evidenciarmos que, no que concerne à produção e comercialização de máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos e sementes, as empresas nacionais são bastante atuantes no mercado internacional. Verificamos os fluxos entre as empresas brasileiras presentes na Bahia *Farm Show* e os países da América Central, do Caribe, da Europa, da Ásia, da África, do Oriente Médio, da Oceania e da América do Sul. Este último é principal destino dos produtos nacionais, dado que reflete o papel importante que o Brasil cumpre na região, bem como as influências do Mercosul³¹.

Estas informações foram sistematizadas, no quadro 18, no qual destacamos a atuação das 17 empresas brasileiras exportadoras, além das três empresas brasileiras pertencentes a conglomerados dos Estados Unidos (Cibrafertil, Du Pont Pioneer e Valmont Indústria e Comércio), entendendo que esta relação, também, caracteriza adequadamente o fluxo de mercadoria e/ou dinheiro entre os dois países. Reiteramos que apesar dos esforços empreendidos, não foi possível identificarmos o destino dos produtos de quatro empresas que se declaram exportadoras, por isso, optamos por não incluí-las no quadro, para evitar riscos e erros.

³¹ Abreviação para Mercado Comum do Sul, bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Quadro 18 – Número de empresas brasileiras e o destino de seus produtos segundo grandes regiões – 2015

Nº	EMPRESAS	GRANDES REGIÕES
08	Stara, Agrimec, Jumil, Romancini, Widitec, Nogueira, Sansuy e Kepler weber.	América Central
11	Agrimec, Tatu Marchesan, Stara, Geza, Comil, Cremasco, Sansuy, Romancini, Widitec, Kepler weber, Jumil e Nogueira.	América do Sul
04	Romancini, Agrimec, Stara e Jumil.	Caribe
05	Sansuy, Nogueira, Cibrafertil, Du pont Pioneer e Valmont	América do Norte
06	Stara, Cremasco, Geza, Sansuy, Tatu Marchesan e Kepler weber.	Europa
04	Stara, Jumil, Widitec e Kepler weber.	Ásia
04	Nogueira, Kepler weber, Sansuy e Widitec.	Oriente Médio
09	Sansuy, Nogueira, Stara, Agrimec, Cremasco, Jumil, Widitec, Kepler weber e Tatu Marchesan.	África
01	Stara	Oceania

Fonte: BFS; endereço eletrônico das empresas.
Elaboração: Lima (2015).

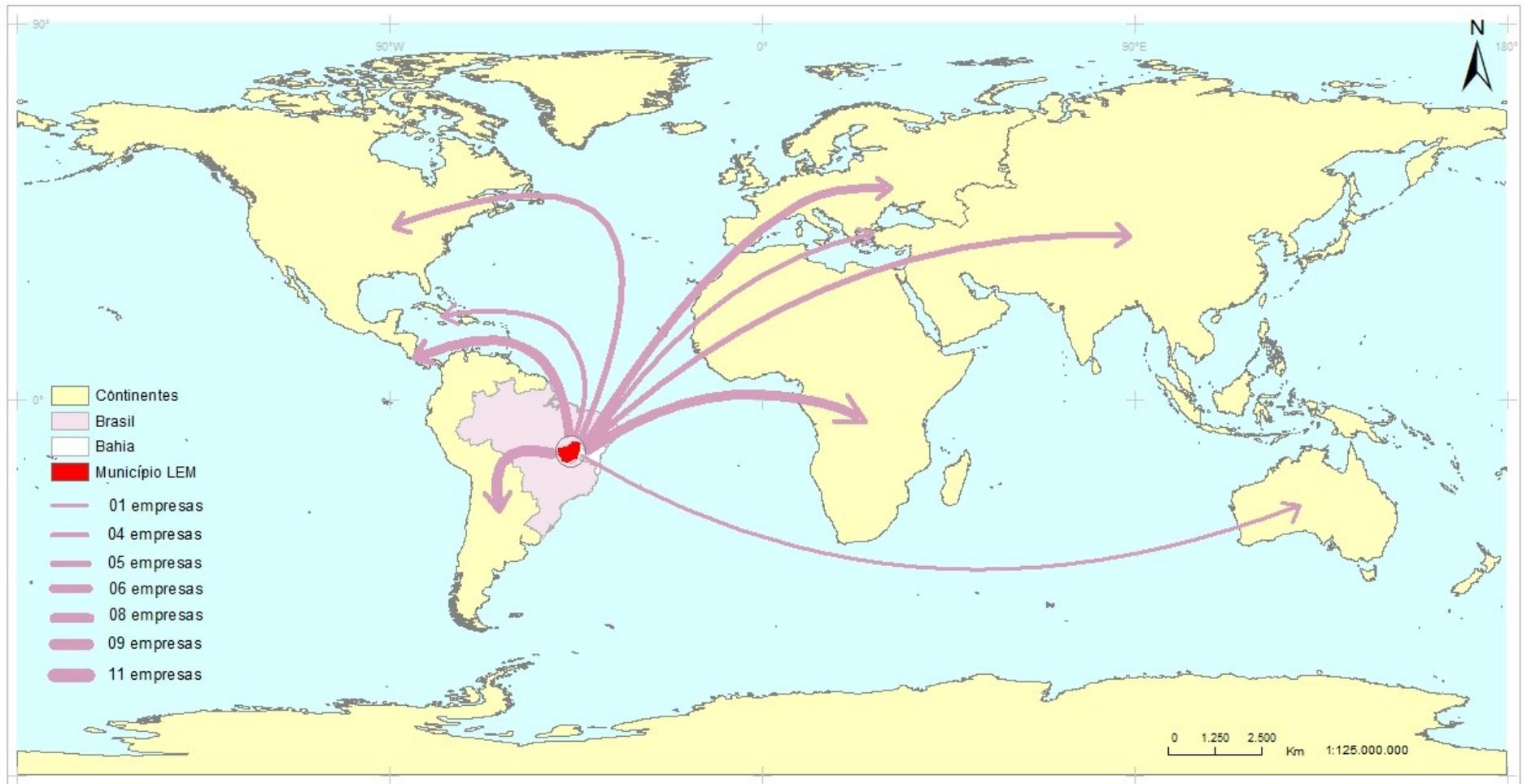
Com base no quadro 18, concluímos que as indústrias brasileiras ligadas à fabricação de produtos agrícolas, estão presentes em todos os continentes fornecendo produtos e soluções agrícolas. Dentre as grandes regiões que destacamos identificamos que além da América do Sul, os fluxos são expressivos entre Brasil e África e Europa onde as exportações destas empresas alcançam países como Alemanha, Espanha, França, Portugal, Romênia e Grécia.

Oportunamente, ressaltamos que as entrevistas realizadas com este segmento nos fizeram entender que o evento, além de permitir a ampliação dos mercados consumidores através da comercialização, também exerce influência sobre as inovações tecnológicas das empresas, pois, conforme apontou Braga (2005), o evento tem esta peculiaridade, uma vez que promove o encontro entre quem produz e quem consome. Assim, o expositor compreende que a Bahia *Farm Show* é também uma forma de potencializar a relação com os produtores, dos quais

obtem o *feedback* que incide sobre as melhorias e diversificação do portfólio de produtos fabricados.

Não obstante, os dados obtidos através destas empresas, também serviram de base para mapearmos os fluxos mundiais dos produtos brasileiros. Assim, no mapa 08, destacamos a ligação entre a Bahia *Farm Show*, conseqüentemente, o município de Luís Eduardo Magalhães, o estado da Bahia e o Brasil e diversos países do mundo, agrupados em grandes regiões, que consomem os produtos das empresas nacionais presentes na 10ª edição do evento.

Mapa 08 – Fluxos de exportações das empresas brasileiras presentes na BFS – 2015



Fonte: Arcgis, Bahia *Farm Show* e endereço eletrônico das empresas.
Elaboração: Reis, (2015)

O mapa ilustra os fluxos mundiais, demonstrando que o município de Luís Eduardo Magalhães/BA constitui-se um espaço de fluxo, elucidando a importância do local frente à globalização, esclarecendo que o contexto sobre o qual se realizou a análise, evidencia que esta escala não é um mero ponto funcional propício ao processo de reprodução do capital, mas é base para a confluência de interesses de diversas escalas, a partir de ações delineadas pelos agentes locais. Isso significa que a realidade supõe certa funcionalidade do local em relação ao projeto expansionista do capital, mas sem abandonar o fato de que as empresas nacionais que expõem na Bahia *Farm Show* foram convencidas pelos agentes locais de que ali havia possibilidades de fechamento de grandes negócios. À medida que o evento foi se consolidando, estas empresas foram estimuladas a prestar mais atenção e atender as demandas dos produtores locais em função da peculiaridade das condições geomorfológicas, hidrográficas e climáticas do município.

Quanto à emergência do localismo, o mapa 08 representa os processos competitivos e fragmentadores, além dos vínculos verticais que constituem o tipo de localismo que tem emergido no município de Luís Eduardo Magalhães/BA. Neste, as verticalidades, tanto em termos espaciais, quanto político-institucionais, preponderam, evidenciando a relação local-global em detrimento daquelas estabelecidas entre local-local, e uma atmosfera política marcada por conservadorismos que implicam na verticalização das decisões (não há uma ampla abertura para a participação da população) que na maioria das vezes privilegiam as elites dominantes.

Nesse sentido, entendemos que a realidade demonstra que o projeto elaborado pelos agentes de LEM, foi bem sucedido, porém falta ouvir outras vozes e vislumbrar outras possibilidades de construção da política e da economia local contando com participação total e não parcelar da população, visando a equidade e justiça espacial.

O mapa 08 também estimula o retorno às ações de *marketing* territorial, ou melhor, à efetivação do processo de promoção e venda do território destacado por Vieira (2008). A presença estrangeira em LEM não é por acaso, mas um produto dos processos singulares que orientam a administração municipal, na qual a tônica fundamental é a visibilidade do território. Em 2015, o reflexo do projeto empreendido pelos agentes é a presença de empresas exportadoras no âmbito municipal e uma feira de negócios, que conta com a presença de empresas brasileiras consolidadas

no cenário nacional e internacional, denotando a importância do local para o agronegócio nacional e internacional.

A escala nacional completa o sentido de multiescalaridade, que discutimos anteriormente, em termos de construção mútua de uma realidade ímpar no estado da Bahia, afinal, em torno da Bahia *Farm Show*, convergem elementos globais, nacionais e locais que devem ser compreendidos através do localismo. Ressaltamos, ainda, que a relação nacional-global, através da exportação de máquinas e equipamentos agrícolas, chama a atenção para um quadro pouco observado, pois estamos acostumados à ideia de que o Brasil é exportador de produtos primários e estes dados mostram que também fornecemos produtos industrializados ao exterior. Logo, é nítida a relevância da BFS diante do contexto nacional e internacional; aglutinando interesses e objetivos comerciais e políticos.

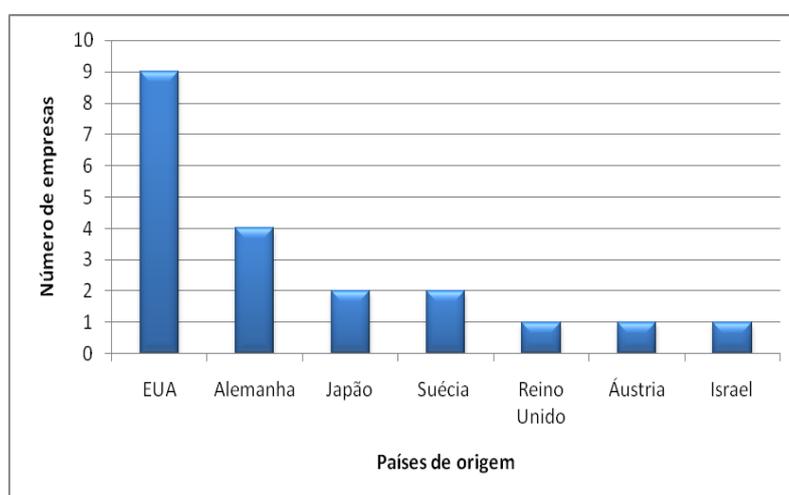
A existência de um evento/feira de Negócios no Nordeste, especificamente no oeste da Bahia, com características que a aproximam da ideia de novidade de modernidade e riqueza, reitera que os antigos discursos de abandono e atraso foram substituídos por uma ideia de progresso, desenvolvimento econômico e integração mundo globalizado. Substituição também se aplica, em relação ao imaginário que temos sobre as feiras nordestinas: o ambiente tradicional, quase festivo, da proximidade e informalidade, traduzido pelos autores que estudaram as feiras livres no início do século XX, cedeu espaço para um complexo no qual as relações são costuradas entre empresas nacionais e estrangeiras, bancos públicos e privados e consumidores com elevado poder aquisitivo.

A feira, a qual a população do Nordeste está habituada, é onde o excedente da produção de subsistência é vendido nos fins de semana. A Bahia Farm Show, ao contrário, é um evento anual no qual produtores de toneladas de grãos e cereais investem grandes volumes de dinheiro na compra de tecnologias agrícolas, capazes de ampliar a produtividade, com vistas para o atendimento do mercado externo.

Após realizarmos esta análise, concluímos que o espaço de fluxo, através da Bahia *Farm Show*, também pode ser constatado a partir da presença das empresas transnacionais originárias de diversos países. Estas são concessionárias ou empresas que atuam no país por meio de escritórios, geralmente localizados na cidade de São Paulo. Trata-se de empresas que seguem a lógica do mercado global e, assim, com uma produção voltada ao setor agrícola, é comum estarem presentes em feiras como a BFS. Isso corrobora com a compreensão dos autores que serviram

de base para a discussão de eventos, quanto à afinidade entre o evento/feira, à realização de negócios e à lógica do mercado sob os desígnios econômicos (BRAZ, 2008). Identificamos 06 empresas estrangeiras com presença direta na Bahia *Farm Show* e 14 concessionárias, totalizando 20 empresas estrangeiras expondo no evento, em seguida, construímos o gráfico 03, através do qual é possível constatar o protagonismo da atuação das empresas norte-americanas, seguidas pelas alemãs e japonesas.

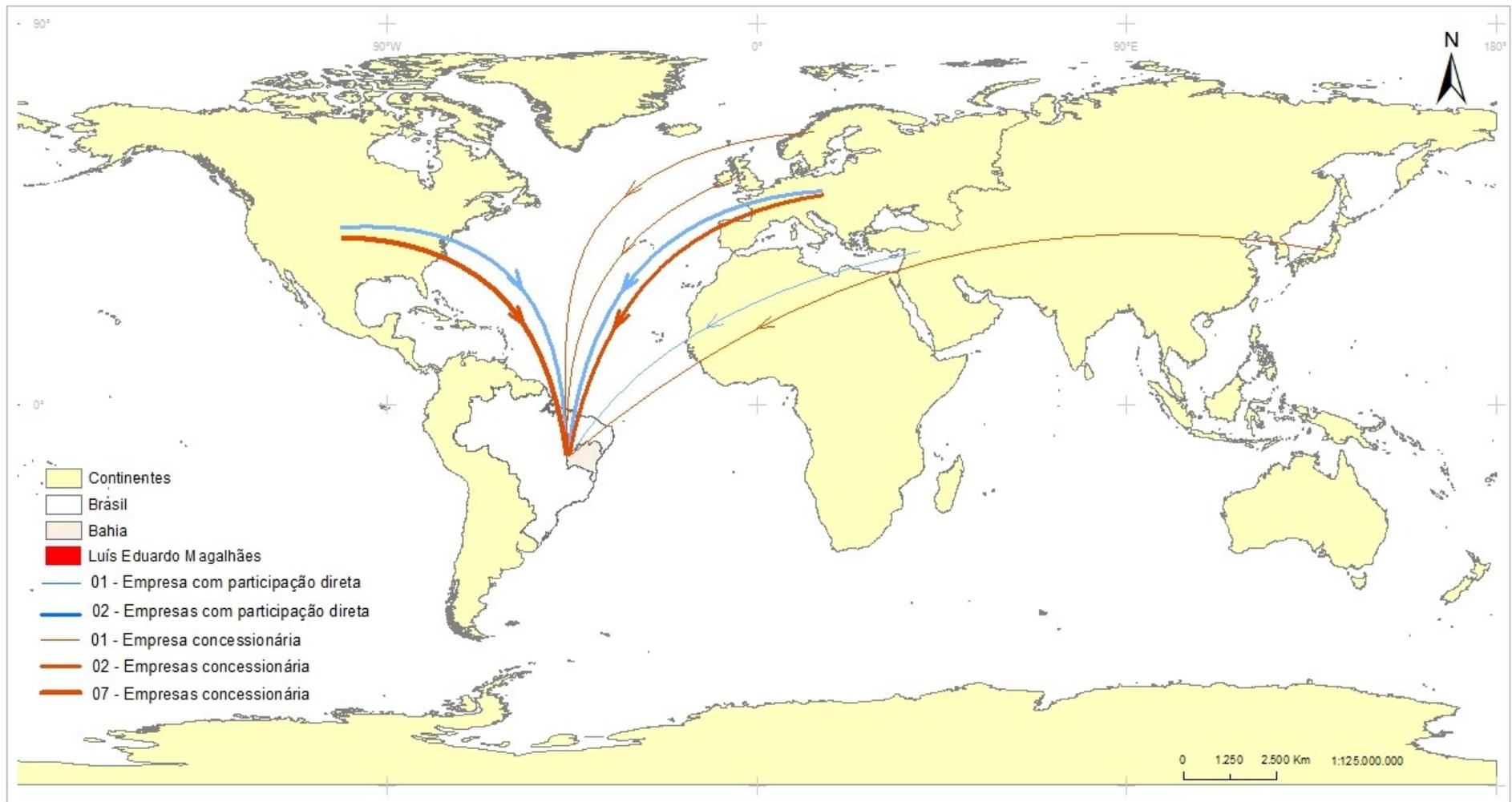
Gráfico 03 - Origem das empresas estrangeiras presente na BFS - 2015



Fonte: BFS; endereço eletrônico das empresas.

Mapeamos estes fluxos, destacando as empresas que participam diretamente do evento e as concessionárias de produtos estrangeiros. Dentre as empresas com participação direta, destacamos: Basf S/A (Alemanha); Bauer Irrigation Equipamentos Agrícolas (Áustria); Eaton (Estados Unidos); GSI (Alemanha); Monsanto (Estados Unidos) e Netafim (Israel). No mapa 09, explicitamos estes fluxos, sendo que o conjunto de linhas azuis representa as empresas com participação direta na BFS e o conjunto de linhas vermelhas representa as empresas que participam da feira através de concessionárias.

Mapa 09 – empresas estrangeiras presentes na BFS - 2015



Fonte: Arcgis, Bahia *Farm Show* e endereço eletrônico das empresas.
Elaboração: Reis, (2015)

De acordo com as bases que a sustentam e da forma como se organiza a BFS, não há surpresas com relação à presença destas empresas no evento. Afinal através dela os fabricantes acessam facilmente o consumidor final, são amplas as chances de fechamento do negócio por causa da política de incentivo estatal à compra de equipamentos agrícolas por intermédio de financiamento e devido à presença das maiores instituições financeiras, com o volume significativo de crédito pré-aprovado. Em síntese, é previsível que o número de empresas estrangeiras presentes na Bahia *Farm Show* seja cada vez maior, em função da atmosfera favorável ao projeto de expansão dos negócios.

Estas informações elucidam a discussão acerca do contexto e dos elementos que fundamentaram a arquitetura da globalização e, neste ponto, faz sentido a discussão de Harvey (2013) sobre a tendência comum ao capitalismo de construir e reconstruir paisagens apropriadas à sua dinâmica de acumulação e a compreensão de Chesnais (1996) sobre a relação entre a ideia de globalização e os grandes grupos econômicos. Além disso, o mapa 09 também revela que as empresas européias, japonesas e norte-americanas presentes na Bahia *Farm Show* representam, apropriadamente, o papel cumprido por estes países na DIT.

Isso nos leva a concluir que as ações dos agentes políticos e econômicos locais tendenciam para uma forma de produção do espaço coerente com o modelo expansionista do capital, sem observar que as ações nesta escala não deve se encerrar no enfoque econômico e financeiro, através dos quais o local é visto como ponto funcional. É preciso levar em conta que o local também seja a escala voltada ao desenvolvimento socioeconômico em função da proximidade e contiguidade que lhe é comum, e assim, promover novos modelos de produção.

No quadro 19, identificamos quais são as marcas internacionais presentes na BFS através de concessionárias. Optamos por destacar, também, a localização da concessionária, para facilitar a observação de que em função da dinâmica econômica própria de LEM, boa parte destas empresas está instalada no município, portanto, acessam os consumidores durante o ano inteiro, e não somente nos dias em que se realiza o evento.

Quadro 19 - Concessionárias de produtos estrangeiros presentes na BFS - 2015

LOCALIZAÇÃO	CONCESSIONÁRIAS	MARCA	ORIGEM
Luís Eduardo Magalhães/BA	Agrosul	John Deere	EUA
	Bravo	Volkswagen	Alemanha
	Cerrado pneus	Bridgestone	Japão
	CCS caminhões	Ford	EUA
	Lavobrás	Valtra	EUA
	Maxum	Case	EUA
Outros municípios	Gagliardi	Mobil	EUA
	Gotemburgo	Volvo	Suécia
	Rota Premium	Range Rover	Reino Unido
	Aeroglobo	Air Tractor	EUA
	Campo Verde	Toyota	Japão
	Movesa	Scania	Suécia
	Sanave	Volkswagen	Alemanha
	Solpack	Caterpillar	EUA

Fonte: Bahia *Farm Show* e endereço eletrônico das empresas.
Elaboração: Lima (2015).

Desse modo, a Bahia *Farm Show* e, conseqüentemente, LEM, mantém relação com a escala global através das atividades econômicas, na esfera da produção ou da circulação e consumo de produtos, tornando-se um espaço de fluxo. Este modelo contribui para caracterizar os vínculos verticais fortalecidos pelos agentes políticos e econômicos do município, em detrimento das horizontalidades e contiguidades. Isso reforça a tese de que no local tem emergido um tipo de localismo caracterizado pelo predomínio de vínculos verticais, um processo fragmentador inclusivo, pois o município se diferencia, a fim de integrar-se a lógica do contexto competitivo global.

Paralelo ao processo de construção e consolidação da Bahia *Farm Show*, as transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas em LEM são bastante relevantes. Assim, na próxima seção, objetivamos demonstrar esta relação, conforme previsto nos objetivos da pesquisa.

4.2 Transformações socioeconômicas

O aprofundamento da análise sobre a dinâmica localista de Luís Eduardo Magalhães/BA exige observarmos as transformações socioeconômicas ocorridas no município após a emancipação, no decorrer de aproximadamente 14 anos. Essas transformações têm a ver com as ações políticas voltadas à economia, com impacto direto no cotidiano da população do município. Dessa maneira, atingimos a etapa conclusiva da investigação, na qual são contemplados os seguintes aspectos:

Primeiro a instalação dos recursos territoriais, técnicos e organizacionais com a finalidade de problematizar e avaliar até que ponto o município tem demonstrado eficiência no atendimento das demandas da população, seja por intermédio do poder público ou da iniciativa privada. Segundo, reforçamos a discussão sobre as características da economia local, a partir da análise de dados do IBGE no que concerne aos índices econômicos, da produção agrícola, industrial e comercial. Em seguida, refletimos as transformações ligadas aos instrumentos de gestão, enquanto recursos organizacionais previstos pela Constituição Feral e, por fim, os recursos técnicos e informacionais. Nesse sentido, é imperativo perceber que a emergência do localismo verticalizado, embasado na competitividade, produziu a diferenciação deste município frente àqueles cuja gestão municipal não está fixada sobre estas bases.

Nesse sentido as contribuições de Fonseca e Silva (2009) consideram a instalação de recursos territoriais, técnicos e organizacionais, enfatizando a influência das instituições formais na dinâmica do território, entendendo-as

Como sendo as regras de uma sociedade, construídas socialmente e com capacidade de moldar a identidade e as ações dos variados agentes no território. Estas instituições ao mesmo tempo em que moldam, também são moldadas pela história e pelos conflitos e consensos envolvendo os mais variados agentes sociais, na constante busca de resolução de problemas específicos de coordenação econômica, social, e política, inclusive na escala municipal (FONSECA; SILVA, 2009, p. 155).

Desse modo, levando em conta o contexto nacional, estadual e local, os autores avaliaram a capacidade do município de LEM, no que diz respeito ao cumprimento das funções políticas, administrativas e financeiras, bem como os resultados das ações engendradas pelos agentes locais no contexto das estratégias institucionais. Os autores se basearam no Estatuto da Viabilidade Municipal, um

instrumento legal que antecedeu a emancipação, e concluíram que houve alterações quantitativas nos setores de educação, comércio e saúde a partir do momento em que LEM tornou-se município. Estes avanços foram sistematizados pelos autores e atualizados por nós no quadro 20.

Quadro 20 - Características socioeconômicas de LEM/BA - 2000-2012

Setores socioeconômicos	Situação encontrada em 2000	Situação encontrada em 2005	Situação encontrada em 2012
Educação	04 escolas públicas; 06 escolas particulares; 4.200 alunos.	44 escolas (29 públicas e 15 particulares); 11.800 alunos 02 instituições de ensino superior particular.	65 escolas (40 públicas e 35 privadas); 17.369 alunos Instituições de ensino superior privadas e Universidade Federal do Oeste Baiano
Saúde	02 laboratórios de análises clínicas;	01 hospital municipal; 03 centros de saúde; 01 centro de saúde ambulatorial; 01 centro odontológico.	69 leitos de internamento (33 públicos); 04 hospitais (01 público); 09 centros de saúde ambulatorial; 01 Unidade de Pronto Atendimento - UPA 11 centros odontológicos
Lazer e cultura	03 clubes esportivos; 12 templos religiosos;	-	01 boliche 01 casa de shows 01 ginásio de esportes 01 cinema 01 centro de tradições gaúchas 13 igrejas 01 balneário
Comércio	04 concessionárias de máquinas agrícolas; 07 lojas de eletrodoméstico; 150 lojas comerciais de vendas no varejo;	770 unidades comerciais (reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos); 83 unidades ligadas a atividades imobiliárias; aluguéis e serviços prestados às empresas.	485 estabelecimentos comerciais vinculados à ACELEM.
Setor industrial	01 indústria de esmagamento de soja (CEVAL); 01 indústria de refino de óleo e envasamento; 01 indústria de fertilizantes (GALVANI); Em projeto: 01 frigorífico de suínos e 01 para aves;	93 indústrias de transformação; 2 indústrias extrativistas.	40 estabelecimentos vinculados à ACELEM.
Agricultura	Agricultura moderna: 205.200 hectare de área plantada (soja, milho, feijão, arroz etc.); 1.304,200 de produção em toneladas.	43 unidades (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal); 1,5 milhões de área cultivada; 620 milhões anuais de produção agrícola.	244.968 hectares de área plantada 809,725 valores da produção 11 empresas agrícolas vinculados à ACELEM.

Fonte: Fonseca e Silva (2009); IBGE; SEI; ACELEM e Prefeitura de LEM.
Adaptação e atualização: Lima, (2015).

Os dados apresentados no quadro 20 demonstram que em relação ao fortalecimento das instituições formais, o município tem sido eficiente. Por exemplo, houve a ampliação no número de escolas entre 2000 e 2005, compatível com o acelerado ritmo de crescimento da população, isso demonstra que o município e a iniciativa privada tiveram a capacidade de responder às demandas criadas pela chegada dos migrantes atraídos pela possibilidade de conseguir emprego e/ou realizar investimentos em torno do agronegócio.

Neste período, foram criadas 15 novas unidades educacionais voltadas para todos os níveis de escolaridade. Em termos qualitativos, verificamos em 2015, algumas iniciativas da prefeitura, a exemplo de reformas e climatização das escolas, oferta de formação continuada para professores, oficinas sobre inclusão, formação dos professores das escolas rurais, além do cumprimento da agenda estadual (Educar para Transformar) e federal (Conferência Municipal de Educação). Entretanto, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 2014 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município ficou abaixo da meta, que era de 4,8.

Entre outras coisas, os resultados obtidos na educação básica incidem sobre os indicadores³² utilizados na definição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que, atualmente, é 0,716 (IBGE, 2010), mantendo-se em um patamar mediano. O IDHM varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo a 1, melhor será a qualidade de vida da população do município. Apesar de o índice atual não ser considerado elevado em LEM, a tabela 05 indica que ele é crescente desde 1991.

³² A definição do IDHM foi desenvolvida com base nos indicadores definidos pela ONU, nesse sentido, além de educação, leva em conta a longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

Tabela 05 - IDHM de Luís Eduardo Magalhães/BA - 1991-2010

ANO	Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM
1991	0,391
2000	0,547
2010	0,716

Fonte: IBGE.

Elaboração: Lima (2015).

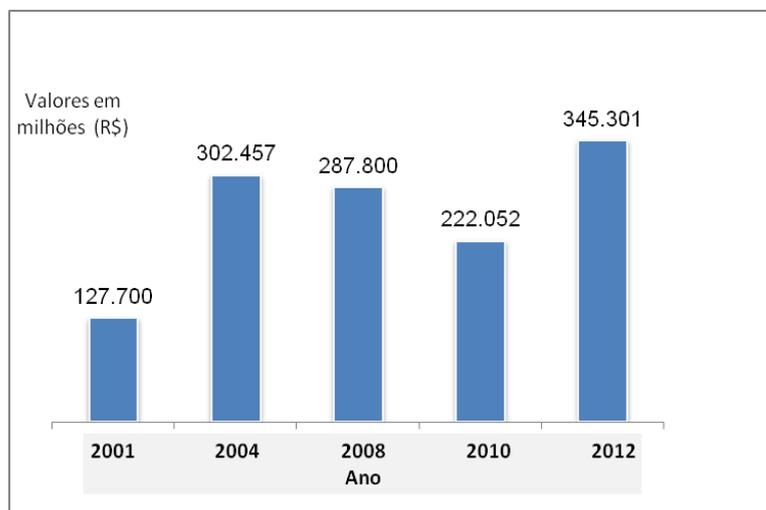
Quanto à oferta do serviço de saúde, segundo o quadro 20, verificamos melhorias significativas com destaque para as ações da iniciativa privada. Apesar disso, em relação ao número de leitos para internamentos, o município ainda não alcançou a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 2 – 3 leitos para cada grupo de 1000 habitantes. Enquanto a média brasileira é de 2,4, em LEM/BA, essa média é de 1,15, bem abaixo daquele preconizado pela OMS. Na opinião de Fonseca e Silva (2009, p.167), os resultados em relação ao serviço público de saúde, foram menos expressivos em 2009 situação que perdura até os dias atuais.

A respeito das transformações socioeconômicas, também é relevante reforçamos a discussão sobre as características da economia local, para tanto, tomamos por base dados do IBGE no que concerne aos índices econômicos, da produção agrícola, industrial e comercial. Uma vez que o município está inserido no processo de ocupação do cerrado brasileiro através da abertura de novas fronteiras agrícolas em áreas que originalmente eram cobertas pela vegetação típica do bioma cerrado, é previsível que a sua economia do município gire em torno da produção agrícola.

Desse modo, o desenvolvimento da agricultura moderna, cujos produtos são voltados para atender às necessidades externas, levou o município a produzir 3,5% do milho, 5% da soja e 28% do algodão cultivado no Brasil, apresentado, em todas essas culturas, elevados índices de produtividade. Apesar das variações decorrentes dos efeitos da estiagem e das condicionantes mercadológicas, a

produção agrícola municipal cresceu significativamente em 2012, em relação ao valor da produção, conforme podemos verificar no gráfico 04.

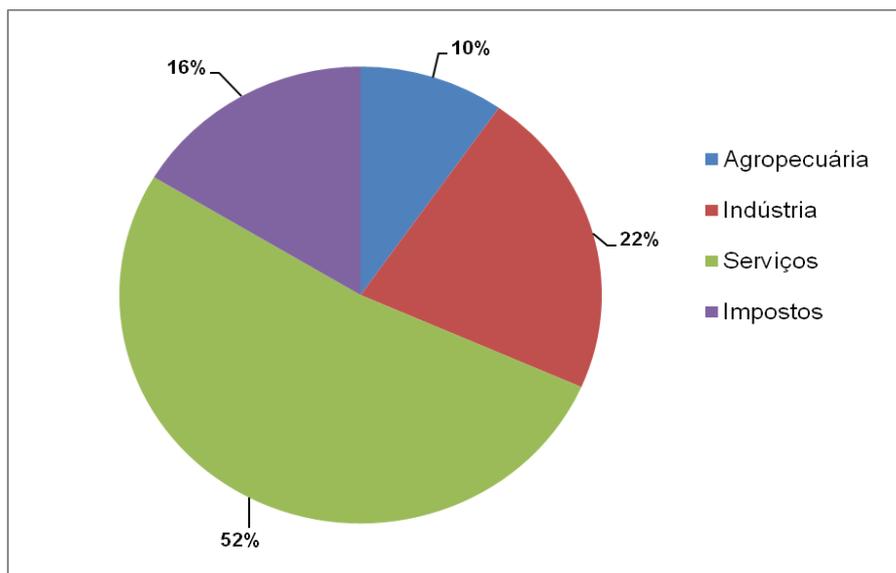
Gráfico 04 - PIB agropecuário de LEM/BA - 2001-2012



Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística.

Apesar do protagonismo da agricultura no município, o setor primário não lidera a composição do PIB municipal. Nesse sentido, destaca-se o setor de serviços, em razão do comércio de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e das empresas rurais, e a indústria que dispõe de uma ampla infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades, no Centro Industrial do Cerrado (CIC). O gráfico 05 é elucidativo em relação à composição do PIB municipal.

Gráfico 05 - Composição do PIB de Luís Eduardo Magalhães/BA - 2012



Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística.

Verificamos, portanto, que o percentual de participação dos setores econômicos no total do PIB municipal difere-se significativamente, sendo 10% agropecuária, 16% impostos, 22% indústrias e 52% serviços.

Com base no Cadastro Central e Empresas/IBGE, é possível detalharmos a dinâmica do setor de serviços em relação ao número de empresas criadas no município entre os anos de 2006 e 2013. Verificamos que em sete anos o número de empresas quase dobrou gerando um significativo número de empregos formais e temporários. De acordo com o IBGE, o salário médio pago aos trabalhadores ultrapassa dois salários mínimos, entretanto, tem havido decréscimos desde 2008 quando a média salarial alcançou 2/3. Ou seja, o aumento do número de empresas e de empregados foi acompanhado da redução e/ou estabilização da média salarial paga ao trabalhador, como demonstra a tabela 06.

Tabela 06 - Número de empresas e empregabilidade do setor de serviços em LEM/BA - 2006-2013

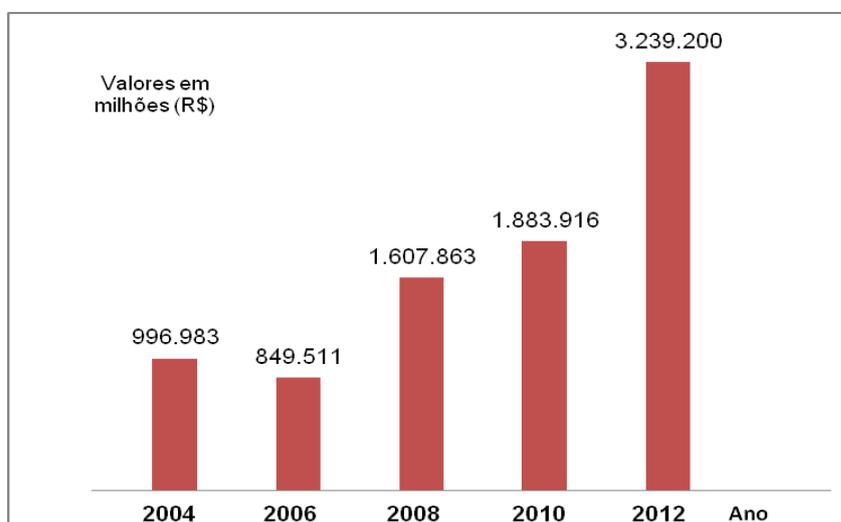
	Número de unidades	Pessoal ocupado	Salário Médio
2006	1.563	7.318	2,2
2008	1.827	10.546	2,3
2010	2.411	14.160	2,1
2013	3.004	19.613	2,1

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.
Elaboração: Lima (2015).

Acerca da produção industrial, podemos afirmar que a origem do setor se confunde com a própria história do município. Durante o trabalho de campo, identificamos que após a emancipação, uma das primeiras ações do prefeito foi comprar um terreno para a instalação do Centro Industrial do Cerrado (CIC), investindo R\$ 245.520,00, segundo Fonseca (2011, p. 75).

Por contar com a pujança da agricultura, do comércio e da indústria, de acordo com o IBGE, em 2010, o município passou a ser a 10^a (décima) economia da Bahia e em 2014 tornou-se a 8^a totalizando um PIB de 3,3 bilhões de reais. Dessa forma, em uma década verificamos o expressivo crescimento do PIB municipal conforme o gráfico 06.

Gráfico 06 – Crescimento do PIB de LEM/BA - 2001-2012



Fonte: IBGE.

Além disso, persistem as expectativas de crescimento econômico, pois o município ainda possui terras disponíveis à agricultura, continua atraindo investidores e o modelo econômico fundamentado no agronegócio está em conformidade com a prioridade do Estado brasileiro e com o sistema econômico internacional.

Toda essa dinâmica nos estimula a afirmar que a economia de LEM consolidou-se no cenário regional, estadual e nacional, porém, segundo Fonseca e Silva (2009), é preciso ponderar que a produção agrícola do município é empresarial, orientada por grandes empresas, muitas delas estrangeiras, que atuam desde o plantio até o beneficiamento. Neste processo, os interesses públicos e privados estão articulados de modo que torna confuso perceber os limites de cada um, “fazendo com que a ordem regulatória local seja constituída de regras formais mais flexíveis para atender, em grande parte, a uma ordem regulatória global, engendradas pelos interesses hegemônicos do capital ligados a agricultura empresarial.” (FONSECA; SILVA, 2009, p.170).

Nos 15 anos de emancipação política e de emergência de localismo, também evidenciamos com base em Fonseca, Silva e Vieira (2010) transformações em relação aos instrumentos de gestão previstos pela Constituição Federal de 1988, os autores consideram que estes são recursos técnicos organizacionais do município e fazem parte das normas regulatórias locais, dentre os quais destacamos: instrumentos de gestão (Lei Orgânica Municipal, Plano Plurianual de Investimentos, Leis de Diretrizes Orçamentárias) e, referentes à gestão urbana, (Código de Postura, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei de Parcelamento do solo).

Além disso, observamos a densidade dos recursos técnicos informacionais através da informatização do cadastro imobiliário e do sistema de arrecadação de Imposto Sobre Serviços (ISS). Estes mecanismos tornam mais rápidos e eficientes a arrecadação dos impostos, assegurando celeridade aos processos enquanto especificidade do local. Nesse contexto, a prefeitura, também mantém uma página oficial na rede mundial de computadores, dessa maneira, o poder público local dispõe de um canal de comunicação que apresenta as riquezas do local, facilitando a transmissão de informações para a população municipal e sendo, também, uma importante ferramenta a favor do *marketing* territorial.

As condicionantes socioeconômicas apresentadas nos permitem avaliar o localismo de LEM em relação à tendência descentralizadora que se caracteriza pela

ampliação das decisões e ações para o âmbito municipal. Esta interpretação do localismo é produto da crença, unânime durante a década de 1980, de que esta escala é mais exequível para a gestão territorial quando se pretende promover o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.

No caso de LEM, verificamos a ampliação da capacidade do município atender à população mediante as instituições formais que foram criadas, e que impactaram diretamente na oferta de serviços públicos de saúde e educação, embora ainda não tenha alcançado patamares elevados. Contudo, ressaltamos que autonomia destinada ao município no âmbito de federalismo brasileiro permitiu que o poder público de LEM/BA que também representa a iniciativa privada, optasse pela competição ao invés da cooperação. Desta forma o município distanciou-se da crença, comum aos partidos de esquerda na década de 1980, de que a descentralização federativa ampliaria a participação popular nas decisões municipais.

Nesse sentido, retornamos a Fonseca (2013) para refletirmos que a opção dos agentes de LEM/BA por tornar o município competitivo, é um processo fruto da reestruturação capitalista, atrelado à ideia de globalização como explicamos no primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo histórico processo de formação do Estado brasileiro, da redemocratização, da reestruturação do aparelho do Estado e do processo de descentralização.

O fortalecimento das escalas locais, neste contexto, fez emergir dinâmicas localistas diversas e o exemplo de LEM, leva-nos a indicar a necessidade de implementação dos aspectos relacionados à criação e ampliação dos espaços democráticos, deliberativos, acessíveis a todas as camadas da sociedade. Somente desta forma poderíamos pensar em governança e em desenvolvimento socioambiental equivalente ao dinamismo econômico.

Em conjunto, as iniciativas fizeram emergir no município de Luís Eduardo Magalhães/BA um tipo de localismo verticalizado, no qual os agentes buscam fortalecer o município frente ao contexto competitivo global, através da criação de estratégias que visam a visibilidade aos recursos do território. A capacidade de o município atender à população mediante a criação e/ou fortalecimento das instituições formais, somadas a existência de um número significativo de conselhos não são suficientes para pensarmos na ideia de governança.

Por fim, lembramos que este exemplo é um particular, pois foi construído de acordo com os interesses dos seus agentes. Ou seja, o resultado da análise não se constitui uma regra que possa ser aplicada a outras realidades.

4.2.1 As transformações socioeconômicas e espaciais vinculadas à Bahia *Farm Show*

A nossa compreensão sobre a relação entre a Bahia *Farm Show* e as transformações socioeconômicas e espaciais do município de LEM, foi possível mediante o trabalho de campo, a avaliação do projeto da Exposição, Negócios e Entretenimento de Luís Eduardo Magalhães (EXPOLEM), a consulta a jornais locais e regionais e a apreciação dos estabelecimentos comerciais e industriais associados à ACELEM, junto à Receita Federal. Além disso, consultamos o trabalho de Almeida (2009) a fim de compararmos o avanço da atividade comercial e industrial no município entre 2007 e 2015. A sistematização desta discussão tem por base três proposições listadas a seguir:

1. O evento BFS desloca para a cidade um grande número de pessoas ligado as empresas expositoras e à organização do evento. Este fator motivou a Associação Comercial e Empresarial de LEM/BA (ACELEM) a realizar um evento paralelo à BFS com a finalidade de aproveitar a oportunidade de negócios.

2. O público da Bahia *Farm Show* demanda uma densa rede hoteleira, por isso, novos empreendimentos têm sido construídos para ampliar o número de leitos.

3. A BFS também é uma estratégia de divulgação do município aos investidores locais, regionais, nacionais e internacionais, assim, novas empresas são constantemente atraídas para LEM e, também, novas são criadas;

Dessa forma, concebemos as transformações socioeconômicas em analogia às ideias de Brás (2008) acerca do impacto do evento/feira de negócio no espaço, levando em conta os aspectos que não se restringem ao tempo do evento. Outras referências marcantes são Braga (2005) e Zanella (2010) a respeito da influência do evento na economia local. Sendo assim, as transformações socioeconômicas e espaciais vinculadas à Bahia *Farm Show*, além de estarem radicadas nas ações políticas voltadas à economia do município, perpassam as ações estratégicas fomentadas pelos agentes locais no processo de construção e consolidação da Feira.

Em relação à primeira proposição, constatamos que, a partir de 2013, por iniciativa da ACELEM e da prefeitura, passou a ser realizado no município um evento concomitante à Bahia *Farm Show*, com o objetivo de impulsionar o comércio local, aproveitando-se do público presente na cidade, atraídos pela BFS. Inicialmente este evento foi denominado Feira de Negócios e Entretenimento (FELEM). A partir da terceira edição passou a se chamar Exposição, Negócios e Entretenimento de Luís Eduardo Magalhães (EXPOLEM).

De acordo com um dos entrevistados, a feira preencheu uma lacuna que existia em relação à especificidade e o horário da BFS, uma vez que, a Feira é diurna, fator que impede a visita da maior parte da população local e os produtos em exposição são específicos para o agronegócio. Na imagem 07 notamos a tônica fundamental da EXPOLEM.

Figura 07 – Apresentação da FELEM / EXPOLEM - 2015



Fonte: Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães/BA.

O slogan “O que faltava no período da Bahia *Farm*”, evidencia a interdependência entre os dois eventos, colocando a BFS como fator motivador para a criação da EXPOLEM. Dessa maneira, a Bahia *Farm Show* desencadeou transformações econômicas por impulsionar o comércio local e social em função das opções de lazer que a EXPOLEM proporciona aos moradores da cidade.

A EXPOLEM de 2015, segundo a ACELEM, contou com 14 barracas padronizadas de 5x5 m destinadas à venda de alimentos; 01 praça de alimentação com capacidade para 1.200 pessoas; 140 stands de 3x3 m; 01 palco para *shows* de artistas regionais e nacionais; parque de diversão e cinema. O evento aconteceu na Praça dos Três Poderes e, de acordo com informações da prefeitura, movimentou cerca de R\$ 5 milhões de reais em cinco dias de evento, contando com um público de aproximadamente 50 mil pessoas.

Na figura 08 apresentamos a planta da EXPOLEM, com o intuito de evidenciarmos a estrutura montada para o evento.

Figura 08 - Estrutura da EXPOLEM - 2015



Fonte: Blog de notícias Sigi Vilares (2015).

Acerca da segunda proposição, o trabalho de campo nos permitiu observar que o setor hoteleiro de Luís Eduardo Magalhães, apesar de conter 08 hotéis segundo dados da ACELEM, não é suficiente para atender a demanda pelo serviço durante a BFS. Por isso, uma parte considerável dos visitantes atraídos pelo evento fica hospedada em Barreiras, apesar da distância entre as duas cidades ser de aproximadamente 100 km. Assim, para atender a demanda excedente, novos empreendimentos hoteleiros estão sendo construídos na cidade de LEM/BA, como podemos perceber na figura 09.

Figura 09 - Construção de novos empreendimentos hoteleiros em LEM/BA - 2015



Fonte: Jornal Gazeta News (2015).

Na reportagem da figura 09, veiculada no jornal *Gazeta News* em junho de 2015, é apresentada a chegada do hotel Ibis pertencente à rede *Arccor*, transnacional francesa. Trata-se de uma rede hoteleira, categoria três estrelas, presente nas principais cidades do mundo, e, diante da pujança do município, concluiu ser comercialmente viável construir uma filial na cidade. Isso demonstra que é coerente atrelarmos o evento BFS às transformações socioeconômicas e espaciais que constituem a dinâmica localista de LEM/BA.

Para apreciarmos a terceira proposição, recorremos ao trabalho de Almeida (2009), no qual a autora avalia a função de LEM na rede urbana e conclui que a cidade cumpre uma função central na gestão do território. Neste contexto, a autora considera que a indústria, a agricultura e o comércio são agentes de gestão do território, responsáveis por alterar a configuração espacial no tocante à rede urbana e à área de influência da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA. Assim, a concentração de serviços, indústrias e equipamentos, somada a sua centralidade, permite que a autora classifique a cidade como centro especializado voltado ao agronegócio e um centro de gestão do território em virtude das práticas dos seus agentes que transformam as formas espaciais.

O percurso que possibilitou as conclusões da autora inclui o levantamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do município, seguido da sua classificação de acordo com o padrão de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) segundo orientação do IBGE e da Receita Federal. Dessa maneira, Almeida (2009) apresentou o número de estabelecimentos ligados a cada uma das seções CNAE em relação ao ano de 2007. A nossa proposta é comparar os números identificados em 2007 com os atuais, 2015, a partir da lista de empresas associadas à ACELEM. De posse desta lista contendo 545 empresas, pesquisamos no endereço eletrônico da Receita Federal qual a atividade de cada uma delas, utilizando o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Ressaltamos que não foi possível conhecer as atividades desenvolvidas por 54 empresas, por esta razão apenas 491 estão relacionadas na tabela 07.

Tabela 07 - Empresas comerciais, industriais e de serviços em LEM/BA, conforme classificação por seções CNAE - 2007 e 2015

CLASSIFICAÇÃO POR SEÇÕES CNAE	QUANTIDADE EM LEM	
	2007	2015
Agricultura, Pecuária, produção florestal, Pesca e Aquicultura	01	11
Indústrias extrativistas	0	0
Indústria de transformação	11	40
Eletricidade e Gás	03	0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	02	0
Construção	06	20
Comércio: recuperação de veículos automotores e motocicletas	272	250
Transporte, armazenagem e correio	07	19
Alojamento e alimentação	17	24
Informação e comunicação	09	07
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	08	06
Atividades imobiliárias	14	19
Atividades profissionais, científicas e técnicas	20	22
Atividades administrativas e serviços complementares	07	23
Administração pública e seguridade social	0	0
Educação	08	24
Saúde humana e serviços sociais	06	12
Artes, cultura, esporte e recreação	05	04
Outras atividades de serviços	12	10
Serviços domésticos	05	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0
TOTAL	413	491

Fonte: Almeida, 2009; ACELEM.
Adaptação e atualização: Lima (2015).

A comparação entre a situação verificada por Almeida (2009) e os dados de 2015 nos permite concordar com a autora que apesar de pouco tempo de emancipação política o comércio especializado de LEM é expressivo em virtude das exigências do agronegócio. A tabela 09 evidencia que entre 2007 e 2015 o aumento mais expressivo no número de empresas ocorreu no item agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (01 para 11), seguido pela indústria de transformação (11 para 40).

Estas constatações podem ser encaradas como resultado das ações de promoção, divulgação e venda do território apontado por Fonseca, Silva e Vieira (2010), afinal o crescimento do setor agrícola ocorre em função do aumento da produtividade obtida pelo emprego de tecnologia, mas também em função de novos investimentos realizados na compra de terras e expansão das áreas de produção. O mesmo acontece em relação à produção industrial, uma vez que conforme discutimos anteriormente há um empenho significativo por parte do governo municipal para ocupar todos os espaços do Centro Industrial do Cerrado (CIC).

Em relação aos empreendimentos empresariais voltados à construção, subiu de 06 para 20. Esta seção CNAE, em LEM, compreende empresas de construção de edifícios, manutenção e instalação elétrica e, principalmente empresas incorporadoras que atuam na compra de lotes para exploração imobiliária. A atuação deste setor justifica a expansão e densificação que tem ocorrido no espaço urbano de LEM. Também se destacaram os setores de transporte, armazenagem e correio (07 para 19), com destaque para empresas responsáveis pelo transporte de mudanças e, educação que de 2007 a 2015 obteve um acréscimo expressivo no número de estabelecimentos privados. Incluindo creches, escolas de ensino fundamental e médio, centro de formação de condutores e faculdades, o número saltou de 08 para 24. Em relação à saúde e serviços sociais, verificamos que o número de estabelecimentos dobrou.

Portanto, inferimos que no município de LEM além das atividades econômicas ligadas ao agronegócio movimentarem intensamente a economia, atraíram novos moradores, promoveram o crescimento populacional em o ritmo acelerado e, assim, impulsionaram novos setores a exemplo da construção, comércio, educação atividades técnicas, etc. Vale lembrar que o poder de atração de investimentos de LEM continua promovendo o aumento do número de empresas e conseqüentemente o crescimento econômico do município.

4.3 Transformações espaciais em Luís Eduardo Magalhães/BA

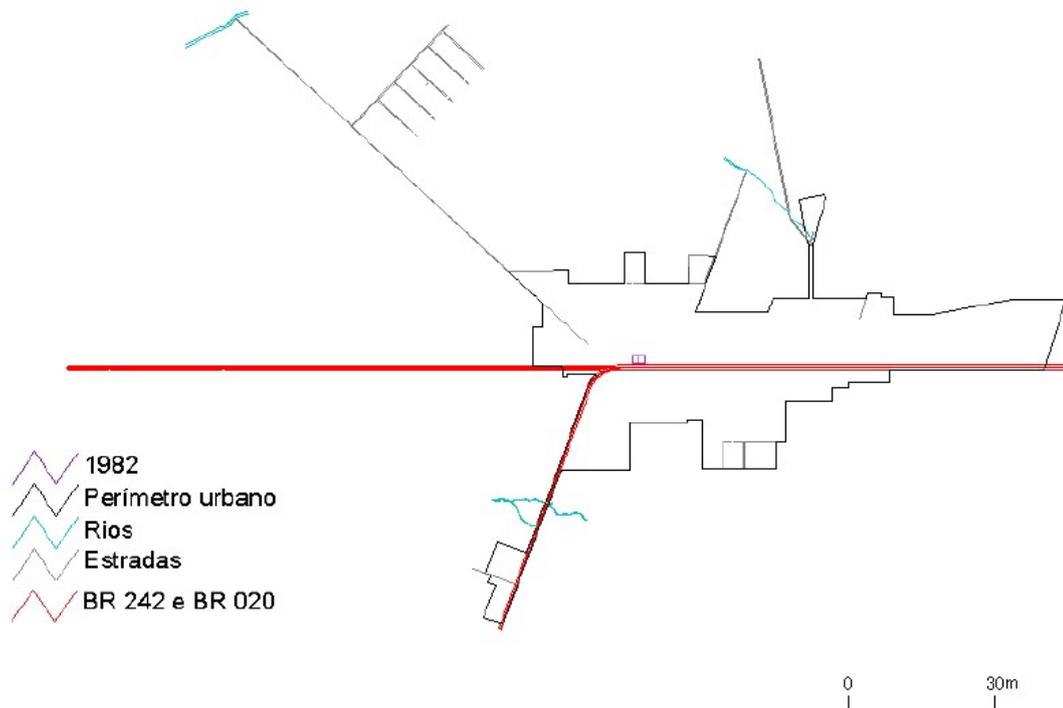
No contexto das transformações espaciais, a discussão seguinte especifica a questão urbana configurada no interior da dinâmica localista. A inter-relação fundamental que podemos estabelecer entre esta e o exposto nas seções anteriores, pode ser sintetizada da seguinte forma: o tipo de localismo que tem emergido no município realça, no plano político e econômico, a competitividade responsável pela instalação de novas empresas agrícolas, industriais e comerciais no município. Por sua vez, a cada ano os novos estabelecimentos geram um número significativo de empregos, atraindo imigrantes para local e, assim, o estímulo a expansão urbana tem sido constante em virtude da abertura de lotes para a construção de novas moradias.

Para melhor compreendermos a dinâmica do espaço urbano da cidade de LEM, partimos da pesquisa realizada por Santana (2008), que destacou as normas formais relacionadas ao ordenamento do espaço urbano de LEM, enfatizando perímetros e zoneamentos definidos com base em instrumentos legais desenvolvidos para minimizar conflitos na medida em que define como deve ocorrer o uso e a ocupação do solo urbano. De acordo com a autora, os agentes de LEM reorganizam o espaço através da contínua incorporação de novas áreas e da densificação do uso do solo, tendo como protagonistas o poder econômico, formado por proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção e os promotores imobiliários.

Com base nas informações dos relatórios do Plano Diretor do município de Luís Eduardo Magalhães (Lei nº 255 de 2007), a autora analisou a expansão urbana a partir de uma periodização dividida em seis fases: 1982; 1983-1987; 1988-1992; 1993-1997; 1998-2002 e 2003-2008. Assim, a autora elaborou um conjunto de mapas que demonstram claramente o acelerado ritmo de crescimento da cidade a partir da expansão das áreas de ocupação.

Com base em Santana, apresentamos os mapas a seguir com a finalidade de demonstrarmos a expansão urbana na cidade de LEM/BA, chamando atenção para a intensidade da ocupação do perímetro urbano em curtos espaços de tempo. Observemos o mapa 10 que apresenta a configuração espacial do período em que os primeiros migrantes começaram a chegar e se fixaram no entorno do posto de combustível atualmente que atualmente chama-se Porto Brasil.

Mapa 10 - Espaço urbano de LEM - 1982



Fonte: Santana (2008).

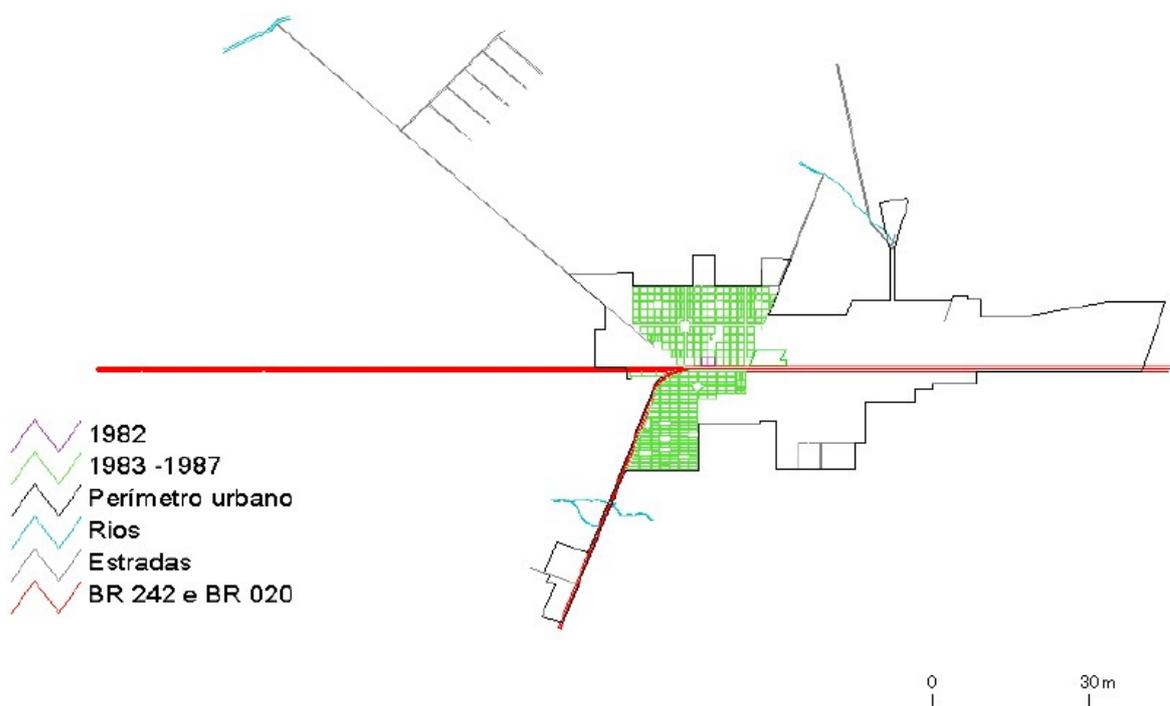
O mapa mostra que em 1982, apenas alguns loteamentos haviam sido implantados no entorno do Posto e, de acordo com Santana (2008), estes se limitavam entre as rodovias federais 020 e 242 e as fazendas que desenvolviam atividades agroindustriais.

O mapa 11 demonstra uma realidade bem diferente indicando que, no intervalo de quatro anos, a área urbana mais que dobrou, em consonância com o intenso fluxo de migração que chegaram ao oeste da Bahia, mas especificamente no então Mimoso do Oeste durante a década de 1980, por intermédio do PRODECER-II. A autora afirma que inicialmente foram implantados

O loteamento Rancho Grande em 1984 (que em 1986 passou a se chamar Mimoso do Oeste) em uma área de cerca de 380 ha; a Cooperativa Agrícola Cotia, armazéns de estocagem de grãos e sementes, numa área de cerca de 20000m², junto a Rodovia BR-242; o Loteamento Santa Cruz I, numa área de cerca de 86 ha da Fazenda Santa Cruz; a Cargil Agrícola – armazenamento de grãos, numa área de cerca de 10 ha junto ao entroncamento rodoviário das BRs 242 e 020; e a ampliação do Loteamento Santa Cruz II numa área de cerca de 164 ha (SANTANA, 2008, p. 23).

Na década de 1980 era clara a intensa transformação que vinha ocorrendo no espaço através da construção de residências e instalação de indústrias às margens da BR – 020. Assim, no mapa 11 podemos perceber que entre 1983 e 1987 a expansão urbana acelerou-se ocupando uma grande extensão latitudinal a partir do Posto de combustíveis. No mapa 11 toda área na cor verde indica a mencionada expansão.

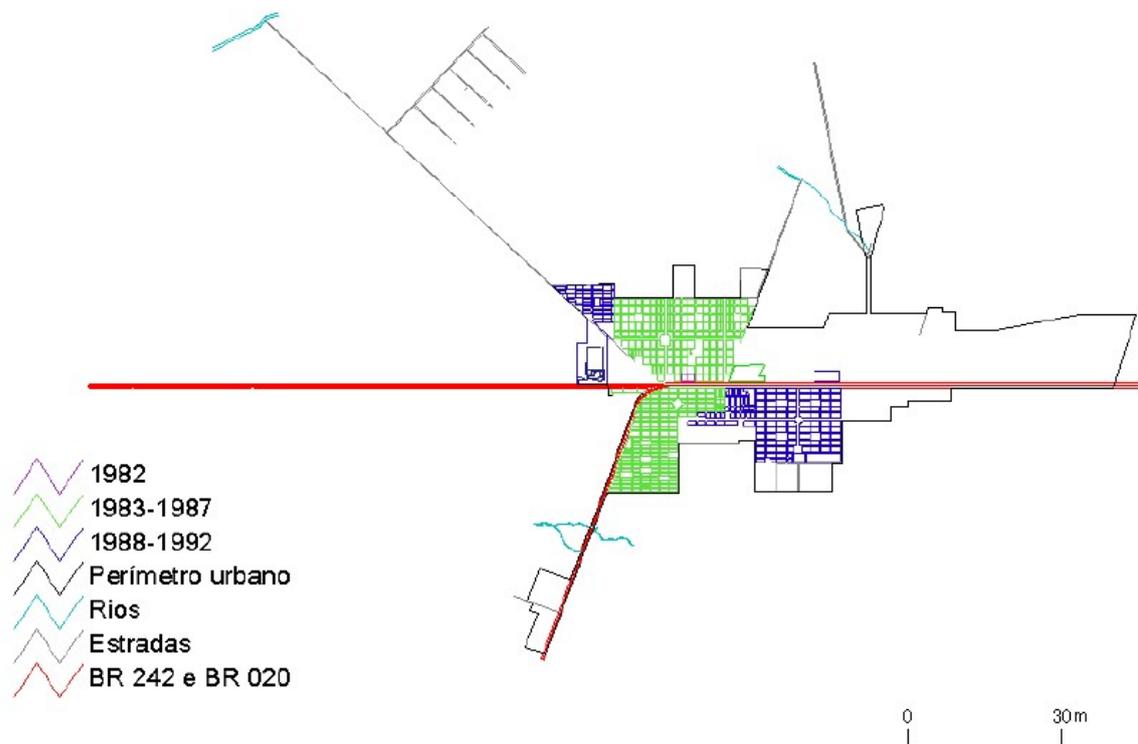
Mapa 11 - Expansão urbana de LEM - 1983 – 1987



Fonte: Santana (2008).

O mapa 12 referencia o período compreendido entre 1988 e 1992. Neste contexto, de acordo com Santana (2008) o destaque é a implantação dos loteamentos Jardim Paraíso e Santa Cruz III, que aparecem na cor azul.

Mapa 12 - Expansão urbana de LEM - 1988 – 1992

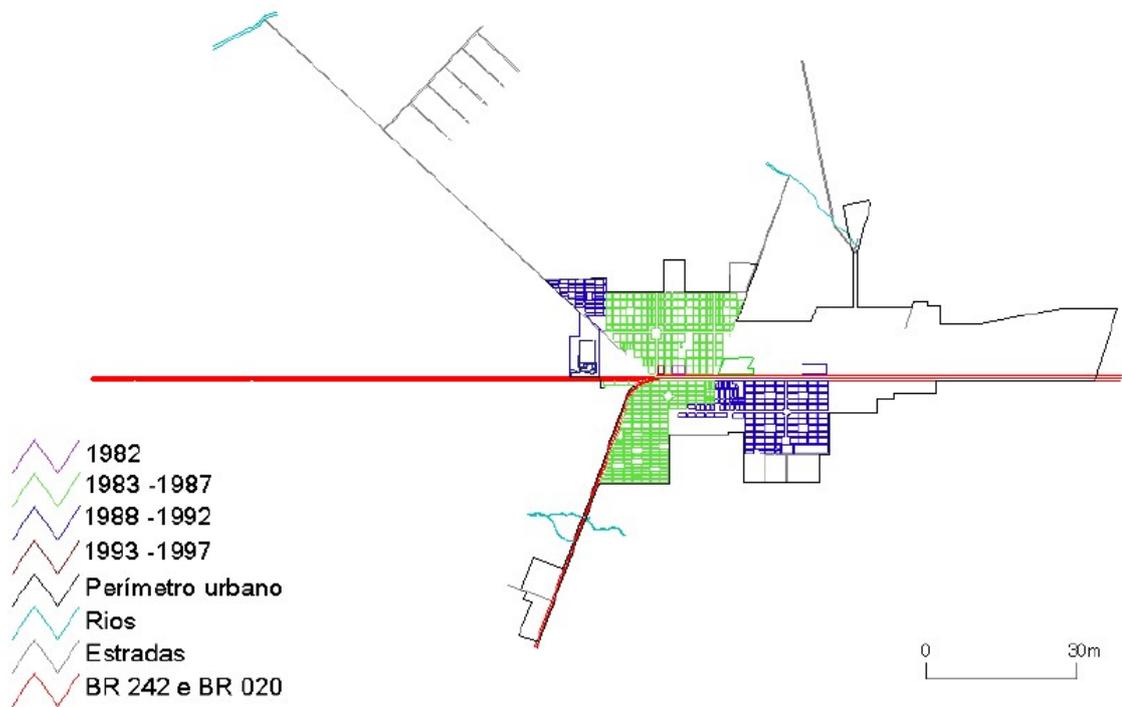


Fonte: Santana (2008).

No período representado no mapa 12 também se destacam a ampliação do loteamento Mimoso do Oeste III e a implantação de dois empreendimentos industriais: a Ceval Agrícola (atual Bungue) e a Galvani Fertilizantes (SANTANA, 2008, p.24).

Nos mapas 13 e 14 observamos a expansão urbana do período em que ocorreram as principais transformações no âmbito da política. Mimoso do Oeste passou a se chamar Luís Eduardo Magalhães, o povoado tornou-se distrito, emancipou-se e passou a instituir os instrumentos de regulação do espaço urbano a nível local. Neste contexto, além de migrantes de outros estados, começam a chegar ao distrito um elevado número de pessoas de outras regiões da Bahia em busca de trabalho nas fazendas.

Mapa 13 - expansão urbana de LEM - 1993 – 1997



Fonte: Santana (2008).

No mapa 14 percebemos que de 1997 a 2002 toda área que margeia a BR-020 foi ocupada por residências e, sobretudo estabelecimentos comerciais destacados na cor amarela.

Mapa 14 - expansão urbana de LEM - 1998 – 2002

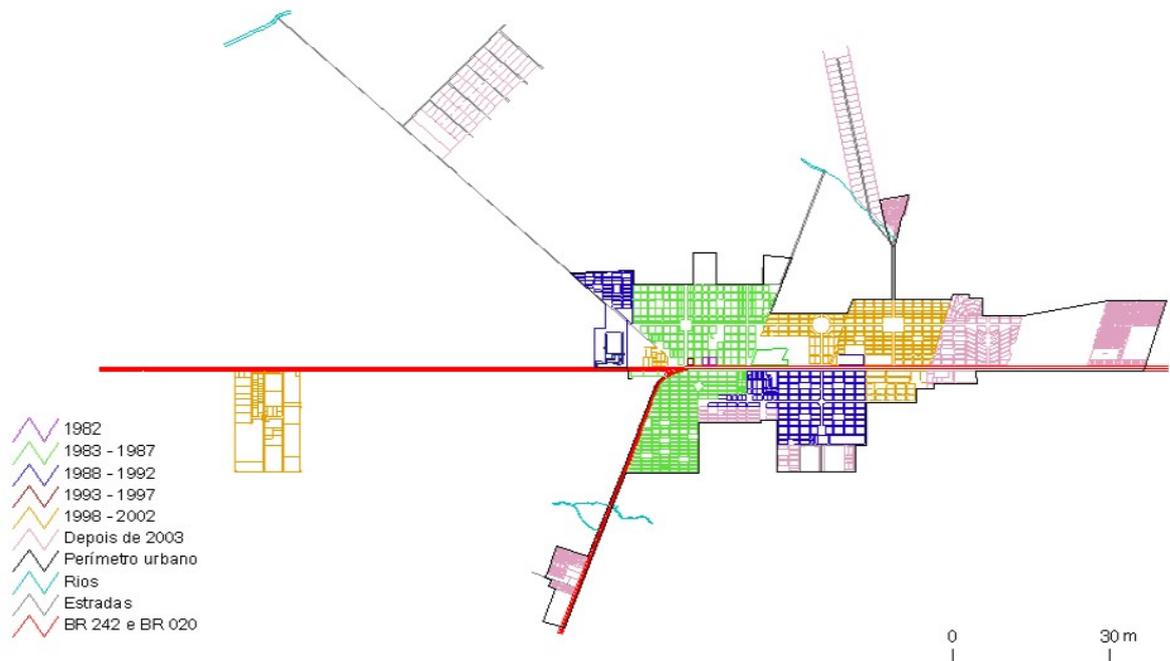


Fonte: Santana (2008)

Este período também coincide com a criação do Centro Industrial do Cerrado, mais um importante vetor para o crescimento econômico local. De acordo com Santana (2008, p. 42), “a partir da análise da evolução urbana do município ficou evidente a participação do setor imobiliário e do industrial na estruturação do espaço urbano de LEM, pois foram eles que definiram e orientaram os vetores de crescimento urbano”.

No mapa 15, observamos que as diferenças apresentadas dizem respeito à densificação da ocupação nas áreas distantes do centro. De acordo com a autora, a continuação da expansão urbana é marcada pela verticalização.

Mapa 15 - Expansão urbana de LEM - 2003 – 2008



Fonte: Santana (2008).

A expansão urbana de LEM é contínua, e vale ressaltar que o processo de urbanização tem sido acompanhado pelo fenômeno da segregação sócioespacial. Avaliando este quesito, Valois Filho (2011, p.192) destacou que em LEM/BA, uma cidade do agronegócio,

Desde sua gênese, enquanto aldeia urbana, a fragmentação urbana sempre norteou as ações dos agentes. Tais agentes exercem um controle mútuo sobre a cidade, uma vez que são os detentores dos meios de produção agrícola, os agentes imobiliários e exercem o controle sobre o Estado, moldando o espaço intraurbano ao seu bel prazer, tornando-o cada vez mais segregado.

Durante o trabalho de campo, observamos que esta diferenciação espacial aparece de forma nítida na paisagem da cidade. Enquanto as áreas centrais e de importância para órgãos públicos ou privados possuem pavimentação asfáltica, nas áreas periféricas as ruas não são pavimentadas.

No mapa 16, identificamos na cor laranja a expansão da cidade entre 2008 e 2014, com destaque para a ampliação dos bairros existentes.

Mapa 16 - Expansão urbana de LEM - 2008 – 2014



Fonte: Santana, (2008) e Plataforma ArcGIS <endereço eletrônico>.
Adaptação: Reis (2015).

No processo de produção do mapa 16, percebemos que a expansão urbana atualmente ocorre de forma aleatória, ou seja, sem o devido acompanhamento por parte do poder público, inclusive em dezembro de 2015, no endereço eletrônico da prefeitura de LEM foi publicada a informação de que o prefeito realizou um mutirão de escrituração das novas residências. Isso significa que as novas construções não seguiram as orientações do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município.

Também observamos que a expansão tem ocorrido nas áreas periféricas da cidade. Estas novas construções estão exercendo pressão sobre a planície de inundação do rio Cabeceiras de Pedra, localizado a sul do centro da cidade. Também concluímos que persiste o processo de densificação e verticalização nas áreas centrais.

Compreendemos que a dinâmica do espaço urbano de LEM corrobora para a apreensão do dinamismo local, evidenciando a rapidez e intensidade dos processos em consonância com a pujança econômica e a flexibilidade adotada no âmbito da

política municipal. Estas são especificidades do localismo do município e, por isso, propomos que qualquer análise realizada sobre o local considere que a emergência do localismo, possibilitada por um conjunto de condicionantes oriundas de diferentes escalas e contextos temporais, são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento urbano de LEM/BA

Portanto, as transformações socioeconômicas e espaciais observadas em LEM estão relacionadas ao contexto localista, uma vez que são desdobramentos das ações adotadas pelos agentes locais. Na medida em que o município creceu economicamente, impulsionou o crescimento da demanda por mão de obra para ocupar os diversos setores da economia. Assim, trabalhadores interessados em ocupar os postos de trabalho na agricultura e na indústria migraram para o município acompanhado por suas famílias. Isso gera a necessidade do poder público local providenciar o atendimento nos setores de saúde, educação, saneamento, segurança e lazer. Inaugura-se, portanto um conjunto de novos postos de emprego, sobretudo por profissionais especializados e, desta forma, entendemos que a dinâmica localista voltada à competitividade potencializou todo este processo de modo que LEM/BA se diferencia em relação aos municípios do oeste da Bahia.

No município, tanto os aspectos sociais e econômicos quanto o espaço urbano refletem a dinâmica localista que teve início com a chegada dos primeiros migrantes sulistas, que, posteriormente, tornaram-se agentes locais. A intensidade e o ritmo dos acontecimentos no âmbito local são típicos de uma realidade efetivamente globalizada e, neste contexto, a Bahia *Farm Show* vem contribuindo para a construção do espaço de fluxo e para o avanço da ocupação urbana na medida em que serve de instrumento de divulgação das potencialidades do município que, continuamente, atrai novos empreendimentos industriais e comerciais, além de migrantes dispostos a fixar moradia em LEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos questões importantes ligadas à produção do espaço, tomando por base a escala local em interação com as demais, especificamente o município de Luís Eduardo Magalhães/BA, sobre o qual refletimos os agentes e as ações políticas e econômicas que fundamentam o localismo que tem emergido a partir dos anos 2000 em um dos mais recentes municípios brasileiros.

Partimos da temática da globalização e apontamos os processos e as ideologias imbricados na construção deste fenômeno que trás implicações para as investigações científicas desenvolvidas na contemporaneidade. Neste contexto, alguns estudos sugeriram que o mundo havia se tornado homogêneo e, portanto, livre das fricções espaciais e das diferenças políticas, socioeconômicas e culturais. No entanto, o estudo revelou que, na verdade, a globalização enquanto processo capaz de homogeneizar o mundo tornando-o análogo a uma aldeia, a Aldeia Global, é uma explicação intencional apoiada nos avanços tecnológicos advindos da Terceira Revolução Industrial ocorrida na década de 1970 e na expansão capitalista, apropriados politicamente pelos governos dos países de capitalismo avançado e aplicados na defesa dos interesses do capital.

Assim, em se tratando da escala global, compreendemos a construção da ideia de globalização, sua tendência à homogeneização e de que forma isso intensificou os ideais expansionistas do capitalismo, para assim obtermos clareza em relação à existência de diferenciações na constituição do espaço geográfico mundial. Afinal, a globalização, enquanto processo homogeneizador, camufla os nacionalismos, os novos processos de regionalizações, os novos regionalismos em fase do advento do capitalismo financeiro, do cosmopolitismo e da cultura universal.

Por isso, inspirados em muitos autores, rechaçamos a ideia de homogeneização revelando o funcionamento da globalização, a des-ordem mundial, o contexto competitivo global e a dialética globalização-fragmentação. Este percurso colaborou para concluirmos que, no mundo globalizado, a lógica zonal convive dialeticamente com a lógica reticular e isso tem gerado uma ampla produção de diferenciações espaciais que têm sido analisadas por muitos estudos, nos quais, a seleção da escala geográfica mais adequada para a análise, se dar em consonância

com os processos que constituem a realidade investigada. Assim, reconhecemos que as discussões alternam-se entre as escalas global, nacional, regional e local.

Refletir a globalização de par com a fragmentação é uma opção coerente com a dinâmica do espaço geográfico contemporâneo, pois o termo fragmentação, ao ser empregado nos estudos geográficos, denota prática espacial. Neste contexto, evidenciamos que a dialética globalização-fragmentação explica fenômenos e processos que tem ocorrido diante contexto competitivo global, e, assim, tornou possível a compreensão de que ações realizadas por agentes específicos em uma determinada escala poderão integrar ou desintegrar uma determinada realidade da dinâmica da globalização, sobretudo no seu viés político e econômico.

Por ser a escala local o foco da análise, tomamos por base estudos desenvolvidos a partir da década de 1970 sobre a redescoberta do local e concluímos que, desde este período, tanto as ações dos governos e agentes locais quanto os movimentos emergentes nesta escala passaram a ser analisadas frente à globalização. Dessa maneira, muitas vezes, o local foi tomado como ponto funcional dos processos globais, mesmo quando alguns estudos conceberam o local como expressão da singularidade, prevaleceu o viés econômico e esse fato esconde a possibilidade das contingências locais. Porém esta premissa não deve ser tomada como verdade absoluta, pois os locais não estão inertes diante dos processos globais, na verdade através dos agentes localizados, têm sido adotadas iniciativas que têm assegurado/ressaltado a particularidade do local.

Na lista de movimentos e ações localistas podemos inclui: a) fortalecimento dos governos locais, traduzido em novas atribuições e maior autonomia no gerenciamento das políticas públicas; b) identificação e revisão do papel exercido pelas cidades mundiais no mundo, com vistas para a consideração do seu protagonismo e redefinição da sua forma de governo dada a relevância deste “local” no contexto de globalização; c) a atuação de grupos sociais, tendo uma conotação de auto-afirmação frente aos processos globais.

Dessa maneira, nos dedicamos à reflexão sobre o conceito de localismo que em síntese trás em sim a multiescalaridade condizente com o contexto da globalização, as nuances dos processos de fragmentação e tem a ver com as novas conjunturas da escala local. No Brasil, o conceito de localismo está presente nas análises que ressaltam o aspecto político do espaço e designa ações e movimentos emergentes a partir da década de 1980 quando no território nacional, através da

mais recente Constituição Federal, entra em vigor novas diretrizes para o arranjo federativo e dar-se inicia ao processo de descentralização. De uma forma geral, o conceito de localismo enquanto movimento, explica questões locais emergentes no contexto de globalização a exemplo de:

- Movimentos universais de contestação da globalização;
- Novas identidades regionais, nacionais e locais, pois os locais trazem em si as contingências, a solidariedade, as identidades, as relações face a face e a proximidade;
- Lutas socioambientais em favor da dignidade humana;
- Respostas locais dadas à tendência à homogeneização do espaço mundial pretendida pelo capitalismo;
- Secessão e exigência de autonomia local em proteção das minorias étnicas, bem-estar social e valores ambientais, pois, diante dos processos globais, o “negócio é ser pequeno”;
- Negação ao cosmopolitismo pregado pela globalização, apelo ao resgate da particularidade;
- Preservação das relações cotidianas no ritmo da proximidade;
- A crença de que a referência e a afetividade estão localmente posta, pois a vida é localizada;
- O engajamento das cidades globais na competição internacional;
- Redirecionamento dos governos locais frente ao Estado;
- Estímulo à repolitização do local e valorização dos governos locais.

Esta é uma visão mais geral sobre localismo, que resulta de análises que sobrevalorizam a globalização, colocando os acontecimentos locais como consequentes deste processo, portanto, são visões globalistas. Além disso, não há indicação clara de que estes movimentos tenham emergido em uma escala geográfica local. Esta compreensão de localismo aplica-se à contestação da globalização e seu caráter homogeneizador, inevitável e incontrolável, sem preocupar-se com a avaliação da escala local diante das dinâmicas globais.

Concluimos que na discussão sobre o localismo é preciso contemplar as consequências da valorização da micro-escala do poder (o município) no âmbito do federalismo brasileiro. Assim, o localismo é movimento e também são ações fundamentadas no território de alguns municípios brasileiros, de acordo com os

interesses e a atuação de determinados agentes. O movimento e as ações podem estar voltados à busca pela visibilidade local, à cooperação intermunicipal, à competição onde os vínculos verticais se acentuam ou podem corresponder à construção de horizontalidades no sentido político que é quando o município ao se beneficiar com processos de descentralização que lhes atribuiu um conjunto de novas funções cria mecanismos de participação e decisão da população em relação a temas que afetam o seu cotidiano.

As duas possibilidades de emergência de localismo (uma geral, outra específica) têm em comum onexo local-global, o processo de reestruturação capitalista, os ajustes no arranjo federativo, as influências da escala nacional, estadual, regional e a ênfase nas ações locais. Por isso, dizemos que a realidade é multiescalar, pois há uma imbricação de processos oriundos das diversas escalas, conformando uma atmosfera favorável à emergência de localismos que se diferenciam de local para local em relação aos objetivos, condicionantes e estratégias adotadas pelos agentes.

Na Bahia, identificamos a emergência de localismo no município de Luís Eduardo Magalhães, onde, além dos aspectos citados, o movimento e as ações localistas estão relacionados ao processo de modernização e expansão da agricultura científica globalizada nas áreas originalmente ocupadas pelo bioma cerrado. Isso resultou na formação de um grupo social diferenciado, considerado agentes no contexto localista de LEM/BA. Estes agentes, compõem um grupo político e econômico formado por migrantes de outros estados do Brasil, atraídos para o local pela possibilidade de realizar investimentos no ramo do agronegócio. Eles possuem um perfil empreendedor, primeiro pela predisposição em realizar vultosos investimentos na compra de terras e na aquisição de todo tipo de tecnologia agrícola visando o crescimento econômico e, segundo, por ser bastante atuante politicamente.

O localismo do município emergiu logo após a emancipação municipal ocorrida em 2000 a partir da formulação de um conjunto de iniciativas visando divulgar o município para grupos empresariais no cenário nacional e internacional. Neste ínterim, ações de promoção, acessibilidade e incentivo ao uso do território contribuíram para a emergência de um localismo voltado à aproximação de LEM com as escalas nacionais e globais, inibindo, até certo ponto, a cooperação local-local. Por isso definimos que o localismo de LEM/BA envolve prioritariamente

vínculos verticais, sobretudo quando a Feira de Tecnologia Agrícola / Bahia *Farm Show* é concebida como ação estratégica para o localismo e tomada por base para a interpretação da dinâmica localista.

A Bahia *Farm Show* é um evento ligado ao agronegócio que sinaliza claramente as práticas da economia capitalista no espaço. Ao mesmo tempo, o evento é expressão do localismo e ação estratégica para a divulgação das vantagens do território. O evento também se projeta como cenário para as articulações políticas estabelecidas entre agentes econômicos ligados ao agronegócio e lideranças políticas representantes de todas as esferas do governo.

Esta articulação tem-se mostrado eficaz na medida em que as negociações têm sido revertidas em ganhos infraestruturais para os agentes econômicos da região oeste da Bahia. Neste ponto, ponderamos sobre a impossibilidade da governança envolvendo os diversos setores e agentes locais ou da efetivação do compartilhamento dos processos decisórios no município, pois conta com a participação somente dos segmentos políticos e econômicos, a população em geral não está representada nos debates entre agentes políticos/econômicos e governo (local, estadual, nacional). Indicamos que é necessário que haja a abertura para as demandas de outros grupos, pois, nestes momentos, os governos se mostram bastante solícitos e eficientes no atendimento das demandas, logo, se de par com as reivindicações do grande produtor, também forem apresentadas as necessidades dos agricultores familiares, abrir-se-á espaço para a realidade múltipla e diversa do município.

No município, observamos uma intrínseca relação entre poder público e poder econômico no processo de construção e consolidação da Bahia *Farm Show*. Este é constituído pelas seguintes ações: a realização da Festa da Colheita, formação do grupo de trabalho denominado embaixadores de LEM, elaboração de material de apresentação de LEM para a equipe organizadora da Agrishow, visita à Agrishow, recepção aos organizadores da Agrishow em visita à LEM, criação da Bahia *Farm Show*, transferência da organização do evento/feira do poder público para a iniciativa privada e aquisição da área que corresponde ao Complexo Bahia *Farm Show*, sede do evento.

Outras ações foram empreendidas em parceria com governo estadual e com políticos estaduais e nacionais, a saber: contratação de um estande na Agrishow Ribeirão Preto/SP em 2002, reunião com a Associação Brasileira dos Revendedores

de Máquinas (ABIMAQ), que é organizadora da Agrishow, a realização da Agrishow/LEM em 2004, a participação de lideranças políticas de todas as esferas na Bahia *Farm Show* e as parcerias em torno de temas ligados ao agronegócio.

Após 11 edições, a Bahia *Farm Show* já é um evento consolidado no circuito de feiras do agronegócio do país e no mercado nacional e internacional, com destacada importância em virtude das suas especificidades relativas a lançamento de novidades tecnológicas, o perfil dos frequentadores, pois todos investem fortemente em novos produtos e por ser um evento prioritariamente voltado à realização de negócios. Isso releva que a BFS é uma ação com destacado protagonismo no âmbito do localismo que tem emergido em LEM, contribuindo, assim, para a manutenção dos interesses econômicos, uma vez que é utilizado para fortalecer o projeto político e econômico sobre o qual os agentes estão ancorados.

Neste contexto, foram destacados os meios que dão visibilidade à Feira através da sua transmissão ao vivo por canal fechado, a veiculação através de reportagens exibidas em programas de televisão voltados à agricultura e em telejornais de âmbito regional, estadual e nacional. Quando os organizadores da Feira, que também são os agentes do localismo de LEM, promovem o evento através dos meios de comunicação ou de instrumentos de divulgação próprios, paralelamente, estão promovendo o município

O estudo sobre o evento, também contemplou a problematização e a caracterização do espaço de fluxo no município, tanto em relação à produção destinada às exportações, quanto em relação à presença de empresas importadoras e exportadoras no evento. Desta forma, a aproximação local-global pelo viés da participação de LEM no comércio internacional tem sido conduzida por empresas nacionais que se instalaram no município em razão do conjunto de incentivos dos governos municipal e estadual e, até mesmo, por intermédio de empresas locais criadas pelas famílias de migrantes que chegaram à região a partir de 1970.

O processo de internacionalização em curso conta com a anuência e o incentivo do Estado, seja pelas razões apresentadas, ou pela abertura a negociações de questões que afetam diretamente o produtor e a produção. Entendemos que é necessário que haja uma reflexão crítica por parte do Estado com a finalidade de acompanhar e orientar esta relação econômica, estabelecendo regras mais contundentes em relação ao uso do território, com vistas para a justiça espacial.

Nesta atual circunstancia, as empresas adquirem terras na região e no local a preços baixos, investem na produção agrícola e constroem a estrutura necessária para o beneficiamento do produto antes de enviá-lo ao mercado consumidor nacional e internacional. Logo, um conjunto variado de empresas participa do processo de internacionalização que tem ocorrido no município de LEM, em consonância com o papel atribuído ao Brasil na Divisão Internacional do Trabalho.

Ao mapearmos os fluxos globais através da Bahia *Farm Show*, identificamos a significativa presença de empresas e produtos estrangeiros e, também, de empresas/indústrias nacionais ligadas ao setor agrícola que mantêm relações comerciais com a Europa, Ásia, Oriente Médio, África e Oceania, demonstrando capacidade competitiva do Brasil. Por mais que isso demonstre certa funcionalidade do local em relação ao projeto expansionista do capital, não anula o fato de que as empresas nacionais que expõem na Bahia *Farm Show* foram convencidas pelos agentes locais de que ali haveria possibilidades de fechamento de grandes negócios

O expositor compreende que a Bahia *Farm Show* é também uma forma de potencializar a relação com os produtores, dos quais obtém o *feedback* que incide sobre a melhoria e diversificação dos produtos fabricados.

A existência de um evento/feira de Negócios no Nordeste, especificamente no oeste da Bahia, com características que a aproximam da ideia de novidade de modernidade e riqueza, reitera que os antigos discursos de abandono e atraso a respeito desta porção do território baiano, foram substituídos por uma ideia de progresso, desenvolvimento econômico e integração ao mundo globalizado.

Avaliamos os aspectos concernentes às transformações socioeconômicas alcançados após a emancipação municipal e identificamos o fortalecimento das instituições formais no município e, desse modo, verificamos a ampliação no número de escolas entre 2000 e 2005, em consonância com o acelerado ritmo de crescimento da população, melhorias no sistema público e privado de saúde, crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano municipal, aumento expressivo do PIB, da área plantada, do volume de produção, etc. Toda essa dinâmica nos estimula a afirmar que a economia de LEM consolidou-se no cenário regional, estadual, nacional e internacional.

As condicionantes socioeconômicas nos permitem avaliar o localismo de LEM em relação à tendência descentralizadora e, apesar da ampliação da capacidade do município atender à população mediante as instituições formais que foram criadas, e

que impactaram diretamente a oferta de serviços públicos de saúde e educação, não foi possível afirmar que este viés seja significativo na dinâmica localista. Indicamos a necessidade de criação e ampliação dos espaços democráticos, deliberativos, acessíveis a todas as camadas da sociedade.

A nossa compreensão sobre a relação entre a Bahia *Farm Show* e a dinâmica espacial do município de LEM demonstrou que o evento BFS desloca um grande número de pessoas para a cidade, tanto ligadas às empresas expositoras, quanto voltadas à organização do evento, fato que motivou a associação comercial a realizar um segundo evento no turno oposto, com a finalidade de aproveitar a oportunidade de negócios, aliando-o ao lazer. Além disso, o elevado número de pessoas presentes em LEM durante a semana da Feira demanda uma densa rede hoteleira, por isso, novos empreendimentos têm sido construídos para ampliar o número de leitos, A BFS também é uma estratégia de divulgação do município aos investidores locais, regionais, nacionais e internacionais e, por isso, continuamente, novas empresas são atraídas ou criadas em LEM e esses novos estabelecimentos comerciais e industriais geram novos postos de emprego, que atraem novos migrantes para o município. Os novos moradores, por sua vez, estimulam a construção de novas moradias e, conseqüentemente, a expansão urbana.

Desta forma, inferimos que, no município de LEM, além das atividades econômicas ligadas ao agronegócio movimentarem intensamente a economia, atraíram novos moradores, promoveram o crescimento populacional em ritmo acelerado e, assim, impulsionaram novos setores a exemplo da construção, comércio, educação atividades técnicas,

A expansão urbana de LEM é contínua e, nos últimos anos, tem ocorrido de forma aleatória, ou seja, sem o devido acompanhamento por parte do poder público, segundo orientação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município. Portanto, a dinâmica do espaço urbano de LEM corrobora para a apreensão do dinamismo local, evidenciando a rapidez e intensidade dos processos em consonância com a pujança econômica e a flexibilidade adotada no âmbito da política municipal.

Os resultados expõem como se constrói uma dinâmica localista deixando claro o quão decisivo são os agentes e suas ações para a produção do espaço. O mesmo grau de relevância pode ser atribuído para a política enquanto mecanismo de transformação e definição da trajetória de uma determinada população. Se o

mesmo afinco dispensado à conquista de incentivos e soluções para o agronegócio fosse empregado para outras demandas da sociedade, boa parte dos problemas recorrentes, já teria sido superada.

A análise do localismo e da Bahia *Farm Show* como constituinte do espaço trás contribuições significativas para a ciência geográfica na medida em que apresenta um modelo de análise que pode ser empregado a outras investigações, por apresentar uma leitura rica e profunda do município elencando os princípios fundamentais para a construção da dinâmica local. Portanto esperamos que outras discussões tomando por base o município, os agentes/ações, os meios, os fluxos e as transformações socioeconômicas e espaciais sejam desenvolvidos com a finalidade de complementar o conhecimento da população sobre o seu espaço e que, a partir de todo conhecimento possam definir condutas bem como elaborar propostas de intervenção e transformação visando à governança e a justiça espacial.

REFERÊNCIAS

ABIMAQ. Primeira edição em Luís Eduardo Magalhães. **Informativo mensal**. 2004. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/>. Acesso em jul. 2015.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 77 – 125.

_____. ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, USP, 1998.

AFFONSO, Rui de Britto Álvares. A federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.) **A Federação em Perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 57 – 75.

AIBA, **Informaiba**. 2008-2016. Disponível em: <http://aiba.org.br>. Acesso em: 28 jun 2015 – 04 mar. 2016.

_____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. 2011-2015. Disponível em: <http://aiba.org.br>. Acesso em: 28 jun 2015 – 12 dez. 2016.

ALMEIDA, Tamires Sousa de. **A cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA como centro de gestão do território**. 2009. p. 51. Monografia (graduação bacharelado em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **AGRÁRIA**, São Paulo, Nº 2, 2005, p. 40-68.

ARCGIS. **Meu mapa**. 2014. Disponível em: <http://www.arcgis.com/home/webmap/viewer>. Acesso em: 20 out.2015.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.31, ano 11, P. 44 - 66, junho de 1996a.

_____. A Descentralização como Condição de Governabilidade: solução ou miragem. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. XVI, n.39, p. 75-87, 1996b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA BATATA. **Associativismo**: a Cooperativa Agrícola de Cotia um marco na história da batata no Brasil. 2008. Disponível em: <http://www.abbabatatabrasileira.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2015.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. Fragmentação e divisão territorial: um debate além de ideologias. *In*: FONSECA, A. A. M da. *et al.* **Estado, território e a dinâmica das fronteiras**: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013, p. 53-72.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001.

BAHIA FARM SHOW. **Expositores**. 2015. Disponível em: <http://bahiafarmshow.com.br/>. Acesso em: 23 dez. 2015.

_____. **A feira**. 2015. Disponível em: <http://bahiafarmshow.com.br/>. Acesso em: 03 fev. 2015.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manoel. **Local y global**. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid, United Nations for Human Settlements / Taurus / Pensamiento, 1999.

BRAGA, Déora Cordeiro. **À margem das feiras de negócios**. Tese (Doutorado – ECA - USP), São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.academia.edu>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do oeste baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010. p. 35-50. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Programa Cidadania e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL - Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAPA. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: jul. 2015.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 14 jun. 2015.

BRAZ, Fábio Cezar. **Eventos/Feiras de Negócios na (re)produção do espaço urbano da metrópole**: estudo de caso do Parque Anhembi e Centros de Exposições Imigrantes. 2008. 167 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 14 Abr. 2013.

BRINQUEDO. Ana Paula. Hotel da rede Ibis começa construção em seis meses em Luís Eduardo. **Gazeta News**, Luís Eduardo Magalhães/BA, 02 jun. 2015. p.07

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard (Coord.). **Gobiernos locales y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio**. Barcelona: Ariel, 1998.

COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA. **PRODECER**. Disponível em: <http://www.campo.com.br>. Acesso: 26 ago, 2015.

CAMPOS, Margarida de Cássia. **O papel do estado brasileiro na expansão do complexo da soja**. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/coloquio2012. Acesso: 02 maio, 2015.

CASTRO, Iná Elias de. Território do Estado: divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. In: FONSECA, A. A. M da. *et al.* **Estado, território e a dinâmica das fronteiras**: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013, p. 33-52.

_____, Iná Elias de. O problema da escala in: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: **Conceitos e Temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 117-140.

_____, Iná Elias de. Solidariedade territorial e representação: novas questões para o pacto federativo nacional. In: **Revista TERRITÓRIO**, Rio de Janeiro: LAGET, UFRJ, v. 1, n.2 (jan/jun)1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de Análise de discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.25-221.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
CITY BRASIL. **Atrações turísticas: Festa da Colheita**. Disponível em:
<http://www.citybrazil.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. *In*: ROSS, J. L. S. (org). **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 67-198.

CRUZ, Anna Lídia. Começa a Bahia Farm Show, a maior feira de tecnologia agrícola do Norte/Nordeste. **Gazeta News**. Luís Eduardo Magalhães, 27 maio 2014, p.05.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DA BAHIA. **Mapas rodoviários**. Disponíveis em: <http://www.derba.ba.gov.br>. Acesso em: Dezembro de 2015.

DINHEIRO RURAL. **Bahia Farm Show-2015**. 2015, Osasco/SP. Jun. 2015. 15p.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **NERA** (Unesp/P. Prudente), 2006a, v. 1, n. 8, p. 29-51. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 20 ago. 2013.

EMBRAPA, Caracterização Geomorfológica do município de Luís Eduardo Magalhães, **Oeste Baiano**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, Julho/2010. Disponível em: www.cpac.embrapa.br. Acesso 06 out. 2015.

EMBRAPA-GITE. **Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA**. 2015. Disponível em: www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba. Acesso em: 19 jul. 2015.

FIORI, José Luís. O federalismo diante do desafio da globalização. *In*: AFFONSO, R. B. A; SILVA, P. L. B. (Org.). **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995, p. 19-37.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Federalismo, descentralização e localismos no Brasil. *In*: FONSECA, A. A. M da. *et al.* **Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios**. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013, p.143-158.

_____, Antonio Angelo Martins da. Gestão do território em municípios da Bahia: Um estudo comparativo. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011, p. 59-81.

_____, Antonio Angelo Martins da; SILVA, Ozana Rebouças. O processo de emancipação e o desempenho institucional dos municípios baianos de Barrocas e Luís Eduardo Magalhães. **Geo Textos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011. A. Fonseca. 59-81.

_____, Antonio Angelo Martins da; SILVA, Ozana Rebouças; VIEIRA, Vanessa da Silva. Gênese e dinâmica do município de Luis Eduardo Magalhães/Bahia. In: FONSECA, *et al.* **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. Salvador: JM gráfica e editora LTDA, 2010, p. 121 –154.

_____, Antonio Angelo Martins da. **Instituição e Desenvolvimento Territorial: o desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana: UEFS, 2006.

_____, Antonio Angelo Martins da. Localismo e Território diante das dinâmicas Globais. **RDE**. Salvador, vol. 6, n.10, 2004, p. 15-25.

_____, Antonio Angelo Martins da. A Geografia Política e a valorização das dinâmicas Locais. **Humanas**. Feira de Santana: UEFS, ano 2 , n.4,jul./dez. 2003, p. 11-37.

_____, Antonio Angelo Martins da. A Emergência do Lugar no Contexto da Globalização. **RDE**. Salvador, vol.3, n.5, 2001, p. 97-103.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOBI, Cheilla. Maior feira de tecnologia agrícola do Norte-Nordeste apresenta novidades. **Gazeta do oeste**, Barreiras, 22 abr. 2015, p. 04.

GOMES, Carolina. Uma grande feira para uma importante região. **A tarde municípios**, Salvador, 28 maio 2014, p. 06.

HAESBAERT, Rogério. Os dilemas da globalização – fragmentação. *In:* HAESBAERT, R. (org). **Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 11- 54.

_____,Rogério, PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 6. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2013.

IBGE. **Brasil em síntese**. 2004. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2015.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

_____, cidades@. **Luís Eduardo Magalhães/BA**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil>. Acesso em: 12 julh. 2015.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001, 207p.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: rio de janeiro, 1964-1989-95. **Revista Brasileira de Geografia**. Janeiro-março. 1992. Disponível em: Biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 12 maio 2013.

JUNGUES, Maria Dania. Feira com novidades. **Agronews**. Barreiras, ano 11, n. 41, 46 p. jun.2015.

KLINK, Jeron Joahannes. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 225p.

LEITE, Barbosa. Feira do sertão nordestino. **Revista Brasileira de Geografia**. Julho/setembro de 1956. Disponível em: Biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 18 mai. 2013.

LODI, João Bosco. **A entrevista**: teoria e prática. 2ª edição. – São Paulo: Pioneira, 1974.

MILCENT, Rassana. Bahia Farm Show 2016 terá lançamentos regionais. Fala Barreiras, Barreiras. 29 mar. 2015. Disponível em: <http://jornalnovafronteira.com.br/>. Aceso em: 30 mar. 2016.

LE MOS, Ricardo. Bahia Farm Show 10 anos de sucesso. **Notícias do Oeste**, Luís Eduardo Magalhães, 24 maio 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 465-523.

OLIVEIRA, Francisco de. A crise da federação: da oligarquia à globalização. In: AFFONSO, R. A; SILVA, P. L. B. (Org.). **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995, p. 77-90.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Do sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do estado no processo de formação territorial (1889-2014)**. – Bahia. 252f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

PONTES, Saulo. AIBA quer continuidade de recuperação do Anel da Soja e outras obras. **O Expresso**, Barreiras, 20 mai. 2013. Disponível em: <https://jornaloexpresso.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Leis municipais. 2001-2012**. Disponível em: <http://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Globalização da Natureza e Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RECEITA FEDERAL. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. 2015. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br. Acesso em: 07 mar. 2015.

RODRIGUES, Juliana Nunes. Do comparatismo em geografia: uma leitura a partir dos modelos de estado francês e brasileiro. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 31, pp. 119 - 130, 2012.

RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

SANTANA, Adriana de Jesus. **Regulação urbana no município de Luís Eduardo Magalhães/BA**. 2008. p. 45. Monografia (graduação bacharelado em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **A Globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 25-94.

SANTOS, Clovis Caribé de Matos. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 241fls. 2007. (Tese de doutorado. Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2007).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA BAHIA. **Balancos das ações**: governo do estado. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/arquivos.pdf>. Acesso em novembro de 2015.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, **Produção Agrícola em LEM**. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, **Cadastro de Exportadores da Bahia**. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 22 nov. 2015.

SILVA, Cleonice Moreira da. **A princesinha do sertão agora é metrópole?! Uma análise do processo de 'metropolização' de Feira de Santana-BA**. 225f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

SOUZA, Elza Coelho. Feira de gado. **Revista Brasileira de Geografia**. Julho/setembro de 1946. Disponível em: Biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 02 maio, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A dimensão espacial do discurso do agronegócio e a expansão do capital no campo OKARA: **Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 122-140, 2012.

STRAUC, Ney. Contribuição ao Estudo das Feiras de Gado. **Revista Brasileira de Geografia**. Janeiro-março de 1952. Disponível em: Biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: Maio de 2013.

SWYNGEDOUW Erik. Neither Global nor Local: „Glocalization“ and the Politics of Scale. In: COX Kevin R. (org.) **Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local**. Nova Iorque: Guilford Press, 1997. p. 137-166.

VALOIS FILHO, Jorge Ney. **Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. 2012. 208 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. 2012.

VIEIRA, Vanessa Silva. **O governo local e a promoção econômica a partir do marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia**. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2007.

_____, Vanessa Silva. Os impactos das inovações institucionais no processo promoção econômica: o marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 2, mai./ago, p. 351–364, 2008.

VILARES, Sigi. Nesta terça-feira, lançamento da primeira EXPOLEM. In: **Sig Vilares**. Disponível em: <http://www.sigvillares.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2015.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia consultada

BARROS, Irany Gomes; SANTANA, Jansen Maxwell de Freitas. **ABNT – manual exemplificado para normalização de trabalhos acadêmicos**: confira passo a passo a formatação de monografias, dissertações e teses. 2. ed. Rio de Janeiro. Oficina de Livros, 2015, 89 p.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FABRIS, Paulo Roberto. Um Debate Acerca da História do Município no Brasil. **Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.03, v.1, Junho. 2008. p.71-95.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed., São Paulo, Globo, 2001, 903 p.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo. 273f. Tese (doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em: 05 jul. 2015.

GRAY, Jonh. **Falso amanhecer**: os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 77 – 104

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997, 293 p

_____, Rogério. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: Questões atuais da reorganização do Território. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1. ed. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 312 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor. **Globalização e fragmentação**: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia. 193f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: "territorialização" do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 259-287, ago. 2010. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index>. Acesso em: abr. 2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SENE, E. de. **Globalização e Espaço Geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

APÊNDICE A – QUESTÕES DE ENTREVISTA

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BAHIA FARM SHOW

1. O que foi a Festa da Colheita para o município de LEM?
2. Qual a relação entre a Festa da Colheita e a Agrishow?
3. Como surgiu a ideia de trazer a Agrishow para LEM?
4. Quais foram às motivações?
5. O que foi necessário para que LEM sediasse a Agrishow?
6. Quem participou desse processo? Como colaborou?
7. Por quais razões a parceria com a Agrishow foi encerrada?

PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA BAHIA FARM SHOW

1. Como nasceu a BFS?
2. Quando a Bahia *Farm Show* passou a ser responsabilidade da AIBA? Por quê?
3. O que representou a BFS para LEM?
4. Qual a contribuição da Prefeitura municipal para a realização da BFS?
5. Qual a importância da Feira para o município?
6. O que é a BFS hoje?
7. Qual é o projeto de futuro para a BFS?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A Bahia *Farm Show* no Município de Luís Eduardo Magalhães/BA

Nome do Pesquisadora: Josianne da Silva Lima

Nome do orientador: prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca

A finalidade desta pesquisa é analisar o processo de construção e consolidação da Bahia *Farm Show* no município de Luís Eduardo Magalhães/BA. Ao participar deste estudo, o senhor permitirá que a pesquisadora utilize as informações cedidas em entrevistas com a garantia de que a pesquisa não trará complicações legais e/ou morais, pois os procedimentos adotados obedecem aos princípios da ética. Sempre que for necessário poderá solicitar mais informações sobre a pesquisa através dos contatos da pesquisadora. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento sobre os entrevistados. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

ANEXO A – MANUAL DO EXPOSITOR

MANUAL DO EXPOSITOR



Luis Eduardo Magalhães - BA
24 a 26 de maio de 2016

TABELA DE PRAZOS / CHECK-LIST

Item	Descrição	Data Limite	Sim	Não
1	Envio de projeto de montagem para análise do Departamento de Infraestrutura.*	25/04/2016		
2	Envio de solicitação de dispensa de montagem para o Pavilhão Coberto (para expositores que optarem por contratar montagem especial).	25/04/2016		
3	Envio de Formulário de Consumo de Energia Elétrica (Anexo III).*	25/04/2016		
4	Envio de Formulário para página específica no site da BFS (Anexo V).	25/04/2016		
5	Pagamento de consumo de energia elétrica excedente.*	04/05/2016		
6	Envio da Autorização de Montadora / Prestadores de Serviços (Anexo II).*	24/04/2016		
7	Pagamento da taxa de limpeza.*	09/05/2016		
8	Solicitação de credenciais para vigilantes.	20/05/2016		
9	Entrega de cheque caução pela montadora.*	No ato da solicitação de autorização de montagem		

* Itens obrigatórios para obter autorização de montagem.

1. INTRODUÇÃO

Este Manual contém todas as informações que você precisa para uma exposição de sucesso. Ele foi elaborado com o objetivo de esclarecer as eventuais dúvidas e evitar problemas, levando ao expositor/participante, às pessoas, empresas e outros por ele contratados, todas as normas que regulamentam a Bahia Farm Show, e as principais informações necessárias ao seu bom funcionamento, a fim de que o evento seja o mais produtivo possível.

O desconhecimento das normas aqui estabelecidas não exime o expositor e seus contratados (montador, decorador, subcontratados e demais pessoas envolvidas com o evento) das penalidades, multas, sanções e responsabilidades previstas neste Manual que, ocorrendo, serão assumidas pelo expositor/participante e seus prepostos, seja qual for a natureza, solidariamente e independentemente da ordem da nomeação.

Recomendamos a leitura minuciosa deste manual e solicitamos que as informações sejam repassadas a todos os seus funcionários, prepostos, fornecedores e demais contratados, evitando transtornos de última hora.

Em caso de dúvida ou necessidade de assistência especial, favor entrar em contato com a nossa equipe. Estaremos à sua disposição.

A Organização reserva-se o direito de arbitrar sobre casos omissos neste MANUAL, bem como, a qualquer tempo, **estabelecer novas normas que se façam necessárias ao bom funcionamento do EVENTO** visando facilitar a harmonia entre os EXPOSITORES.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

BAHIA FARM SHOW 2016 - Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios

2.1. Local:

Complexo Bahia Farm Show

Estrada BR 020/242, km 535 - Luís Eduardo Magalhães - BA.

2.2. Créditos:

Realização e Organização:

Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba

Apoio:

Associação Baiana dos Produtores de Algodão - Abapa

Assoc. dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia - Assomiba

Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste da Bahia - Fundação BA

Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães-BA

2.3. Período de Realização:

De 24 a 28 de maio de 2016.

Horário: 9h00 às 19h00.

Abertura oficial: 24 de maio de 2016, às 10h00

A Secretaria do evento estará à disposição dos expositores na sede da organizadora:

Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba

Avenida Ahyfón Macedo, nº 919 - Barreirinhas

97810-035 - Barreiras - BA

Telefone: (77) 3613-8000 - Fax (77) 3613-8020

E-mail: caex@bahiafarmshow.com.br

A partir do dia 16/05/2016, a coordenação do evento atenderá os expositores, montadoras e demais interessados no Centro Administrativo instalado no local do evento.

3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A Bahia Farm Show é uma excelente oportunidade para as empresas expositoras divulgarem seus produtos e serviços na mídia nacional e internacional. Para garantir esse sucesso, a Organização conta com uma Coordenação de Comunicação capacitada a dar apoio aos jornalistas e aos profissionais de marketing das empresas expositoras antes e durante o evento.

Com o objetivo de auxiliar o trabalho de divulgação, tanto dos expositores quanto da Feira, seguem algumas informações sobre a estrutura de comunicação montada e seu funcionamento.

Antes do evento, a equipe de comunicação mantém contato com os expositores através do envio periódico de e-mail MKT com os avisos de prazos; orientação sobre hospedagem, alimentação e voos, além de indicar oportunidades de divulgação gratuita da marca do expositor. Para isto, são

disponibilizados os seguintes espaços: Informaiba (informativo mensal da Aiba), site (www.bahiafarmshow.com.br) e facebook (www.facebook.com/BahiaFarmShow) do evento.

Durante a Bahia Farm Show, o expositor pode contar com uma sala de imprensa. Localizado próxima à entrada do CAEX, o espaço possui computadores, impressoras, internet wi-fi, estúdio de TV, fotógrafo e uma equipe de jornalistas capacitados para auxiliar com a sugestão de pautas e o fornecimento de informações. Há também um local para a colocação de releases das empresas expositoras. Este material poderá ser entregue diretamente no local à equipe de comunicação, ou um mês antes da Feira, na sede da Aiba. Os jornalistas que comparecerem ao evento terão acesso a esse material diariamente. Vale ressaltar que é expressamente proibida a distribuição de panfletos, jornais e revistas pelas ruas do Complexo Bahia Farm Show.

A Feira também possui uma rádio interna onde podem ser divulgados spots ou anúncios dos expositores. Este serviço não é gratuito.

A parceria com os expositores nesse trabalho de divulgação é essencial para que, juntos, possamos alcançar resultados positivos.

Contato da Coordenação de Comunicação:

Coordenadora de Comunicação:
Rassana Milcent
Tel: (77) 3613-8016 C d.: (77) 3602-4964
E-mail: imprensa@aiba.org.br

4. MERCHANDISING

A Bahia Farm Show disponibiliza a todos os expositores diversos mecanismos para divulgação de sua marca no evento. De um simples "banner" aéreo até a plotagem dos veículos oficiais da Feira, o merchandising agrega valor a sua marca, por um custo bastante atrativo.

Investindo em merchandising, o expositor expande a exibição de sua marca para além dos limites do estande.

É expressamente proibida a colocação de faixas, placas, outdoors ou qualquer outro tipo de mídia que possa prejudicar a visibilidade de visitantes e expositores na faixa de domínio da rodovia em frente ao local da feira.

Toda e qualquer propaganda fora dos limites do estande, estabelecidos neste Manual, será considerada merchandising. Não será permitida a instalação de nenhum material bem que o Contrato de Merchandising tenha sido assinado.

Entre em contato com o nosso departamento comercial e veja as opções disponíveis.

Coordenação financeira
Regiane Oliveira
Tel: (77) 3613-8011 / Cel: (77) 3602-0682
caex@bahiafarmshow.com.br

5. SITE OFICIAL DO EVENTO

Um dos diferenciais do site oficial da Bahia Farm Show (www.bahiafarmshow.com.br) é a manutenção de uma página específica para cada expositor, com as principais informações sobre a

empresa e linha de produtos. Para ter a sua página, preencha e envie o Formulário para Elaboração de Página do Expositor (Anexo V), assim que assinar o Pedido de Participação.

6. PROGRAMAÇÃO DE PALESTRAS / AUDITÓRIO

A organização da Bahia Fam Show disponibiliza aos expositores espaço para realização de palestras técnicas e/ou institucionais.

Os interessados devem entrar em contato com a Coordenação com a maior brevidade possível para agendar o horário, pois o agendamento fica sujeito à disponibilidade na programação.

Com o evento definido, a coordenação da feira o incluirá em todas as peças impressas de divulgação da programação. Entretanto, é responsabilidade do expositor a divulgação para seu público-alvo.

Para agendamento e informações adicionais, favor entrar em contato com o supervisor de eventos e palestras:

Supervisor de Eventos e Palestras

Luiz Stahlke

Tel: (77) 3613-8000 / Fax: (77) 3613-8020

palestras@bahiafamshow.com.br

7. INGRESSOS

Cada expositor receberá uma cota de ingressos para distribuir aos seus clientes e parceiros à razão de R\$ 0,13 do valor do ingresso por m² (exemplo para uma área de 1.920 m²: 1.920 x 0,13 = 249,6 => 250 ingressos).

Caso necessite de uma maior quantidade, o expositor poderá adquirir ingressos a um preço reduzido, com 20% de desconto sobre o valor de bilheteria equivalente a R\$ 10,00. Essa promoção destina-se exclusivamente ao expositor, não sendo permitida, portanto, a comercialização dos ingressos.

A aquisição dos convites poderá ser feita antecipadamente, com a coordenação do evento.

Os ingressos promocionais, para expositores, não serão vendidos na bilheteria. Antecipar seu pedido.

8. SEGURANÇA

A Organização manterá um serviço de segurança oficial para as áreas comuns do evento (ruas, avenidas, praças e acessos), 24 horas por dia, durante todo o período de montagem, realização e desmontagem.

Cada expositor deverá, a seu critério, contratar segurança, que poderá ser um funcionário de sua empresa ou de empresas especializadas. Caso a opção seja pela contratação de profissional de segurança autônomo, é fundamental efetuar a verificação prévia de bons antecedentes.

Todo e qualquer funcionário ou contratado que por força das suas atividades necessite permanecer na feira, deverá ser cadastrado junto ao nosso setor de segurança.

A Organizadora não assume responsabilidade, nas áreas dos estandes, sobre danos causados a pessoas ou produtos expostos antes, durante ou após a realização do evento, incluindo roubo, furto, sabotagem, conivência civil, deficiências ou interrupções no fornecimento de energia elétrica, água ou sinistros de qualquer espécie.

9. CREDENCIAIS:

9.1. Credenciais Expositores

As credenciais de funcionários e prestadores de serviços contratados pelo expositor serão emitidas com o nome fantasia do próprio expositor e do prestador de serviços quando for aplicável. Exceções deverão ser solicitadas à Organização até 30 dias do início do evento.

A entrada no evento é permitida somente através de convites adquiridos pelos expositores, de ingressos comprados na bilheteria ou de credenciais para os funcionários e prestadores de serviço dos expositores.

O controle das credenciais cedidas aos expositores é de exclusiva competência da Organização do evento, podendo ser por ela retidas, a qualquer tempo, no caso de seu portador cometer qualquer ato ou tomar qualquer atitude incompatível com os objetivos da feira, a critério da Organização.

A quantidade de credenciais será de acordo com a área adquirida pelo expositor. Lembramos ainda, que as credenciais do pessoal de apoio (repcionistas, manutenção, segurança, garçom, etc.) já estão inclusas na quantidade permitida para sua área, conforme tabela a seguir:

Área (m ²)	Quant. Credenciais
Até 200	08
De 201 a 400	15
De 401 a 800	20
De 801 a 1.000	25
Acima de 1.000	30

Caso necessite de credenciais extras, as mesmas custarão R\$10,00 cada, para o período da feira. A solicitação deverá ser feita através do e-mail: caex@bahiafamshow.com.br.

DICA: Utilize sua cota de credenciais para aqueles funcionários que estarão presentes durante todo o evento. Para funcionários eventuais, representantes, entre outros, adquira ingressos. É mais prático, econômico e evita problemas com a segurança.

9.2. Credenciais para Vigias (Pessoa Física / Pessoa Jurídica) das Áreas Locadas

As credencias para vigias deverão ser solicitadas até o dia 20/05/2016 com a apresentação dos seguintes documentos para cadastramento dos mesmos:

Pessoa Física:

- Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Cópia do Diploma do curso de vigilante em empresa devidamente certificada pela Polícia Federal;
- Cópia do contrato de prestação de serviço.

Pessoa Jurídica:

- Cópia do Contrato Social e Cartão CNPJ;
- Cópia do Certificado de funcionamento expedida pela Polícia Federal;
- Cópia do contrato de prestação de serviço com o expositor/montadora;

Cópia dos documentos pessoais CI e CPF dos funcionários que farão a vigilância nas áreas locadas.

9.3. Credenciais para Montadoras/Prestadores de Serviços

O credenciamento das Montadoras e prestadores de serviços é realizado pelo próprio expositor, mediante o preenchimento da Autorização de Montadoras/Prestadores de Serviços (Anexo II).

O expositor deverá encaminhar a Autorização de Montadoras/Prestadores de Serviços até o dia 09/05/2016 para a Central de Atendimento ao Expositor através do e-mail: caex@bahiafarmshow.com.br ou pelo Fax (77) 3613-8020.

No ato do credenciamento a montadora deverá fornecer a relação de seus funcionários responsáveis pela execução da montagem dos estandes, constando nome e RG dos mesmos.

Cada funcionário, após credenciado, receberá pulseira/credencial de identificação de uso pessoal e intransferível. Esta pulseira/credencial deverá ser utilizada constantemente durante todo processo de montagem.

Não terão acesso ao parque montadores sem o porte da sua respectiva pulseira, podendo ser exigido documento de identificação pela segurança do evento a qualquer momento nas dependências do parque.

Para cada estande montado a montadora receberá 02 pulseiras/credenciais de manutenção após o último dia de montagem, com destinatários informados previamente pela montadora.

10. PROCEDIMENTOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO DO PARQUE

10.1. Acesso e Circulação Interna

É expressamente proibida a circulação e permanência fora dos horários pré-estabelecidos para o período de montagem, manutenção, conservação, abastecimento dos estandes durante do evento e desmontagem, sendo liberado acesso apenas para seguranças previamente credenciados e cadastrados na secretaria do evento.

Obs.: Evite problemas com a segurança do parque, faça o cadastro antecipado da sua empresa de segurança atuante no evento.

Lembramos que empresas de segurança sem a devida documentação requerida no item 9.2, não poderão acessar a área da feira, pois estarão sujeitas a fiscalização da Polícia Federal.

10.2. Acesso de Veículos e Equipamentos

Durante o período de montagem e desmontagem, só será permitido o acesso de veículos com autorização da organização, sendo proibida a sua circulação no interior dos lotes. Esta autorização está vinculada ao credenciamento da Montadora e ao Termo de Responsabilidade fornecido pelo Expositor.

Caso seja necessário transitar com veículos dentro dos lotes favor solicitar o acompanhamento do departamento de infraestrutura da Bahia Farm Show.

Lembramos que o acesso de caminhões será interrompido às 18h do dia 22/05/2016 e de outros veículos às 12h do dia 23/05/2016, devendo esta data ser utilizada exclusivamente para limpeza e manutenção do estande.

Não será permitida a permanência de veículos nas ruas após o período de carga e descarga.

A reposição de materiais, brindes, serviços de buffet, entre outros, durante o evento, deverá ser feita **SOENTE** das 20h às 22h e das 06h às 08h, não sendo permitido o acesso de veículo fora desse horário no parque.

10.3. Limpeza e Conservação da Área

A Organização se responsabiliza pela limpeza das áreas comuns do evento (ruas, avenidas, praças e acessos), na área descoberta e corredores do pavilhão coberto, removendo todo o lixo para local adequado.

A limpeza do estande ficará a cargo dos próprios expositores que deverão acondicionar o lixo em sacos plásticos para serem recolhidos pela Organização, todos os dias, 01 hora antes da abertura do evento. Fora deste horário, todo material deverá ser acumulado em recipientes e mantido pelo expositor em sua própria área. Caberá ao expositor manter permanentemente o perfeito estado de conservação e limpeza da sua área.

TAXA DE LIMPEZA: Será cobrada de cada montador uma taxa de limpeza equivalente a R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por metro quadrado de área adquirida pelo Expositor. Esta taxa deverá ser paga pelo Montador (ou, opcionalmente, pelo Expositor), até 13/05/2016 na Secretaria do Evento ou via boleto bancário.

Se a opção for por boleto bancário, deverá ser efetuada a solicitação de emissão pelo e-mail caso@bahiafarmshow.com.br e apresentado o comprovante de quitação no ato da solicitação de acesso para montagem. Nenhum material poderá ser descarregado na área do evento sem a comprovação do pagamento desta taxa.

10.4. Bebidas e Eventos Paralelos

É expressamente proibido o consumo ou oferta de bebidas alcoólicas dentro da área do parque, em qualquer horário, durante todos os dias de realização da Feira. Caso esta norma não seja respeitada, será cobrada uma multa de R\$ 5.000,00.

Recomenda-se àqueles que desejarem realizar eventos, que o façam fora do parque da Bahia Farm Show, após o horário das 19h00.

10.5. Eventos no Estande

É expressamente proibida a realização de eventos dentro dos estandes durante o período da feira, mesmo após as 19h00.

10.6. Entrega e Transporte de Mercadorias

A Organização não se responsabiliza pelo recebimento e acondicionamento de mercadorias de qualquer tipo e para qualquer expositor. É recomendável que os produtos ou equipamentos que serão expostos sejam enviados somente quando houver um responsável em seu estande para recebê-los.

Tanto a remessa de mercadorias a serem expostas, como seu retorno ao remetente, desde que este ocorra no prazo de 60 (sessenta) dias contados da remessa, é desonerada, tanto do IPI, por meio da suspensão de seu pagamento, como do ICMS, por meio da isenção, no Estado da Bahia, e isenção nos demais Estados, conforme dispuser a legislação de cada um deles.

A mercadoria deverá transitar sempre com Nota Fiscal, tanto na remessa, quanto no retorno. Os dados do destinatário contidos na Nota Fiscal de saída serão aqueles relativos ao expositor/emittente, inclusive no que diz respeito ao endereço, sendo que a indicação da feira e o local onde será realizada deverão constar nos dados adicionais, no campo de "OBSERVAÇÕES".

Endereço de entrega:

Complexo Bahia Farm Show
BR 020/042 – Km 536
Luís Eduardo Magalhães/BA
CEP. 47.850-000

Não se esqueça de colocar o número do estande onde a mercadoria deverá ser entregue e um telefone celular de contato para qualquer problema, principalmente se o transporte não for efetuado por veículos da empresa expositora.

10.7. Atendimento na Área do Expositor

Durante todo o horário de funcionamento da Feira, deverá haver no estande pelo menos um funcionário capacitado a prestar informações sobre os produtos e/ou serviços ali expostos.

É proibida a venda de alimentos, sorvetes, bebidas, guloseimas e doces nos estandes que não forem adquiridos para esse fim.

10.8. Exposição de Máquinas, Implementos e Veículos automotores e motocicletas:

I - Para revendedores de automóveis e motocicletas será permitida a exposição em seu espaço exclusivamente de uma marca representada, exceto quando se trate de concessionária multi-marcas.

II - Para as vendas de implementos agrícolas será permitida a exposição de no máximo 4 (quatro) marcas de produtos em seu espaço.

III - Os revendedores de tratores poderão expor apenas produtos da marca representada na região. Excepcionalmente, quando o fabricante de tratores não possuir colheitadeiras em seu mix de produtos, será permitida a exposição de colheitadeiras de outra marca. Poderão, também, os revendedores de tratores, expor até 2 marcas de implementos em seu espaço.

A Organização fiscalizará o cumprimento dos itens expostos acima durante o período de montagem da feira, o que não desobriga o expositor de retirar produtos que estejam em desacordo com os referidos itens durante a realização do evento.

10.9. Limites de Área

É vedado ao expositor expor produtos e/ou serviços fora da área locada, bem como, manter pessoal fora dos limites de sua área, em operação de venda, distribuição de folhetos ou realização de pesquisas.

Não poderá também efetuar acampamentos, colocar cartazes, bandeiras e faixas em locais próximos ao recinto onde será realizado o Evento, a não ser que esta ação esteja dentro do Plano de Merchandising da Feira.

10.10. Distribuição de Brindes e de Impressos

É permitida a distribuição de brindes, amostras, folhetos e catálogos aos visitantes exclusivamente no interior da área adquirida, reservando-se à Organização o direito de fazer cessar a distribuição sempre que ocorrerem distúrbios, aglomeração ou inconveniência de ordem moral.

As ruas, corredores dos Pavilhões e áreas descobertas do Evento são de uso comum, não sendo neles permitido o alicíamento de visitantes ou distribuição de impressos ou qualquer outro produto, bem como não é permitido neles ou sobre eles a colocação de faixas ou móveis decorativos. Tal distribuição somente poderá ser feita no perímetro da área do expositor.

10.11. Demonstração de Equipamentos no Estande

A demonstração de equipamento exposto nos estandes somente será permitida quando:

- Ocorrer com o equipamento estacionado ou em área demarcada e isolada para proteção do público visitante, se for essencial colocar em movimento;
- Não causar ruídos, fumaças e outros inconvenientes ao bem estar dos visitantes e da vizinhança;
- Não oferecer perigo aos operadores e visitantes.

10.12. Jogos e Sorteios

A realização de jogos ou sorteios de qualquer natureza, bem como a instalação de parques infantis, áreas de recreação com brinquedos, seja quais forem suas características, estão vedadas aos expositores.

10.13. Sonorização nos Estandes

É proibido o uso de equipamentos de som. Os expositores que desejarem utilizar o recurso de som somente poderão fazê-lo se, na construção do estande, forem criadas salas com isolamento acústico, que impeçam totalmente a propagação do som ou outros ruídos emitidos no ambiente. O não cumprimento implicará na proibição do funcionamento no estande.

Para evitar quaisquer transtornos, envie o projeto de sonorização antecipadamente para a Organização.

10.14. Balões

A utilização de balões no espaço aéreo, limitado pela área de exposição de cada empresa, deverá seguir as seguintes orientações da Organização:

- a) Deverão ser fixados por 3 pontos, no mínimo;
- b) Somente poderão permanecer no ar das 9h às 19h;
- c) É obrigatório o uso de torre estacionária.

Os balões que estiverem no ar fora deste horário serão retirados pela Organização, pois colocam em risco a infraestrutura do Evento.

A qualquer tempo poderá a Organização solicitar que os balões sejam recolhidos, se as condições climáticas assim o exigirem.

As empresas que se utilizarem de balões aerostáticos deverão comunicar à Organização, pagar uma taxa a ser estabelecida, e decolar/atterrisar somente nos locais pré-definidos pela Coordenadoria de Infraestrutura.

10.15. Equipamentos e Produtos Proibidos

É proibido o funcionamento de motores de combustão interna nas áreas cobertas.

É proibida a utilização de explosivos, gases não inertes, tóxicos e combustíveis que não G.L.P. nas áreas internas.

11. MONTAGEM

TODA EMPRESA MONTADORA DEVERÁ DEPOSITAR UM CHEQUE CAUÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.000,00 POR ESTANDE A SER MONTADO.

APÓS A DESMONTAGEM E A DEVOLUÇÃO DA ÁREA DO ESTANDE QUE FOI ENTREGUE, O CHEQUE EM QUESTÃO SERÁ DEVOLVIDO, VIA CORREIOS, COM AUBO DE RECEBIMENTO, PARA O ENDEREÇO E DESTINATÁRIO QUE DEVER SER INFORMADOS PELO MONTADOR NO ATO DA ENTREGA DO CHEQUE.

CASO O DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA VERIFIQUE NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO NA ÁREA, O CHEQUE SERÁ COMPENSADO E O VALOR UTILIZADO PARA COBRIR AS DESPESAS, NÃO EXIBINDO O MONTADOR DE RESPONSABILIDADES QUE SUPEREM O VALOR DA CAUÇÃO.

O acesso ao parque será liberado para as montadoras e para as empresas expositoras com montagem própria a partir de 30/04/2016, encerrando os trabalhos em 23/05/2016. As montagens ocorrerão das 07h às 20h. Caso a empresa necessite antecipar a sua montagem, deverá comunicar esta necessidade à coordenação de infraestrutura que fornecerá instruções sobre o pagamento de R\$ 1.000,00 por dia de antecipação por expositor.

No último dia que antecede o evento, 23/05/2016, os benfícios de montagem deverão ser destinados exclusivamente à limpeza final e ajustes finais.

Todos os terrenos são fornecidos em estado natural, gramado ou com qualquer outra cobertura similar. A entrega do terreno será feita pelo Departamento de Infraestrutura da Bahia Farm Show ao responsável da montadora após verificação dos seguintes procedimentos:

Avaliação de Projetos: todos os projetos dos stands deverão ser encaminhados para análise técnica, quando será observado o cumprimento das regras contidas neste manual, para o e-mail infra@bahiafamshow.com.br até 20/05/2016. Após esse prazo, a análise será feita quando da entrega do terreno à montadora, por ordem de chegada e de acordo com disponibilidade do departamento de infraestrutura. Formatos de envio aceitos.

Os projetos devem seguir em arquivo eletrônico nos formatos PDF, JPEF ou similar (planta baixa com locação no terreno, cortes e elevações) incluindo todos os elementos que compoem a montagem (bandeiras, mastros, pórticos, etc.) conforme a tabela de recuos:

Altura do elemento (m)	Recuo obrigatório (m)	Situação no local
Até 4,00	0,50	Frentes, laterais e fundos.
Acima de 4,00	1,00	Frentes, laterais e fundos, exceto avenidas "C" lado esquerdo e "G" lado direito.
	2,00	Avenida "C" lado esquerdo e "G" lado direito (limitado a 7m).

O estande ou qualquer outro elemento estático ou de exposição, não poderá ultrapassar os limites da área adquirida pelo expositor conforme exposto abaixo:

- Cordoalhas e Tirantes aplicados a tendas de cobertura, aos stands e qualquer elemento que compoem o projeto não poderão ultrapassar a área do expositor, tanto nos vizinhos e no aruamento;
- Os deságues dos tetos deverão ser realizados dentro do próprio terreno de modo que não causem inconvenientes aos demais expositores. Fica proibido lançar águas de chuva sobre os lotes e as coberturas da tenda do vizinho;
- Objetos decorativos e equipamentos de ar condicionado deverão permanecer dentro da área contratada;
- Paredes divisórias deverão ter obrigatoriamente suas laterais externas pintadas e acabadas na cor branca. Lembre-se: o vizinho não deve ser prejudicado por projetos com acabamento inadequado, a imagem de seu trabalho será vista por milhares de pessoas e futuros clientes;
- Paisagismos não poderão invadir aruamento e áreas vizinhas;
- Construções de alvenaria não são permitidas. Todo material diferente de areia ou terra não poderá ser aplicado. Em caso de necessidade absoluta o expositor deverá solicitar essa autorização por escrito até 25/04/2016 (junto com o pedido de análise do projeto) à organizadora que será analisada perante as regras deste manual;
- Todo estande deverá ser dotado de rampa e acesso especial para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência física.
- Serviços terceirizados pela montadora ou expositor (climatização, tendas de cobertura, pisos, paisagismo, segurança) são de responsabilidade do expositor.

OS PROJETOS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM O MANUAL NÃO SERÃO LIBERADOS PARA MONTAGEM.

Apresentação de cópia da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica): Toda montagem, por mais simples que seja, deve estar assegurada sua respectiva ART ou RRT, fornecida por engenheiro habilitado ou arquiteto, CREA/CONFEA e CREA/BA. Dúvidas sobre este procedimento, entrar em contato com o CREA/BA.

<p>Barreiras (BA): Inspetor: Eng. Agron. Nailton Sousa Almeida Atendimento: 8h às 12h e 14h às 17h Tv. XV de Novembro, 21 – Sandra Regina CEP: 47803-130 – Tel 77-3612-3700 ou 77-3611-2720 creaba.barreiras@redecreaba.org.br</p>	<p>Luís Eduardo Magalhães (BA): Inspetor: Eng. Agron. Paulo Roberto Gouveia Atendimento: 8h às 12h e 14h às 17h Av. JK, Qd. 91, Lote 1, Sala 1e3, Centro CEP: 47850-000 - Tel 77-3628-6755 creaba.lm@redecreaba.org.br</p>
--	---

<p>Barreiras (BA): Delegacia: Admª. Graça Monique Araújo Ramos Pinto do Carmo- CR ABAn 117.921 Endereço: Rua Benedita Silveira, nº156, Sala 107 Bairro: Centro Barreiras-Ba Cep: 47.800-160 Telefone: 77-3612-0703</p>
--

Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual): Todos os envolvidos no processo deverão utilizar equipamentos de proteção individual e coletivo. No ato da contratação da montadora, é recomendável inserir uma cláusula no contrato firmado entre as partes (expositor e montadora), resguardando e exigindo a utilização e fornecimento pela montadora destes equipamentos. Vale lembrar que o expositor é o único responsável por qualquer dano de ordem pessoal ou material causado por seus contratados às instalações do parque ou as pessoas que ali estiverem.

11.1. MONTAGEM DO PAVILHÃO COBERTO

Entre os dias 22/05/2016 e 23/05/2016, das 08h às 18h, o Pavilhão Coberto estará aberto aos expositores para o recebimento das mercadorias a serem expostas.

A Organizadora do evento não se responsabilizará em nenhuma hipótese, por qualquer dano, prejuízo ou acidente às mercadorias de propriedade dos expositores na montagem e desmontagem dos estandes.

Os expositores das áreas cobertas receberão seus respectivos estandes com a seguinte montagem básica:

- a. Piso: em concreto bruto ou carpete;
- b. Paredes divisórias: a área contígua aos vizinhos será separada por paredes com altura de 2,20 m, em Odanom, TS ou similar;
- c. Iluminação: composta por refletores com lâmpadas tipo "spot light" (1 a cada 3 m²), montados nos painéis divisórios, além de 1 (uma) tomada em cada estande de 12 m² (220 volts);
- d. Testeira: será colocada uma testeira em cada estande, com o nome do expositor adesivado em letra convencional (arial ou similar). Caso o expositor deseje inserir a sua logomarca, poderá fazê-lo ficando este serviço ao seu cargo e responsabilidade.

Recomendações:

– Plantas ornamentais: jardins, flores e plantas ornamentais são permitidos quando contidos em vasos, cestos ou outros recipientes, sendo vedada a utilização de terra solta, areia ou pedras para execução de jardins;

– Construções em alvenaria: são proibidas quaisquer construções (pisos, paredes, etc.) em alvenaria ou similar;

– Pisos: Os pisos não poderão ser demarcados, pintados, furados ou escavados pelo expositor sem autorização da Organização;

– Ar Condicionado no pavilhão: é expressamente proibida. O pavilhão é totalmente climatizado e não permite a instalação de aparelhos de ar-condicionado devido à troca de calor e concidência entre os sistemas.

É vedado ao expositor danificar, pintar ou perfurar qualquer componente da estrutura, cobertura ou paredes, das instalações do local do Evento.

Montagem Especial no Pavilhão:

A Empresa que não for utilizar a montagem básica oferecida pela Bahia Fam Show deverá informar via e-mail ao Departamento de Infraestrutura (infra@bahiafamshow.com.br) até 20/05/2016 a solicitação de dispensa de montagem.

Não é permitido fazer qualquer complemento sobre a montagem básica com montado diferente da oficial do pavilhão. A altura das montagens não poderá ultrapassar 6,00m.

11.2. EMBARGO DA CONSTRUÇÃO

A ORGANIZADORA tem o direito de embargar a construção do estande caso esteja em desacordo com as normas deste MANUAL. Caso o EXPOSITOR não reformule os parâmetros do projeto em tempo hábil, além de multa de 25% sobre o valor da área, o estande não poderá ser utilizado no período de Realização, sem prejuízo das custas contratuais da área com a ORGANIZADORA.

Salvaguardando seu interesse, aconselhamos ao EXPOSITOR comunicar, à empresa encarregada da montagem de seu estande, todas as normas do EVENTO, repassando a ela qualquer responsabilidade sobre o assunto.

12. DESMONTAGEM

O período de desmontagem será de 29/05/2016 a 13/06/2016, das 07h às 20h.

Recomendamos que, no último dia de realização do evento, após seu encerramento, sejam retirados todos os mostruários e outros objetos de valor (DVD's, aparelhos de som e Tv, dentre outros), bem como objetos de pequeno porte, evitando, dessa forma, problemas e transtornos. O horário para início da retirada destes bens no dia 29/05/2016 será definido pela Organização, após as 19h, de acordo com as condições de acesso e público no parque.

Recomendações:

– Plantas ornamentais: jardins, flores e plantas ornamentais são permitidos quando contidos em vasos, cestos ou outros recipientes, sendo vedada a utilização de terra solta, areia ou pedras para execução de jardins;

– Construções em alvenaria: são proibidas quaisquer construções (pisos, paredes, etc.) em alvenaria ou similar;

– Pisos: Os pisos não poderão ser demarcados, pintados, furados ou escavados pelo expositor sem autorização da Organização;

– Ar Condicionado no pavilhão: é expressamente proibida. O pavilhão é totalmente climatizado e não permite a instalação de aparelhos de ar-condicionado devido à troca de calor e concomência entre os sistemas.

É vedado ao expositor danificar, pintar ou perfurar qualquer componente da estrutura, cobertura ou paredes, das instalações do local do Evento.

Montagem Especial no Pavilhão:

A Empresa que não for utilizar a montagem básica oferecida pela Bahia Fam Show deverá informar via e-mail ao Departamento de Infraestrutura (infra@bahiafamshow.com.br) até 20/05/2016 a solicitação de dispensa de montagem.

Não é permitido fazer qualquer complemento sobre a montagem básica com montado diferente da oficial do pavilhão. A altura das montagens não poderá ultrapassar 6,00m.

11.2. EMBARGO DA CONSTRUÇÃO

A ORGANIZADORA tem o direito de embargar a construção do estande caso esteja em desacordo com as normas deste MANUAL. Caso o EXPOSITOR não reformule os parâmetros do projeto em tempo hábil, além de multa de 25% sobre o valor da área, o estande não poderá ser utilizado no período de Realização, sem prejuízo dos custos contratuais da área com a ORGANIZADORA.

Salvaguardando seu interesse, aconselhamos ao EXPOSITOR comunicar, à empresa encarregada da montagem de seu estande, todas as normas do EVENTO, repassando a ela qualquer responsabilidade sobre o assunto.

12. DESMONTAGEM

O período de desmontagem será de 29/05/2016 a 13/06/2016, das 07h às 20h.

Recomendamos que, no último dia de realização do evento, após seu encerramento, sejam retirados todos os mostruários e outros objetos de valor (DVD's, aparelhos de som e TV, dentre outros), bem como objetos de pequeno porte, evitando, dessa forma, problemas e transtornos. O horário para início da retirada destes bens no dia 29/05/2016 será definido pela Organização, após as 19h, de acordo com as condições de acesso e público no parque.

Elétrica (Anexo IV), ficando a mesma estabelecida no contrato de participação, assim como todo este manual.

O formulário de Consumo de Energia Elétrica (Anexo III) deve ser entregue até 01/05/2016. Este quantitativo será utilizado como base de cálculo para o envio do boleto de consumo elétrico para o expositor, que deverá ser pago impreterivelmente até 12/05/2016.

O expositor tem direito de utilizar gratuitamente quantitativo elétrico de participação de acordo com o tamanho do seu lote, conforme tabela abaixo. O excedente deve ser pago via boleto bancário até 04/05/2016. O valor devido por KW excedente é de R\$100,00 (cem reais).

ÁREA ESTÁTICA PARQUE	QDE LIVRE
Área até 192,00 m ²	2,0 Kw
Área com 193,00 m ² a 384,00 m ²	3,0 Kw
Área com 432,00 m ² a 864,00 m ²	5,0 Kw
Área com 865,00 m ² a 1.920,00 m ²	8,0 Kw
ÁREA PAVILHÃO COBERTO	QDE LIVRE
Área com 12 m ²	0,5 Kw
Área com 24 m ²	1,0 Kw
Área acima de 24 m ²	Máximo de 2,0 Kw

14. REDE HIDRÁULICA

O Complexo da Bahia Farm Show possui rede hidráulica com pontos d'água disponibilizados para uso coletivo, destinados especificamente para a lavagem dos produtos expostos e do estande.

- É expressamente proibido lavar pinóis, roupas, panos de limpeza, vasilhas, utensílios de alimentos e qualquer outro objeto que não seja destinado à exposição no evento.
- O ponto de água não poderá ser utilizado para copa/cozinha (pias) nos estandes. Os serviços de Buffet deverão utilizar materiais descartáveis.
- É expressamente proibido conectar qualquer tipo de derivação nos pontos hidráulicos.
- Mangueiras deverão ser retiradas após o uso, liberadas, para outros expositores, não podendo ultrapassar o período relativamente necessário para a tarefa que necessite de água. Seja breve na utilização do ponto, libere-o rapidamente e o quanto antes, seu vizinho agradece.
- Lembramos que a água fornecida, apesar de clorada e obtida por poço semi-artesiano profundo não deve ser utilizada para consumo humano.

É proibida a descarga de esgotos de qualquer natureza no terreno do estande ou ruas laterais, bem como a abertura de fossas sépticas.

15. EXTINTORES DE INCÊNDIO E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Todo montador será obrigado a manter em local de trabalho, desde o início da montagem, durante todo o funcionamento do evento e até o final da desmontagem, no mínimo 2 (duas) unidades extintoras, sendo uma adequada a materiais comuns (tais como madeiras, papel, tecidos, etc) e outra destinada a riscos em equipamentos elétricos energizados.

Entende-se por unidade extintora, os extintores com as seguintes capacidades:

- 1- Pó químico seco: 4 kg – classe B e C;
- 2- Água pressurizada: 10 litros – classe A.

Tais extintores deverão permanecer em locais visíveis e sinalizados, não podendo ser obstruídos de qualquer forma.

Haverá vistoria da Organização, que se reserva o direito de exigir maior número de extintores, recargas e determinar locais para sua fixação, ficando o montador e o expositor como responsáveis pelo não cumprimento dessas obrigações e por todos os prejuízos a que der causa.

Os estandes que possuem áreas internas fechadas destinadas ao público deverão prever saídas de emergência compatíveis com a capacidade de público e devidamente sinalizadas.

16. IMPOSTOS MUNICIPAIS

Sobre os serviços de montagem de estandes, vigilância e cessão de mão de obra, dentre outros, há incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) de competência municipal.

De acordo com o Artigo 145 do Código Tributário do Município de Luís Eduardo Magalhães (Lei 387/2009), os tomadores de diversos serviços são responsáveis pelo recolhimento devido pelos respectivos prestadores. Assim, recomenda-se aos expositores efetuar a retenção e recolhimento do ISS, na alíquota de 5% (cinco por cento), devido pelos prestadores de serviços descritos no inciso II do Artigo 145 da Lei Municipal 387/2009.

Para mais esclarecimentos, entrar em contato com a Gerência de Arrecadação e Fiscalização da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães, pelo telefone [77-3628-9000](tel:77-3628-9000).

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica estabelecida para qualquer infração contida neste manual multa de 10% sobre o contrato estabelecido entre a Bahia Farm Show e o expositor.

Destacamos que a Bahia Farm Show não tem vínculo com a montadora contratada pelo expositor, sendo somente este responsável por qualquer desobediência perante as regras contidas neste manual.

No caso de reincidência, além da primeira penalidade, fica estabelecida multa de 20% sobre o contrato estabelecido entre a Bahia Farm Show e o expositor.

As regras aqui estabelecidas têm a finalidade de assegurar que todos os participantes do processo possam cultivar o melhor da Bahia Farm Show.

Para ter acesso ao parque e iniciar suas montagens, o expositor deve estar adimplente com todas as obrigações previstas neste Manual, nos prazos estabelecidos. Nos casos em que os prazos e datas constantes neste Manual coincidirem com sábados, domingos e feriados, será considerado o primeiro dia útil seguinte.

SE VOCÊ CHEGOU ATÉ AQUI, ESTÁ CIENTE DE TODAS AS ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DA BAHIA FARM SHOW. AGRADECEMOS A CONFIANÇA DEPOSITADA EM NOSSO EVENTO E DESEJAMOS UMA FÉRIA DE MUITO SUCESSO PARA SUA EMPRESA.

ANEXO B – PROGRAMAÇÃO DE PALESTRAS



PROGRAMAÇÃO DE PALESTRAS

02/06

AUDITÓRIO FUNDAÇÃO BAHIA		
Fórum Canal Rural		
Financiamento e Crédito para o Agronegócio		
14h - 16h	Sávio Rafael Pereira	AIBA/Canal Rural
	Antonio Carlos Ortiz	AIBA/Canal Rural
	Ricardo Prado	AIBA/Canal Rural

03/06

AUDITÓRIO FUNDAÇÃO BAHIA		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 12h	Audiência Itinerante da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa <small>Assembleia Legislativa da Bahia</small>	
14h - 16h	Segurança Jurídica e Legislação Ambiental <small>Rodrigo Galvão</small>	
16h30 17h30	Tecnologia de Informação - Lançamento do Módulo de Agrotóxico <small>Seagri/Adab</small>	
PAVILHÃO COBERTO (Auditório 1)		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 11h	Regularização da Atividade de Aviação Agrícola no Oeste da Bahia <small>João Marcelo Vieira Alves</small> MAPA	
11h - 12h	Legislação Brasileira de Sementes e Mudanças <small>Carlos Luiz Borges Ribeiro de Carvalho</small> MAPA	
14h - 15h	Ações Empreendedoras e Oportunidades de Negócio na Região Oeste da Bahia <small>Nayana Pedreira</small> FIEB	
15h - 16h	Sucessão Familiar no Agronegócio <small>José Málio</small> SEBRAE - BARREIRAS	
16h - 18h	Palestra INCRA <small>Miguel Neto e Andre Valois</small> INCRA	
PAVILHÃO COBERTO (Auditório 2)		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 11h	A Importância da Informática na Administração Agrícola <small>Eng. Edmundo Antônio Reis</small> Software Agromoura	
11h - 12h	Pivô Central - Projeto <small>Ricardo Norio Tsuchiya</small> Irrigação Penápolis	
14h - 16h	Tecnologia no Monitoramento de Pragas <small>Ed Statti e Gabi Mendes</small> Strieder Agro	
16h - 18h	-----	

04/06

AUDITÓRIO FUNDAÇÃO BAHIA		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
9:30h 11h	A Calagem como Fator de Competitividade no Agronegócio <small>Prof. Alvaro</small> Embrapa	
11h	Manejo Físico do Solo	
12:30h	<small>Eng. Dr. Ronaldo Cabrera</small> Kamaçã	
14h - 16h	Programa Fitossanitário do Oeste da Bahia <small>Celito Breda e Patrick Dourado</small> AIBA, ABAPA e Fundação Bahia	
16h - 18h	Nematóides e Cultivares Resistentes a essa Praga <small>Dr. Waldir Pereira Dias</small> Embrapa Soja	
PAVILHÃO COBERTO (Auditório 1)		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 12h	Câmara de Grãos <small>Ivanir Maia</small> AIBA	
14h - 16h	Mercado de Trabalho no Agronegócio <small>David Schmidt</small> AIBA	
16h30 18h30	Lançamento Oficial do Floral Paraíso Residence <small>-----</small> BSB Construções e Incorporações	
PAVILHÃO COBERTO (Auditório 2)		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 12h	Pivô Inteligente, Alternativa Energética para Irrigação <small>Diego Limberger</small> Razel Irrigação	
14h - 15h	Automação para Controle de Pivôs e Manejo da Irrigação com Software FieldNE <small>Vinicius Costa Maia</small> Lindsay América do Sul Ltda	
16h30 18h	Palestra para Jornalistas <small>-----</small> AIBA	

05/06

AUDITÓRIO FUNDAÇÃO BAHIA		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 12h	Fiscalização, Exercício Profissional e Defesa da Sociedade <small>João Falcão</small> Crea-Ba	
14h - 16h	Regularização Ambiental das Propriedades Rurais <small>Alessandra Chaves</small> AIBA	
16h 17h30	Programa de Interiorização - O que o sistema FIEB tem a Oferecer à Indústria <small>Anthony Santana (SENAI) Henrique Costa (SESI) Marco Antonio (IEL)</small>	
PAVILHÃO COBERTO (Auditório 1)		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 12h	Transferência de Tecnologia para Cultura do Café <small>Eng. Agr. Ronaldo Cabrera</small> -----	
14h - 16h	Manejo de Tiguer de Algodão nas Culturas de Soja e Milho <small>Eng. Agr. Valmor dos Santos</small> Consultor	
16h30 17h30	Filtração, Manutenção Preventiva das Máquinas <small>-----</small> EATON	
PAVILHÃO COBERTO (Auditório 2)		
Palestras Programadas para Bahia Farm Show		
10h - 12h	Análise de Nematóides, Agri. Sólidos, Carbono, Fertilidade, Compact. de Solo e Análise Química de Água e Solo no Estado da Bahia Grande <small>Executivos Técnicos dos Projetos</small> AIBA/UNB/FRS/UFOP/UNEB	
14h - 16h	Condução de Fluidos, Montagem Correta de Mangueiras e Contaminação <small>-----</small> EATON	

Realização:

Apoiado:

Patrocínio:

Revista Oficial:

Agência de Viagem:

Veículo Oficial:

ANEXO C – LISTA DOS EXPOSITORES

EXPOSITORES 2015 - CATÁLOGO OFICIAL

AIBA (X31/X33 e X35)

Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA.
Fone: (77) 3613-8000 Fax: (77) 3613-8020
Site: www.aiba.org.br

ABAPA (X31/X33 e X35)

Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.
Tele/Fone: (77) 3614-9009
Site: www.abapaba.org.br

AEROGLOBO (642)

Aeroglobo Representações em Aeronaves Ltda
Fone: (14) 3814-3450
E-mail: contato@aeroglobo.com.br
Site: www.aeroglobo.com.br

AGRICOLA MARÇAL (P25 a P28)

Marçal Com. e Rep. de Produtos Agropecuários Ltda.
Fone: (77) 3684-2232 Fax: (77) 3684-2220
E-mail: agricola_marçal@hotmail.com

AGRIMEC (X32)

Agrimec Agro Industrial e Mecânica Ltda
Fone: (55) 3222-7710
E-mail: agrimec@terra.com.br
Site: www.agrimec.com.br

AGROFORN (F13)

Agroform Indústria e Com. De Maq. Agrícola
Fone: (3886) 1138
E-mail: agroform@agroform.com.br

AGROLORD (J38)

Lordplastics embalagens Plásticas Ltda
Fone: (15) 3388-3427
E-mail: contato@lordbrasil.com
Site: www.agrolord.com

AGROSUL MÁQUINAS (D41/D46 e C42)

Agrosul Máquinas Ltda.
Fone: (77) 3628-9700
E-mail: mkt@agrosul.com.br
Site: www.agrosul.com.br

AGROSYSTEM (P35 e P36)

Agrosystem Com. Imp. e Exportação Ltda.
Fone: (16) 3434-3800 Fax: (16) 3434-3801
E-mail: mkt@agrosystem.com.br
Site: www.agrosystem.com.br

AGROVIA/MASSEY (F21 a F26)

Primavia Comércio de Equip. Agrícolas Ltda.
Fone: (77) 3639-4400 Fax: (77) 3628-4400
E-mail: person.fogolin@primavia.com.br
Site: www.grupoprivavia.com.br

AJEL AUTOMOÇÃO INDUSTRIAL (P41 e P43)

Ajel Materiais Elétricos Ltda
Fone: (62) 3526-7500 Fax: (62) 3526-7515
E-mail: vendas@ajel.com.br
Site: www.ajelautomacao.com.br

ANADIESEL S/A (A35 e A36)

Concessionária de caminhões Mercedes
Fone: (62) 3510-5444
E-mail: marketing@anadiesel.com.br
Site: www.anadiesel.com.br

ART POÇOS (P13/P14)

Thiago S.S. Quinteiro.
Fone: (77) 3628-3839
E-mail: vendas@delcomaq.com.br

ARVUS (C23)

Arvus Tecnologia Ltda.
Fone: (48) 4009-2704 Fax: (48) 4009-2704
E-mail: arvus@arvus.com.br
Site: www.arvus.com.br

AVIOPEÇAS (E52)

Aviopeças Com. Aeronáutico Ltda
Fone: (11) 2221-2665
E-mail: thiago@aviopecas.com.br

BALANÇAS AÇORES (G33)

BRA Ind. e Com. de Balanças Ltda.
Fone: (43) 3254-1331 Fax: (43) 8619-1000
E-mail: adm@balancasacores.com.br
Site: www.balancasacores.com.br

BALANÇAS CAPITAL (F16)

Balanças Mercosul Ltda.
Fone: (45) 3231-0500
E-mail: pablo@balancasmercoul.com.br
Site: www.balancasmercoul.com.br

BALDAN (D21 e D22)

Baldan Implementos Agrícolas S.A.
Fone: (16) 3321-6502 Fax: (16) 3382-6500
E-mail: luciano@aldan.com.br
Site: www.baldan.com.br

BAMAGRIL (D23 a D26)

Bamagrill Barcellos Máquinas Agrícolas Bahia Ltda.
Fone: (77) 3628-3330
E-mail: bamagrill@uol.com.br
Site: www.bamagrill.com.br

BASF S/A (X36)

Fone: (11) 2039-3916
E-mail: maria-aparecida.neri@basf.com

BAUER (H46)

Bauer Irrigation Equipamentos Agrícolas Ltda
E-mail: a.fischer@bauer-at.com
Site: www.bauer-at.com

BENECKE (P44)

Benecke Irmão e Cia Ltda
Fone: (47) 3382-2222 Fax: (47) 3382-2290
E-mail: henriete@benecke.com.br
Site: www.benecke.com.br

BIOVIDA (P18)

Biovida Indústria Comércio de Insumos Ltda
Fone: (77) 3628-5276
E-mail: biovida@biovidaba.com.br
Site: www.biovidaba.com.br

BORNER-GERMANY (P15)

Antônio Carlos Tropea
Fone: (51) 8146-9159 Fax: (51) 3226-3959
E-mail: tropea@tropea.com.br

BANCO DO BRASIL (C31)

Banco do Brasil S.A.
0800.729.0001
Site: www.bb.com.br

BAÑCO DO NORDESTE (F32)

Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fone: 08007283030 Fax: (85) 3299-3530
Site: clienteconsulta@bnb.gov.br

BANCO SANTANDER (F34)

Banco Santander S.A
Fone: (77) 3628-6308
Site: www.santander.com.br

BRADESCO (F31)

Banco Bradesco.
0800.570.0022
Site: www.bradesco.com.br

BR HOUSE (Y14)

Br House Inteligência Imobiliária Ltda
Fone: (61) 3083-9100
E-mail: ane.bonatto@brhousesd.com.br

BRAVO CAMINHÕES E ÔNIBUS (A12 e A14)

Bravo Caminhões e Empreendimentos Ltda.
Fone: (77) 3611-9150 Fax: (77) 3611-9156
E-mail: humberto@bravocom.com.br
Site: www.bravocom.com.br

BSB (P07)

BSB Construção e Incorporação
Fone: (77) 3628-4193
E-mail: gerentevendas@bsbcn.com.br

BURITI VEÍCULOS (Pista Teste Drive 02)

Buriti Veículos Peças e Serviços Ltda
Fone: (77) 3612-9800
E-mail: jeane.santos@grupobrandao.com.br

CAMPO TOTAL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (P50)

Campo Total Com. e Rep. Ltda
Fone: (62) 3481-4355
E-mail: e100ton@terra.com.br

CAMPO VERDE - TOYOTA (C11/C12)

S.A. Oeste Comercial de Veículos Ltda.
Fone: (77) 3614-3000
E-mail: campoverde@campoverdetoyota.com.br
Site: www.campoverdetoyota.com.br

CAMPOESTE STARA (X21 a X26)

Campoeste Máquinas Bahia Ltda.
Fone: (77) 3628-4780
E-mail: campoestemb@uol.com.br

CANAL RURAL (Y43)

Site: www.canalrural.com.br

CASP S/A (P42)

CASP S/A Indústria e Comércio.
Fone: (19) 3808-8800
E-mail: casp@casps.com.br
Site: www.casp.com.br

CCS CAMINHÕES (D11 a D14)

CCS Caminhões Comércio e Serviços Ltda.
Fone: (77) 3628-7520
E-mail: adm@ccscaminhoes.com.br
Site: www.ccscaminhoes.com.br

CELEIRO SEMENTES (J42)

José Tiecher
Fone: (61) 3621-2946
E-mail: poliane.felix@celeirosementes.com.br
Site: www.celeirosementes.com.br

CEMAG (G43)

Cemag Ceará Máquinas Agrícolas
Fone: (85) 3228-2377 Fax: (85) 3099-9082
E-mail: sonia@cemag.com.br ou vendas@cemag.com.br
Site: www.cemag.com.br

CAIXA ECÔNICA FEDERAL (F33)

Fone: (77) 3613-9300
Site: www.caixa.gov.br

CERRADO PNEUS (A13)

Cerrado Pneus Ltda
Fone: (77) 3628-4331 Fax: (77) 3628-1547
E-mail: comercial@cerradobts.com.br

CIBRAFERTIL (E51)

Cibrafertel Companhia Brasileira de Fertilizantes
Fone: (71) 2202-4210
E-mail: contato@cibrafertel.com.br
Site: www.cibrafertel.com.br

CIVEMASA (B41 a B44)

Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S/A
Fone: (16) 3382-3222
E-mail: CIVEMASA@CIVEMASA.COM.BR
Site: www.civemasa.com.br

COELBA (P19)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.
Fone: (71) 3370-6943
E-mail: dteixeira@coelba.com.br

COMERCIAL MIMOSO (praça da alimentação)

Comercial de Alimentos Mimoso Ltda
Fone: (77) 3639-1920 Fax: (77) 3639-1915
E-mail: adm.espiritosanto@bol.com.br

COMIL E SILOS SECADORES (J37)

Santi Silos Secadores Ltda
Fone: (45) 2101-5063 Fax: (45) 2102-5012
E-mail: dilane.monteiro@comil.com.br
Site: www.comil.com.br

COODETEC (H43)

Cooperativa Central de Pesq. Agr. Coocentral
Fone: (45) 3321-3536
E-mail: rafael.marketing@coodetec.com.br

CORR PLASTIK (A16)

Corr Plastik Industrial Ltda
Fone: (11) 4529-1500 Fax: (11) 4559-1505
E-mail: filipe.grossi@corr.com.br
Site: www.coorplastik.com.br

CORREIAS MULTIBELT (P47)

Multibelt Indústria e Comércio de Correias LTDA
Fone: (43) 2104-4000 Fax: (43) 2104-4041
E-mail: marketing@multibelt.com
Site: www.multibelt.com.br

CREMASCO (C21)

Metallúrgica Braspec Ltda.
Fone: (19) 3813-9600 Fax: (19) 3813-9609
E-mail: vendas@cremasconet.com.br
Site: www.cremasconet.com.br

DELTA AGRO-SOLUÇÕES EM PLANTIO (F41)

Delta Comercio de produtos em Agropecuários Ltda
Fone: (77) 3628-3152
E-mail: delta.agro@yahoo.com.br

DIMICRON (X42)

Dimicron Fertilizantes Centro Oeste Ltda
Fone: (65) 3667-1004
E-mail: dimicron.mt@dimicron.com.br
Site: www.dimicron.com.br

DOW AGROSCIÊNCIAS (C41)

Dow Agrosciences Sementes e Biotecnologia Brasil Ltda
Fone: (11) 3602-5650
E-mail: martins2@dow.com
Site: www.dowagro.com

DP AVIAÇÃO (C22)

DP Comércio de Peças e Aeronaves Ltda.
Fone: (51) 3723-0345 Fax: (51) 3722-5322
E-mail: diegopreuss@dpaviacao.com.br

DUPONT PIONEER (H35)

Dupont do Brasil S.A. – Divisão Pioneer Sementes
Fone: (62) 3237-6150
E-mail: ana.etes@pioneer.com
Site: www.pioneer.com

EATON (P04 e P05)

Eaton Ltda
Fone: (11) 2465-8768 Fax: (11) 2465-8822
E-mail: anacantoes@eaton.com

EBASEG (P56)

Oeste Ebaseg
Fone: (77) 3613-0579
E-mail: financeiro2@ebaseg.com.br

EMBRAER S.A (B24 e B26)

Fone: (12) 3927-4266
E-mail: comercial.neiva@embraer.com.br
Site: www.embraer.com.br

EXPOMIDIA PETROBRAS (G53)

Expomidia Marketing Promocional Ltda
Fone: (21) 3222-8600
E-mail: mayara@expomidia.com.br

FABRI MALHAS (P52)

Fabri Malhas Ind e Com de Fardamentos Ltda.
Fone: (75) 3221-8226
E-mail: roanilson@fabrialhas.com.br
Site: www.fabrialhas.com.br

FACULDADE ARNALDO HORÁCIO FERREIRA FAAHF (P32)

Sociedade Educacional Arnaldo Horácio Ferreira Ltda
Fone: (77) 3628-9900
E-mail: mkt@faahf.edu.br
Site: www.faahf.edu.br

FAVOTO (F11)

Favoto Implementos Rodoviários Ltda.
Fone: (77) 3639-3220
E-mail: rosiele@favoto.com.br
Site: www.favoto.com.br

FAEB/CNA/SENAR (C33-B)

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia.
Fone: (71) 3415-7102/7128
Site: www.senar.org.br

FERTILIZANTES HERINGER (A34)

Fertilizantes Heringer S/A
Fone: (77) 3639-6300
E-mail: fabio.chagas@heringer.com.br

FORQUÍMICA (P27)

Forquímica Agrociência Ltda.
Fone: (43) 3436-9350
E-mail: forquimica@forquimica.com.br
Site: www.forquimica.com.br

FUNDAÇÃO BATATAIS (C51)

Fundação Batatais Ltda
Fone: (16) 3660-6400
E-mail: compra@fundib@batatais.com.br

FW MÁQUINAS (C43)

Fw Máquinas Distribuição e Com. Ltda.
Fone: (71) 3235-8815 Fax: 3235-8812
E-mail: venancio@fwmaquinas.com.br
Site: www.fwmaquinas.com.br

GAGLIARDI DISTRIBUIDORA (P53 e P54)

Gagliardi Distribuidora de Lubrificantes
Fone: (77) 3628-3974
E-mail: compas@gagliardi.net.br / sara.barro@gagliardi.net.br
Site: www.gagliardi.net.br

GALVANI FERTILIZANTES (D16)

Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A.
Fone: (77) 3628-9801 Fax: (77) 3628-9821
E-mail: crsilva@galvani.ind.br / dmpaiva@galvani.ind.br
Site: www.galvani.ind.br

GEO AGRI TECNOLOGIA (P21 a P24)

Geo Agri Tecnologia Agrícola Ltda.
Fone: (16) 3965-8220
E-mail: eventos@santiagoecintra.com.br
Site: www.geoagri.com.br

GEZA (P29)

Geza Ltda.
Fone: (34) 2108-4353
E-mail: edesio@geza.com.br
Site: www.geza.com.br

GOTEMBURGO (F12)

Gotemburgo Veículos Ltda.
Fone: (77) 3612-0150 Fax: (77) 3612-6920
E-mail: contato.bes@gotemburgo.com.br
Site: www.gotemburgo.com.br

GRAVIA (P58 e P59)

Gravía Indústria de Perfilados de Aço Ltda.
Fone: (61) 3403-0444 Fax: (61) 3403-0402
E-mail: vendas@gravia.com.br
Site: www.gravia.com.br

GRAZMEC (G52 e G54)

Grazmec Indústria e Comércio Ltda.
Fone: (54) 3320-1100
E-mail: comercial@grazmec.com.br

GRIMALDI (H45)

Grimaldi Indústria de Equipamentos para Transporte Ltda - ME
Fone: (19) 3896-9400
E-mail: vendas@grimaldi.com.br
Site: www.grimaldi.com.br

GRUPO BERTANHA (J45)

Etética Agrícola Ltda.
Fone: (16) 3660-7700
E-mail: idelma@bertanha.com.br

GRUPO SCHUMACHER (P33)

Schumacher Industrial Ltda.
Fone: (51) 3470-6900
E-mail: sandra@sch.ind.br / luiz@sch.ind.br

GSIBRASIL (J44)

GSi Brasil Ind. e Com. de Equipamentos Agrop. Ltda.
Fone: (54) 3342-7500
E-mail: contato@gsibrasil.ind.br
Site: www.gsibrasil.ind.br

GTS DO BRASIL (G31/G32/G34)

GTS do Brasil Ltda.
Fone: (49) 3251-7100
E-mail: gts@gtsdobrasil.com.br
Site: www.gtsdobrasil.com.br

CAMPOTECH (P 55)

High 2 vale Indústria Eletrônica Ltda- ME
Fone: (35) 3471-7722
E-mail: comercial@compotech.com

EX IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (H42)

EX Importação e Distribuição Ltda- EPP
Fone: (54) 2104-9500
E-mail: vendas@maxiloader.com.br

IMOBILIÁRIA CHAPADÃO (C24)

Imobiliária Chapadão Ltda.
Fone: (77) 3628-1115
E-mail: imobiliariachapadao@ig.com.br
Site: www.imobiliariachapadao.com.br

INDÚSTRIA BASTIANI (D15)

Bus Acir Stiebel Bastiani
Fone: (55) 3422-1016 Fax: (55) 3422-7958
E-mail: ind.bastiani@best.com.br
Site: www.bastiani.com.br

INQUILMA (P38)

Inquilma Ltda.
Fone: (43) 3254-6626
E-mail: fernando@inquilma.com.br
Site: www.inquilma.com.br

IROPTEL (G22/G24 e G26)

Iropel Comercial Agrícola Ltda.
Fone: (77) 3628-2006
E-mail: erni@iropel.com.br

IRIGAÇÃO PENÁPOLIS (G51)

Irigeon
Fone: (18) 3654-2248
E-mail: Ronaldo.assef@irigpenapolis.com.br

JACTO (A21 a A25)

Máquinas Agrícolas Jacto S/A
Fone: (14) 3405-2176 Fax: (14) 3405-2390
E-mail: alexandra@jacto.com.br
Site: www.jacto.com.br

JARAGUA BAHIA (E21 e E26)

Jaraguá Bahia e Implementos Agrícolas Ltda.
Fone: (77) 3628-8300 Fax: (77) 3628-8340
E-mail: fabio@jaraguabahia.com.br
Site: www.jaraguabahia.com.br

JCO FERTILIZANTES (P02 e O3)

JCO Indústria e Com. de Fertilizantes Ltda.
Fone: (77) 3612-0881 Fax: (77) 3612-0101
E-mail: anderson@jcofertilizantes.com.br
Site: www.jcofertilizantes.com.br

JF MÁQUINAS AGRÍCOLAS (G45)

JF Máquinas Agrícolas Ltda.
Fone: (19) 3863-9600 Fax: (19) 3863-9631
E-mail: rodnei@jfmaquinas.com.br
Site: www.jfmaquinas.com.br

JUMIL (G21/G23 e G25)

Justino de Moraes e Irmãos S.A.
Fone: (16) 3660-1028 Fax: (16) 3660-1110
E-mail: fernando@jumil.com.br
Site: www.jumil.com.br

JUST BONPET (F53)

Just Business Comércio e Indústria Ltda- ME
Fone: (73) 3632-7530
E-mail: luciano@justbonpet.com.br

KAMAQ (Y26)

Kamaq Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda.
Fone: (19) 3541-3022
E-mail: atendimento@kamaq.com.br
Site: www.kamaq.com.br

KAMPAG (Y13)

Kropkaphorst Prestadora de serviços e Transportes Ltda.
Fone: (51) 9558-4112
E-mail: vndeitel@kampag.com.br

KEPLER WEBER (F14)

Kepler Weber Industrial S.A.
Fone: (55) 3375-9800
E-mail: atendimento@kepler.com.br
Site: www.kepler.com.br

KEBS SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO (F45)

Kebsfer Industrial Ltda.
Fone: (19) 3119-4000 Fax: (19) 3119-4040
E-mail: vendas@kebs.com.br

KUHN DO BRASIL S/A (H31 a H34)

Kuhn do Brasil S/A Implementos Agrícolas
Fone: (54) 3316-6200
E-mail: fabriciodjardim@gmail.com / bruna.ruch@kuhn.com

LABORATÓRIO FARROUPILHA (B15)

Laboratório de Blocoente Farroupilha Ltda.
Fone: (34) 3822-9907
E-mail: lara@grupofarroupilha.com
Site: www.grupofarroupilha.com

LAVROBRÁS (E11 a E16)

Lavrobras Comércio e Representações Ltda.
Fone: (77) 3628-1828 Fax: (77) 3639-1828
E-mail: lem@lavrobras.com.br
Site: www.lavrobras.com.br

LIMAGRAIN (H41)

Limagrain Guerra do Brasil S.A.
Fone: (62) 3389-9898
E-mail: lee.anderson@limagrain.com
Site: www.lgsementes.com.br

LINDSAY (C46)

Lindsay América do Sul Ltda.
Fone: (19) 3814-1100 Fax: (19) 3814-1106
E-mail: patricia.oliveira@lindsay.com.br

LONKING (A15)

Rede Brazil Máquinas S.A.
Fone: (77) 3628-4849
E-mail: cruz@redebrasilmaquinas.com

LS TRACTOR (B14 a B16)

LS Mtron Indústria de Máquinas Agrícolas Ltda.
Fone: (47) 3085-8142
E-mail: Cristiano.durma@lstractor.com.br
Site: www.lstractor.com.br

LUZ AUTOS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA (H12)

Luza Autos
Fone: (77) 3612-5181
E-mail: daniela.figueiredo@luzautos.com.br
Site: www.luzautos.com.br

MARKETBOOK (P16)

Sandhills Publishing
Fone: (40) 2479-2181
E-mail: ej-richardson@sandhills.com

MAPA (C34)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Site: www.agricultura.gov.br

MATSUDA (F43)

Com e Ind. Matsuda Imp. e Exp. Ltda.
Fone: (18) 3226-2000 Fax: (18) 3226-2073
E-mail: almir@matsuda.com.br
Site: www.matsuda.com.br

MATSUDA MINAS

Matsuda Minas Comércio e Indústria Ltda.
Fone: (35) 3539-1832
E-mail: comercial@matsudaminas.com.br

MAXUM (E41 a E46)

Maxum Máquinas e Equipamentos Ltda.
Fone: (77) 3628-9200
E-mail: lem@maxum.com.br
Site: www.maxum.com.br

MENTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS (F42)

Menta Máquinas Agrícolas Ltda.
Fone: (16) 3667-9600
E-mail: fernanda@menta.ind.br
Site: www.menta.ind.br

MEPEL (Y25)

Mepel Máquinas e Equipamentos Ltda.
Fone: (54) 3337-3700
E-mail: mepel@mepel.com.br

TOPVEL- GM (Teste Drive O4)

Miclets Way Eventos e Negócios Ltda.
Fone: (71) 3014-6532
E-mail: renato@miclets.com.br

TOPVEL (ESTACIONAMENTO)

Miclets Way Eventos e Negócios Ltda.
Fone: (71) 3014-6532
E-mail: renato@miclets.com.br

TOPVEL (Y21 a Y24)

Miclets Way Eventos e Negócios Ltda.
Fone: (71) 3014-6532
E-mail: renato@miclets.com.br

MATSUDA (F43-B)

Fone:
E-mail:
Site:

MATSUDA MINAS (F43-A)

Fone:
E-mail:
Site:

MICRON (P 26)

Pular Tecnologia Ind. Com. Ltda.
Fone: (11) 5524-7876 Fax: (11) 5523-3386
E-mail: fernando@micron.ind.br
Site: www.micron.ind.br

MINERAÇÃO DO OESTE (P57)

Mineração do Oeste Ltda.
Fone: (77) 3623-2156
E-mail: comercial@minoeste.com.br
Site: www.minoeste.com.br

PRECISION PLANTING (C44)

Monsanto do Brasil Ltda.
Fone: (11) 3383-8000
E-mail: vinicius.s.aguiar@monsanto.com
Site: www.precisionplanting.com

MORGAN SEMENTES BIOTECNOLOGIA (F46)

Dow Agrosciences Sementes e Biotecnologia Brasil Ltda.
Fone: (16) 3602-5671
E-mail: martins2@dow.com

MOTIVA MÁQUINAS (C45-A)

Motiva Máquinas Ltda.
Fone: (71) 2101-9200 Fax: (71) 2101-9242
E-mail: brunocamelo@motivo-net.com.br

MOURA INFORMÁTICA (P06)

JN Moura Informática Ltda.
Fone: (77) 4009-9141
E-mail: moura@jrmoura.com.br

MOVÊIS MACHADO (P08/P09/P10)

Indústria e Comércio de Móveis Claudiválho
Fone: (41) 3626-1396 Fax: (41) 3626-1396
E-mail: posvendas@moveismachado.com.br
Site: www.moveismachado.com.br

MOVESA (B22)

Movesa Motores e Veículos do Nordeste Ltda.
Fone: (77) 3628-1828
E-mail: franklinmoreira@movesa.com.br
Site: www.movesa.com.br

MULTIFORÇA (F15)

Multiforça Indústria e Com. Ltda.
Fone: (19) 3857-9772
E-mail: karine@multiforca.com.br
Site: www.multiforca.com.br

NACIONAL GRAFITE (P31)

Nacional de grafite Ltda.
Fone: (11) 3289-1322 Fax: (11) 3289-7835
E-mail: infoweb@shotmail.com
Site: www.grafso.com.br e www.grafite.com

NIDERA SEMENTES (G36)

Nidera Sementes Ltda.
Fone: (34) 3291-3800
E-mail: jdejesus@nidera.com.br

NOGUEIRA MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A (H51)

Nogueira Ind. Com de Impl. Maq. Agrícolas S.A.
Fone: (19) 3638-1503 Fax: (19) 3638-1556
Site: www.nogueira.com.br
E-mail: marketing@nogueira.com.br

NUFARM (X34)

Nurfarm Indústria Química e Farmacêutica S/A
Fone: (11) 2165-0959
E-mail: cristina.morais@br.nufarm.com
Site: www.nufarm.com

OESTE PNEUS (D52)

Oeste Pneus Ltda.
Fone: (77) 3639-4000
E-mail: oestepneus@oestepneus.com / carine@oestepneus.com

ORION (F51)

Orion Tecnologia e Sistemas Agrícola Ltda.
Fone: (14) 3452-2553
E-mail: terra@orion.ind.br

PARAÍSO MOTORS (B21)

Paraíso Motors Comércio de Veículos Ltda.
Fone: (77) 3613-9000 Fax: (77) 3613-9009
E-mail: sandra.macedo@paraisomotors.com.br

PAZPAZZINI (P17)

3J Indústria e Com de Facas Ltda.
Fone: (45) 3541-1000
Site: www.pazpazini.com.br
E-mail: pazpazini@pazpazini.com.br

PETROBAHIA (P20)

Petrobahia S/A
Fone: (77) 3339-5900
E-mail: marketing@petrobahia.com.br
Site: www.petrobahia.com.br

PICCIN (C25 e C26)

Piccin Máquinas Agrícolas Ltda.
Fone: (16) 3378-4222
Site: www.piccin.com.br
E-mail: thais@piccin.com.br
Site: www.piccin.com.br

PILAR CONSTRUTORA (P30)

Pilar Construtora e Incorporadora Ltda.
Fone: (77) 3628-6831
E-mail: andrea@cpilar.com.br
Site: www.cpilar.com.br

PIRELLI (A11)

Pirelli Pneus Ltda.
Fone: (11) 4998-3977
Site: www.pirelli.com.br
E-mail: angelica.perez@pirelli.com
Site: www.pirelli.com.br

PREFEITURA M. DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES (C32)

Fone: (77) 3628-9000
Site: www.luiseduardomagalhaes.ba.gov.br

POSSOLI AUTOMOTORES (Y42)

Possoli Automotores Ltda.
Fone: (77) 3628-4046
E-mail: reigan.rocha@possoli.com.br / airton.vieira@possoli.com.br

POLICIA MILITAR (H53 e H54)

PROQUIGEL QUÍMICA (G44)
Proquigel Química S/A
Fone: (11) 2504-6074
E-mail: wendel.souza@unigel.com.br

R. DERNER PERFURAÇÃO (F52)

R. Derner Perfuração de Poços Artesianais Ltda.
Fone: (44) 3225-6553
E-mail: rderner@rderner.com.br

RABI COUROS (P39)

Nelci dos Santos confecção
Fone: (61) 8144-3149
E-mail: rabicouros@hotmail.com

RÁDIO BAHIA FARM SHOW (H53 e H54)

RAIZEL IRRIGAÇÃO (A16)
CG Comércio de Peças para Irrigação e Rep. Ltda.
Fone: (77) 3611-3347
E-mail: cezarzeitze@uol.com.br

RANDON (A32)

Nordeste Comercial de Imp. Rodoviários Ltda.
Fone: (71) 3533-9100
E-mail: atessandro.ribas@uol.com.br
Site: www.randon.com.br

REDE GLOBO (H52)

TV Oeste
Fone: (77) 3612-9500

REALMAQ MÁQUINAS AGRÍCOLAS (B13)

Realmaq Máquinas Agrícolas Ltda-EPP
Fone: (16) 3628-0279
E-mail: alex@realmaq.com

RENAULT (RNT)

Renault do Brasil S/A
Fone: (11) 3284-1009
E-mail: leticia.nunes-renault.com

RENAULT (Pista de Teste Drive 03)

Renault do Brasil S/A
Fone: (11) 2184-1009
E-mail: leticia.nunes-renault.com

RESTAURANTE QUILO - WEST GRILL

Qui-lo
Fone: (77) 3638-3138

RESTAURANTE A LA CARTE - CONFRARIA DA CERVEJA

Confraria da Cerveja Prime
Fone: (77) 9191-3320 | (77) 3611-3448

RODAGRO (P51)

Rodagro Coser Comercio e Rep. Ltda.
Fone: (77) 8604-8222
E-mail: alex@rodagroimplementos.com.br

ROTA PREMIUM VEÍCULOS (Pista de Test Drive)

Rota Premium Veículos Ltda.
Fone: (77) 3611-6335
E-mail: www.landrover.com.br
E-mail: danielie.goeller@rotapremium.com.br

SANAVE (B11/B12)

SANAVE Nacional de Veículos Ltda.
Fone: (77) 3611-9800
E-mail: www.sanave.com.br

SANAVE (PISTA TESTE DRIVE 01)

SANAVE Nacional de Veículos Ltda.
Fone: (77) 3611-9800
E-mail: www.sanave.com.br
E-mail: sanave@sanave.com.br

SANSUY S.A (D51)

Sansuy S.A Indústria de Plásticos
Fone: (11) 2139-2600
E-mail: comercial@sansuy.com.br
E-mail: www.sansuy.com.br

SATIS (P49)

Satis Indústria e Comércio Ltda.
Fone: (34) 3661-7089
E-mail: satis@satis.ind.br

SACK (P40)

Sack Santos Filho
Fone: (77) 3613-2095
E-mail: sack@sack.com.br
E-mail: www.sack.com.br

SEBRAE/BA (C33-A)

Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresa
Fone: (77) 3611-3013
E-mail: www.sebrae.com.br/uf/bahia

SEMENTES OILEMA (A33)

Sementes Oilema
Fone: (77) 3628-9000
E-mail: www.sementesolema.com.br
E-mail: lia.regina@sementes.com.br

SEMENTES PASO ITA (B 25)

Sementes Paso Ita Ltda.
Fone: (77) 3628-1571
E-mail: www.pasoita.com.br
E-mail: passoita@passoita.com.br
E-mail: www.pasoita.com.br

SIPPING PARQUE OESTE (Y15)

Sipping Parque Oeste Imobiliária e Incorporadora Ltda
Fone: (61) 3533-0835
E-mail: Julio@plusconstrutora.com.br

SILÓ PEÇAS BAHIA / MATOPIBA (P45, P46 e P48)

Siló & Mello Junior Ltda.
Fone: (77) 3628-6501
E-mail: mello@silopeças.com.br
E-mail: www.silopeças.com.br

SIMBIOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES (P11 e P12)

Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Ins. Microbiológicos Ltda.
Fone: (55) 3322-6155
E-mail: simbiose@simbiose-agro.com.br
E-mail: www.simbiose-agro.com.br

SOLPOCK (P01)

Solpock Ltda
Fone: (19) 3493-9900
E-mail: datane@solpock.com.br

SOLUNOR (C45B)

Solunor Máquinas Ltda.
Fone: (71) 2101-9200
E-mail: Site: www.solunor.com.br
E-mail: Brunocarmelo@motivo-agro.com.br

SOTREQ (G46)

Sotreq S.A.
Fone: (71) 2107-7500
E-mail: patricia.karini@sotreq.com.br

SPORT JET (X44)

Sport Jet Salvador Náutica Ltda
Fone: (71) 3321-6711
E-mail: paulo@spojet.net

STABRA (F54)

Stabra Indústria e Comércio Ltda
Fone: (19) 3802-2481
E-mail: moniek.salvador@stabra.com.br
E-mail: www.stabra.com.br

TATU MARCHESAN (B31 e B36)

Tatu Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.
Fone: (16) 3382-8282 Fax: (16) 3382-3607
E-mail: www.marchesan.com.br
E-mail: tatu@marchesan.com.br

TERRAMAC (Y16)

Terramac Empreendimentos Imobiliários Ltda
Fone: (77) 3628-4050
E-mail: isilia@terramac.com.br

THRUSH AIRCRAFT DO BRASIL (Y41)

Cableworks Desenvolvimento Empresarial Ltda.
Fone: (62) 3316-0000
E-mail: tncable@thrushaircraft.com.br

TIJOLEM ECOBLOCOS (P37)

Tijolem Indústria e Comércio Ltda- ME
Fone: (77) 9906-0166
E-mail: alissondanielli@hotmail.com

TOLEDO DO BRASIL (G35)

Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda
Fone: (11) 4356-3000
E-mail: bruno.milani@toledobrasil.com.br
Site: www.toledobrasil.com.br

TRATORMASTER (B52)

Tratormaster Tratores Peças e Serviços Ltda
Fone: (71) 3291-7200 Fax: (71) 3291-7201
E-mail: marketing@tratormaster.com.br

TREVISAN (B23)

Trevisan Equipamentos Agroindustriais Ltda.
Fone: (44) 3649-1754
Site: www.trevisan.com.br
E-mail: trevisan@trevisan.ind.br
Site: www.trevisanequipamentos.com.br

UNICAMPO MÁQUINAS E EQUIP. AGRÍCOLAS (H36/J39 e J40)

Unicampo Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda.
Fone: (77) 3628-1210
E-mail: Cleiton@unicampomaquinas.com.br

UNIVERSAL CSJ (X41)

Araújo Oliveira Indústria e Comércio Ltda
Fone: (64) 3622-4040
E-mail: comercial@universalscsj.com.br / financeiro@universalscsj.com.br

VALFRAN (J41)

Indústria de Prod. Agrop. Valfran Ltda
Fone: (17) 3421-3191
E-mail: eduardo@valfran.com.br / valfran@valfran.com.br
Site: www.valfran.com.br

VALLEY VALMONT (G41)

Valmont Indústria e Comércio Ltda.
Fone: (34) 3318-9001
Site: www.pivotvalley.com.br
E-mail: marketing@valmont.com.br

VENCE TUDO (C13 a C16)

Vence Tudo Implementos Agrícolas Vence Tudo Indústria e Comércio Ltda.
Fone: (54) 3324-8000 Fax: (54) 3324-8030
Site: www.vencetudo.ind.br
E-mail: marketing@vencetudo.ind.br
Site: www.vencetudo.ind.br

VENEZA EQUIPAMENTOS (C52)

Veneza Equipamentos Pesados S/A
Fone: (71) 3025-7200
E-mail: george.santos@venezanet.com
Site: www.venezaequipamentos.com.br

VETRO SOLUÇÕES INTELIGENTES EM FIBRA DE VIDRO (F44)

Vetro Indústria Comércio e Serviços Ltda.
Fone: (16) 3343-1556
E-mail: comercial@vetro.com.br
Site: www.vetro.com.br

VIA BARREIRAS (X11 a X16)

Primavia Comércio de Veículos Ltda
Fone: (77) 3613-9400 Fax: (77) 3613-9401
E-mail: danilo@vianissan.com.br

VIPAL BORRACHAS (H44)

Borrachas Vipal S/A
Fone: (51) 3205-3057
E-mail: vipal@vipal.com.br
Site: www.vipal.com.br

WIDITEC (P34)

Ind. de Equipamentos Eletro Wisa Ltda.
Fone: (55) 3376-2000 Fax: (55) 3376-2097
Site: www.widitec.com.br
E-mail: widitec@widitec.com.br

